



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

ALEXANDRO RODRIGUES RIBEIRO

**A COLONIZAÇÃO PROMOVIDA POR EMPRESAS E FAMÍLIAS DO CENTRO-
SUL DO BRASIL NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE**

**Belém
2013**

ALEXANDRO RODRIGUES RIBEIRO

**A COLONIZAÇÃO PROMOVIDA POR EMPRESAS E FAMÍLIAS DO CENTRO-
SUL DO BRASIL NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE**

Tese apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará para obtenção do título de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Carlos da Silva

Belém
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca do NAEA/UFPA

Ribeiro, Alexandro Rodrigues

A colonização promovida por empresas e famílias do Centro-Sul do Brasil na Amazônia Mato-Grossense / Alexandro Rodrigues Ribeiro; Orientador, Fábio Carlos da Silva. - 2013.

258f. : il. ; 29 cm

Inclui bibliografias

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2013.

1. Colonização agrária – Mato Grosso. 2. Mato Grosso – Política Governamental.
3. Migração Interna. I. Fábio Carlos da Silva, orientador. II. Título.

CDD 22. ed. 325.38172

ALEXANDRO RODRIGUES RIBEIRO

**A COLONIZAÇÃO PROMOVIDA POR EMPRESAS E FAMÍLIAS DO CENTRO-
SUL DO BRASIL NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE**

Tese apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
da Universidade Federal do Pará para obtenção do título de
Doutor no Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido

Aprovado em: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva
Orientador - NAEA /UFPA

Prof. Dr. Mario Miguel Amim Garcia Herreros
Examinador Externo– NAEA /UFPA

Prof. Dr. Luiz Eduardo Aragon Vaca
Examinador Interno – NAEA /UFPA

Profa. Dra. Nírvea Ravena de Souza
Examinadora Interna – NAEA /UFPA

Prof. Dr. Fernando Tadeu de Miranda Borges
Examinador Externo - UFMT

Dedico este trabalho à minha família, em especial a minha esposa Ivana, aos meus filhos Ian e Iago, que souberam compreender minha ausência por dedicação a este trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará, através do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, por ter possibilitado o pleno desenvolvimento desta pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido;

Ao corpo docente do NAEA, pelo acolhimento e compartilhamento dos conhecimentos interdisciplinares, tão demandados para a busca da sustentabilidade da Amazônia;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva, por ter me aceito para orientação e apontado para o campo de conhecimento da história econômica, bem como, me aceitou no grupo de pesquisa “História Econômica e Planejamento Público na Amazônia”, onde pude desenvolver com mais profundidade o sentido da pesquisa interdisciplinar;

À Banca de qualificação, Profa. Dra. Edna Castro, Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin, pelas críticas e sugestão para o direcionamento da pesquisa;

Aos educadores, Prof. Dr. Dirceu Grasel (UFMT), Prof. Dr. Alexandre Magno de Melo Faria (UFMT), pelo incentivo, encorajamento e compartilhamento do conhecimento. Exemplos que ajudaram na minha formação docente;

À Secretaria de Educação de Canarana, Secretaria de agricultura de São José do Rio Claro. Angelin Sambugari, pioneiro e militante da Heveicultura em São José do Rio Claro. Domingos Finato, historiador, comunicador e organizador da importante Fundação Pró-memória de Canarana. Meu profundo agradecimento.

Aos que contribuíram indiretamente com este trabalho fornecendo dados e informações, muito obrigado.

(in memoriam) à José Euzébio da Cruz (Zéinha) pioneiro da heveicultura de São José do Rio Claro, pelo exemplo de “coragem”, dedicação e luta pelas conquistas desbravadoras;

(in memoriam) à “Dona Nilze”, por compartilhar sua fé, serenidade, e humanidade.

A conquista épica da Amazônia transita melhor, entretanto, pelo espaço litúrgico da construção da Pátria, cujo “altar” imola a carne e o sangue de seus filhos trabalhadores, de quem se alimenta para se expandir e consolidar, através do “sacrifício” da economia de guerra. A participação desses trabalhadores registra-se à superfície geográfica do corpo da Pátria: enquanto partes do corpo, os trabalhadores participam de sua totalidade orgânica, mas como no corpo, constituem órgãos específicos, submetidos a uma direção, a uma cabeça, responsável pelo comando de todo o conjunto.

(LENHARO, 1985).

RESUMO

A presente tese tem como objetivo principal a identificação dos aspectos institucionais, políticos, legais, e econômicos presentes no processo de colonização privada praticados por empresas e famílias nos municípios de São José do Rio Claro e Canarana, ambos no Estado de Mato Grosso. A importância em descortinar tais aspectos se dá em função da necessidade de compreender a colonização privada voltada para pequenos agricultores do Centro-Sul do país, alocados na Amazônia mato-grossense. Os aprofundamentos dessas análises permitirão subsidiar futuros processos de colonização, assim como, mitigar prováveis impactos negativos que se repercutem ainda hoje nesses municípios. A pesquisa foi operacionalizada em estudo de campo em ambos os municípios. A pesquisa bibliográfica e documental procurou levantar os aspectos da história econômica, da ocupação territorial, da presença das organizações e dos processos institucionais que possibilitaram a comercialização das terras e as consequências da colonização privada para pequenos agricultores. Nesse sentido, o estudo confirma a hipótese que a colonização privada ensejou na lógica de produção capitalista latifundiária. O pequeno agricultor do Centro-Sul teve acesso a terra, mas por uma lógica de mercado que possibilitou através das terras devolutas o processo de compra e venda de áreas de tamanhos diversos, até mesmo em quantidades inferiores à permitida pelo órgão oficial do governo. Fomentou a ocupação, o trabalhador rural, principalmente o pequeno também serviu de mão de obra necessária para os grandes projetos capitalistas. Identificou-se que os pequenos produtores não estavam contemplados nos planejamentos das organizações governamentais. A colonização privada empreendida por empresas e famílias se configura como uma continuação da “colonial empresa”. A ocupação da Amazônia mato-grossense estabeleceu com a presença das organizações e das instituições públicas e privadas o processo de privatização de terras, tidas por devolutas de Mato Grosso. A burla para a aquisição de terras foi instrumentalizada por leis e organizações que facilitaram a compra junto ao Estado. Essas terras chegaram aos pequenos agricultores do Centro-Sul via comercialização empreendidas pelos colonizadores particulares. Os agricultores migrantes vieram de uma cultura produtiva baseada em um ambiente próprio do sul e sudeste. Em Mato Grosso, enfrentaram dificuldades com o clima e qualidade do solo daqui do Centro-Oeste, gerando uma diferença edafoclimática, limitando a produção agrícola com a cultura que trouxeram. Entre acertos e erros, geraram conhecimentos, próprios de iniciativas endógenas, embora consideram que seu conhecimento de pioneiro não é reconhecido e valorizado nas políticas públicas, que ainda busca assentar pequenos trabalhadores agrícolas.

Palavras-Chave: Colonização Privada. Institucionalização. Desenvolvimento endógeno. Amazônia mato-grossense. Edafoclimática.

ABSTRACT

This thesis aims to identify the main institutional, political, legal, and economic colonization process present in private companies and families in the cities of São José do Rio Claro and Canarana, both the State of Mato Grosso. The importance of such aspects unveil is a function of the need to understand the private colonization facing small farmers in the Central South, allocated in the Amazon in Mato Grosso. The deepening of these analyzes will support future processes of colonization, as well as mitigate likely negative impacts that reverberate even today in these municipalities. The search is configured as exploratory and descriptive study was implemented in the field in both counties. The literature and documents sought to raise the historical aspects of land occupation, the presence of organizations and institutional processes that enabled the commercialization of land and the consequences of colonization for small private farmers. The colonization undertaken by private firms and households is configured as a continuation of the "colonial enterprise." The occupation of the Amazon in Mato Grosso established the presence of organizations and public and private institutions the process of land privatization, taken by vacant of Mato Grosso. The banter for land acquisition was fractionated by laws and organizations that facilitated the purchase by the State. These lands came to small holders Mid-South trade via land undertaken by private colonizers. Migrant farmers came from a productive culture based on a natural environment own climate south and southeast, the state faced difficulties with the weather in the Midwest, limiting agricultural production in the culture experiments brought. Aspropane ..living environments. Between success and failure, can nowadays repair cautoores acquired, although consider that their knowledge is not recognized pioneer and valued in public politic asm still searching based small farm workers. In this sense, the study confirms the hypothesis that colonization encouraged the private logic of capitalist production the small landowning farmer Mid-South, not only to provide you with access to land, but by a market logic that made possible through the lands the process of buying and selling areas of various sizes, even in amounts lower than allowed by the official organ of the government. Fomented the occupation, calling the rural worker and hence the manpower required for large projects capitalists. It was found that small producers were not included in the planning of government organizations.

Keywords: Private colonization. Institutionalization. Endogenous development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	As tentativas de divisões e seu histórico.....	54
Figura 1-	Mapa cadastral de Canarana.....	81
Quadro 2-	Cronologia do surgimento das instituições atuantes na Amazônia e centro oeste do Brasil.....	89
Quadro 3-	As Leis e suas funções.....	98
Quadro 4-	Setores para pesquisa no projeto de Humboldt.....	120
Figura 2-	Representação das pequenas propriedades rurais.....	138
Figura 3-	Região da colonização pela CTNP.....	140
Quadro 5-	Custo de produção e preço de venda do Arroz 1979 – 1983.....	186
Quadro 6-	Relação dos primeiros adquirentes do Programa.....	193
Quadro 7-	Destinação das áreas para uso.....	205

LISTA DE MAPAS

Mapa 1-	Mapa das Rodovias BRs-158,163 e 364.....	30
Mapa 2-	Roteiro pelos rios e sertões.....	42
Mapa 3-	O Roteiro das Monções ao Norte.....	44
Mapa 4-	Mapa com a divisão política do Brasil no século XVIII.....	46
Mapa 5-	A mudança espacial no Centro-Oeste.....	51
Mapa 6-	Áreas sobre jurisdição do Estado e do INCRA.....	70
Mapa7-	Os estados e a Amazônia Legal.....	90
Mapa 8-	Microrregiões de Mato Grosso.....	112
Mapa 9-	Atuação do POLAMAZÔNIA.....	115
Mapa 10-	Mapa do Município de Diamantino 1759-1950.....	143
Mapa 11-	Desmembramento do Município de Diamantino 1991-2005.....	144
Mapa 12-	De Marialva-PR à São José do Rio Claro-MT.....	147
Mapa 13-	Gleba Massapé no Vale do rio Arinos.....	148
Mapa 14-	Propriedades agrícolas que iniciam com 2 hectares e se expandem quando se afastam do centro urbano de São José do Rio Claro-MT.	152
Mapa 15-	Município de Tenente Portela – RS.....	166
Mapa 16-	O Caminho da Migração.....	170
Mapa 17-	Mesorregião nordeste mato-grossense: antigo município de Barra do Garças.....	172
Mapa 18-	Os 81 lotes e o projeto das três agrovilas separadas a aproximadamente 6 km de distância.....	175
Mapa 19-	Mapa 19 - Caminho percorrido pelos agricultores para encontrar as mudas de seringueiras vindas de Fordlândia-PA.....	195
Mapa 20-	Mapas da ocupação do solo no município de Canarana. A esquerda, imagem de 1984, a direita, de 2011.....	217
Mapa 21-	Hidrografia de Canarana.....	218

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Preço das terras por hectare em São José do Rio Claro em cruzeiros (Cr\$) e atualmente em reais (R\$).....	78
Tabela 2-	Preço das terras por hectare em São José do Rio Claro em 1960 em cruzeiros (Cr\$) e atualmente em reais (R\$).....	79
Tabela 3-	Preço médio de venda das terras adquiridas nos projetos de colonização da IMCOL.....	80
Tabela 4-	Preço das terras por hectare em Canarana em cruzeiros (Cr\$) e atualmente em real (R\$).....	83
Tabela 5 -	Custos para aquisição dos lotes junto ao Estado.....	86
Tabela 6 -	Recursos Mobilizados pela SPVEA para formação de capital na época em Cruzeiros (Cr\$) e atualmente em Reais (R\$).....	99
Tabela 7-	Número de Depositantes e Recursos depositados nos anos de 1963, 1964 e 1965 em Cruzeiros (Cr\$) e atualmente em Reais (R\$).....	100
Tabela 8-	Recursos da União destinados aos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no ano de 1979 em Cruzeiros (Cr\$) e atualmente em Reais (R\$).....	108
Tabela 9-	Participação por empresa, área adquirida, preço por hectare e valores totais em cruzeiro e em reais.....	114
Tabela 10-	Investimentos do POLAMAZÔNIA nas áreas – programas (1975/1981) (em Cr\$ - 1.000,00).....	116

LISTA DE SIGLAS

APP	Áreas de Preservação Permanente
BASA	Banco da Amazônia S. A
PBDCT	Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nivel Superior
CEM	Campanha de Erradicação da Malária
CEV	Campanha de Erradicação da Varíola
CMNP	Companhia Melhoria Norte do Paraná
CNB	Conselho Nacional da Borracha
CODECO	Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste
CODEMAT	Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso
CONAGRO	Consultoria Agrária Canarana Ltda
COOPERCANA	Cooperativa Agropecuária Mista Canarana Ltda
CPP	Comissão de Planejamento da Produção
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
DENERU	Departamento Nacional de Endemias Rurais
DTC	Departamento de Terras e Colonização
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa
EMPAER	Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FBC	Fundação Brasil Central
FIDAM	Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia
FINAM	Fundo de Investimentos da Amazônia
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação nacional da Saúde
GEAFT	Gerência de Acervo Fundiário e Titulação
IAN	Instituto Agrônomo do Norte
IBMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IMCOL	Imóveis e Colonização Ltda
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

INTERMAT	Instituto de Terras de Mato Grosso
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NDIHR	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
PND	Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento
PDTU	Programa de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
PVEA	Plano de Valorização Econômica da Amazônia
PIN	Programa de Integração Nacional
PROBOR	Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural
PROMAT	Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste
SUDHEVEA	Superintendência de desenvolvimento da Hevea
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
USP	Universidade de São Paulo
UNISELVA	Universidade da Selva – como foi chamada a Universidade Federal de Mato Grosso

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	DAS MINAS DE CUIABÁ AO RECONHECIMENTO DO MATO GROSSO AMAZÔNICO	39
2.1	Cuiabá pelas águas e pelos sertões	40
2.2	Isolamento regional ou estratégia de domínio político-econômico: o mito do isolamento	44
2.3	A nova configuração política e econômica para o Centro-Oeste Mato-Grossense	50
2.4	Os programas especiais e a divisão do estado de Mato Grosso	56
2.5	A política de privatização de terras no estado de Mato Grosso	58
2.6	Política para a colonização privada: o estado, a empresa, o mercado	68
2.7	Leis e legislações: a formação do latifúndio	73
2.8	Terras privatizadas: o mercado da compra e venda de terras gleba massapé I - São José do Rio Claro	76
2.8.1	O acesso a terra em Canarana	81
3	A AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE E A ORGANIZAÇÃO PARA SUA OCUPAÇÃO	88
3.1	DA EXPEDIÇÃO À ORGANIZAÇÃO FORMAL POR MEIO DA FUNDAÇÃO	92
3.1.2	O sentido mercadológico – a valorização econômica	97
3.1.3	Dentro da Amazônia Legal – as superintendências regionais	101
3.2	A influência do primeiro plano nacional de desenvolvimento - I PND	104
3.2.1	Os programas especiais – na divisão regional, um programa para Mato Grosso	107
3.2.2	O POLAMAZÔNIA na Amazônia mato-grossense	111
3.2.3	A ausência do núcleo pioneiro de Humboldt	119
3.3	A UNISELVA e a busca pelo conhecimento da Amazônia Mato-Grossense	123
4	A COLONIZAÇÃO PRIVADA DO CENTRO-SUL AO CENTRO-OESTE	129
4.1	Colonização privada no Paraná	134
4.1.1	O processo de ocupação do Norte Paranaense	137
4.2	A colonização privada em Mato Grosso: os pioneiros do Paraná nas terras privatizadas no Mato Grosso – o antigo município de Diamantino	142
4.3	A colonização por empresa no Alto Arinos	148

4.4	As participações das organizações públicas e privadas no processo de colonização.....	155
4.5	O processo de ocupação no Rio Grande do Sul.....	159
4.5.1	A organização da cooperativa colonizadora no Sul.....	166
4.5.2	Os pioneiros do Rio Grande do Sul nas terras privatizadas no Mato Grosso.....	170
4.6	A cooperativa no Alto Xingu – pouca ou nenhuma terra no Sul para 480 hectares em Canarana.....	174
5	AUSÊNCIAS PÚBLICAS, CONHECIMENTOS EMPÍRICOS.....	178
5.1	A parte técnica do Incra e as obrigações do colonizador.....	180
5.1.1	O papel do colonizador.....	181
5.2	A desconsideração ao conhecimento prévio para produção agrícola.....	184
5.3	A realidade enfrentada pelo agricultor migrante – das primeiras produções individuais ao programa a Borracha – PROBOR.....	189
5.4	A percepção sobre o meio ambiente.....	199
5.5	A tentativa de continuidade da produção da heveicultura.....	202
5.6	Do início cooperativo à individualidade produtivista.....	204
5.7	A experiência conquistada pelos agricultores de Canarana.....	208
5.7.1	Pioneiros que ainda estão com os lotes.....	210
5.8	A visão das mulheres no processo pioneiro.....	214
5.8.1	A percepção sobre o meio ambiente no alto Xingú.....	215
5.9	Do processo de comercialização de terras à realidade encontrada nos dois municípios analisados.....	218
5.10	O conhecimento tácito e o institucionalismo.....	223
6	CONCLUSÕES.....	225
	REFERÊNCIAS.....	232
	APÊNDICES.....	243

1 INTRODUÇÃO

O sentido de colonização no Brasil, de maneira mais estrita, repercuti desde as capitânicas hereditárias e as sesmarias¹, com as apropriações do território pelo Império Português. A ocupação do território brasileiro foi desde o período colonial visto pelo viés de uma empresa, decorrente do comércio metropolitano (colônia-metrópole). O processo de colonização, nesse aspecto, deixou fortes marcas na economia, e precisam ser observadas nos seus meandros. A colonização do Brasil, para melhor compreendê-la, carece de um breve recuo no tempo. A exploração do Brasil se deu nos termos do Império das Índias, com base no empreendimento comercial, o sentido de empresa comercial dirigida pelo Estado ficou marcado na evolução econômica da Colônia e na formação da sociedade brasileira, a análise da economia colonial seria fundamental para compreender as grandes expedições e o sentido que tomou a empresa de colonização (FURTADO, 2001, p. 39).

A interpretação sobre a colonização no Brasil sinaliza, portanto, para modelos de apropriações concebidos com o intuito da exploração de seus recursos, notório que em grande maioria voltam-se para a demanda externa. Nesse aspecto, as fronteiras podem ser consideradas como signos arbitrários que tendem a enaltecer os seus “desbravadores”, e que se multiplicaram na saga da exploração tendo em vista a conquista e a riqueza. Em Cuiabá, esse processo ocorreu com as entradas e bandeiras paulistas, estabelecendo-se nas terras do Cuiabá, em 1719, devido descobertas auríferas. Na ânsia de continuarem com a ampliação dos domínios, atingiram terras mais ao sudoeste, e fundaram, em 1752, Vila Bela da Santíssima Trindade, e que foi a primeira capital de Mato Grosso. Vila Bela serviu também como defesa das terras exploradas pelo Império português, possibilitou a ampliação da área e anuncia a importância de ser a região parte integrada do que passou a ser conhecido como Amazônia. Com isso, perpassaram os divisores de bacias hidrográficas, anunciando as futuras expedições à Amazônia.

Conforme o estudo de Lenharo (1985, p. 21), Getúlio Vargas, em 1933, apontava nos discursos para que o “trabalhador proprietário” voltasse para o campo, e preconizava da facilitação para a aquisição de terras por baixo preço, e com pagamentos parcelados. Essa intenção contrapôs-se ao modelo instalado, uma vez que o apoio a pequena propriedade pareceu buscar a transformação da ordem latifundiária, e criar uma nova realidade agrícola,

¹As capitânicas hereditárias foram inseridas no Brasil pelo Rei de Portugal por volta de 1530, foram instituídos 14 distritos partilhados em 12 lotes distribuídos a indivíduos ligados a realza, essas terras não podiam ser vendidas, somente passadas para herdeiros. A partir das capitânicas foi inserido o sistema de sesmarias, pedaço de terra devolvido ou abandonado. Os donatários permitiam que colonos cultivassem esses pedaços de terras.

sem aguardar o “lento avanço das transformações [...]”. Assim, as diretrizes da política de colonização demonstrava a necessidade da distribuição de populações migrantes direcionadas para as zonas consideradas “férteis e produtivas”, embora sem, de fato, conhecer sua capacidade reprodutiva, sua condição edafoclimática².

Nesse caminho, a Marcha para o Oeste buscava colonização e industrialização, que para Lenharo (1985, p. 23) “Vargas cunhou de imperialismo brasileiro, agente construtor da nação, através do casamento das fronteiras econômicas com as fronteiras políticas”. E ainda aponta que o Oeste, região denominada de “espaços vazios”, já era ocupado com a exploração da erva-mate nos seus campos ao Sul, usinas de açúcar às margens do rio Cuiabá, criação de gado no pantanal mato-grossense, a exploração da borracha e das drogas do sertão:

[...] no caso do estado de Mato Grosso, um quadro de colonização complexo, mapeado de grandes propriedades particulares e estatais, boa parte delas de origem estrangeira. Isto para não se falar de povos de formação social inteiramente diferentes, habitantes da região – os indígenas –, que acarretavam pelo menos dois sérios dilemas para a política colonizadora: como ficariam suas terras e como eles participariam da empreitada da colonização através de seu trabalho? (LENHARO, 1985, p. 61).

Nessas condições avessas, em 1941, Vargas com o objetivo de atrair para Mato Grosso e Goiás trabalhadores, mais especificamente colonos, e também atrair capitais que pudessem auxiliar na extração das riquezas existentes nessas regiões, lança a expedição Roncador-Xingu, que em 1943 foi transformada em Fundação Brasil Central (FBC). O caminho para a conquista do Oeste e da Amazônia mato-grossense estava representada institucionalmente na região leste de Mato Grosso, paralelo ao vale do rio Araguaia.

A atividade política que formula a colonização privada é disseminada em Mato Grosso por volta dos anos de 1950, quando o governo do Estado implementa mudanças na política estadual. Leis, antes centralizadas no governo federal³, delegam autonomia na concepção da política agrária aos governos estaduais (MORENO, 2007). Os governos constitucionais que assumem o Estado imprimem um caráter continuísta às alienações indiscriminadas de terras objetivando a política de colonização. Esse modelo vem com a iniciativa de contratar serviços de terceiros para implantar projetos de colonização.

²Referente às condições de solo e clima de cada região.

³ As mudanças políticas ocorridas no Brasil, entre elas a deposição de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo em 1945, bem como a promulgação da Constituição de 1946, permitiram as liberdades democráticas que caracterizaram as constituições republicanas anteriores a 1937. .

No modelo privado, famílias e empresários que chegaram no final dos anos de 1960, já vinham capitalizados do Centro-Sul⁴, com capacidade para adquirir terras em quantidades latifundiárias, e a ponto de transformá-las em lotes menores para comercialização, fato possível devido às questões legislativas e políticas que deram ensejo a esse processo.

Panosso Netto (2002), menciona esse aspecto político através do deslocamento populacional. Nessa consideração, identifica a concentração de terra e sua degradação no Nordeste e o latifúndio e mecanização no Sul e Sudeste que restringia o acesso a terra aos produtores rurais. Para que esses produtores chegassem a região amazônica mato-grossense, a ocupação foi aos moldes do Centro-Sul, na replicação de aberturas de terras sem considerar seus aspectos ambientais, sem considerar as condições sociais dos envolvidos na migração, nesse aspecto o imperialismo prevaleceu sobre as consequências que por ventura viriam a acontecer. Assim, o Ministério do Interior, que estava sob controle dos militares faria o comando, as forças armadas sua defesa. Dessa forma, havia uma cooperação para o andamento do desenvolvimento planejado.

A colonização privada empreendida por empresas e famílias do Sudeste e Sul do Brasil no Estado de Mato Grosso, centrou-se especificamente os municípios de São José do Rio Claro e Canarana. O modelo empreendido herdou as características do sentido expansionista do período colonial. Com uma política do governo brasileiro para ocupar o Centro-Oeste e a Amazônia, os governos federal e estadual legislaram na defesa, “viabilizando” a institucionalização de incentivos para o desenvolvimento de mecanismos públicos tendentes à “ocupação” nessa região.

Anteriormente ao processo de migração houve uma estratégia ao movimento de “ocupação”. A colonização que em Mato Grosso fora “espontânea”, passa a “induzida” pelo governo militar, que então utiliza um discurso de defesa da Amazônia e sua geopolítica. Como estratégias para proteger o território, migrantes seriam transferidos da região Sul, Sudeste e Nordeste para Amazônia, a base produtiva estaria voltada para a agricultura e extração dos recursos naturais. A consequência dessa exploração deveria ser o desenvolvimento econômico da região.

⁴Será utilizada neste estudo a expressão Centro-Sul por entender que os empresários que desenvolveram a colonização privada em São José do Rio Claro foram do Estado do Paraná, enquanto a de Canarana foi do Estado do Rio Grande do Sul, mas ambos adquiriram as terras de fazendeiros paulistas. São conhecidas por regiões geoeconômicas, o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Sul (ainda não oficial). O complexo regional do Centro-Sul compreende os estados da região Sul e Sudeste (exceto o extremo Norte de Minas Gerais), o Estado de Goiás, extremo Sul de Mato Grosso e extremo Sul do Tocantins. Fonte: Wagner de Cerqueira e Francisco – Geógrafo do Brasil Escola (BRASILESCOLA, 2010, não paginado)

Em razão de um desenvolvimento capitalista dentro de uma estrutura social e econômica pouco avessa a transformações estruturais e tecnológicas, Borges (2001), se comparado às demais regiões brasileiras, o Estado de Mato Grosso e outros estados pertencentes à Amazônia Legal⁵ acabaram tornando-se alvo de interesses públicos-privados que buscara a colonização como uma forma de movimentar o capital. As tentativas da colonização “espontânea” e “dirigida” foram, portanto fortalecidas pela “ótica do capital”. Surgem órgãos - a exemplo do Banco da Amazônia (BASA) em 1942, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966, da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO) em 1967 – financiadores que são, detentores de estímulos fiscais para estimular latifundiários e empresas a se instalarem na região.

A colonização privada foi inserida, nesse contexto, através de trâmites legislativos que permitiram oficializar essa prática com aportes de financiamentos institucionais. Assim, o empreendimento colonizador privado emerge no auge das políticas de financiamento para a ocupação produtiva do território, conforme Barrozo:

A ocupação recente da Amazônia se explica pela conjugação de vários fatores, entre os quais destacam-se a pressão sobre o latifúndio no Nordeste, os conflitos no Sul do Brasil, e a conseqüente tensão social. A ideologia nacionalista, com o objetivo de ocupar as fronteiras do Brasil, para se opor à internacionalização da Amazônia, deu impulso a vários projetos de ocupação da região. As vantagens oferecidas pelo governo, somadas ao preço baixo das terras, e às riquezas minerais, madeiras, e à possibilidade de valorização futura das terras, foram motivos suficientes para despertar o interesse dos empresários. As grandes empreiteiras tinham em vista as verbas do todo poderoso Ministério dos Transportes, que planejava construir grandes rodovias de “integração nacional”. Começa uma nova corrida para a Amazônia (BARROZO, 1992, p. 8).

O fluxo migratório demandante de terras não foi absorvido pela colonização oficial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dado que inexistia estrutura que pudesse atender às demandas: “os projetos oficiais não atenderam nem mesmo às exigências mínimas relativas à infraestrutura” (FERREIRA, 1986, p. 65). Cabe ressaltar que desde a década de 1960, era possível perceber a presença de colonização “espontânea” na região, cuja espontaneidade não foi livre do direcionamento institucional das iniciativas públicas-privadas. O Estado aparece como fomentador da desapropriação e venda de terras para o capital, que promana das regiões Centro-Sul do país, oferecendo crédito, favores

⁵ A Amazônia Legal, em sua distribuição geográfica, é composta, além da Amazônia Clássica, de partes de Mato Grosso ao Norte do paralelo 16; de Goiás, ao Norte do paralelo 13; e Maranhão, a oeste do meridiano 44, cobrindo quase 60% do território nacional.

fiscais, políticos e econômicos, para a formação e o crescimento de latifúndios, fazendas e empresas agropecuárias, de extrativismo e mineração, através de organizações públicas como o Banco da Amazônia S. A. (BASA), SUDAM, e SUDECO (FERREIRA, 1986).

A colonização privada que, de fato, veio a ocorrer em Mato Grosso, teve respaldo legislativo para considerar as terras devolutas do Estado apropriadas para comercialização. A Lei n. 18, de 21 de outubro de 1947, a Lei n. 68, de 11 de dezembro de 1947, e a Lei n. 75, de 12 de dezembro do mesmo ano foram consideradas leis liberais. Possibilitaram a regulação do arrendamento, as medições e demarcações de terras devolutas e a aquisição gratuita de terras desocupadas, além da possibilidade de compra com garantia de direito de preferência às terras arrendadas, sendo fixadas ao término do contrato 5% do valor venal das terras (MORENO, 2007).

Ainda conforme Moreno (p. 105), no novo processo de remarcação as terras que estavam irregulares desde 1927 foram revalidadas com a revogação de artigos e decretos anteriores. Sobressai a dispensa de apresentação de título provisório no processo, o que possibilitou condições de posse extintas desde 1850. Em 1951, o dispositivo (Lei 461/51) no Código de Terras assegurou o direito de contratar os serviços de terceiros para a colonização das áreas, ou parte delas, reservados para esse fim. O Estado considerava que não estava habilitado, “nem técnica, nem financeiramente”, para propiciar os benefícios a seu povoamento.

Dessa forma, foram abertos precedentes para o processo de comercialização das terras. O mecanismo de compra e venda principia com a aquisição direta do Estado até o produtor final. Em Mato Grosso antes da Constituição de 1946, o tamanho máximo de suas áreas não excediam 3.600 hectares, após passou para até 10.000 hectares. Nesse caminho, muitas foram as negociações entre grandes proprietários, pois, pela lei não se podiam adquirir acima da quantidade estipulada⁶. Com isso, os grandes proprietários e empresários do Centro-Sul utilizavam os nomes de terceiros para obter porções de terra acima do permitido. As colonizadoras privadas, objeto de estudo deste trabalho, compraram as terras para comercialização de fazendeiros que haviam feito as compras diretamente do Estado. São essas

⁶Art 156 da Constituição Federal Brasileira de 1946 - A lei facilitará a fixação do homem no campo, estabelecendo planos de colonização e de aproveitamento das terras pública. Para esse fim, serão preferidos os nacionais e, dentre eles, os habitantes das zonas empobrecidas e os desempregados.

§ 1º - Os Estados assegurarão aos posseiros de terras devolutas, que nelas tenham morada habitual, preferência para aquisição até vinte e cinco hectares.

§ 2º - **Sem prévia autorização do Senado Federal, não se fará qualquer alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dez mil hectares.**

terras que chegam ao pequeno proprietário que migra do Sul, ora considerado um novo trabalhador, ora um povoador e pioneiro, pois, foi através da disposição de migrar que se iniciaram as primeiras produções agrícolas na Amazônia mato-grossense. Esse migrante foi proprietário de pequena propriedade no Centro-Sul, ou trabalhava na agricultura como empregado ou empreiteiro. Vários foram os fatores da migração, pouca terra para a família que aumentava, geadas, possibilidade de adquirir mais terras ou, em outros casos, de ter acesso à primeira propriedade. Mesmo os que tinham poucas terras, no geral, tratava-se da primeira que haviam adquirido. Os fatores mencionados anteriormente por (FERREIRA, 1986; BARROZO, 1992) demonstram a política de ocupação e de defesa da soberania. No entanto, dentro do processo financiado pelas grandes instituições, iniciativas privadas replicaram modelos de colonização do Centro-Sul do país, dentre eles a colonização para pequenos produtores agrícolas.

A Lei de Terras de 1850 facultou a aquisição da terra pela compra, porém, conforme Barrozo (1992), o acesso se fechou para quem não tinha capacidade financeira, a exemplo dos pobres e dos despossuídos. Com vista ao desenvolvimento das políticas do governo federal para a ocupação da região amazônica com sentido produtivista agropecuário, a participação de trabalhadores agrícolas do Sul e Sudeste foi demandada, tanto pela mão de obra quanto pelo fator populacional na região, então tida por “vazio demográfico”.

A colonização privada, foco deste estudo, refere-se ao modelo empreendido no Estado de São Paulo e chega ao Paraná. Posteriormente, é replicada na mesorregião norte mato-grossense, onde hoje se situa o município de São José do Rio Claro. Também o modelo cooperativo de Tenente Portela – RS, que trouxe para a mesorregião nordeste do Estado de Mato Grosso 81 famílias do Rio Grande do Sul, onde hoje está localizado o município de Canarana. Os agricultores que participaram dessa colonização privada tinham uma cultura própria de cada região: os migrantes do Paraná produziam as lavouras temporárias e o café, que é permanente; já os do Rio Grande do Sul, praticavam apenas lavoura temporária. Para se referir aos agricultores paranaenses e gaúchos, esses serão chamados de “pequenos agricultores”, por representarem os trabalhadores que fizeram parte do processo de colonização privada analisada, voltada para pequenos agricultores. Esses e os empresários dirigentes das colonizadoras também são comumente chamados de “pioneiros”, que para interpretação serão feitas algumas considerações.

A palavra “pioneiro”, para o sentido de desbravador de sertões ou aquele que abre caminhos em regiões desconhecidas, é tácito, pertinente e convincente seu significado. Também, condizente com o pequeno produtor que sai da região Centro-Sul do país para

ocupar a Amazônia mato-grossense, sendo ele de fato desbravador das matas para fazer os primeiros traçados que posteriormente se transformaram em estradas para chegar às terras adquiridas. Quando de posse da terra e com o passar dos anos, os próprios pioneiros derivaram o significado da palavra, considerando não apenas sua denominação, mas também o sentido político e social do pioneirismo.

Pessôa (2007), ao entrevistar os primeiros trabalhadores que chegaram a região de Brasnorte na Amazônia mato-grossense, percebeu que a definição de “pioneiro” se dá conforme a realidade vivida. Pessôa (2007) percebeu na definição de pioneiro pela sociedade, a família que chegou a região e conseguiu êxito econômico e político, desconsiderando o pioneirismo para quem não o teve. Na realização das entrevistas com os pioneiros, independente de condição econômica, política e social, percebeu a própria consideração do pioneiro. Interpretou o pioneiro pelo “pioneiro”. Para Pessôa (2007), o sentido de pioneiro está representado não só pela sua condição econômica, social e política, mas também na compreensão dele próprio, pois, não se deve acreditar que o pioneirismo resume-se a uma palavra, mas no seu conhecimento como pioneiro. Nesse sentido, interpreta que a migração de agricultores está numa questão ideológica e política que o insere nesse processo e não puramente por sua vontade em migrar, por sua espontaneidade.

Com isso define: “O pioneirismo é, portanto, além de uma invenção, um dispositivo que acabou por distribuir na sociedade formas distintas de se pensar o real baseado nas subjetividades exercidas em um determinado momento” (PESSÔA, 2007, p. 64). Condizente a essa interpretação, no desenvolvimento do presente estudo algumas referências foram registradas no trabalho de campo. Os agricultores da colonização Canarana I, desbravadores que chegaram à região pelos traçados da expedição Roncador- Xingu, com o passar dos anos, reconhecem que pioneiros foram os posseiros que se dirigiram a região espontaneamente e anteriormente a eles. Quando vieram do Sul, foi com uma organização em forma de cooperativa, idealizada e preparada anteriormente. Na gleba Massapé I, outra observação. Esses “pioneiros” se consideram colonizadores e pioneiros, por estarem ao longo do tempo, sendo os primeiros em atividades e experiências que possam mantê-los na terra adquirida. Feita essa breve análise, considera-se então para o presente trabalho a palavra pioneiro para o migrante dos projetos Canarana I e Massapé I, independente de sua condição social, econômica e política.

O Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), através de recursos do Programa Especial de Crédito Rural

Orientado⁷, instituído pela resolução n. 181, do Banco Central e incorporado ao programa pela Resolução n. 224, de 8-06-1972, do Banco Central, destinou financiamentos fundiários a Projetos ou Programas de Colonização. Nesse caso, pequenos proprietários do Centro-Sul tiveram acesso a financiamento para aquisição de diminutas porções de terras por meio de projetos de colonização particular ou de cooperativas.

A Lei de Terras e o tema reforma agrária eram considerados polêmicos e geraram controvérsias na época, mas é no governo de Castelo Branco, em 1964, com o Estatuto da Terra, que as questões fundiárias ficaram mais explícitas. Num todo, especifica detalhes que proporcionaram as investidas para o Centro-Oeste e a Amazônia. O Estado de Mato Grosso se insere na política econômica nacional, cujo propósito adveio de políticas públicas desenvolvimentistas que atraíram os migrantes do Sul e Sudeste, bem assim do Nordeste do país, nesse caso para a modalidade empresarial.

As políticas públicas implementadas pelo governo Militar foram idealizadas como soluções imediatas aos conflitos sociais da época, tanto no Nordeste do Brasil, pelas condições climáticas e latifundiárias, quanto pela demanda de terras em relação às famílias camponesas no Sul, somadas à necessidade de gerar divisas para manter a balança comercial do país. Nesse sentido, o Estado de Mato Grosso se alicerçou no crescimento econômico sem considerar as questões sociais, culturais e ecológicas demandadas no processo de desenvolvimento, quanto ao clima e à região amazônica, destaque para as condições edafoclimáticas deste estado perante as condições do Sul do país. Entre a região Centro-Oeste do Brasil e a Região Sul, as diferenças climáticas são acentuadas.

A política econômica buscou suprir necessidades de financiamento, em busca do desenvolvimento, assim, investiu nas instituições citadas por Ferreira (1986) como o INCRA, BASA e SUDAM, o Programa de Integração Nacional (PIN)⁸ e o PROTERRA, para valorizar

⁷ I - Destacar o montante de Cr\$ 100 milhões para aplicação no programa de assistência financeira à indústria de insumos, máquinas, tratores e implementos agropecuários, e a empresas agroindustriais, localizadas na área abrangida pelo PROTERRA, criado pelo Decreto-lei n. 1.179, de 6 de julho de 1971.

II - O montante de que trata o item anterior poderá ser ampliado com recursos próprios dos agentes do PROTERRA.

III - Incorporar ao PROTERRA os seguintes programas:

a) **Programa Especial de Crédito Rural Orientado**, instituído pela Resolução n. 181, de 29 de março de 1971, compreendendo: 1. Financiamentos fundiários destinados a projetos ou programas de colonização e de reforma agrária; 2. Financiamento dos demais investimentos rurais, objetivando a organização e modernização das propriedades rurais; (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010, não paginado).

⁸ Art 1º É criado o Programa de Integração Nacional, com dotação de recursos no valor de Cr\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), a serem constituídos nos exercícios financeiros de 1971 a 1974, inclusive, com a finalidade específica de financiar o plano de obras de infraestrutura, nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional.

Art 5º A partir do exercício financeiro de 1971 e até o exercício financeiro de 1974, inclusive, do total das importâncias deduzidas do imposto de renda devido, para aplicações em incentivos fiscais, 30% (trinta por

as regiões, tendo como ponto estratégico a criação de empresas estatais e o esquema de relacionamento com os investidores externos, mantendo equilíbrio entre a ortodoxia e nacionalismo na política econômica (BRITO, 2001). Ainda, dos programas nacionais derivavam os regionais, chamados de programas especiais. No caso do Centro-Oeste, a SUDECO foi a coordenadora dos programas estaduais. Para Mato Grosso, o PROMAT foi o órgão planejador dos investimentos desses programas envolveram recursos da União no valor de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), dos quais pelo menos Cr\$1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de cruzeiros), foram destinados ao Estado de Mato Grosso.⁹ O PROMAT foi a instituição recebedora de recursos quando da divisão do estado em 1977, continuando os trabalhos do POLAMAZÔNIA, no início da década de 1970. Os investimentos foram direcionados para o norte mato-grossense, abrangendo principalmente o grande capital, o latifúndio e os grandes projetos de colonização.

Para que as instituições pudessem atuar política e economicamente, o Estado de Mato Grosso passou por uma divisão territorial, em 1977, daí se bifurcando com a criação de Mato Grosso do Sul. A parte norte, a partir do divisor hidrográfico da bacia platina e amazônica, voltou-se para a atividade das instituições públicas e privadas. Quanto às organizações, começou com a Fundação Brasil Central e, a partir dela, várias outras foram inseridas no processo de “conquista” do novo espaço, derivando desde as federais até os programas regionais. Os programas especiais entranhados na Amazônia mato-grossense, após a divisão de 1977, possibilitaram as investidas do Centro-Sul na Amazônia Brasileira. À época, a Amazônia legal legitimava a presença institucional na Região Norte.

Diante do contexto exposto, identifica-se a colonização privada no Estado de Mato Grosso como elemento estratégico da estruturação institucional que promoveu a

cento) serão creditados diretamente em conta do Programa de Integração Nacional, permanecendo os restantes 70% (setenta por cento) para utilização na forma prevista na legislação em vigor. (Vide Decreto nº 67.527, de 1970). *Segue: Art. 1º* Todas as pessoas jurídicas registradas no País poderão deduzir do imposto de renda e seus adicionais não restituíveis:

a) até 75% (setenta e cinco por cento) do valor das "Obrigações da Amazônia", que adquirirem, emitidas pelo Banco da Amazônia S.A., com o fim específico de ampliar os recursos do Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM);

b) até 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto de renda devido para inversão em projetos agrícolas, pecuários, industriais, e de serviços básicos que a SUDAM declare, para fins expressos neste artigo, de interesse para o desenvolvimento da Amazônia.

Parágrafo único. Por ocasião da venda das "Obrigações da Amazônia", além destas, o Banco da Amazônia S.A., fornecerá certificados relativos às mesmas, para anexação às declarações de rendimento do contribuinte. (JUSBRASIL, 2012, não paginado).

⁹Capítulo VII – Disposições gerais e transitórias - Lei Complementar nº 31, de 11 de Outubro de 1977 – Criação do Estado do Mato Grosso do Sul e de outras providências. Estratégias Regionais – PIN e PROTERRA. (CAMARA, 2010, não paginado).

transformação social, econômica, cultural e ambiental deste território. E, em período de pouco mais de 30 anos, rupturas significativas com a realidade endógena deram espaço à replicação da estrutura produtiva de commodities em escala para exportação, cenário típico dos países em desenvolvimento, levado a cabo desde o Brasil colonial. Assim, levanta-se o seguinte questionamento: Quais as estruturas políticas, institucionais, econômicas, sociais e de mercado que possibilitaram a colonização privada para os pequenos agricultores?

Dado o questionamento, sem desconsiderar outros fatores a serem trabalhados no decorrer das análises, a hipótese da tese é que a colonização privada ensejou na lógica de produção capitalista latifundiária o pequeno agricultor do Centro-Sul, não apenas para proporcionar-lhe o acesso a terra, mas por uma lógica de mercado que possibilitou através das terras devolutas o processo de compra e venda de áreas de tamanhos diversos, até mesmo em quantidades inferiores à permitida pelo órgão oficial do governo, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), posteriormente INCRA. Nessa lógica, foi considerada a capacidade produtiva do agricultor conforme a realidade edafoclimática daquela região.

Isso fomentou a ocupação, convocando o trabalhador rural e, conseqüentemente, a mão de obra necessária para os grandes projetos capitalistas. As evidências de tal hipótese serão descortinadas no decorrer do trabalho, contudo identificou-se que os pequenos produtores não estavam contemplados nos planejamentos das organizações governamentais. Por isso, é crucial entender as condições institucionais e dos migrantes no processo privado de colonização. Eles explicam o acesso à terra no Centro-Oeste, mesmo que descapitalizados, e a possibilidade de nela se manter ou não. Pressupõe-se que os agricultores pioneiros, embora tenham participado diretamente do processo de colonização de São José do Rio Claro e Canarana, considerando os que ainda residem no território, estão ausentes na atualidade agrícola de Mato Grosso.

Sendo assim, dá-se o objetivo principal desta tese: Identificar os aspectos institucionais, políticos, legais, e econômicos presentes no processo de colonização em São José do Rio Claro e Canarana. Com isso, procura-se compreender a colonização privada desses dois municípios, voltada para pequenos agricultores do Centro-Sul do país, alocados na Amazônia mato-grossense. O aprofundamento dessas análises permitiu perceber a experiência adquirida pelos agricultores ao longo de quase meio século, fomentando a identificação de aspectos positivos e negativos desse processo. Em complemento, propiciou levantar elementos estruturantes para auxiliar a compor futuras análises sobre colonização, sem ainda considerar novos argumentos para o debate a respeito de medidas compensatórias ou

mitigadoras de externalidades, de modo a denotar um desenvolvimento pleno e sustentável aos territórios.

Para atingir o objetivo geral, os objetivos específicos do estudo buscaram analisar desde os aspectos históricos da ocupação territorial, a presença das organizações e os processos que possibilitaram a comercialização das terras e as consequências da colonização privada para pequenos agricultores, conforme segue: a) analisar a formação territorial da Amazônia Mato-Grossense considerando os mecanismos políticos e legais que possibilitaram a aquisição da terra para a colonização privada; b) identificar as organizações, instituições, os mecanismos públicos e privados que prepararam o processo de ocupação, procurando entender se estavam preparados ou não para atender o pequeno produtor migrante; c) analisar os antecedentes dos colonizadores e agricultores da colonização privada do Centro-Sul para entender a ocupação e produção na Amazônia mato-grossense; d) analisar as relações institucionais e os registros históricos presentes no processo de colonização privada nos municípios de São José do Rio Claro e Canarana, descortinando a percepção dos pioneiros, bem como levantar os aspectos positivos e negativos do processo de colonização privada desses municípios com base na experiência desenvolvida pelo colonizador privado e o pequeno agricultor migrante.

Para cumprir com as metas de cada objetivo específico, foi necessário esquadrihar cientificamente os registros históricos acerca da colonização privada no Estado de Mato Grosso, considerando os estudos acadêmicos que abarcam a história econômica, a história sociológica e a história da colonização. Um grande contingente de terras, para o desenvolvimento da agricultura e formação de centros urbanos, foi adquirido por agricultores e comerciantes migrantes. No entanto, a consideração relativa à compra de terras por parte do colonizador carece de detalhes específicos que façam entender não só a lógica do mercado, mas o modo como se deu o contato do primeiro comprador com o Estado. De modo semelhante, a articulação entre empresários de regiões distintas para a aquisição das terras e a transformação dessas em lotes menores. Igualmente relevante saber o que a experiência do processo de colonização privada praticada pode auxiliar no processo de desenvolvimento atual. Nosso intuito foi identificar como se deu a aquisição de terras para a colonização privada e a relação dos empresários paulistas e paranaenses com o Estado. Em adendo, conhecer o modelo e as relações institucionais presentes no processo de colonização privada e sua possível influência na região mato-grossense.

Na análise empírica desenvolvida nos municípios, foi levada em conta a colonização promovida pela empresa Imóveis e Colonização Ltda (IMCOL), vindos de Marialva no

Paraná e onde surgiu a cidade de São José do Rio Claro que se tornou município mais tarde, e os integrantes da Cooperativa 31 de Março Ltda – COOPERCOL, oriundos de Tenente Portela no Rio Grande do Sul formando a cidade e posteriormente município de Canarana. Nos dois projetos havia diferença entre os interessados em adquirir as terras: os que queriam terra para nela trabalhar e os “investidores” que compravam para poder vendê-las posteriormente. O estudo enfocará os primeiros produtores que, de fato, vieram e abriram as terras e começaram a produção em ambiente inóspito no projeto Massapé I e Canarana I. Um aspecto delimitador para o trabalho foi identificar, nos dois municípios, as primeiras glebas e os primeiros pioneiros que chegaram como desbravadores, enfrentando a falta de infraestrutura. Em São José do Rio Claro, foi pesquisada e analisada a Gleba Massapé I, por entender que foi a primeira a dividir as terras em pequenos hectares pela Colonizadora IMCOL. E Canarana I, aonde chegaram e abriram as terras os integrantes da COOPERCOL.

Ressalta-se que, nos dois projetos, os responsáveis pela colonização deram sequência com novos projetos, a Gleba Massapé teve as etapas I, II e III, já a COOPERCOL, iniciou com Canarana I e depois seus dirigentes formaram a CONAGRO, que desenvolveu novos projetos.

A abordagem teórica que descreveu e investigou o trabalho, terá como suporte os estudos da história econômica que retratam a colonização no Brasil, privilegiando Mato Grosso e Amazônia, considerados os aspectos críticos. Entende-se que a colonização na Região Amazônica crava, nos estudos bibliográficos, fatos e fatores que decorreram do processo empírico de colonização, algo que permite uma análise sobre as consequências sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas desse processo de colonização e expansão agrícola no Brasil Central e Amazônia mato-grossense, com implicações sobre a realidade local. Nesse constructo, os dados provenientes do trabalho de campo, no caso deste estudo, abriram uma reanálise para a história econômica, considerando os objetivos geral e específicos.

Ao eleger como objeto de investigação o processo de colonização privada, os aspectos metodológicos buscaram compreender a aquisição de terras de empresários no Estado e sua comercialização até o pequeno produtor rural, vasculhando sua realidade, cultura e aptidão à agricultura. Os atores que contemplam essas articulações se relacionam num aspecto institucional que abarca a iniciativa privada e pública. Nesse constructo, estudos institucionalistas subsidiaram a análise teórica das instituições que fizeram parte do processo de colonização privada nos dois municípios, palco da pesquisa empírica.

O processo de colonização de São José do Rio Claro se deu por iniciativa de corretores de terras da cidade de Marialva, Estado do Paraná, que abriram a colonizadora IMCOL. Em 1967, adquiriram, no então município de Diamantino, a Gleba Massapé I de fazendeiros do Estado de São Paulo que já haviam comprado as terras do Estado de Mato Grosso. Esses tentaram colonizar a gleba uma década antes, mas desistiram, seja pela distância, seja pelo isolamento da civilização moderna, seja ainda pelo enfrentamento com os habitantes locais indígenas. O hoje município está localizado a 90 km da margem esquerda da BR-163 no sentido sul para o norte. No final da década de 1960, a BR-163 era dificilmente transitada de Cuiabá até o Posto Gil, que está no sentido da BR para o Pará. À esquerda, distante 30 km do posto está a cidade de Diamantino, a 130 km por picadão da Gleba Massapé I.

A inspiração para pesquisar a Gleba Massapé I, posteriormente São José do Rio Claro, foi o fato de ter desenvolvido a monografia de graduação em economia, na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em 1997. Este estudo dedicou-se a história da heveicultura¹⁰ no estado, e por me considerar parte dessa história, dado que sou filho de uma família de migrantes. O referido município foi pioneiro do Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural (PROBOR), programa do governo federal, em que a maioria dos produtores do PROBOR I corresponde a pequenos agricultores que vieram do Paraná com a cultura da lavoura branca e do café, conheceram e desempenharam na produção da heveicultura, cultura perene e de diferente trato técnico. Quando da monografia, foi possível perceber que, dos produtores que continuavam com o cultivo da heveicultura, mesmo com o fim do programa que perdurou de 1972 até 1983, eram pioneiros que chegaram no final da década de 1960. O programa contava com apoio financeiro, técnico e comercial do governo, algo que não ocorreu para o cultivo da lavoura temporária e da produção do café, fator inspirador da migração de muitos agricultores. Acreditava-se que poderiam produzir como no Paraná, esperança que foi eliminada nos primeiros anos de cultivo quando perceberam que as terras eram extremamente frágeis.

Na mesorregião nordeste de Mato Grosso, no antigo município de Barra do Garças, a colonização em Canarana se deu por iniciativa de um Pastor Luterano ao fundar uma cooperativa para pequenos agricultores de Tenente Portela, ao fundarem a COOPERCOL para adquirirem as terras. Compraram-nas de fazendeiros paulistas que as haviam comprado de um especulador gaúcho que, segundo Schwantes (2008), chegou a ter um milhão de hectares em Mato Grosso. Canarana está a 40 km à margem esquerda da rodovia BR-158, no sentido de

¹⁰ Cultura da Seringueira ou popularmente borracha.

Mato Grosso para o Pará. Em 2006, convidado a ministrar uma palestra sobre desenvolvimento socioambiental para alunos do curso especial de Administração da Universidade Federal de Mato Grosso, ao contatar com alunos e conhecer-lhes a história e a de seus familiares, foi possível entender que as 18 horas de viagem e os 800 km percorridos de Cuiabá até Canarana, para ministrar aulas e palestras, foi muito pouco para quem havia migrado do Rio Grande do Sul no início da década de 1970. Para chegarem até onde hoje é Canarana, abriram a primeira picada para a construção de uma estrada por quase 40 km, sem contar os aproximadamente 300 km de estrada de difícil trafegabilidade de Barra do Garças a Canarana, margeando o antigo caminho percorrido pela expedição Roncador/Xingu.

A primeira vista de Canarana parece revelar uma cidade comum, mas sua história carrega, no tempo, fatores específicos do processo de transformação e ocupação da Amazônia mato-grossense. Uma cidade planejada, com ruas e corredores da mesma largura, amplas, cobertos por árvores típicas da região. Na área central da cidade, um monumento praticamente incomum: um avião DC-3 foi elevado em três grandes estacas para imortalizá-lo. É o símbolo da conquista da Cooperativa que colonizou o município, utilizado para transportar os pretendentes compradores de terras que viriam para adquirir terras dos futuros projetos, uma vez que os primeiros agricultores vieram mesmo em caminhões; cobertos de lona, com seus poucos pertences domésticos.

A política governamental que providenciou a vinda dos agricultores, conclui-se que não disponibilizou infraestrutura nem apoio. Isto pode ser visto nas fotos que retratam caminhões com mudanças atolados em extensões de areia ou de lama, bem assim nos primeiros barracos de lona plástica e nos inúmeros relatos de falta de escolas, de saúde, acrescidos das demais demandas para uma família. Essas responsabilidades recaíam ao colonizador privado (BRASIL, 1966, não paginado)¹¹, nesse caso a COOPERCOL, fundada para ser a colonizadora privada, que contava apenas com pouca contrapartida do cooperado interessado em adquirir terras. Dos primeiros 400 associados no Sul, apenas 81 aceitaram as condições e vieram com suas famílias em 1972. A maioria desistiu depois de receber o relatório técnico sobre a fragilidade das terras.

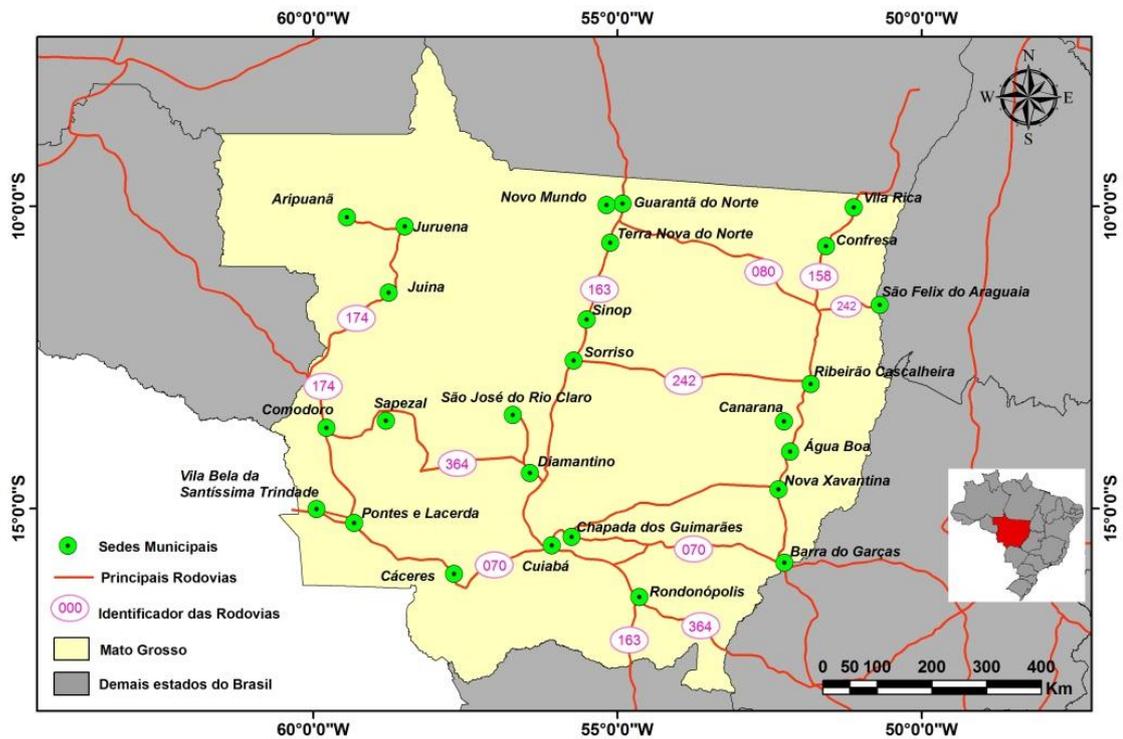
Essa primeira visão da cidade despertou então para a continuidade do estudo do doutoramento, pois, como na Região do Médio Norte, a política em nada se diferenciou: privatizar as terras para colonização e, no caso, essas foram vendidas para pequenos

¹¹Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966. Conforme o Estatuto da Terra, “o Administrador de núcleos ou de distrito de colonização é o responsável pela implantação, coordenação e consolidação dos serviços ou atividades técnicas, administrativas e comunitárias das unidades de colonização até sua emancipação total. E ainda, o gerente administrativo substituirá o poder público no local.

produtores do Centro-Sul. Ainda na Fundação pró-memória, foi possível verificar fatores do processo de colonização e documentos raríssimos. Também na visita, alguns exemplares de trabalhos acadêmicos foram localizados, mesmo que em áreas distintas. Ambos retratavam a colonização de Canarana, (DUNCK, 1997); (SANTOS, 1993); (RIBEIRO, 1986); (OLIVEIRA, 1991). O acesso ao material ensejou perceber que estudos sobre a comercialização da terra devoluta, sua compra e venda para os pioneiros, não haviam sido explorados, o que motivou o início da investigação.

Outro fator relevante que definiu os dois municípios para o estudo foi por estarem posicionados no divisor hidrográfico da bacia platina e amazônica, postulados nos eixos estruturantes rodoviários de duas rodovias: São José do Rio Claro, à margem esquerda da BR-163 e Canarana a margem esquerda da BR-158, ambas projetadas para a ocupação no sentido sul do país para o norte. No mapa é possível verificar os posicionamentos das referidas rodovias e os municípios citados.

Mapa 1 - Mapa das Rodovias BRs-158, 163 e 364



Fonte: Ministério os Transportes o Brasil (2012).

Foi pelos traçados dessas rodovias que os primeiros agricultores migrantes do Centro-Sul chegaram e ajudaram a abrir as estradas para os locais dos projetos de colonização, onde futuramente trabalhariam nas terras.

A continuidade da pesquisa sobre Canarana, possibilitou encontrar na UFMT uma fita VHS, em sua capa estava escrito a caneta: História de Canarana. Empoeirada e picotada, o uso tecnologia possibilitou sua emenda e posterior digitalização, então foi possível verificar seu título: Os homens do presidente, filme de Paulo Rufino, produzido em 1984. O filme retrata a história recente de conquista das terras e do fracasso institucional público e privado, que gerou queda na produção agrícola, falta de preços dos produtos e da ausência de infraestrutura para suportar a vontade de produção dos agricultores migrantes.

A história começa a ser contada por Schwantes (2009, p. 272)¹². Retrata que ele próprio era filho da falta de terra, pois seus pais migraram da Alemanha para o Rio Grande do Sul em busca de terra. Ele e os irmãos não poderiam ficar no campo, porque a terra trazia uma dimensão demasiadamente estreita para as necessidades da família. Tal ocorria em todas as famílias naquela região do Sul. Concluiu que Tenente Portela era a última fronteira agrícola do Rio Grande, e estava ocupada por minifúndios. Então a saída foi o Estado de Mato Grosso, onde havia fartura de terras, mas com dono. O filme termina com agricultores pioneiros narrando o fracasso a que a agricultura chegou, antes da primeira década de trabalho. Relata também a ausência do governo na assistência técnica e financeira, o que levou a falências, a perda de bens adquiridos e, para alguns, à venda das terras. De posse dessas informações, restava voltar à região, dessa vez com o intento de colher informações e investigar documentos para o desenvolvimento do projeto de pesquisa do doutoramento.

Um fator distinto retrata as duas colonizações: o tamanho dos lotes adquiridos. As terras vendidas na Gleba Massapé I foram divididas em pequenos lotes. Começam em dois hectares, quando próximos a cidade, e cuja área se faz aumentada quando mais distantes, chegando a grandes latifúndios. Na colonização pela COOPERCOL, ao dividir as Glebas adquiridas entre os 81 associados, seus lotes ficaram perto de 480 hectares, descontada a área para as agrovilas e reservas legais. No entanto, os primeiros adquirentes independentemente das regiões, foram pequenos agricultores donos de minifúndios no Centro-Sul ou nunca tiveram possibilidades de adquiri-las anteriormente. Nos dois casos, para chegarem e trabalharem nas terras, ajudaram a abrir estradas, fizeram a derrubada das matas e enfrentaram

¹² Norberto Schwantes foi o pastor Luterano idealizador da fundação da COOPERCOL e motivador dos pequenos agricultores de Tenente Portela a migrarem para Mato Grosso.

um ambiente inóspito que poucos aceitavam enfrentar, acrescido do fato de que traziam suas famílias, inexistindo nenhuma infraestrutura de transportes e saúde.

Nesse sentido, o presente estudo se justifica pela importância da colonização privada no Estado de Mato Grosso, que, oficialmente, traz o “progresso” na visão capitalista, economicista e de mercado à realidade tradicional vivenciada até então.

a) Levantamento de dados secundários e documentais

Um levantamento específico foi realizado sobre a bibliografia que remete ao tema. Para obter dados nas fontes secundárias, ainda no período do cumprimento dos créditos teóricos, ampla pesquisa foi difundida na biblioteca do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Somem-se a isso aqueles através das disciplinas específicas sobre a história da Amazônia e do Brasil com o fim de discutir o assunto e indicar bibliografia apropositada, o que possibilitou vasta quantidade de obras para estudos e referências. O fato de o assunto se reportar a Amazônia mato-grossense, considerada fronteira agrícola com a presença de migrantes do Centro-Sul, universidades do Centro-Sul também empreenderam estudos específicos. Na UFMT, foram realizadas pesquisas nas bibliotecas setoriais do departamento de Geografia e História, bem assim no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), referentes à colonização de Mato Grosso.

Para obter conhecimento da vasta quantidade de obras, como monografias, dissertações, teses, relatórios e *papers*, efetivei consulta em meio eletrônico, dos acervos digitais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e de várias universidades, a exemplo da Universidade de São Paulo (USP). Fator específico que facilitou o acesso a literaturas sobre a colonização no estado do Rio Grande do Sul e de São Paulo, como a chegada dos alemães no Sul e dos Italianos no Sul e em São Paulo, foi a disponibilidade de acervo no portal *Google books*. Feito o cadastramento, uma vasta biblioteca esteve franqueada para consultas, diretamente nos livros originais ali depositados.

A leitura geral possibilitou uma compreensão sobre o desenvolvimento desses estudos específicos. Entre várias obras, sobressai uma relação com os trabalhos de (SILVA, 2009), (CASTRO, 2005; 2007), (FERREIRA, 1986), (HÉBETTE; ACEVEDO MARIN, 1999), (FERNANDES; ACEVEDO, 2007), (BARROZO 1992, 2008; 2010); (LENHARO, 1982; 1985), (SIQUEIRA, 1990), (MORENO, 2007), (BORGES, 1991), (OLIVEIRA, 1983), (GUIMARÃES NETO, 2002). Tais autores analisaram a colonização, a disponibilidade de terras, bem como as leis que permitiram sua comercialização, ao lado das análises sociais, culturais, econômicas e ambientais, primordiais para a base bibliográfica de apoio secundário, igualmente reforço a uma literatura crítica sobre colonização. De outra parte, a análise por

meio da teoria institucional fornece um apoio para entender as instituições atuantes nos períodos de planejamento que culminou no processo desenvolvimentista presente atualmente na Amazônia mato-grossense.

Quanto ao processo de venda de terras, bem assim de documentos que subsidiassem a prática, como projetos de colonização desenvolvidos por colonizadoras, foi utilizada a versão dos projetos em posse das colonizadoras pesquisadas: em Canarana, está disponibilizada na Fundação pró-memória; já em São José do Rio Claro, no escritório da colonizadora IMCOL.

No ano de 2010, foram protocoladas solicitações de pesquisa documental no Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), nesse momento não obtivemos êxito. Dos registros de terras das glebas que originaram Canarana e São José do Rio Claro vieram quando, numa segunda tentativa de protocolo, foi solicitada a presença de encarregados da Gerência de Acervo Fundiário e Titulação (GEAFT) para explicar que se tratava de uma pesquisa acadêmica, dava importância dos documentos. Ao analisarem o pré-projeto de estudos e pesquisa e concluírem que a área analisada não é objeto de disputa jurídica nem mesmo terras de ocupação duvidosa, foi concedida a autorização. Assim, através dos nomes contidos no mapa cadastral e de posse da cadeia dominial, tive acesso aos livros que registraram a compra de terras, evidenciando os nomes dos primeiros proprietários, os valores e a sua devida localização. Os detalhes documentais dos projetos de colonização desenvolvidos pelas colonizadoras foram possíveis no escritório da Colonizadora, em São José do Rio Claro e Cuiabá, bem assim em Canarana, no acervo da Fundação pró-memória.

b) Levantamento de dados primários - Trabalho de campo

As viagens para pesquisa em Canarana se deram em julho de 2011 e fevereiro 2012. A primeira visita foi organizada para encontrar documentos na Fundação pró-memória, identificando os agricultores pioneiros. A recepção em Canarana foi na Secretaria de Educação do município, que indicou o Domingos Finatto, radialista, escritor e historiador. Coube a ele a organização da Fundação pró-memória. Ao contatá-lo, em pouco tempo foi possível perceber a dedicação e a organização para manter a história e cultura dos migrantes. Como sugestão, fui convidado a dar uma entrevista na Rádio Vida Nova FM para falar sobre o trabalho de pesquisa que seria realizado e, ao mesmo tempo, para convidar os agricultores pioneiros a dar seu depoimento. Deu resultado. Com o tempo limitado na cidade, em três dias foi possível conhecer filhos e netos de pioneiros, incluindo dois pioneiros que foram prontamente entrevistados. Assim, foram encontrados documentos valiosos que subsidiariam a pesquisa. O retorno em fevereiro de 2012, começou novamente com outra entrevista na Rádio Vida Nova FM, quando anuncio que faria entrevistas com os remanescentes pioneiros.

Foi um sucesso: quando chegava às suas residências, na cidade ou no campo, já sabiam do que se tratava, sentiam-se importantes por estar colaborando com um estudo sobre suas conquistas. Nessa oportunidade, entrevistei a secretária de agricultura do município e visitei um cartório local, onde tive informações de que alguns documentos relativos às terras estavam custodiados no cartório de Barra do Garças, o que não se fez necessário, pois a Fundação pró-memória atenderia a essa demanda.

Na busca pelos pioneiros, localizamos dez, quatro deles ainda tinham as terras, os demais haviam vendido. Dos que se mantinham nas terras, somente uma família ainda vivia na área rural, estava nas terras adquiridas com a cooperativa: e um dos filhos tinha casa na cidade, os demais proprietários já moram na cidade e trabalham na lavoura com um filho ou genro. A Fundação foi objeto de pesquisa intensa, pois, para chegar ao primeiro comprador de terras devolutas do Estado, era preciso encontrar documentos, os quais eram relatados no anteprojeto e no projeto da colonização Canarana. Em razão da eficaz organização do sistema de arquivo, foi possível encontrar o mapa cadastral do município de Barra Garças do ano de 1972, com os nomes dos primeiros compradores de terras do Estado. Diante disso, foi possível entender a cadeia dominial de posse das terras até chegar ao agricultor pioneiro. O mapa estava intacto, arquivado na última prateleira nos fundos da Fundação.

Entre uma entrevista e outra, Finatto estava a postos, tomado de grande disposição, com duas bicicletas para nos deslocarmos pela cidade até o encontro dos pioneiros. Fora da cidade, consegui veículo para conhecermos as agrovilas, intenção primeira da Cooperativa para não construir uma cidade, e sim três núcleos urbanos para atendimento das famílias, tentativa que durou pouco tempo, dada a necessidade da organização do núcleo urbano central. Finatto ainda disponibilizou telefones dos diversos pioneiros que não mais estavam em Canarana. Também localizou e disponibilizou o contato com o diretor técnico da COOPERCOL, engenheiro-agrônomo Orlando Roewer. O encontro se deu em dezembro de 2012 na UFMT. Orlando prontamente se deslocou até essa instituição e colaborou para o entendimento de muitas passagens que as análises dos documentos e algumas entrevistas não puderam esclarecer, entre elas, o fator de distribuir perto de 480 hectares aos agricultores e as técnicas para produzir em um ambiente cultural, ambiental, social e econômico diferenciado da região Sul.

As visitas em São José do Rio Claro foram divididas em três etapas. A primeira ocorreu em 2008, antes da viagem a Belém para cumprir os créditos das disciplinas do doutorado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Nessa oportunidade, foram realizadas visitas nas pequenas propriedades em que ainda havia plantio do primeiro PROBOR, cujo

projeto é de 1972, embora as primeiras mudas tenham sido plantadas em 1974. Uma reunião com o secretário de agricultura Angelim Sambugari, possibilitou conhecer um novo estudo sobre os novos clones de Hevea e sua produtividade, por igual o esboço de um projeto para novos cultivos, levantamento de seringais remanescentes, a área plantada e os projetos para novas áreas. Também nessa viagem, houve uma visita ao escritório da empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), onde se confirmou a existência de documentos pertinentes ao programa PROBOR I.

A segunda pesquisa no município sucedeu em julho de 2011. Então, foi feita a primeira visita à IMCOL: a empresa, através de seu sócio, se disponibilizou a colaborar com os estudos. Foram tiradas cópias da planta urbana, dos primeiros contratos de terras vendidas. Em adendo, na entrevista foi relatada a forma de aquisição da gleba, os nomes dos primeiros fazendeiros que tentaram o primeiro projeto de colonização e a fundação do núcleo urbano. De posse de alguns documentos e com os nomes dos primeiros proprietários, fui orientado a solicitar a cadeia dominial da Gleba Massapé I no Cartório de Diamantino. No entanto, era preciso encontrar o Mapa Cadastral do antigo município de Diamantino. Uma vasta busca e informações conduziram ao encontro de migrantes do Paraná na década de 1970. No entanto, não adquiriram terras da Gleba Massapé I, e sim da II e III. Nesses relatos, vários nomes de adquirentes de terras devolutas do Estado foram citados. Após três contatos, chegou-se a um deputado e fazendeiro paulista. Este adquiriu terras devolutas na década de 1950 no antigo município de Diamantino, posteriormente São José do Rio Claro e seu filho residia em Cuiabá. Após alguns telefonemas, falei com João Ricardo Moreira, filho de Anísio José Moreira.

A primeira entrevista se deu em agosto de 2011, quando foram relatados detalhes das sagas para adquirir terras devolutas do Estado, bem como a dificuldade quanto ao fornecimento de documentos e escrituras. Nessa mesma oportunidade, Moreira agendou uma reunião no Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), onde pude contactar o setor fundiário do Estado. Na entrevista com Moreira, foi-me informado sobre Ramis Bucair, agrimensor e espeleólogo, profundo conhecedor do processo de demarcação de terras devolutas. Além do trabalho particular, atendia às demandas do governo local sobre revisão das medições de terras. Na mesma semana consegui, em uma tarde, entrevistá-lo em seu escritório em Cuiabá. Relatou detalhes das práticas da medição das terras nas décadas de 1950 a 1970, ainda floreou os casos relativos às suas aventuras, pontuando fatos pertinentes aos ocorridos na busca por terras devolutas no Estado. A identificação de pessoas ligadas ao setor público na época do processo de venda de terras do Estado, bem como fazendeiros e filhos de

fazendeiros, corretores de terras, cartorários e comerciantes, permitiu uma interpretação sobre o processo que desencadeou a disponibilidade de terras pelo Estado e a comercialização propriamente dita ao agricultor. A junção das informações e interpretações deram pistas para encontrar o mapa cadastral do município de Diamantino e assim confrontar documentos, escrituras e o referido mapa. Além das informações, ao auscultar o processo de compra e venda de terras devolutas, foi possível perceber um imbróglio entre os diversos segmentos da sociedade, evidenciando registros de um passado recente, invisível ou desconsiderado pelo modelo econômico atual, rico em detalhes a serem desbravados, que alimentavam o objeto de estudo.

Ainda na viagem de agosto de 2011, uma nova visita na EMATER foi realizada para encontrar documentos e identificar os primeiros projetos do PROBOR I. De posse desses documentos, foi possível verificar a quantidade de projetos aprovados, o nome dos proprietários e sua localização. Ao depreender que alguns dos pioneiros estavam na cidade, foram realizadas duas entrevistas. Na prefeitura, em contato com o prefeito municipal da época, este considerou que a pesquisa seria importante para a história econômica do município e ajudaria em planejamentos futuros. Comprometeu-se em disponibilizar um veículo e um técnico da secretaria da agricultura, conhecedor das áreas plantadas no PROBOR I, para ajudar as pesquisas na área rural em 2012. Nesse ano de 2012 aconteceu a terceira visita, e de fato, foi disponibilizado o veículo e um técnico agrícola.

A atividade possibilitou entrevistas com um técnico da EMATER que trabalhou em todos os PROBOR, forneceu documentos técnicos sobre o cultivo e produção da Heveicultura, bem como fez depoimentos pertinentes para contrapor suas informações com os relatos dos produtores. Numa visita à Secretaria de Agricultura do município, foi possível conhecer a estação fitossanitária ou “estação de aviso”, instalada no auge da produção da borracha, que permitiu minimizar as pragas que combatiam as plantações dos seringais por meio do controle biológico. Em três outros dias foram realizadas visitas nas áreas rurais que tiveram projetos aprovados do primeiro PROBOR, entrevistar seus proprietários e conhecer resquícios de um programa pertinente ao processo de colonização da década de 1960, tão influente na contemporaneidade. Seus remanescentes, através do diálogo, demonstravam suas vantagens, a possibilidade que tiveram de ter conhecimento de uma nova cultura agrícola perene, técnicas e financiamentos que atendiam às demandas de pequenos produtores agrícolas, algo que despertava para a interpretação da hipótese lançada. Em dezembro de 2012, fui prontamente atendido pelo sócio da colonizadora IMCOL, Aparecido Briante, em seu escritório em Cuiabá. Bastou uma tarde de entrevista para obter detalhes que foram posteriormente

confrontados com documentos e outros depoimentos, o que permitiu tirar muitas dúvidas e depurar mais informações e conhecimentos. Afinal, o entrevistado foi o principal articulador administrativo da empresa com as esferas públicas e privadas, tanto na implantação quanto do desenvolvimento do projeto de colonização.

A tese está estruturada em quatro capítulos, incorporadas a introdução e a conclusão. O primeiro capítulo aborda questões da história econômica de Mato Grosso perfazendo a descoberta das minas de Cuiabá até a divisão territorial que permitiu a emancipação da Amazônia mato-grossense. Nesse constructo, foi utilizada uma base teórica crítica de diversos autores que estudam e pesquisam a colonização na Amazônia. Também foi analisado o comércio de terras que facultou que grandes latifúndios fossem colonizados e parcelados, de tal forma que pequenos produtores agrícolas do Paraná e Rio Grande do Sul pudessem adquirir terras.

O segundo capítulo se ocupa da análise das organizações que fizeram parte do processo de ocupação da Amazônia mato-grossense, perfazendo o caminho constitucional que abriu espaço a que as superintendências, os órgãos estaduais e as legislações permitissem a ocupação territorial. Os programas especiais que providenciaram os financiamentos e a presença científica da Universidade Federal de Mato Grosso (UNISELVA) com o projeto Humboldt, também estão especificados nessa parte do trabalho.

Coube ao terceiro capítulo relatar como o processo de colonização, iniciado no Estado de São Paulo, chega ao Paraná, numa política de colonização dirigida pelo capital e, conforme o pensamento de um inglês, membro do governo britânico, propiciou a fundação de cidades e municípios naquela região. Aí, a mudança de produção permanente do café e da agricultura de subsistência para produção agrícola mecanizada fez com que os pequenos agricultores não conseguissem se fixar nas terras, embora consideradas férteis. O problema das geadas, que atrapalhavam a produção cafeeira, e a mudança do sistema produtivo colaboram para que os pequenos agricultores não conseguissem ser produtivos e procurassem outras saídas em outras terras. Isso influenciou corretores e comerciantes a replicar o modelo paranaense na Amazônia de Mato Grosso, inclusive, “vendiam” a imagem de uma região de terras férteis que não haviam geadas, fato temido pelo pequeno agricultor do Centro-Sul. Ainda nesse capítulo, foi investigado o processo de ocupação de terras no Rio Grande do Sul pelos migrantes europeus. Ao longo do tempo e diante da escassez de terras férteis e agricultáveis, os pequenos agricultores, apoiados por familiares, se entusiasmaram a buscar novas terras para seus descendentes. Daí por que migraram para Mato Grosso.

A realidade dos migrantes que estão com as terras ou ficaram sem elas foi interpretada no quarto capítulo. Foram coletadas opiniões dos diretores, proprietários das colonizadoras e agricultores. Uma nova cultura, uma nova relação social num ambiente físico e climático totalmente oposto ao do Sul do país, fez com que novas tentativas fossem elaboradas para suprir as dificuldades enfrentadas. O pioneiro que migra na década de 1960 e 1970 enfrenta a falta de estrutura demandante de um processo de migração para uma nova localidade. Com o passar dos anos, a maioria ficou novamente sem terra, no entanto, não os diferenciam dos que ainda permanecem com a terra. Possuem conhecimento, experiência e entendimento que foram, em verdades os que abriram caminhos para o processo de produção atual. No entanto, assim como chegaram, os relatos mostraram que eles se sentem “invisíveis” num processo expropriador a quem não atende as demandas da economia agroexportadora que aporta ao estado.

Assim, a tese culmina com o objetivo de identificar o conhecimento e experiência adquiridos por empresários e agricultores presentes no processo de colonização em São José do Rio Claro e Canarana, provenientes dos aspectos institucionais, políticos, legais e econômicos das atividades colonizadoras empreendidas. Porém, diante da amplitude do tema inviabiliza discutir todas as variáveis que fazem parte desse processo. Durante os estudos, fica evidenciada a complexidade envolta no processo de colonização privada desenvolvido em Mato Grosso. Tem-se a ciência de que algumas variáveis deixaram de ser contempladas, entre elas a questão cultural e o desaculturação local, a realidade do habitante tradicional e dos expropriados de sua terra, as dificuldades enfrentadas pelo migrante que abandona sua terra e cultura para se inserir em um ambiente diferente. Se bem assim, esses temas poderão ser trabalhados com mais especificidade em novos estudos.

2 DAS MINAS DE CUIABÁ AO RECONHECIMENTO DO MATO GROSSO AMAZÔNICO

Antes porém de analisar a presença das organizações e instituições que proporcionaram o modelo desenvolvimentista para a Amazônia mato-grossense, será explanado o processo político e geográfico deste estado. Devido ao fato de sua extensão alcançar territorialidades específicas, desde sua divisa com os estados do Pará, Amazonas e Rondônia até os estados de São Paulo e Paraná, antes da divisão territorial de 1977, esses aspectos deram, ao longo do tempo, motivos para que as questões políticas e econômicas fossem objeto de discussões dentro do próprio estado. Por um lado, os centristas, que estavam em Cuiabá, sede da administração pública, e por outro lado os sulistas, região de maior contribuição econômica antes da divisão. A parte norte do estado de Mato Grosso se encaixava na Amazônia Legal, ainda num processo de ocupação dirigida e espontânea, sem o aparato institucional que chegou após a divisão territorial.

Os caminhos que levaram às minas de Cuiabá foram, nos primeiros momentos, realizados pelas águas, as mesmas que permitiram a chegada das caravelas no território brasileiro. Registra-se que algumas embarcações já haviam percorrido a costa das Américas antes das que, historicamente, foram conceituadas como as que descobriram. Sejam exemplo os templários ligados ao governo de Portugal: em suas aventuras marinhas incluíram o Brasil, em 1389. No entanto, com o passar dos anos, eis que instituições portuguesas e espanholas rumaram ao que era considerado desconhecido, até dominar de fato terras e costumes dos povos autóctones presentes.

Ao encontrar um novo território que seria futuramente o Brasil, naquele momento, a Coroa Portuguesa adquiriu uma nova posse, pois as terras encontradas estavam na demarcação a Leste do Tratado de Tordesilhas. Os acordos que firmaram o Tratado em 1494, entre as Coroas de Portugal e Espanha, dividiam as terras encontradas, estabelecendo que, a leste da linha imaginária, seriam de Portugal, a oeste da Espanha. Assim, considerando a conquista um domínio, dadas as condições do tratado, estaria aqui presente uma instituição, nesse caso a Coroa portuguesa, representando o domínio de um novo território.

Dessa forma, uma nova cultura invadia um mundo dominado por populações autóctones estabelecidas e sustentáveis por séculos. O desconhecido passou a ser superado pela imposição de aventureiros, aniquiladores de conhecedores radicalizados nas terras em que viviam. Assim, o início da ocupação por europeus foi de supressão para uma nova abordagem, seja cultural, seja social, seja principalmente econômica.

Para Holanda (1979), os idealizadores da ocupação do território brasileiro implantaram uma cultura europeia que teve de se afeiçoar a um sistema de “evolução próprio de outro clima e de outra paisagem”. Contudo, características portuguesas ficaram arraigadas nas institucionalidades internas. Reporta-se a hierarquia fundada em privilégios, à falta de coesão como um elemento aristocrático, à individualidade, à organização política artificialmente mantida por uma força exterior, que, nos tempos modernos encontrou uma de suas formas na ditadura militar. O mesmo Holanda (1979) enfatiza: “Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida”. Perseguindo o pensar desse autor (1979, p.17), a abundância de terras férteis e “mal” desbravadas fez com que a grande propriedade rural se tornasse a verdadeira unidade de produção. Também numa produção de índole semi-capitalista, orientada para o consumo externo, teriam que prevalecer por força critérios grosseiramente quantitativos, exploração latifundiária e monocultura.

Assim, os mecanismos utilizados pelos colonizadores buscavam apropriar-se para gerar produção e atender à demanda externa: estavam sempre beneficiando a metrópole exploradora; daí, ingressar no interior era notório naquele momento, pois havia riquezas e mão de obra escrava. No decorrer do tempo, a linha imaginária da demarcação do Tratado de Tordesilhas sofria movimentação, em suas fronteiras. Para embrenharem-se no interior do vasto território, as incursões ultrapassavam os limites estabelecidos, pois os principais caminhos eram os rios e estes delineiam naturalmente sobre a linha imaginária. De qualquer forma, a manutenção do poder das instituições governamentais estava na busca de metais preciosos, com isso as investidas eram representadas por aventuras sustentadas pela conquista do desconhecido.

2.1 Cuiabá pelas águas e pelos sertões

As conquistas dos novos territórios, ligadas à exploração dos recursos naturais para exportá-los ao continente europeu, é o que implica a penetração no território. As expedições em busca de mão de obra indígena para trabalhar nas capitâneas, à cata de metais e pedras preciosas, eram praticadas pelo bandeirante¹³. O caminho percorrido pelos bandeirantes era pelos rios. Como vinham do litoral, buscavam os rios que subiam, pois assim acreditavam adentrar o continente. As descobertas das minas de Cuiabá se deram através de várias

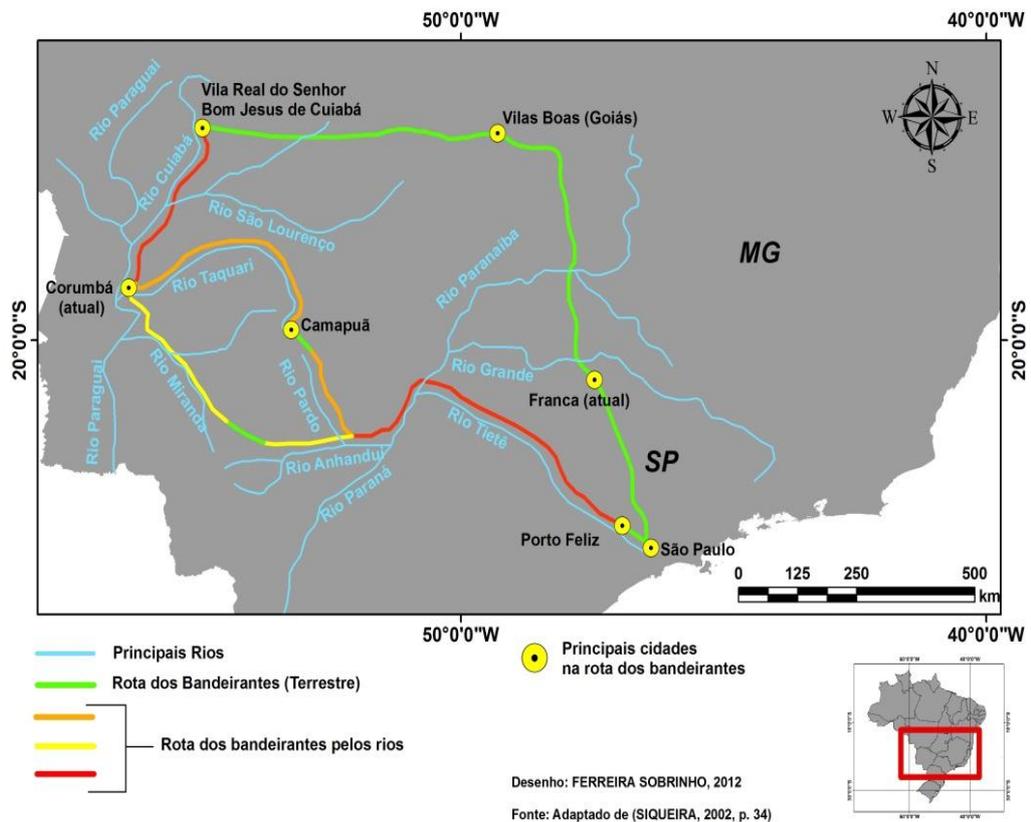
¹³Os Bandeirantes eram paulistas que se aventuravam pelo interior do país a procura de pedras e metais preciosos, além de aprisionamento de indígenas e captura de escravos fugitivos.

bandeiras: as primeiras pelas águas; depois, pelos longos caminhos que cruzavam os sertões do Brasil central, cruzava-se a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. Na sequência do texto, entreabre-se uma síntese dos caminhos percorridos, a descoberta das minas, a divisão do grande estado de Mato Grosso e a representação institucional na Amazônia mato-grossense.

Para enveredar no território desconhecido, foram percorridas as capitanias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, que, pelo tratado de Tordesilhas, a partir do oeste de Minas Gerais pertencia oficialmente à Espanha. Conforme Siqueira (2002), os espanhóis; no processo de colonização sul-americana, fixaram-se mais ao extremo ocidente onde encontraram metais para exportação, tendo como objetivo as minas do Peru. Embora tenham percorrido as terras do Mato Grosso, nelas não se fixaram, abandonando-as posteriormente. Dessa forma, as bandeiras paulistas adentraram a oeste, dado que não encontraram os espanhóis, do século XVI à primeira metade do XVIII. Ainda conforme Siqueira (2002), outro empecilho ao avanço espanhol para o leste foram os indígenas presentes na região. Os espanhóis não estenderam seu território ao longo do rio Paraguai, eram pressionados pelos portugueses do leste para o oeste e também pelos jesuítas, nas tentativas de aldeamento. Foram várias as investidas dos bandeirantes paulistas, adentrando o continente via rede hidroviária do centro da colônia. Conforme a autora citada, Manoel de Campos Bicudo, no início do século XVII, “foi um bandeirante pioneiro na penetração do Oeste brasileiro”. Entre 1673 e 1682, juntamente com seu filho, conseguiu subir o rio Cuiabá até o rio Coxipó-Mirim, montando aí seu acampamento: foi o primeiro bandeirante a atingir a região, onde hoje está plantada a cidade de Cuiabá.

Posteriormente, em 1718, Pascoal Moreira Cabral e membros de sua bandeira avistaram índios nas margens desse mesmo rio, onde, em 1719, descobriram as minas de ouro de Cuiabá. A data de fundação de Cuiabá se registra a 08 de abril do mesmo ano. Para chegar ao lugar em que a cidade hoje se situa utilizaram dois roteiros. (SIQUEIRA 2002, p. 34) os caminhos pelas águas, conforme descritos a seguir e representados no mapa 2:

Mapa 2 - Roteiro pelos rios e sertões



Fonte: Adaptado de Siqueira (2002, p.34).

- 1) Primeiro roteiro: Rios Tietê – Grande (rio Paraná) – Pardo, Anhanduí, travessia por terra pelos Campos da Vacaria, rios Mboteteu (Miranda), Paraguai, São Lourenço e Cuiabá.
- 2) Segundo roteiro: Tietê, Grande, Pardo, Sanguessuga, travessia por terra pelo varadouro de Camapuã, rios Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá.

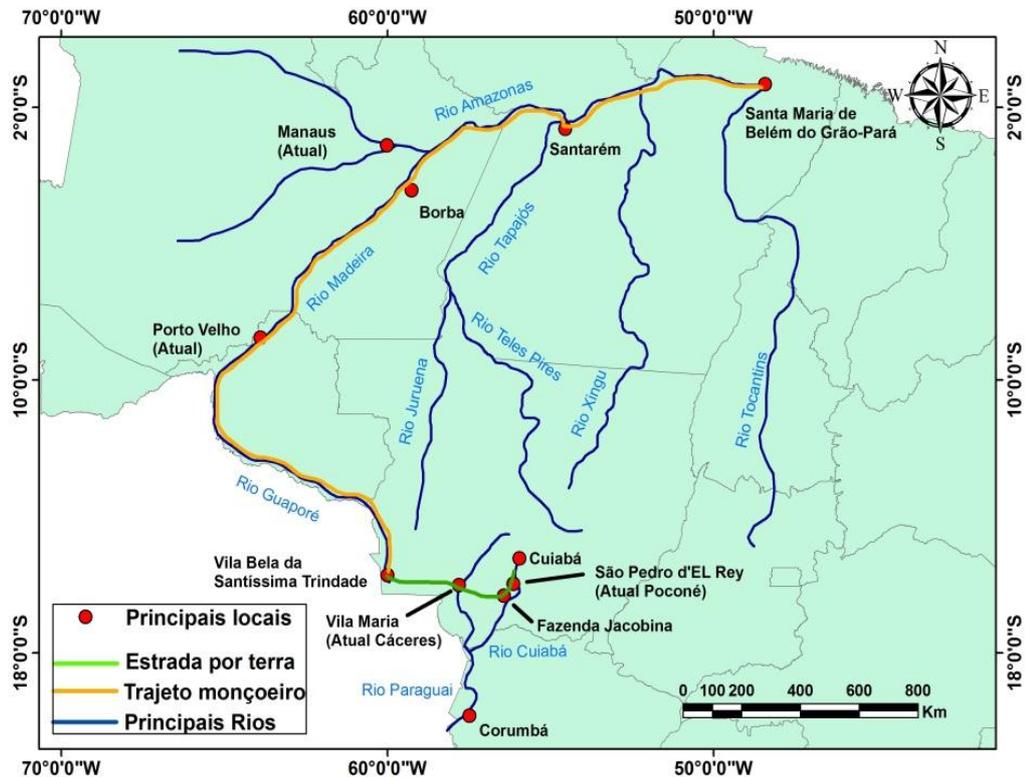
Conforme Vialou (2005), a linha contínua no mapa na cor verde, denominada como rota terrestre dos bandeirantes, mostra que outra opção foi o caminho por terra. Esse se deu posteriormente, diante das dificuldades de acesso pelas águas, tentativa que ensejou a movimentação mais rápida e, de igual modo, mais segura. Foi percorrida a pedido do governo da província de São Paulo, quando o rei de Portugal solicitou-lhe ida a Cuiabá. As travessias por água duravam de 4 a 6 meses, a dependerem sempre do volume de água dos rios. A notícia da descoberta de ouro, em Mato Grosso, trouxe para a região novos moradores, mineradores e negociantes, tanto da capitania de São Paulo como de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Mato Grosso foi elevado a condição de capitania independente de São Paulo em 1748, sendo Antônio Rolim de Moura seu primeiro governador, cujo exercício no cargo foi de

1751 até 1765. Nessa época, fundou-se a capital Vila Bela da Santíssima Trindade, registrando que, hoje, faz divisa com a Bolívia e Rondônia.

Nesse local, o governo português estimulou a ocupação por colonos, concedendo diversos tipos de vantagens. Uma vez estabelecida a infraestrutura básica, buscou-se resolver o problema do abastecimento da capital Vila Bela. As monções que subiam o rio Cuiabá vindo de São Paulo encontravam grades dificuldades de acessar Vila Bela, dado o trajeto terrestre acidentado entre os dois núcleos. Como Vila Bela estava localizada na bacia Amazônica e Cuiabá na bacia Platina, não havia ligação fluvial direta, sendo necessária a incursão pelo terreno para completar o percurso. A solução foi definida em Portugal, que nutria o interesse em salvaguardar as regiões ocupadas no Oeste do Meridiano de Tordesilhas, que mantinham vizinhança com o Império Colonial Espanhol. A criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755 pelo Marquês de Pombal foi a forma encontrada para interligar Belém do Pará a Vila Bela, através dos rios Amazonas, Madeira e Guaporé, tornando mais fácil a ligação de Mato Grosso com Portugal, pois Belém estava localizada na saída para o Atlântico, conforme Siqueira (2002).

Pela ligação fluvial, a Companhia de Comércio desembarcava em Vila Bela produtos alimentícios, vestimentas, ferramentas, escravos, medicamentos e tudo o mais que Vila Bela não produzia, mas necessitava para a sua reprodução social. Além disso, na viagem de retorno, as embarcações transportavam o ouro extraído das minas do Guaporé. Conforme Faria (2012), percebe-se uma forte e importante mudança no sentido da colonização mato-grossense, que estava de costas para a porção Norte da Colônia e a sua região amazônica e, com a construção de Vila Bela, o fluxo de mercadorias e informações passam a se orientar ao Grão-Pará, em uma mudança que inverte a lógica de dominação regional, passando de subordinado à Capitania de São Paulo ao Sul e que, a partir de Vila Bela, passa a se subordinar diretamente à Metrópole ao Norte. Conforme o mapa 3, os relatos anteriores sobre a ligação de Mato Grosso com o Norte do país, podem ser visualizados. Destaca-se a ligação por terra de Vila Bela da Santíssima Trindade para Cuiabá.

Mapa 3 - O Roteiro das Monções ao Norte



Fonte: Siqueira (2002, p. 46).

Por dificuldade administrativa, em 1835, por ordem de D. Pedro I, a capital passou definitivamente a ser Cuiabá. Com a proclamação da República, todas as capitanias se tornaram províncias, instituições autônomas, sob supervisão do Estado Federal: o governador era nomeado e demitido pelo rei.

2.2 Isolamento regional ou estratégia de domínio político-econômico: o mito do isolamento

A distância constituiu sempre o grande problema da região. Muitos suprimentos primários ainda vinham de São Paulo. Um exemplo significativo, retratado por vários autores a propósito da época, menciona que o sal faltava até mesmo para o consumo dos moradores e para as atividades do batismo, rito religioso que dele se socorre. Sua falta também foi sentida para a criação do gado que aparece presente em monção de 1723, não sem pontear que efetivo de um rebanho maior somente foi percebido em 1737.

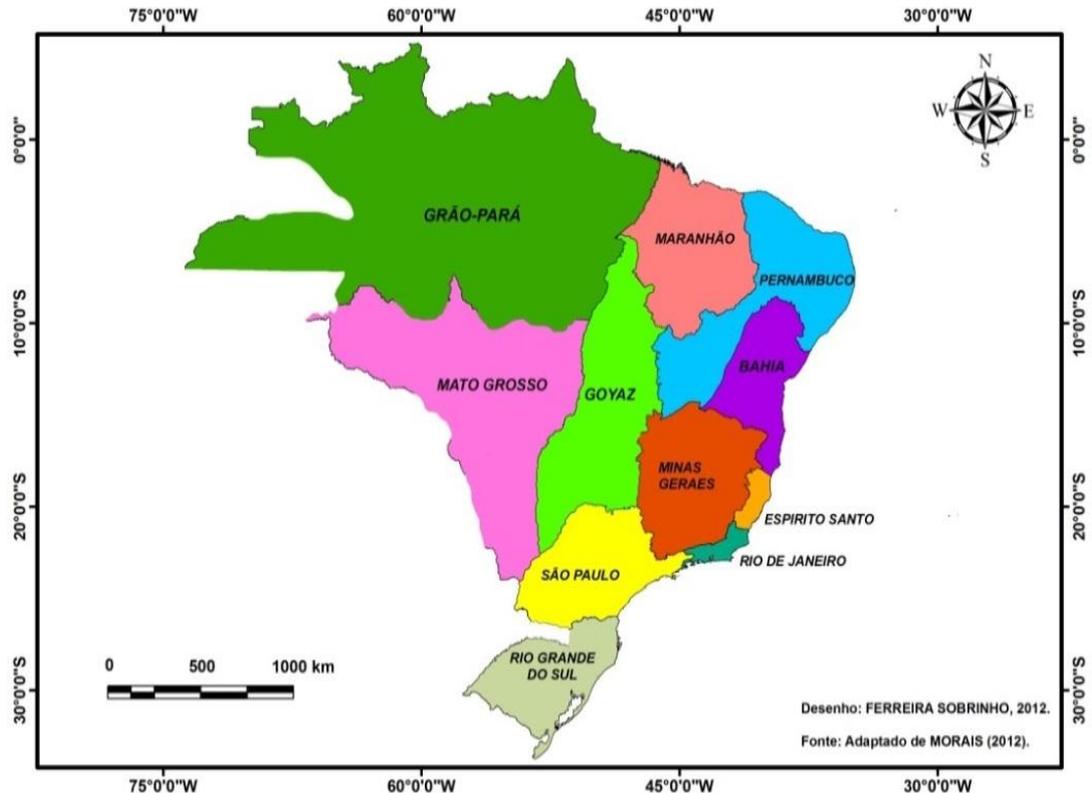
A questão do isolamento pode ser observada por outros olhares. No entender de Lenharo (1982), também expressava uma estratégia política e econômica, pois, com o

“isolamento”, perdurava o domínio senhorial, tanto das instituições públicas quanto das instituições privadas.

Em vista disso é que se procurou destacar as ligações internas entre a capitania e o conjunto da colônia. Os resultados alcançados por esta pesquisa já foram suficientes para demonstrar a insustentabilidade de certas explicações míticas da evolução histórica da Capitania, entre as quais o “mito do isolamento” se pronuncia como mais persistente. Sem ao menos sustentar-se empiricamente, o “mito do isolamento” deve ser questionado a partir da dimensão ideológica em que foi gerado. O mito não foi elaborado nem tem sido reelaborado por casualidade; tem servido, na verdade, à constituição de um ideal aristocrático localista, alimentado por uma historiografia de teor semelhante, seduzida pela prática laudatória das camadas dominantes. Quanto mais aparecem reforçadas determinadas nuances do “isolamento”, maiores atribuições de tenacidade, heroísmo e virtudes afins têm sido associados aos representantes do poder local. Este expediente não é novo. Constitui na verdade, uma reprodução parcial da tradição quatrocentã dos paulistas, cuja especialidade de uma “raça de gigantes”, poderia ter deixado suas sementes na frente oeste de colonização... Mitos tipo “isolamento” mascaram a falta de discurso histórico, para não dizer que, na realidade, constituem a sua própria negação. Esse tipo de produção mitológica dispensa a pesquisa, breca a reflexão crítica; as explicações são dadas num plano supra-racional que bloqueia a possibilidade de seu questionamento (LENHARO, 1982, p. 11).

À luz da citação, o isolamento tinha sua representatividade tanto para os que para lá afluíam quanto para os que estavam no local. Os que chegavam aos núcleos, ficavam enaltecidos pela conquista, uma vez que desbravaram e venceram a distância. Para quem já se fixara na localidade, a realidade das regiões isoladas estava marcada por domínio e controle. Da província à colonização oficial e privada do final do século XX, o pioneiro teve e sentiu a pujança do ambiente isolado. Dessa forma, as diferentes atividades que geravam produção econômica, demoraram a se instalar e a produzir, fato que ocorreu ao longo do tempo, em atividades específicas. A estrutura representada no Mapa 4 demonstra o espaço continental do território brasileiro. Considera-se aí a falta de infraestrutura e, visualmente, o tamanho dos estados aos olhos da época, o que, posteriormente, demandou outras divisões políticas, como será visto.

Mapa 4 - Mapa com a divisão política do Brasil no século XVIII



Fonte: Adaptado de Moraes (2012).

Sem desmerecer a ótica do isolamento, após a descoberta do ouro outras iniciativas econômicas afloraram na região, entre elas a produção da cana de açúcar, por volta de 1729. Em 1750, funcionavam engenhocas de aguardente de cana, que empregavam negros da Guiné. Nessa época a produção açucareira não era bem vista nas regiões de exploração aurífera, porquanto poderia desviar a mão de obra do trabalho minerador. Dessa forma, em 1735 o governador da capitania de São Paulo enviou homens para a destruição dos engenhos existentes na região das Minas do Cuiabá. Embora assim, continuaram a existir posteriormente dada a importação de maquinaria industrial movida a vapor, trazida da Inglaterra, por meio de empresas importadoras e exportadoras estabelecidas na Argentina. Em razão disso, os engenhos se transformaram em usinas açucareiras.

Na relação de trabalho, a substituição do engenho pelas usinas, não modificou-lhe a forma. Mesmo após a abolição da escravatura em 1888, os trabalhadores continuaram recebendo tratamento escravista, fazendo as vezes do “coronel” o proprietário da usina. Borges (2001) menciona que o trabalho escravo nas usinas de açúcar e nos ervais de Cuiabá existiu, documentado nos registros, até 1931, sendo escravidão de negros, índios e brancos. A tudo se empregava um sistema repressivo, com guarda armada. Borges ainda cita a existência

de trabalho livre, em que índios e homens livres de Mato Grosso e do Paraguai lançavam mão de sua força de trabalho nas atividades extrativas da borracha, erva-mate, ipeca e outros. Embora a mineração fosse motivo de sustento dos habitantes durante as expedições bandeirantes, quando do início das primeiras atividades industriais, a dificuldade de produção e de transporte agrícola fez com que as primeiras produções atendessem primeiramente ao consumo interno. Com isso, seu volume mais expressivo se deu na virada do século XVIII para o seguinte.

Embora o isolamento tivesse seus aspectos políticos e econômicos estabelecidos, o processo de interiorização do Brasil sempre foi discutido. Pelo fato de o Rio de Janeiro estar localizado no litoral, existiam preocupações com a segurança da Capital. Basta lembrar que a constituição de 1824 já menciona a mudança da capital do Império para o centro do país.

No tocante à Independência, Mato Grosso depôs seu capitão-general em 3 de junho de 1821, um ano antes de ser ela proclamada, dado que ocorreu em setembro de 1822. Assim, Mato Grosso assistiu à Independência do Brasil sob uma junta governativa de residentes da capitania. Quanto aos conflitos regionais, sobressaía a Rusga que se deu, neste estado, em 1834. Ao longo do período que antecedeu a Guerra do Paraguai (1864-1870)¹⁴, foram registradas correntes migratórias para Mato Grosso, provenientes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

Antes da guerra, o rio Paraguai, que havia se tornado importante escoador dos produtos comerciais, também cedeu das suas barras para a produção de açúcar de engenho e extração de ipecacuanha, tornando-se centro de apoio ao desenvolvimento econômico da região. A produção se dava pelo rio Paraná e Prata até o oceano Atlântico, e dali ao porto de Santos. Durante a guerra, a comunicação com o Sudeste cessou, pois os conflitos na Região Sul de Mato Grosso, onde hoje é o Estado de Mato Grosso do Sul, sucederam no decurso do rio Paraguai. Com este incidente, ficou evidente, na época, a fragilidade das forças regionais, pois não tinham o apoio das tropas imperiais. Daí porque Mato Grosso enfrentou a batalha com regimento próprio. Quando Corumbá foi tomada pelos paraguaios, Cuiabá se preparou para defender-se, algo que não foi preciso, em razão das dificuldades encontradas por eles para subirem o rio. Mesmo assim, o Presidente provinciano sugeriu o fortalecimento da região

¹⁴A guerra do Paraguai, ou da tríplice aliança, envolveu o Brasil, o Uruguai e a Argentina contra o Paraguai. Depois de o Brasil invadir o Uruguai e interferir em uma guerra civil, o presidente paraguaio, Solano López, por temer que também fosse invadido, procurou se aliar aos derrotados uruguaios para contrapor ao Brasil. Assim, em 11 de novembro de 1864, aprisionou um vapor brasileiro suspeitando que tivessem armas em seu interior, mas se tratava do presidente da província de Mato Grosso. Posteriormente, o Paraguai invadiu Mato Grosso. Política e economicamente, a Inglaterra estava envolvida no conflito, devido ao desenvolvimento industrial do país guerreado.

de Melgaço, devido à sua localização físico-geográfica. A partir dessa época, passou a se chamar Barão de Melgaço, em homenagem “a seu defensor Augusto Leverger, titulado Barão de Melgaço a 10 de novembro de 1875, título conferido pelo Imperador D. Pedro II”, informação que colhemos na citada obra de Siqueira.

Entre 27 de dezembro de 1864 e 23 de março de 1870 a Guerra do Paraguai afetou seriamente Mato Grosso. A navegação interrompida com o oceano Atlântico e a força de trabalho desestruturada frente à epidemia de varíola e uma baixa capacidade de demanda interna remonta um quadro de dependência exógena para acumulação de excedente, que mesmo tendo a poaia e artefatos de couro para exportação, não conseguiam realização pela dificuldade de produção e escoamento. Sem produção não havia arrecadação de impostos, o que remetia ao endividamento público tanto pelos esforços de guerra quanto para a manutenção das condições mínimas de vida na Província. Com o Paraguai arrasado pela guerra, os vencedores impuseram as suas intenções, sendo para que Mato Grosso a mais importante foi a reabertura da navegação da bacia platina. Através do rio Paraguai Mato Grosso volta a se comunicar com centros econômicos relevantes. De 1870 a 1930 a navegação nesta bacia foi ininterrupta e pela hidrovia se movimentavam mercadorias, pessoas e ideias (MENDONÇA, 1981; SIQUEIRA, 2002).

O capital comercial, em franca expansão mundial, identificou oportunidades de empreendimentos em Mato Grosso para fornecimento de bens industriais produzidas na Europa. Além disso, havia algumas matérias-primas de interesse, que logo atraíram o capital produtivo. Os principais produtos fornecidos por Mato Grosso eram couros bovinos secos, sebos, crinas, penas de aves, cascos de animais, látex manufaturado, erva-mate e poaia ensacada (SIQUEIRA, 2002). O capital estrangeiro comercial se estabeleceu em três principais polos, Corumbá, Cáceres¹⁵ e Cuiabá, em função da ligação fluvial. Para garantir o fornecimento de produtos regionais, os capitais comerciais também passaram a controlar o sistema de extração de poaia e látex, além de organizar a produção de gado de forma extensiva. Esta fase é de conformação de um capitalismo comercial voltado ao eixo Sul, onde a saída pelo oceano Atlântico se consolidou como a forma mais segura e competitiva de interligar Mato Grosso ao mundo capitalista. A acumulação de capital se expande, mas muito relacionado às condições biofísicas do território, dado o caráter de extrativismo da

¹⁵As primeiras empresas industriais com alta potencialidade de produção e exportação para a Europa surgiram em Cáceres após a Guerra do Paraguai, pelas usinas de açúcar e as charqueadas de Descalvados e Barranco Vermelho.

biodiversidade. Em 1882 Cuiabá alcançava 20 mil habitantes, uma recuperação em relação a 1867, quando dos 12 mil habitantes, estima-se que quase a metade tenha falecido por varíola.

Mesmo com a abertura da navegação e a possibilidade de revigorar a economia, com a presença de novos vetores produtivos e com a exportação de produtos industriais e da poaia, a balança comercial mato-grossense permaneceu deficitária entre 1872 e 1897, quando o saldo negativo foi coberto pelo Governo Imperial e pelo Governo Republicano. A fase entre 1870 e 1890 é considerada de reduzido movimento de exportação. Entre 1890 e 1914 surgem, ao lado da extração da poaia, dois outros sistemas extrativos, a borracha e a erva-mate, estes com maior capacidade de agregação de valor, gerando a partir de 1902 excedentes apropriáveis, em função do considerável superávit da balança comercial de Mato Grosso. A pecuária, tradicional produção mato-grossense, somente se estabeleceria como vetor dinâmico a partir de 1914 com o término da construção da ferrovia interligando Mato Grosso (a atual porção Sul) com São Paulo (BORGES, 2001).

O crescimento da extração acabou deslocando grande parte da mão-de-obra disponível na região para a extração do látex, o que desarticulou a produção local de alimentos e agravou sobremaneira o já existente problema de escassez de trabalhadores. No entanto, observou-se na região um intenso fluxo migratório a partir do terceiro quartel do século XIX, provocado por um longo período de estiagem no Nordeste brasileiro, e que, em última instância, mitigou os problemas oriundos da falta de população economicamente ativa na região (WEINSTEIN, 1993). O sistema de aviamento, onde o capital comercial e latifundiário controlava a força de trabalho se estabeleceu como elemento estruturante do sistema produtivo¹⁶.

Em 1901 as exportações de borracha representavam importantes 23% das exportações mato-grossenses, alcançando em 1907 a participação de 59% e o pico em 1910 com 69% do valor exportado por Mato Grosso. A borracha permaneceria como principal atividade econômica de Mato Grosso até 1917, quando foi suplantada em 1918 pela pecuária e seus subprodutos, que estavam em franca expansão desde 1914, com o advento da ferrovia Noroeste do Brasil e da Primeira Guerra Mundial. A participação da borracha na exportação regional declinaria de forma constante até a década de 1930, tornando-se o terceiro sistema produtivo na pauta de exportações, atrás da pecuária e da erva-mate (BORGES, 2001).

A exploração da poaia serviu à acumulação de capital na porção Oeste de Mato Grosso, na região compreendida entre o rio Paraguai e o rio Guaporé, o que poderia ter

¹⁶ Houve uma complementação entre o sistema extrativo da poaia e do látex. Como o período de extração destes sistemas não coincidia, os trabalhadores eram alocados em torno de seis meses em cada sistema, sendo ambos, regidos pelo aviamento.

orientado mais uma vez a Província para o Norte, em contato com os núcleos amazônicos. Contudo, dadas as condições de navegação na bacia platina, Mato Grosso consolida a sua direção voltada ao Sul, sofrendo influência direta da navegação no oceano Atlântico, com Barra do Bugres, Cáceres e Corumbá sendo os núcleos de organização deste empreendimento.

2.3 A nova configuração política e econômica para o centro-oeste mato-grossense

Mato Grosso sofreu duas separações territoriais, a primeira se deu em 1943, quando foi criado o território de Rondônia. Já em 1977, o desmembramento teve como objeto a criação de Mato Grosso do Sul. Antes dessas separações Mato Grosso chegou a ter uma extensão de 1.477.041 km², assinalando que, com a divisão, sua extensão corresponde à terceira maior do país: 906.806.90 km². No mapa 5 a seguir, é possível verificar a formação do Guaporé, posterior território e Estado de Rondônia, e na parte sul de Mato Grosso a demarcação para Ponta Porã, o que não ocorreu, essa cidade ficou dentro do futuro estado do Mato Grosso do Sul.

Mapa 5 - A mudança espacial no Centro-Oeste



Fonte: IBGE (2010).

Datam-se do final do século XIX os primeiros movimentos para a divisão do grande Estado de Mato Grosso. Em 1892, o presidente Deodoro da Fonseca substituiu o então governador, general Antônio Maria Coelho, por Frederico Solon de Sampaio Ribeiro. Este anulou a eleição realizada em 1891 para a Assembleia Constituinte do Estado, sob alegação de fraude. Ao convocar novo pleito, os membros do partido republicano recusaram dele participar. Independentemente disso, a Assembleia Constituinte eleita elaborou a primeira constituição do Estado, escolhendo para seu presidente o Dr. Manoel José Murtinho. Os membros da Assembleia Constituinte anulada reagiram, montando um governo paralelo presidido por Pinheiro Guedes, que, conseguindo o apoio de tropas, depôs Manoel Murtinho, assumindo, em seu lugar Benedito Pereira Leite. Nessa mesma época, em âmbito federal, Floriano Peixoto assume a Presidência da República em substituição ao Marechal Deodoro da Fonseca, que havia renunciado ao cargo.

Aproveitando-se da instabilidade política que grassava no país, na parte sul do estado havia movimentos que buscavam não somente separar o Estado de Mato Grosso, mas também torná-lo “livre”, chamando-o de Estado Livre de Mato Grosso ou um novo país, com o nome

de “República Transatlântica” (SILVA, 1996). Para ter sucesso nessa iniciativa, o coronel João da Silva Barbosa pensou em pedir ajuda às repúblicas do Prata.

O movimento deflagrado em Corumbá, no dia 22 de janeiro de 1891, tinha caráter separatista, pois até se chegou a proceder à lavratura de uma ata assinada por nada mais de 40 pessoas. O movimento se destinava a constituir, com área a ser desmembrada, um novo Estado, ou mesmo um País cujo regime seria o republicano (SEREJO, apud SILVA, 1996, p. 49.).

Silva (1996, p. 49) ao relatar o movimento deflagrado em Corumbá em 1891, esclarece que a tentativa era conquistar apoio dos países platinos, seja de forma direta, seja indiretamente, como se fosse uma “neutralidade” ao impedirem, nos caminhos fluviais, a passagem das tropas brasileiras que viriam a defender seu território. A repercussão era tamanha que chegou a chamar a atenção internacional. Reportagem no jornal inglês *The Times*, em 20 de abril de 1892, fazia alusão ao caso. Vinha com este título: *The New República of Matto Grosso*. Cita a Argentina como interessada na separação, ao comparar o que os EUA fizeram com o Texas, quando pertencente ao México, primeiro separando e depois anexando a seu território. As informações apontam que o interesse argentino, na Província, se concentrava no aspecto comercial que lhe cabia, indo além da questão do produto-base comercializado na época, a erva-mate, cuja empresa *Matte Laranjeira*, de origem argentina com capital inglês, tinha sua produção amplamente adquirida pelo Chile e pelo Paraguai. Outro produto, a charqueada ou saladeiros se desenvolveu no sul de Mato Grosso, cujo consumo principal se dava no próprio mercado platino. Esse comércio se desenvolveu em Corumbá, tornando-se centro comercial relevante na produção industrial bovina, a ponto de criar um monopólio entre os comerciantes de Corumbá com os negociantes platinos. Esse monopólio foi quebrado com a chegada da estrada de ferro que estabelecia ligação com o interior paulista, de onde vieram os boiadeiros que deram outro destino à produção bovina da região. Assim, minimizou-se a influência platina nesse mercado, diminuindo os interesses territoriais e políticos.

Os movimentos de separação eram sustentados por opositores experientes em atos separatistas. O coronel Barbosa proveniente do Rio Grande do Sul, já havia participado, subsidiado por outros revoltosos, na tentativa de separação de várias unidades no país. Barros Cassal, membro do triunvirato que assumiu o poder do Rio Grande do Sul, liderou “o movimento de criação do Estado de Maracajú, em 1900, no sul de Mato Grosso” (LEAL, 1988, apud SILVA, 1996, p. 50). Após este episódio, ainda houve as tentativas de separação empreendidas com o movimento realizado pelo coronel “Jango” Mascarenhas em 1900, ao pegar em armas para a divisão do estado. Igualmente, a ação de Generoso Ponce que marchou

para Cuiabá, com 3 mil homens, e assumiu o governo em 1892, até que Manoel Murinho, que havia sido deposto, retomasse o cargo, ainda no mesmo ano. Para Leal, a revolução de 1892 em Mato Grosso não foi caso isolado, dado que havia a influência argentina assentada em seus interesses econômicos e políticos.

Após a revolta, Murinho reassume o governo. Isso se deu com a resistência imposta por Generoso Ponce, que dominou os rebeldes. Daí por diante, findavam-se de vez as tentativas de criação de um estado independente pelas colunas expedicionárias do Coronel Barbosa. Esse aspecto evidencia que Cuiabá saiu vitoriosa sobre Corumbá. Para dinamizar o poder político e econômico, o governo assina um contrato de arrendamento com a empresa Matte Laranjeira, cujo Presidente era Joaquim Murinho. A intenção era aumentar as rendas públicas. Quanto a isso, verifica-se a questão institucional privada e pública como mantenedora dos interesses aristocráticos. A família Murinho presidia o governo, presente, de igual modo, na empresa do Estado. A Matte Laranjeira teve importância no surgimento de povoados na Região Oeste. No entanto, devido ao posto de sua ação econômica basear-se na extração dos ervais para exportação, havia a locomoção constante dos trabalhadores, o que não colabora para consumir a colonização. Na parte central do estado mato-grossense, bem como da região Centro-Oeste, a pecuária era a principal atividade econômica. Já na parte mais ao Norte, a poaia e a borracha eram expressivas, na época que as luzes do século XX não tardavam a despontar. Esses desdobramentos persistem nos períodos posteriores: as eleições de 1º de maio de 1899 foram anuladas, as disputas políticas tornaram lastimáveis as garantias individuais, havia desordens e tentativas de rebelião pelo estado.

As disputas perduraram. A alegação dos residentes no sul do estado, ao evocar suas bandeiras políticas, criticava o poder nas “mãos” dos cuiabanos, como segue uma transcrição, disponível em Silva (1996):

É que depois de 45 anos de regime de autonomia, o sulista se capacitou de que essa ficção do Estado em que ele vive só tem servido para satisfazer vaidades e apetites dos homens de Cuiabá, defendidos como se acham – pela distância – dos olhos fiscalizadores do Governo Federal. Nunca o sul teve um representante no Congresso. Na Assembleia do Estado, 2 ou 3 deputados impostos por Cuiabá. De sua livre escolha não teve um só. De nada lhe tem valido produzir 3 vezes mais que todo o centro e norte conjugados, nem possuir o dobro da população daquelas zonas (SILVA, 1996, p. 159).

Discutiam-se, então, sobre a produção e a demografia maiores no Sul do estado em relação ao Centro e Norte. Por outro lado, associava-se o sentimento de falta de representatividade política para a região. No pano de fundo separatista, é de ressaltar as diferenças econômicas, sociais e culturais entre ambos. Silva (1996, p. 159) retrata a época

das discussões, sobressaltando os relatos do ilustre mato-grossense de renome internacional, Cândido Rondon, em 1934, quando concedeu entrevista ao Diário de São Paulo sobre o movimento da Liga Sul-Mato-Grossense pró-separação. Em contrapartida, está a resposta dos Sul-mato-grossenses:

o movimento dos separatistas só é amparado pelos filhos de outros Estados, que não votam verdadeiro amor a Mato Grosso[...] o Norte do Estado é mais prospero que do sul e que os separatistas não estão apoiados em razões nem de ordem moral nem material[...]o sul não tem elementos para se constituir em Estado da Federação, por não possuir recursos econômicos compatíveis, estando em fase pastoril [...] em resposta, o documento dos sulistas intitulado A divisão de Mato Grosso – Resposta ao General Rondon[...] certamente o general Rondon, a quem tanto estimamos por ser um forte, acha que amar verdadeiramente o Estado é considerar Cuiabá a melhor cidade do mundo, o rio Cuiabá um paraíso, embasbacar-se na grandiosidade das florestas nortistas, dedicar-se com danças inocentes de Nhambiquaras e caçadas valentes de Bororo, gozar histórias de montanhas de ouro e diamantes, respeitar bucolicamente tradições infantis dum regionalismo inútil, submeter-se como um cordeiro à política do centro, que só tem feito mal ao Estado por não ter objetivos de progresso e ser apenas, como é, desde 1890, um assunto partidário, um interesse de um grupo contra outro, em que se fazem concessões a amigos, favores de toda ordem ao clã político, sem respeito à justiça, aos direitos alheios [...]. (REVISTA ATUALIDADE FORENSES E INTERIORANAS, 1978, p. 2, apud SILVA, 1996, p.167-168).

No quadro 1, segue algumas, entre as muitas disputas, na tentativa de separação do Estado, conforme Siqueira (2002):

Quadro 1- As tentativas de divisões e seu histórico

PERÍODO	ACONTECIMENTO
Final do Século XIX	Movimento divisionista encabeçado por Barros Cassal e João Caetano Muzzi, que fundaram o partido Autonomista, simbolizado pelas cores azul e branco.
1901	Nova movimentação divisionista liderada por João Ferreira Mascarenhas – Jango Mascarenhas.
1932	Mato-grossenses do Sul aderiram à Revolução Constitucionalista de 1932, liderada por São Paulo e, na movimentação, externam o desejo de separação. Nessa ocasião, o general Bertoldo Klinger nomeou o Dr. Vespasiano Barbosa Martins como governador da parte sul.
1934	Vespasiano Barbosa Martins liderou um novo movimento divisionista, apresentando ao Congresso Nacional o manifesto “Pela divisão de Mato Grosso”.
1937	Nova tentativa divisionista, quando se discutiam os limites de Mato Grosso com Goiás.
1947	Tentativa de introduzir, no texto da Constituição do Estado de Mato Grosso, um dispositivo que possibilitava a mudança da capital de Cuiabá para outra cidade.
Década de 1950	Apresentação de vários manifestos à Câmara de Deputados, de cunho divisionista.
1959	Intensificação da campanha divisionista, por ocasião da posse de Jânio Quadros, nascido no Sul de Mato Grosso, na Presidência da República.
1963	Circulação do “Manifesto Pró-Divisão do Estado de Mato Grosso”, assinado por personalidades tanto do Sul como do Norte de Mato Grosso.

1975	Renasceram as idéias divisionistas, por ocasião da discussão dos limites de Mato Grosso com Goiás.
1977	11 de outubro: criou-se o Estado de Mato Grosso do Sul.

Fonte: adaptação de Siqueira (2002).

As interpretações sobre a divisão do Estado estão a demonstrar que o interesse agradava mais aos sulistas que os centristas, sendo por eles considerada como libertação política. Mais que isso: sem a liberdade política, estava o desenvolvimento econômico fadado ao insucesso. Por outro lado, os centristas intendiam que a separação haveria de gerar perda de parte da arrecadação tributária, favorável a todo o Estado. Somente com a ajuda federal significativa estaria em condições de superar dificuldades econômicas. Nesse aspecto, quando da separação, ocorrida sob a lei complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977, no criado Mato Grosso do Sul, revela-se forte apelo nos documentos oficiais que a fundamentavam. Trata-se das complementações federais através das instituições e programas especiais, com duração de 10 anos para apoio financeiro.

Porém, há que registrar o porquê de o desfecho da separação ocorrer na década de 1970, uma vez que as disputas, interesses e demandas locais, nacionais e internacionais, foram se definindo ao longo do tempo, derivados que são ainda da descoberta das minas de Cuiabá, conforme Silva (1996).

A década de 60 foi significativa para que se esbocem algumas considerações a este respeito, pois a Amazônia passa a ser um polo de interesse do capital internacional. Por volta de 1966, o Marechal Castelo Branco iniciou uma política de valorização do espaço virgem desconhecido da Amazônia, procurando defendê-la dos interesses das multinacionais, através do slogan “Operação Amazônica” justificando tal medida sob os aspectos de “integração, desenvolvimento e segurança nacionais”. Se, por um lado, o objetivo era a defesa de uma política de valorização da região, por outro, provocou mecanismos econômicos, políticos e ideológicos de penetração de grande soma de capital, em grande parte, internacional. Para tanto, neste mesmo período, o BASA e a SUDAM já se constituíam em realidade e atuantes para dar segurança ao investidor (SILVA, 1996, p. 168).

A confirmação da divisão sustenta, naquele momento, as funções institucionais da SUDAM em articulação com a SUDECO. Com a separação do estado em 1977, a parte amazônica de Mato Grosso já estava em pleno processo institucional, garantindo a “ocupação” de cunho agroindustrial latifundiário. A “operação amazônica” de Castelo Branco, como tentativa de minimizar a influência internacional na Amazônia, permite perceber que já havia uma repercussão. Afinal, os acordos com os EUA, iniciados nos preâmbulos da Segunda Guerra Mundial, tinham como estratégia, quanto ao espaço territorial brasileiro, o uso dos recursos naturais, somados aos vínculos econômicos dependentistas exportadores. As tentativas da ocupação dos “espaços vazios”, iniciadas em 1953 com a FBC,

já constavam de acordos econômicos com americanos. Ainda conforme Silva (1996), os programas especiais inseridos na Amazônia mato-grossense após a divisão de 1977 possibilitaram as investidas na região sul da Amazônia brasileira.

[...] o poder executivo Federal instituirá, a partir de 1979, programas especiais de desenvolvimento para os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com duração de dez anos, propiciando apoio financeiro aos governos dos dois estados, inclusive quanto às despesas correntes”. Isto dá a entender, principalmente em virtude da situação, que o cargo de governador de Mato Grosso e mesmo o do Sul não seja um cargo eletivo, mas um cargo de confiança do governo federal. Esta hipótese de nomear os governadores dos dois Estados se baseia nos fatos apresentados anteriormente, principalmente na justificativa que pode ser apresentada de acordo com a lei de divisão do Estado de Mato Grosso. E, para reforçar esse ponto de vista, citar-se-ia um dos “indicadores” do trabalho da ADESG, sobre o processo divisório do Estado, onde “a divisão determinaria uma dinamização aos órgãos administrativos a serem criados, objetivando menores raios de ação”, bem como “reforce, nutra e fortifique os laços de amizade, para que possamos defender com mais firmeza o calor da união. (ADESG, 1976, apud, SILVA, 1996, p. 175)

Dessa forma, fica evidente que o processo de divisão, realizado no final da década de 1970, busca beneficiar as atividades das instituições de financiamento e planejamento na parte norte do estado. O processo de colonização oficial e particular, a junção das atividades desenvolvidas pela SUDAM, SUDECO, INCRA, POLOAMAZÔNIA e POLOCENTRO, programas que nasceram na década de 1960 e 70, por força da divisão do estado, puderam emancipar a região Amazônica mato-grossense.

2.4 Os programas especiais e a divisão do estado de Mato Grosso

Na exposição de motivos para a divisão do Estado de Mato Grosso, no documento E. M. n. 37, de 24 de agosto de 1977, direcionado à Presidência da República, são engendradas considerações que cotejam a situação econômica do Sul e do Norte do antigo Mato Grosso, conseqüentemente aos programas criados antes e após a separação. No processo de separação, o argumento geral era de que a região sul do Estado teria melhores condições de desenvolvimento devido às vantagens de localização e a integração aos vizinhos estados de São Paulo e Paraná, associados a seu desenvolvimento já consagrado no setor agropecuário. Quanto a região norte, Cuiabá, Cáceres e Rondonópolis, situados no Centro-Sul pós-divisão, eram as regiões de maior representatividade econômica, mas ainda deveria superar suas dificuldades estruturais. Nessa situação, a parte norte estaria voltada para a ocupação territorial e sua transformação em polo econômico, conforme disposto no relatório da Fundação João Pinheiro: “Mato Grosso nada mais é que uma frente de ocupação, resultado da

fronteira agrícola Sul/Norte; para sua exploração precisa-se de planejamento e recursos” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1979, p. 54). Embora com suas características amazônicas, o uso de seu solo possibilitaria o desenvolvimento das atividades agropecuárias, florestais e minerais.

Ponto a ser observado é que o referido relatório menciona uma preocupação na transformação das características amazônicas perante o processo de desenvolvimento das atividades econômicas que, à época, a parte norte não possuía. Para tanto ressaltava a incorporação de novas terras no processo produtivo, demandando atenção à modificação na “fisionomia da região Norte de Mato Grosso” de forma a cuidar racionalmente, “preservando os aspectos de natureza ecológica e o habitat natural das comunidades indígenas.” Dessa forma, os projetos em curso na área mato-grossense integrada à Amazônia Legal, considerando até mesmo os de infra-estrutura, permitiriam a integração econômica da região, de forma mais acelerada, à economia nacional. Com a programação da SUDAM e da SUDECO, no médio prazo o programa POLAMAZÔNIA desenvolveria suas ações em quatro grandes polos na Amazônia mato-grossense, chamados de áreas-programas: Xingu-Araguaia e Araguaia-Tocantins na região nordeste, e Aripuanã e Juruena, na região norte. Com os incentivos fiscais do FINAM, o POLOCENTRO desenvolveria projetos no setor agropecuário. Quanto à infraestrutura, as BRs 158, 163 e 364 estariam em processo de consolidação devido à execução do PIN.

Conforme o diagnóstico realizado pela Fundação João Pinheiro, para subsidiar a SUDECO e o governo de Mato Grosso no processo de divisão, emergem duas grandes dificuldades: organizar um espaço que seria ocupado pela colonização espontânea e dirigida, e outras pelas empresas de colonização que estão com disponibilidade de terras e incentivos, dado que consideravam esta a maior potencialidade para o desenvolvimento do futuro estado. No entanto, como as empresas já estavam instaladas não se sabia se os tipos de cultura que estavam sendo introduzidas teriam resultado negativo ou positivo. O resultado futuro poderia gerar erros e acertos. O fator de mudanças já estava nas mãos das colonizadoras estas magnetizaram um enorme contingente migratório (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1979)¹⁷

Ainda sobre o processo de divisão, no ano antecedente à divisão do Estado, em mensagens à assembleia, o então governador José Garcia Neto discursa sobre o momento econômico do estado: “Mato Grosso não pode continuar exportando arroz em casca, madeira em tora e boi gordo[...] para evitar isto foram contratadas empresas especializadas para o

¹⁷Estudos da Fundação Pinheiro sobre a organização do espaço mato-grossense.

distrito industrial”¹⁸. Na sequência da mensagem, põe-se em relação a atuação do POLOCENTRO, PRODEGAN, POLAMAZÔNIA e PRODEPAN.

Feitas as considerações sobre o processo político e econômico que ao longo do tempo propiciou discussões que buscaram atender às demandas da parte sul e norte do antigo estado, os aspectos provenientes dos embates levaram então à divisão, daí surgindo o novo Estado de Mato Grosso do Sul e o Estado de Mato Grosso, cabendo a este a porção ao norte. No entanto, ainda antes da separação, acompanhando a política nacional sobre a questão agrária, a partir da Lei de Terras de 1850, bem assim de diversas leis e decretos criados nos demais estados a tal respeito, até que estas terras se tornassem devolutas e propiciassem sua comercialização, Mato Grosso centrou forte investidura jurídica nesse propósito. Finalmente o processo de privatização das terras de fato se concretizou, mais especificamente com o apoio institucional do Estado em prol das iniciativas privadas. No próximo item serão apresentadas as análises sobre esse processo em Mato Grosso.

2.5 A política de privatização de terras no Estado de Mato Grosso

O “descobrimento” e a colonização do Brasil, de maneira mais estrita, repercutem desde as capitânicas hereditárias e as sesmarias, apropriações de territórios para a formação colonial. Esses aspectos, mais diretamente, proporcionaram a ocupação territorial. Assim, o processo de colonização continental ingressou no país estabelecendo suas formas dominiais. As decorrências para o uso da terra resultou na chamada Lei de Terras, Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, e o Decreto n. 1.318 de 30 de janeiro de 1854, em cujo art. 72 determina reservar terras devolutas para colonização, o que deu regulamento a essa lei. Conforme Alves e Vitale Neto (2010), essas leis vigoraram até 1964 sem alteração significativa, com exceção da Constituição de 1891, que transferiu terras devolutas da União para os estados-membro, e da constituição de 1934, que assegurou o direito de propriedade. Mesmo considerado pelos autores como “uma inovação significativa para o período”, mostra eles que esse dispositivo foi suprimido da Constituição de 1937 no Estado Novo. Ainda para os autores, a Lei de Terras é considerada, na história jurídica brasileira, como a segunda mais duradoura, superada apenas pelo Código Comercial.

A Lei de Terras e o tema reforma agrária eram tidos por polêmicos, gerando controvérsias na época, mas é no governo de Castelo Branco, em 1964, precisamente com o

¹⁸Mensagem à assembleia – relatório de 1976 do governo de Mato Grosso, p. IV

Estatuto da Terra, que as questões agrofundiárias ficaram mais explícitas. No geral, especifica detalhes que proporcionaram as investidas para o Centro-Oeste e Amazônia.

Tratando do termo colonização, restrito a feição agrária, as palavras colonizar, colonização e colônia enfocam o campo como identificação. A primeira verificação vem de Laranjeira (1983, p. 4);

[...] colonizar é o ato de ocupar território, de modo racional. Colonização é o processo correspondente de povoamento com seletividade, para exploração econômica do solo. Colônia é o resultado desse procedimento, como um conjunto de glebas, onde as pessoas possam desenvolver suas atividades .

Ainda conforme o autor citado, na estruturação do território colonial, “as capitanias hereditárias, criadas em 1534, vieram implantar a organização político-administrativa desse mesmo território”. Embora como forma de domínio e de defesa da área, esse modelo não possibilitou a centralização do território e o controle da população num processo de colonização, cedendo espaço administrativo para um governo geral que, através das províncias, se tornou mais tarde em República, posteriormente os estados federativos. Essa forma de administrar a política de desenvolvimento econômico, distanciando as classes sociais. Nesse intuito, a riqueza privada seria a forma de inserir a produção às condições da época, explorando as terras para a produção. Assim se fez a aristocracia rural (LARANJEIRA, 1983, p. 6).

O termo colonização categoriza formas que se transformam em modalidades, como a colonização espontânea, dirigida e planejada. Através do Estatuto da Terra, criado pela Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, determinavam-se duas modalidades de colonização dirigidas através do poder público: a oficial e a particular. No entanto, quanto ao acesso a terra, ao modo como era visto desde as capitanias hereditárias e as sesmarias, permitia o acesso aos “amigos do rei”, ou abastados de uma sociedade elitizada economicamente. No processo de colonização pelo acesso a terra devoluta, o caráter econômico é mais explícito, deixando por menor as questões das leis, sociais e culturais que estão inclusas num processo de colonização, conforme ainda Laranjeira.

O Estatuto da Terra, art. 4.º, IX, definiu como colonização “toda atividade oficial ou particular, que se distingue a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou cooperativa”. O Decreto n.º 59.428, de 27 de outubro de 1966, regulamentando o Estatuto melhorou muito a definição, no art. 5.º: “Colonização é toda atividade oficial ou particular, destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstas (LARANJEIRA, 1983, p. 27).

Nessa mesma temática, Hébette; Acevedo Marin, (1979) também colaboram ao analisar a colonização: “a abordagem especificamente econômica não esgota o tema”. Ponteiaram que esse tema tem sido “assunto de legislação, da Constituição até as leis, os decretos e regulamentos, incluindo-se na matéria a própria conceituação, mutável com as alianças de interesse”, (HÉBETTE; ACEVEDO MARIN, 1979, p. 152). Portanto, as formas de colonização carecem de um olhar mais aprofundado, analisando não somente sua função técnica, mas também sua apropriação política, Hébette e Acevedo Marin (1979) colaboram;

Colonização espontânea e dirigida não são, na verdade, dois processos perfeitamente distintos ou duas formas nitidamente separadas de colonização, uma acompanhada por interferência externa (do Estado ou de uma entidade privada), a outra isenta dela (HÉBETTE; ACEVEDO MARIN, 1979, p. 114).

Os mesmos autores ainda citam Silva (1973), que define três formas de colonização. A espontânea se “caracteriza pelo estabelecimento de grupos humanos [...], com seus próprios recursos e por livre iniciativa”. Já a forma dirigida, “envolve um mínimo de orientação – quer seja na escolha da área, quer na organização da área, etc [...]”. Por fim a forma planejada “já envolve todo um planejamento tanto na escolha da área geográfica, da seleção dos grupos que irão ocupá-la, como o aproveitamento dos recursos e da atividade econômica a ser realizada”. Hébette; Acevedo Marin (1979) demonstram que, embora atividades de colonização sejam realizadas por empresas privadas, não está ausente a presença do Estado, pois certas políticas se relacionam diretamente com a colonização. É o caso das políticas de crédito agrário e fundiário, que acompanham o processo de colonização e, indiretamente, de infraestrutura, como comunicação e transporte.

Nesse caso, o meio de transporte aparece como excelência no processo de colonização. Averigua-se a presença da ferrovia no desenvolvimento da monocultura do café no Estado de São Paulo, fato que considerava o avanço sobre a terra para esse modelo, sempre à frente da estrada de ferro, que servia como transporte da produção até o porto marítimo para exportação. Na região amazônica, as rodovias foram essenciais no processo de movimentação. Estudos importantes visam sobre essas rodovias e servem de base para a continuidade das análises atuais no respeitante a colonização na referida região.

O fator econômico, levando em conta o aspecto da colonização à medida que o povoamento vai se fortalecendo e ocupando áreas, denomina e estabelece as questões de expansão das fronteiras, questão fortemente debatida por impactar os aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais. A propósito de “fronteira”, “fronteira agrícola”, muitos são os autores e bibliografias que retratam o assunto. Huertas (2009, p. 107) cita o

trabalho de Pierre Monbeing (MONBEING, 1984) sobre o oeste paulista e sua expansão cafeeira que se estende até o Norte do Paraná, em que as expressões “marcha de povoamento pioneiro”, “movimento de penetração”, “franja pioneira”, “zona pioneira”, “frente pioneira”, “avanço pioneiro” e “frente de colonização”. Huertas ainda comenta que “talvez seja ele o primeiro, na geografia brasileira, a usar estes termos”. Também considera que as frentes pioneiras são marcadas pelo “nascimento e formação da paisagem rural; fundação e nascimento de cidades; construção de uma rede de comunicações; mistura de raças e elaboração de uma mentalidade regional”. Huertas (1984.) se reporta a Waibel, que, do ponto de vista territorial, põe a lume a significância do Centro-Oeste brasileiro com a “Marcha para o Oeste”, o surto algodoeiro no Nordeste no século XVIII, a marcha cafeeira no Brasil centro-oriental e as zonas pioneiras do Sul do país, quando se refere ao Paraná e ao Oeste Paulista. No mesmo sentido, tecendo considerações sobre a ocupação e a busca do crescimento econômico no período pós-guerra, Schmink (2012) ao retratar conceitos sobre fronteiras, demonstra três distintas fases de expansão no Brasil: a primeira com o avanço do café no Paraná, da década de 1940 até 1960. Já a segunda ocorreu em Goiás e Mato Grosso nas décadas de 1950 e 1960, quando da demanda interna por carne, o que culminou nos avanços das fazendas de gado para o interior, bem assim na busca para ocupar novas terras agrícolas com pressão do capitalismo direcionado para o crescimento econômico. A terceira fase é considerada por Schmink com a ocupação da Região Norte, especificamente a fronteira amazônica nas décadas de 1970 e 1980, com respaldo dos órgãos de Estado.

Dessa forma, a questão “fronteira” engendra discussões acadêmicas e científicas que perpassam a inserção do capital financeiro internacional no financiamento das atividades desenvolvidas na fronteira, de igual modo questões sociais e culturais provenientes da aniquilação de povos que ocupavam a região, somadas à chegada do pioneiro sem conhecimento específico sobre a nova realidade. Alinham-se também as desconsiderações sobre os recursos naturais, pilhados como se fossem inservíveis, que agora geram discussões políticas e econômicas para entender um passivo ambiental que ficou pelas apropriações econômicas desses recursos. A parte amazônica é o foco principal das análises que seguem.

Estudos sobre as novas fronteiras agrícolas, também denominadas de frentes de expansão, e sua influência graças às rodovias, consideram a Transamazônica, a Belém-Brasília, a Cuiabá-Santarém e a Cuiabá-Porto Velho estratégicas no planejamento para a “ocupação” amazônica. A estratégia formulada por Vargas, nos idos de 1930, estipulou objetivos para a ocupação amazônica, segundo Lenharo (1982, p. 24), entendendo que as colônias agrícolas seriam parte da política de colonização do Estado Novo. Velho

(1979)também esclarece que nesse mesmo período, o capitalismo no país “vem utilizando a agricultura desde os anos de 1930 como uma fonte sistemática para certa acumulação primitiva”. As rodovias, sobre as quais já tecemos comentários, foram aplicadas nas diversas regiões amazônicas com estratégias específicas. Velho (1979), identifica três correntes camponesas migratórias na Amazônia nos anos de 1970. Uma no Noroeste do Maranhão e no Sul do Pará, chamada por ele de “espontânea”. Outra, também “espontânea”, na direção noroeste, vinda do Centro-Sul para Rondônia e Acre, pela estrada Brasília-Acre. Já uma terceira, chamada de “planejada”, na Transamazônica. Otávio Velho ainda mostra que duas das três, embora aparentemente independentes da ação governamental, têm uma ligação em sua expansão com a abertura das estradas. Uma quarta corrente seria de trabalhadores assalariados e os peões das fazendas. Nesse caso, a depender da forma de trabalho, a intenção seria um pequeno acúmulo, com o objetivo de tentar uma atividade independente como camponês. O estudo de Otávio Velho indaga o que estaria ocorrendo com essas correntes camponesas nesse movimento:

Uma é que se trata de um movimento de grandes proporções e bastante independente de eventuais políticas governamentais. A outra é que a não ser nas áreas sob supervisão direta do INCRA existem poderosas forças ameaçando a reprodução dos camponeses enquanto tais. Apesar de que hoje essa pequena agricultura tem uma função positiva que na sociedade brasileira “agrário-exportadora” do passado não possuía, parece haver (e exatamente em face do recrudescimento de sua face agrário-exportadora) uma tendência a repetir o velho padrão da expansão territorial brasileira, os pequenos agricultores sendo gradativamente substituídos por grandes proprietários (VELHO, 1979, p. 220).

Assim, o autor corrobora identificando a presença da colonização privada que dominou a fronteira paranaense e está no norte de Mato Grosso, especificamente na utilização das terras para a pecuária, que acaba por pressionar a pequena agricultura. Enfoca que, nas áreas de orientação direta do INCRA, o governo atua mais intensivamente, minimizando a pressão, mas, fora dessas áreas, fica um tanto ou quanto lenta a defesa dos camponeses, salientando que o futuro do campesinato de fronteira na Amazônia não estaria garantido. Nesse contexto, o governo federal inicia um trabalho voltado para atender a conflitos em diversas regiões do país e, ao mesmo tempo, à demanda política da “ocupação amazônica”.

Ao analisar uma dessas formas de ocupação, Barrozo (1992) desenvolve estudo¹⁹ específico sobre Mato Grosso, destacando a presença de organismos oficiais que apoiaram o processo de ocupação. Sobreleva o PIN, o PROTERRA, o POLAMAZÔNIA, o POLONOROESTE e a SUDAM. Juntamente com esses programas, ressalta que puseram à

¹⁹Em sua dissertação de mestrado, Barrozo trabalha o tema da exploração e escravidão nas agropecuárias da Amazônia mato-grossense.

disposição de empresários grande quantidade de terras e recursos financeiros. Ainda para esse autor, essa política fez com que a grande empresa absorvesse o capital para investimento, consorciando com as terras, sufocando seus ocupantes: indígenas, caboclos, pequenos produtores tradicionais. Em adendo, afirma que “o vazio demográfico era terra de trabalho destas populações” (BARROZO, 1992, p. 9). Dessa forma vários conflitos afloraram na região, que para Barrozo (1992.) em meio a eles, surgiram cidades e sequelas, em virtude do crescimento urbano desordenado, ainda;

A ocupação recente do espaço agrário de Mato Grosso se dá num período de tempo relativamente curto²⁰, concentrando a maior das terras nas mãos de poucos grandes proprietários. As terras das grandes empresas permanecem, em sua maior parte, como reserva de valor. As empresas que ocupam a terra produtivamente transformam as lavouras em pastagem. Na pecuária, “a pata do boi” avança sobre as lavouras dos caboclos, sobre a aldeia do índio, sobre as terras daqueles que nunca se preocuparam em fazer uma escritura da terra onde nasceram e viveram a vida toda (BARROZO, p. 10, 1992).

As cidades que decorrem da ocupação recente de Mato Grosso, em locais pressionados, limitados a poucos proprietários, refletiram a expropriação e a desordem urbana. O sentido urbano empregado no processo de colonização privada, com moldes da migração do Sul, requer hoje outras análises conceituais.

Aspecto relevante no processo de colonização particular, a cidade aparece como trunfo no processo. Assim como no Centro Sul, esteve ela presente quando das aberturas de novas terras. A consideração sobre a cidade e sobre agricultura vem desde o aflorar da agricultura, ocasião em que a população rural abre aglomerados próximos à cidade, aumentando o número de pessoas que em volta dela orbitam. Assim, considera-se que a agricultura tornou possível o nascimento da cidade, e essa ajudou a facilitar as trocas da produção agrícola. Por isso, essa relação cidade-campo estabelece colaboração recíproca, desenvolvendo a cidade, favorecendo, com as trocas, o desenvolvimento agrícola.

No Brasil especificamente, a discussão sobre urbano e rural evolui com o tempo, tendo em vista a mudança brusca provocada pelo êxodo rural. Por isso, os estudos têm disponibilizado amplo debate sobre a questão. Elias (2006) argumenta sobre os pressupostos da discussão entre o urbano e rural referenciando Santos (1993);

Ao lado da metropolização, principal característica da urbanização brasileira nas décadas de 1960 e 1970, Milton Santos (1993) adverte para o fato de o Brasil ter passado por verdadeira *revolução urbana*, a partir da década de 1980, com a expansão do fenômeno da *involução metropolitana*, quando crescem também as cidades médias e locais. Daí concordamos com sua afirmação de ser impossível continuar dividindo o Brasil entre urbano e rural. Para ele, uma divisão entre um

²⁰ O autor menciona o período dos meados dos anos de 1960, até a década de 1980, época em que começou a arrefecer o movimento.

Brasil urbano com áreas agrícolas e um Brasil agrícola com áreas urbanas refletiria melhor a realidade contemporânea do país (ELIAS 2006, p. 221).

Ainda com base em Santos; Elias (2006) menciona que a discussão propiciou conotações que ensejaram mudar a identificação de “cidade do campo” para “cidade do agronegócio”, aspecto que é evidenciado atualmente nas cidades de São José do Rio Claro e Canarana. A pequena cidade, que nasce com base para “dar suporte” para a agricultura familiar, está hoje pressionada pela monocultura agrícola, altamente dependente da tecnologia importada. Nessa perspectiva, carece entender se a cidade está hoje para o agronegócio, ou ainda é representada pela agricultura familiar possuidora dos pequenos lotes rurais próximos à cidade. São José do Rio Claro é detentora, possui a partir de seu recorte urbano, de pequenas áreas agrícolas com não menos de 2 hectares. No entanto, pouca atividade produtora é vista nestas pequenas áreas, dando mais presença para o lazer de moradores do centro urbano. Com isso, o centro urbano confere representatividade de dormitório, pois grande parte dos aportes tecnológicos necessários para o agronegócio e indústria madeireira são importados. Teoricamente, esses aspectos repercutem em enclaves agrícolas. Dados esses aspectos, a produção é uma continuidade da economia central, tanto na decisão dos investimentos quanto na distribuição e apropriação dos lucros. Assim, a economia urbana não revela conexão com a economia agrícola local.

Uma vez que as empresas que adentraram a região amazônica foram aquinhoadas com incentivos oficiais, e esse modelo continua hoje com as multinacionais do agronegócio, estudos recentes evidenciam que os programas para a Amazônia não trouxeram resultados esperados, e sim distorções em vários setores, incluindo o urbano, como segue:

Quem analisa inúmeros programas e projetos realizados chegará a conclusão de que justamente nas regiões mais problemáticas na Amazônia, sob o ponto de vista ecológico e social, até hoje quase não são aplicados modelos com aplicação duradoura de desenvolvimento nos objetivos de sustentabilidade. Isto se refere a áreas de pequenos colonos, às regiões de pecuária extensiva em latifúndios, à frente pioneira da soja, avançando cada vez mais nas florestas tropicais, e à região urbana, na qual vivem hoje cerca de 70% da população regional (COY; KOHLHEPP, 2005, p. 9).

Na bibliografia referenciada, os presentes autores coordenam textos atinentes à questão amazônica na América Latina. Nos estudos, é possível verificar que o modelo institucional de financiamento para a “ocupação” amazônica é economicista e em curto prazo, o que limita perspectivas para o desenvolvimento com sustentabilidade econômica, social e ambiental.

A sustentabilidade, nos aspectos referenciados, perpassa pela natureza dos recursos naturais e abarca a realidade social dos povos endógenos e do migrante que ali aporta. Nesse sentido, Otávio Ianni colabora, ao mencionar que trabalhadores rurais de várias partes do país chegam à região Norte, local que se transforma em disputa pela terra.

Ao mesmo tempo que o Estado estimula e favorece, em termos econômicos e políticos, a formação e expansão de latifúndios e empresas, grandes negociantes de terras e posseiros, além dos próprios índios, lutam para conquistar as melhores terras, ou permanecer nelas. O primeiro a ser expropriado é o índio; e o segundo é o posseiro. Os grandes negociantes de terras (grileiros, latifundiários e empresários, nacionais e estrangeiros) monopolizam a terra em escala crescente. Vencem os índios, caboclos, sitiantes e posseiros, com base em seu poder econômico, pela burocracia ou pela violência (IANNI, 1979, p. 23).

As consequências causadas por esse modelo provocaram um substrato da população que ficou sem terra. O desemprego não pode ser atendido pela empresa agropecuária, que gera pouco emprego. Nas fazendas de gado, sobressai o trabalho voltado para a abertura das terras, caracterizado por condição temporária.

As modalidades de ocupação das áreas amazônicas mudam com o passar do tempo. Embora o objetivo da acumulação continue em pauta, dois movimentos são denominados expansionistas: o que mantém a propriedade em seu estado de origem, e outro, dito migratório, que vende suas terras in natura, tendente a comprar novas áreas na “fronteira agrícola”. Por vezes nem são compradas, e sim ocupadas indevidamente. O resultado dessa investidura são associações que ocupam terras irregulares na Amazônia, seguindo a modalidades de associação do grande capital para absorção de um número maior de terras. Monteiro (2008) analisa a ocupação de terras no Sul do Amazonas, concluindo com seus estudos, que a apropriação irregular se dá pelo processo idêntico às regiões amparadas pelo Estado. No entanto, através de associações e cooperativas formadas para institucionalizar as ocupações, grandes áreas de terras estão sendo invadidas em forma de consórcios. Isso explica o uso indiscriminado de placas com identificação federal, como “manejo florestal” com logotipos falsos da UNIÃO estão fincados delimitando áreas sob jurisdição do INCRA.

Os municípios mais afetados, em que a expansão promove o desmatamento, a extração predatória e a concentração de renda, são: Apuí, Maués, Novo Aripuanã, Manicoré, Canutama, Humaitá e Lábrea. Nesses locais, estradas são abertas pelos grupos que estão loteando o Sul do Amazonas, cruzando todo o território, levando madeiras saqueadas para as madeireiras na transamazônica, já no Sul do Pará. Nesse caso, é pertinente observar que o Norte de Mato Grosso já ficou inserido no modelo de apropriação pelo capital presente hoje

no Sul do Amazonas, o qual, no processo de “ocupação”, não permite análise sobre o impacto socioambiental, somente quanto ao impacto econômico em curto prazo.

No entanto, outros fatores também estão inscritos no processo de avanço do capital nas áreas de expansão. Fator primordial na devastação da mata virgem para o cultivo do solo, está presente o trabalho humano em sua forma mais direta, o emprego da força do trabalhador. Este foi usado incansavelmente pelos proprietários das terras, na qualidade de formador de fazendas, e também pelo proprietário dos pequenos lotes, quando de sua aquisição.

Para Fernandes e Marin (2007), a questão do trabalho na expansão da fronteira agrícola na Amazônia, além da classificação exploração, é vista como escravidão:

Diferentemente do que é dito correntemente, a escravidão observada no mundo contemporâneo nem sempre está relacionada com um fazendeiro de mentalidade arcaica, mas geralmente é um processo conduzido pelas grandes empresas capitalistas, empreendimentos privados que tiveram apoio direto ou indireto do Estado. No Brasil, conforme Martins (1995), o revigoramento da escravidão por dívida deu-se com a expansão capitalista na região amazônica durante o regime militar, e tem na dívida o elemento que produz e reproduz o cativo do trabalhador (peão) envolvido nessas relações. Existe, portanto, na prática de trabalho escravo uma racionalidade, que decorre da busca incessante de meios para reduzir custos e ser mais competitivo no mercado, cada vez mais moderno e globalizado. Mas existe também uma irracionalidade, que cria empecilhos para sua expansão em virtude da não mercantilização de todos os fatores envolvidos, inclusive a força de trabalho. (FERNANDES; ACEVEDO MARIN, 2007, p. 72 - 73).

Decorrente de exploração ou de escravidão, a irracionalidade do fator trabalho humano sempre esteve presente na formação do capital, fato que com a ausência da mão de obra diretamente escrava, trouxe novos meios de exploração do ser humano por outro, é evidente, embora sujeito a formas diferentes de “domínio”. Oficialmente, o fim do trabalho escravo no Brasil levou o governo a se preocupar e a trazer outras forças de trabalho para o país, daí por que imigrantes pobres europeus começaram a chegar como oferta de mão de obra em substituição do trabalho escravo. Na prática, os escravos foram aniquilados por não ter acesso à terra. As primeiras colonizações do interior de São Paulo, mais especificamente as grandes fazendas, já se serviam da mão de obra europeia. Seja exemplo o caso da fazenda Ibicaba, que será analisada posteriormente. No entanto, a exploração do trabalhador pobre vai além, no mesmo sentido em que Fernandes e Acevedo Marin (2007), secundados por Barrozo (1992), especificam o trabalho escravo na ocupação da Amazônia mato-grossense: através da exploração do pequeno proprietário de terra que precisa complementar sua renda, trabalhando para o fazendeiro como diarista. O mesmo ocorre com o “peão”, figura do migrante pobre. Na maioria sem família, “vaga” de propriedade em propriedade, vendendo sua força até que

exista a mata para derrubar, quando não até que sua força de trabalho se esmoreça em razão da falta de condições dignas ao ser humano.

Apenas no final da década de 2008 é que começou a surgir a “lista negra” das propriedades que usam o trabalho escravo. Se bem assim, o caráter de impunidade para os praticantes parece caracterizar o desequilíbrio para a continuidade da prática, pois, se houver fiscalização, vai haver trabalho escravo. A mão de obra inserida no processo de colonização privada foi altamente explorada, e continua a ser nos dias de hoje, nos mesmos moldes, ainda em que em escala diferente. Sirvam de exemplo as produções canavieiras e os trabalhos temporários das plantações e colheitas da agricultura mecanizada, em que os trabalhadores trabalham nesses períodos. Concluindo o serviço, são dispensados o que confere uma versão moderna ao escravo: são transportados de ônibus, às vezes levados de avião de uma fazenda para outra, mas continuam desamparados de lei que lhes dá direitos.

No modelo exploratório do trabalho para a abertura das fazendas e na prática atual, a mão de obra assalariada é amplamente explorada. Do ponto de vista teórico, Marx corrobora ao considerar o trabalhador na expansão do capital.

Demonstra, então, como o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, a cooperação, a divisão do trabalho, a aplicação da maquinaria em grande escala etc. são impossíveis se a expropriação dos trabalhadores e a correspondente conversão de seus meios de produção em capital. No interesse da chamada riqueza nacional, procura meios artificiais que estabeleçam a pobreza do povo. Sua armadura apologética passa a esfarelar-se como frágil e seca folhagem (MARX, 1989, p. 884).

Na região que foi objeto deste estudo, o uso da mão de obra do trabalhador conhecido como peão (BARROZO 1992) traduz a prática utilizada para o desmatamento e a formação das pastagens. Esse trabalhador, que praticamente não tinha direitos trabalhistas, vendia sua força de trabalho até se esgotar ou nas palavras de Marx, “esfarelar-se como frágil e seca folhagem”. Nesse sentido, as empresas S.A. que obtiveram empréstimos da SUDAM para a derrubada da mata e, posteriormente, para a plantação de pastagens, se socorreram dessa prática. Conforme a teoria, essa prática evidencia a exploração do trabalhador por capital, fato que permite a acumulação pelo seu detentor, aumentando a facilidade de segurar o capital em detrimento do trabalho exploratório do peão ou do pequeno proprietário de terras, que vendia sua força de trabalho para inteirar-lhe a renda.

Essa prática permite a acumulação de terras para o mercador, ou seja, o capitalista que adquire terras transforma a floresta em pastos para comercializar futuramente. A formação de capital na fronteira agrícola expressa uma analogia, ao inserir os recursos naturais no processo de acumulação, ou seja, utilizar a terra como reserva de valor para exploração. Valer-se da

natureza para transformá-la em mercadoria viabiliza a formação do empreendimento para o lucro. Essa mercantilização está inserida no uso da BR-163, que faz sua ligação com os estados de São Paulo e Paraná, de onde se iniciaram os estudos da colonização privada que chegou ao Centro-Oeste. Nesse aspecto, a presente análise contempla a revisão teórica sobre a acumulação primitiva. Também, aspectos provenientes do processo de colonização e expansão agrícola no Brasil Central e Amazônia mato-grossense foram analisados, em síntese, retratam o processo de colonização, as questões socioambientais, econômicas, culturais e políticas, com orientações críticas sobre a realidade local.

2.6 Política para a colonização privada: o estado, a empresa, o mercado

No Brasil, as apropriações de terras para colonização acobertam um vínculo oficial que controla sua destinação, limitando o acesso pela necessidade. As questões sobre a posse da terra percorrem o longo caminho dos mais de quinhentos anos do país, evidenciando sua apropriação como “ocupar para segurança”, ou para “ocupar vazios demográficos”, como aconteceu no período pós-guerra, com a tomada e controle do Centro-Oeste brasileiro e Sul da Amazônia. Nesse período, o governo federal propôs diversas medidas institucionais para intensificar a ocupação. No Estado de Mato Grosso, ainda na década de 1940, mudanças da legislação buscavam legalizar o processo de colonização privada, esta começara no final da década de 1950, fundamentalmente induzida por programas oficiais.

O plano de desenvolvimento da política privada da colonização na gestão do Estado Novo fazia parte da iniciativa de estratégia de ocupação do Oeste brasileiro, dada a instância nacional. Em nível local, a ocupação do Norte de Mato Grosso. Para os governos da época, o estado limitava o empreendedorismo particular capaz de promover sua ocupação, não atendendo ao desejo de colonização empresarial. Nesse sentido, despontaram os grandes latifúndios formados por particulares com o intuito de promover a colonização e o desenvolvimento das atividades agropecuárias. Pelo lado do Estado, tinha a intenção de aumento de rendas com o processo de negociações de terras, fato que não ocorreu com os projetos oficiais. Chamam a atenção as questões econômicas e políticas que estavam envolvidas na venda de terras, bem assim o papel do Estado para evitar a depredação do bem público privilegiando grupos econômicos. Significativo o dizer de Lenharo (1986, p. 48): “[...] canal preferencial por meio de que os grupos econômicos (e políticos) deitaram e rolaram, convertendo em riqueza extensos territórios virgens, obtidos a baixos preços, loteados em seguida, ou estocados, para gerar riqueza sem trabalho”. O autor citado reforça

que o Estado, ao invés de prevenir ou providenciar mecanismos para que a venda de terras atendesse à população agrícola e à “ocupação” pacífica, permitiu a pilhagem dos recursos, transformando-os em bens econômicos em detrimento da necessidade social e econômica demandada naquele momento. Assim, o pensamento político nacional encaminhou a forma como a venda das terras foi empreendida.

Antes, porém, Lenharo explicita que vários problemas que sucederam no campo pós 1964, foram “alimentados” por falta de decisões específicas que diminuíssem os conflitos que, postergados, acarretaram desgastes políticos e econômicos provenientes da concentração da terra. Especificamente para o caso de Mato Grosso, o autor retrata que, de 1930 a 1950, as liberdades democráticas permitiram a distribuição de terras, aspecto que favoreceu a entrada de capitais do Sul e Sudeste, preliminarmente às multinacionais. No que respeita aos grupos empresariais, esses chegaram antes que muitas famílias de trabalhadores rurais. A expressão de que lança mão Lenharo - “fecharam a porteira” - demonstra que o acesso à terra ficou dificultado para muitos migrantes que eram estimulados a invadir o Centro-Oeste e Amazônia mato-grossense sem, primeiramente, possuir formas legais para isso: documentação de terras e falta de infraestrutura para recepção desse contingente. Assim, fundamentou-se o início mais intenso da migração:

A partir da “campanha” da Marcha para o Oeste, durante o Governo Vargas, o governo federal passou a priorizar os “trabalhadores nacionais”, em substituição aos imigrantes estrangeiros para assentar nas áreas de colonização. O governo reorientou os fluxos migratórios para Centro-Sul, visando ampliar as fronteiras agrícolas, assentando os migrantes na Colônias Nacionais em vários estados, naquele momento as fronteiras agrícolas que estavam sendo abertas localizavam-se principalmente no sul de Goiás, em Mato Grosso, no norte e sudoeste do Paraná, e no oeste do Maranhão. No Estado de Mato Grosso²¹, a Marcha para o Oeste se concretizou na Colônia Agrícola Nacional de Dourados, na criação do Território Federal de Ponta Porã, na Fundação Brasil Central e na criação da Expedição Roncador-Xingu. Segundo Lenharo (1986, p. 46), “o Estado Novo imprimiu uma diretriz estatal, centralizada e nacionalista, nos seus ambiciosos projetos de ocupação dos “espaços vazios” do oeste e da Amazônia[...] O governo Vargas, segundo Santos (1993, p. 30) justificou a implantação dos projetos de colonização alegando que havia “excedentes de nacionais pobres”, com situação potencial de “tensão social”. Para esvaziar estes potenciais focos de tensão social, o governo passou a orientar as correntes migratórias para as cidades do Centro-Sul, e para as novas fronteiras agrícolas, fixando parte destes migrantes em lotes familiares nas Colônias Agrícolas Nacionais (BARROZO, 2010, p. 12- 13).

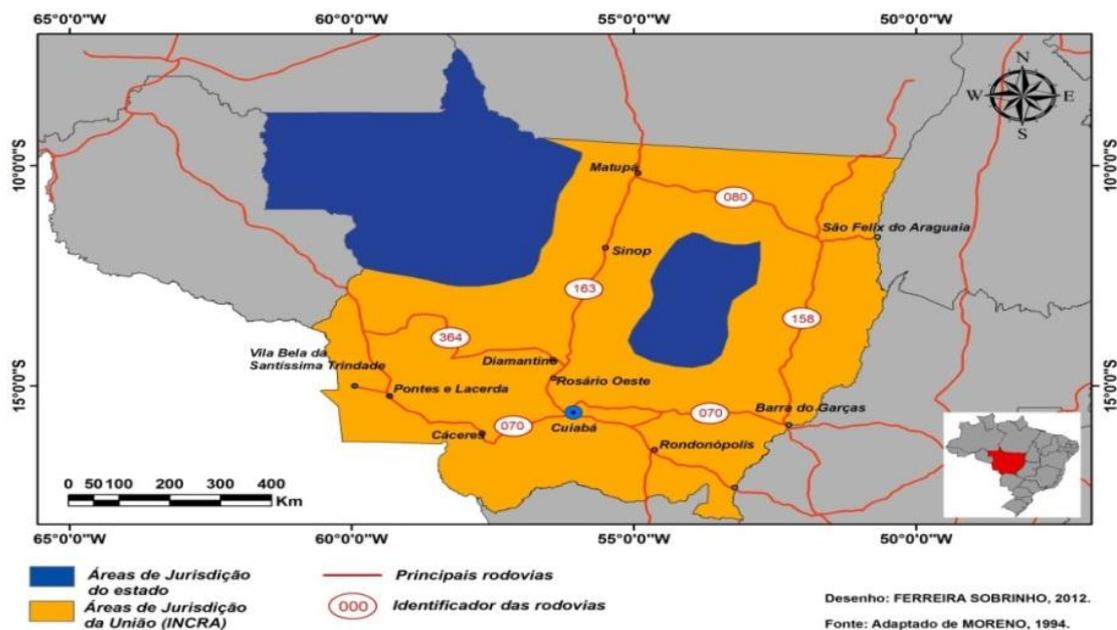
Reforçando os estudos de Lenharo sobre Mato Grosso no contexto Nacional, Barrozo (2010.) elucida o papel dos governos locais perante o Governo Federal. Quanto à disponibilidade de terra, assegura:

²¹O autor explica que, nessa época, Mato Grosso ainda não era dividido, o que só acontecerá na década de 1970, chegando suas divisas até o Paraná e Paraguai.

Ao longo da década de 1950, os governadores do Estado de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa e Ponce de Arruda, em sintonia com a política de colonização do Governo Federal, alienaram um total de quatro milhões de hectares para a colonização, divididos em vinte glebas, quase todas com área de duzentos mil hectares cada. Havia algumas com área um pouco menor e algumas com área de até quatrocentos mil hectares. Entre as empresas que adquiriram estas áreas, muitas mantiveram estes latifúndios como reserva de valor, fazendo especulação fundiária com as mesmas, até o final da década de 70, quando Mato Grosso passou a receber um intenso fluxo migratório, aumentando com isso a demanda por terras por parte dos imigrantes e, em consequência, valorizando significativamente o preço da terra. Na parte norte do estado, na área amazônica, foram executados apenas dois projetos de colonização nas áreas alienadas para este fim nos anos 50: em Porto dos Gaúchos, o projeto de colonização da Empresa CONOMALI, e o projeto da Gleba Rio Ferro, do Grupo Matsubara (SILVA, 2004) no norte do Estado (BARROZO, 2010, p. 13).

Na década de 1960 registra-se o enfraquecimento da colônia agrícola de Dourados. A falta de orientação e de assistência fez com que muitos colonos vendessem seus direitos sobre as terras, cedendo lugar para a agricultura mecanizada, possivelmente com migrantes mais capitalizados. A retomada do governo federal se deu na década de 1970. Na parte norte mato-grossense, as investidas seriam com a entrada de empresários e de agricultores migrantes. Havia ainda muita área a ser explorada, uma imensidão de cerrado e floresta que foi ignorada, considerando a exuberância de um ecótono único. Conforme o mapa6 disponibilizado por Moreno (2007), fica nítida a divisão de terras pertencentes ao estado e à União, este representado pela presença institucional do INCRA.

Mapa 6 - Áreas sobre jurisdição do Estado e do INCRA



Fonte: Moreno (2007, p. 157).

A quantidade de terras à disposição do Estado de Mato Grosso e do governo federal, embora contemplasse baixa densidade demográfica, era habitada e ocupada por povos indígenas, populações extrativistas, agricultores tradicionais e pequenos fazendeiros. Barrozo (2010) se ocupa de uma referência à forma como se desenvolveu a política agrária chamada de “contrarreforma agrária”, quem dialoga sobre o tema é Ianni (1979). O autor se reporta à prática efetuada pelos governos militares na Amazônia, onde considera que a resolução da questão agrária parece ser contraditória ao Estatuto da Terra que legisla sobre a *reforma agrária* e a *colonização*, conclui que, na prática, não ocorre reforma agrária, e sim uma política de colonização dirigida que se desdobra na colonização particular com incentivo do Estado.

Isto é, a colonização dirigida se configura como uma contrarreforma agrária em dois sentidos. Primeiro, transforma a reforma agrária de fato, realizada pela colonização espontânea (pelas migrações de trabalhadores rurais do Nordeste, Sul e outras regiões para a Amazônia) em uma limitada e controlada distribuição de terras, em umas poucas e reduzidas áreas da Amazônia. Segundo, o poder estatal induz, estimula, favorece e protege, econômica e politicamente, a apropriação das terras devolutas, tribais ou ocupadas pelo latifúndio, fazenda ou empresa (IANNI, 1979, p. 126).

Na sequência dos argumentos sobre a “contrarreforma agrária”, o autor enumera e cita conflitos entre jagunços apoiados por soldados da Polícia Militar a mando de fazendeiros. Estes invadem terras onde há posseiros e, conforme o autor “o INCRA e a justiça contribuem para que os casos não sejam solucionados” pois se negam a prender os acusados. Barrozo interpreta o estudo de Ianni ao mostrar que a ditadura instalada no Brasil teve forte apoio da burguesia agrária, pois o governo do presidente João Goulart (1961-64) adotou reformas para a sociedade rural:

[...] para não fazerem a reforma agrária exigida pelos camponeses, pelos movimentos sociais organizados e pelos partidos políticos da esquerda, o governo optou politicamente pela colonização de terras públicas na Amazônia. Com isto não tocou nas terras dos grandes proprietários das regiões de ocupação mais antiga (BARROZO, 2010, p. 17).

Barrozo prossegue na sua análise: as terras que seriam passadas para empresas colonizadoras, fazendeiros, pequenos produtores migrantes do Sul/Sudeste já estavam, no final da década de 1960, sob jurisdição do INCRA. Nessa altura, o estatuto da terra possibilitava a colonização particular. Fiquemos nas palavras de Ianni (1979, p. 125):

Ao mesmo tempo, ao longo dos anos 1970-78, o Estado procura enquadrar toda e qualquer colonização espontânea, isto é, reforma agrária de fato, nos quadros da política de colonização dirigida, oficial ou particular. E contemporaneamente aos vários desenvolvimentos da política de colonização, o que se expande cada vez mais é a grande empresa privada dedicada à agricultura, pecuária, agropecuária,

extrativismo, mineração, agroindústria e outras atividades. Disso tudo resulta que as terras devolutas, tribais ou ocupadas por posseiros, são progressivamente apropriadas por latifúndios e empresas de grandes dimensões.

Esse mesmo autor tece comentários no concernente às atuações institucionais presentes no processo de colonização. Cita as grandes rodovias que recortaram o Estado de Mato Grosso, o Sul do Amazonas e a Belém-Brasília, apontando que, em momento posterior, a construção de rodovias continuou o desenvolvimento da colonização espontânea. Lembra que o INCRA, quando criado, buscava desenvolver uma “política de colonização oficial destinada a ocupar espaços vazios”. Em período subsequente, passou a estimular a colonização particular, “principalmente com trabalhadores vindos do Rio Grande do Sul”. A seu modo de ver, trata-se de contrarreforma agrária.

Com essa emancipação para a colonização e abertura das rodovias 163, na Região Norte, e a 158, na Região Nordeste, vários projetos de colonização privada entraram em execução. Sobressaem o de Alta Floresta, desenvolvido pela INDECO do Sr. Ariosto da Riva, e o de SINOP, por Enio Pepino, considerados os dois maiores empreendimentos. Como objeto do presente estudo, é de notar a colonização particular desenvolvida pelo pastor Norberto Schwantes, que instalou Canarana, em 1972, com a COOPERCOL - Cooperativa 31 de Março Ltda. No Médio-Norte de Mato Grosso, a IMCOL, da família Briante e Coelho Portilho, iniciaram um processo de compra e venda de terras que findou na fundação futura de São José do Rio Claro em 1967. Para acesso às terras que permitiram sua comercialização pelas colonizadoras privadas, um longo processo legislativo, político e mercadológico percorreu várias etapas de compra e venda, até chegar ao pequeno produtor do Sul e Sudeste.

Assim, na constituição de 1946, o artigo 199 dispôs sobre o estabelecimento de um programa de desenvolvimento para Amazônia, no qual 3% dos²² impostos federais, durante 20 anos consecutivos, estariam destinados a investimento na região. A lei n. 1806, de 11 de fevereiro de 1953, regulamentou o artigo 199, que, em seu artigo primeiro, dispõe sobre a criação de um plano de desenvolvimento regional. Para a execução do plano, criou-se o órgão coordenador central, a Superintendência do Plano de SPVEA.

Conforme Barrozo (1992), a interiorização proposta por Vargas para povoar o Centro-Oeste e a Amazônia veio com o viés da criação da SPVEA para coordenar os órgãos que atuassem na região amazônica.

A política de terras do Estado de Mato Grosso, concedendo grandes áreas de terra para colonização, atraiu para o Estado os empresários de terra, ou os “novos bandeirantes”, sobretudo paulistas [...] Coube a Juscelino Kubitschek transformar o

discurso de interiorização em obras. Ao menos simbolicamente, talvez a obra mais importante neste sentido tenha sido a transferência da capital federal para o Planalto Central. A interligação rodoviária de Brasília com as capitais estaduais, principalmente a construção da rodovia Belém-Brasília, são marcos importantes desta política de interiorização (BARROZO, 1992, p. 22).

Barrozo ainda registra a concessão de incentivos fiscais e créditos baratos que o governo Federal oferecia para a Amazônia, o que gerava fascínio sobre os empresários capitalistas. Nesse aspecto, com base em Faria (2012), a distância dos grandes centros econômicos, as dificuldades logísticas, a baixa densidade de consumo da população local e a reduzida capacidade de gerar conhecimento científico regional sempre forçaram a necessidade de fornecimento de incentivos fiscais, creditícios e fundiários aos empresários sulistas e internacionais, que somente se instalavam em Mato Grosso na presença de oportunidade de acumulação acima da média; neste quadro, o Governo regional sempre operou com crises fiscais e orçamentárias, desde a colônia até o período republicano recente, sendo o Estado refém do capitalismo na periferia; somente nas décadas de 1950 a 1970 o Governo do Estado manteve excedente fiscal, porém apoiado na alienação de terras devolutas a empreendimentos privados; uma vez vendidas as terras, a crise fiscal voltou a assolar o Governo.

Porém, ainda, Barrozo (1992), menciona a SUDAM como propulsora para o grande empreendimento, devido ao fato de ser o organismo federal que mais se identificou com as grandes agropecuárias. A Lei de terras de 1950 deixara o pequeno produtor órfão e sem condições de possuir terras, pois essa se daria pela compra.

2.7 Leis e legislações: a formação do latifúndio

No Estado de Mato Grosso, a atividade política, antes centralizada no governo federal, iniciou-se no governo de Arnaldo Esteves de Figueiredo que assumiu como governador, em 1945 e deu início à formulação da política de colonização estadual de 1947 a 1950. Em 1945, criou-se o Fundo Rodoviário, que implantou, em 1947, o Departamento de Estradas de Rodagem em Mato Grosso (PÓVOAS, 1977), criando as bases da implantação das rodovias. É a partir do governo de Arnaldo Estevão que o processo de ocupação da região Norte de Mato Grosso se acelerou. Como engenheiro agrônomo, o governador visualizava a possibilidade de transformação das matas em sítios e fazendas produtivas. Foram estabelecidas as colonizações do Vale do São Lourenço (Sudeste do atual Mato Grosso), de Dourados e Bodoquena (atual Mato Grosso do Sul) e de Barra do Bugres (início da ocupação no sentido setentrional). Considerou-se latifúndio a propriedade rural com área superior a dez

mil hectares buscando promover a extinção progressiva das áreas acima deste limite. Com o início da integração terrestre, dada a instalação de rodovias a partir de 1950, pode-se afirmar que o governo de Arnaldo Estevão representou o despontar da ocupação do território mato-grossense, visando à implantação da agropecuária (MENDONÇA, 1981).

A substituição da Diretoria de Terras e Obras Públicas pelo DTC, bem assim a criação da Comissão de Planejamento da Produção (CPP), em 1947, este o nascedouro de mudanças na intenção de abrir a colonização do Estado, conforme Moreno(2007) e Soares(2004). Para os autores citados, essa nova estrutura criou o órgão setorial de apoio à Divisão de Colonização, Delegacias, Comissões e Agências de Terras e Colonização que viam, na descentralização, solução eficiente para os vários problemas do órgão revelando que o Código Estadual de Terras (Lei 336, de 1949) assegurava ao Estado a introdução de projetos para colonização. Essa lei não agradava aos setores políticos nem econômicos, e o governo de Fernando Corrêa da Costa, quando assumiu o Estado em 1951, adotou o dispositivo (Lei 461/51) no Código de Terras, assegurando o direito de contratar os serviços de terceiros para a colonização das áreas, ou parte delas, reservadas para esse fim. Segundo o governador, o estado não estava habilitado “nem técnica, nem financeiramente”, para propiciar os benefícios a seu povoamento. Soares ainda assegura terem sido admitidos muitos títulos. Veja-se:

[...] em 1958, 552 títulos provisórios com área aproximadamente de 1.800.000 hectares, enquanto 491 títulos definitivos foram lavrados, abrangendo uma área de 2.637.142 hectares [...] e o registro da entrada de 3.229 requerimento de compra de terras devolutas. O município que mais vendas registrou foi de Barras do Garças, onde expediram 134 títulos definitivos com 701.000 hectares [...] seguido de Diamantino e Chapada dos Guimarães (SOARES 2004, p. 85 - 86).

No entanto, o órgão responsável pelo planejamento e venda de terras na época era objeto de críticas pelo próprio governo, “[...] a febre na aquisição de terras neste Estado é tão grande que mesmo os seringais já estão sendo invadidos pelos requerimentos e se tornando em propriedades particulares” (SOARES, 2004, p. 85-86). O fato da proliferação de aquisição de terras possibilitou a iniciativa privada da colonização e, de igual modo, a aquisição de terras para especulação comercial.

Com a deposição de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo em 1945, a promulgação da Constituição de 1946 permite as liberdades democráticas que caracterizaram as constituições republicanas anteriores a 1937 (MORENO, 2007). Em Mato Grosso, os governos constitucionais que assumem o Estado dão um caráter continuísta às alienações indiscriminadas de terras objetivando a política de colonização. Esse modelo começa com a iniciativa de contratar serviços de terceiros para implantar projetos de colonização. Com o fim

do Estado Novo e a nova Constituição de 1946, os estados passaram a ter autonomia na concepção da política agrária, antes centralizada pelo governo federal. No entanto, o que viria a acontecer, tendo em conta as legislações sobre as terras, desconsiderava vários dispositivos traçados no decorrer do tempo sobre as terras de Mato Grosso. A nova constituição permitiu esse processo:

O governo propunha uma ampla reformulação na legislação vigente sobre terras, no sentido de modernizá-la e “[...] tornar mais expedito o processo de aquisição de lotes por particulares”. O processo até então moroso e obsoleto desencorajava aqueles que podiam explorar as terras férteis no Estado. Assim, mostrava-se francamente favorável à aquisição de grandes extensões de terras por particulares para promover a colonização, coisa que os projetos oficiais não poderiam realizar diante do fracasso de várias tentativas do passado e para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. Argumentava ainda que a medida geraria aumento da renda aos cofres públicos e também melhores condições de “[...] fixação do homem ao solo abrindo ensejo ao povoamento em moldes racionais” (MORENO, 2007, p. 104).

A citação de Moreno põe à luz a passagem considerada “modernização” da legislação que entreabria ao governo do Estado, a legalização para a comercialização das terras. As ocupações desordenadas do passado, às vezes com posses mansas, às vezes violentas, foram resolvidas com a legalização através de novas medições, através de revisões na medição original. Com isso, terras onde não havia marcos, desde que consideradas improdutivas, seriam tidas por terras devolutas do Estado de Mato Grosso. Assim, a Lei n. 18, de 21 de outubro de 1947, a Lei n. 68 de 11 de dezembro de 1947, e a Lei n. 75 de 12 de dezembro do mesmo ano, foram julgadas como “leis extremamente liberais, pois possibilitaram a regulação do arrendamento, as medições e demarcações de terras devolutas e a aquisição gratuita de terras desocupadas”. Acresça a isso a possibilidade de compra por garantia de direito de preferência às terras arrendadas, sendo fixados ao término do contrato, 5% do valor venal das terras (MORENO, 2007). Ainda conforme a autora (p. 105), no novo processo de remarcação, as terras que estavam irregulares, desde 1927, foram revalidadas com a revogação de artigos e decretos anteriores. Entre outras, foi dispensada a apresentação de título provisório no processo, o que ensejou condições de posse extintas desde 1850.

Dessa forma, os desdobramentos das leis foram fraqueando o processo privativo: as mesmas leis que permitiam a comercialização das terras também as limitavam, pelo menos legislativamente. No que respeita ao tamanho das áreas de terras que seriam disponíveis, essas foram legalizadas pela Constituição de 1946. Para a comercialização, atendia-se ao limite máximo de dez mil hectares (BRASIL, 1946, não paginado).

2.8 Terras privatizadas: o mercado da compra e venda de terras gleba massapé I - São José do Rio Claro

Em entrevista realizada em junho de 2011 com o agrimensor e espeleologista (informação verbal),²³ “profissões que o credenciaram como sucessor do Marechal Cândido Rondon no trabalho de manutenção de linhas teleféricas” (REDAÇÃO..., 2012, não paginado), relatou ele as formas de medição de terras que havia no Estado de Mato Grosso. Reconhecido como importante conhecedor continental do território mato-grossense e exímio profissional da agrimensura, Ramis relatou que as terras que, em verdade, conferiam maior certeza de medição e que, posteriormente, não enfrentavam problemas jurídicos, foram aquelas cuja medição ocorria no campo, ou seja, com a presença de uma equipe de profissionais que percorriam as terras e fixavam os marcos oficiais.

Por outro lado, por força das dificuldades de acesso a regiões mais distantes, havia medições que eram feitas por reconhecimento aéreo, delimitando espaços no solo. Todavia, quando da ida a campo para demarcação, configurava-se divergência enorme. Autores como Lenharo e Moreno, ambos citados recorrentemente, retratam que a prática da medição de terras também fora considerada um dos maiores “males” para a venda de terras devolutas. Moreno (2007) comenta que os agrimensores titulados pelo estado, mais experientes, ficavam nas instituições que lidavam com terras em Cuiabá para não perder novos contratos de medição e delegavam a seus substitutos o trabalho de campo. Em assim ocorrendo, a falta ou “nenhuma idoneidade profissional” desses, levou a medições fraudulentas²⁴. Numa ampla sala composta por vários mapas criados por trabalho próprio, foi possível verificar regiões que, ainda hoje, sofrem embates jurídicos por dois ou até mais proprietários de terras numa mesma área, cuja identificação somente se dava após trabalho de vistoria de campo. Feita a solicitação das condições jurídicas sobre as áreas objeto de estudos do presente trabalho, ficou clara e objetiva a explicação do profissional. Ao identificar a área urbana do município de São José do Rio Claro, consultado um mapa cadastral do Estado de Mato Grosso, o agrimensor identificou as áreas próximas ao município que foram medidas e conferidas em campo e que

²³BUCAIR, Ramis. Entrevista concedida à Ribeiro, Alexandre R., sobre sua atuação enquanto topógrafo do Governo do Estado de Mato Grosso que revisava terras devolutas medidas para venda a particulares nos anos de 1950/60 e 70. Entrevista concedida no dia 10 de junho de 2011 no seu escritório localizado na rua Pedro Celestino, 280 no centro de Cuiabá. Cuiabá 2011. (Arquivo de Ribeiro. A.R).

²⁴ As medições fraudulentas é que possibilitavam a propriedade para dois ou mais proprietários de uma mesma área. Conforme Moreno (2007), geraram nomes como “beliches fundiários” em Oliveira (2003), “terras de dois ou três andares” em Foweraker (1982). Ainda foram encontrados, relatados por advogados e agrimensores na pesquisa de campo, com os nomes de “terras de prancheta” (eram marcadas por escalas e a distância) e “terras demarcadas” (havia a presença do topógrafo na área).

não apresentam conflitos de posse, sendo terras que, de fato, foram adquiridas como terras devolutas do Estado. Quanto mais ao norte se expandiam as medidas, mais eram identificadas áreas “sobrepostas” entre as delimitações dos vastos municípios que existiam na época.

Embora o Estado tivesse suas prerrogativas legais para a venda de terras e tentasse superar os despreparados, mesmo nos lugares em que as terras foram consideradas legais, outras formas de se apropriar de um volume maior de terras, ou seja, acima dos exorbitantes 10.000 hectares possíveis, permitidos pela constituição de 1946, eram adquiridas terras em nome de terceiros, os denominados por outros autores como “laranjas”.

Ao mencionar o município de São José do Rio Claro, Ramis Bucair comentou um fato ocorrido na década de 1950 no rio Arinos, quando da queda de um avião. Em seu relato esclarece que trabalhou na região do alto rio Arinos, demarcando as terras que, no futuro, se tornaram a Gleba Massapé. Confirmou que, ao chegar de viagem ao aeroporto de Cuiabá, foi solicitado por um agente da aeronáutica e do governo do Estado de Mato Grosso que orientasse um voo à região do rio Arinos para localização de pequena aeronave que havia caído na região. Relatou que estava doente, com malária, hepatite e muito cansado, além da barba por fazer, pois há mais de 40 dias se enclausurara no mato. Mesmo assim, por ser conhecedor da nascente do citado rio e de seu prolongamento, e por necessitar socorrer um acidente aéreo, não hesitou e embarcou de imediato em outra aeronave. Chegando à região, encontrou o monomotor na margem esquerda do Arinos, quando ficou sabendo que uma das vítimas do acidente era um deputado do Estado de São Paulo, Anísio José Moreira, proprietário de terras próximas à Gleba Massapé.

As terras do deputado e fazendeiro paulista Anísio José Moreira foram adquiridas no ano de 1957, num total de 76.000 hectares. Para comprar mais de 10.000 hectares, as terras foram documentadas em nome de diversas pessoas. A cadeia dominial das terras foi solicitada por um herdeiro legítimo do deputado em 21 de julho de 1978, em Cuiabá. O fato de ter encontrado um herdeiro direto, este colaborou prontamente para disponibilizar os documentos originais hábeis para análise. Por não ter encontrado o mapa cadastral do antigo município de Diamantino até então, não conseguíamos fazer a cadeia dominial. Dessa forma, as análises foram feitas sobre as terras da mesma região que a Massapé I.

A escritura pública, datada de 7 de novembro 1957, trazia o seguinte teor: Escritura pública de cessão e transferência de direitos, pois são “titulares de direitos sobre lotes de terras no município de Diamantino, cujo processo de legalização da compra ao Estado de Mato Grosso corre perante o Departamento de Terras do Estado de Mato Grosso e tem seu curso perfeitamente normal, conforme conta dos respectivos processos”. Os proprietários de

direito são três casais residentes e domiciliados em Cuiabá. Eis a profissão dos maridos: um cirurgião-dentista, um agrônomo e um funcionário público. A esses se soma um homem solteiro, também ele funcionário público, aos quais se associam três mulheres solteiras e uma viúva, a todas sinalizando, como profissão, a expressão “lides domésticas”. Assim se perfaz um grupo de oito proprietários de terras, as quais se conferiu a quantidade de “aproximadamente 10.000 hectares” cada uma, no entanto o montante final na escritura foi de 76.000 hectares. Por outro lado, como outorgado aparece o nome do Sr. Antonio Lopes Molon, casado, agricultor de Mirassol, estado de São Paulo. Neste caso, Molon assume os direitos das pessoas anteriores mediante o pagamento de Cr\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil cruzeiros), ou seja, Cr\$ 3.000,00 para cada outorgante.

No dia 29 de novembro de 1957, vinte e dois dias após o recebimento dos direitos adquiridos, Antonio Lopes Molon assinou contrato com Anísio José Moreira e Tarley Rossi Vilela, registrando ser este um agricultor morador em São José do Rio Preto, estado de São Paulo. No contrato de compra e venda, os três seriam os proprietários dos direitos de 76.000 hectares adquiridos para os mesmos direitos, em igualdade de condições, ou seja, um terço de cada parte, cujos valores foram: Cr\$ 1.520.000,00 (um milhão e quinhentos e vinte mil cruzeiros) pagos ao Dr. Luiz Vicente da Silva Campos; Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), ao Sr. Antônio de Pádua Copriva, corretor de imóvel de Cuiabá, cujo montante é de Cr\$ 3.020.000,00 (três milhões e vinte mil cruzeiros). Os valores pagos seriam divididos conforme algumas etapas: publicação de edital de concessão de quatro dos requerimentos dos cedentes acima nomeados; após término dos trabalhos de campo e preparação dos autos de medição; e outros após aprovação dos autos de medição; 180 dias da publicação dos editais de concessão dos lotes citados; e o restante, 180 dias do pagamento anterior.

A tabela 1 evidencia os valores pagos em cada hectare, a demonstrar o reduzido valor:

Tabela 1 - Preço das terras por hectare em São José do Rio Claro em cruzeiros (Cr\$) e atualmente em reais (R\$).

São José do Rio Claro		Preço das Terras	Hectares	Preço por Hectare
07/11/1957	Cruzeiros Cr\$	Cr\$ 24.000,00	76.000,00	Cr\$ 0,32
31/12/2012	Deflacionados* em Reais R\$	R\$ 8.308,60	76.000,00	R\$ 0,11
31/11/1957	Cruzeiros Cr\$	Cr\$ 3.020.000,00	76.000,00	Cr\$ 39,74
31/12/2012	Deflacionados* em Reais R\$	R\$1.045.499,24	76.000,00	R\$13,76

Fonte: Autoria Própria (2012).

Na transação realizada por Molon, ao adquirir de terceiros e vender para os fazendeiros paulistas, num espaço de 24 dias, houve uma majoração de 12.583% sobre o preço original da compra. Esse fato demonstra que as pessoas que detinham o documento das terras receberam valores irrisórios, considerando a extensão da área, especulação havida com a movimentação econômica das terras devolutas do Estado. As terras adquiridas estavam, sob direito de posse, com casais e outras pessoas. Como se sabe, essas terras, onde localizadas, nem estradas transitáveis havia. No entanto, pertenciam, de direito, a pessoas de profissões as mais estranhas. De sobra, estavam longe de ser potenciais agricultores ou fazendeiros.

Para entendimento sobre o valor que o estado vendia as terras, dado que as mencionadas já estavam nas mãos de terceiros, uma pesquisa no INTERMAT, em outubro de 2012 possibilitou encontrar um título definitivo de propriedade do ano de 1960, na mesma gleba. Considerando que os valores de venda consultados em títulos definitivos, de 1955 até 1960 os preços permaneceram fixos em Cr\$ 7,00 para áreas pastais e Cr\$ 10,00 para terras lavradas. Acrescido o custo de colonização e eletrificação, chegou-se ao valor de Cr\$ 12,40, em 1960, e R\$ 1,87, em 2012, por hectare para compra diretamente do Estado, conforme segue:

Tabela 2 - Preço das terras por hectare em São José do Rio Claro em 1960 em cruzeiros (Cr\$) e atualmente em reais (R\$).

São José do Rio Claro	Preço das terras adquiridas diretamente do Estado		Hectares	Preço por Hectare
23/12/1960	Cruzeiros Cr\$	Cr\$ 123.976,00	9.999,00	Cr\$ 12,40
31/12/2012	Deflacionados* em Reais R\$	R\$18.709,74	9.999,00	R\$1,87

Fonte: Autoria Própria (2012).

Ao verificar o valor da terra vendida pelo Estado, pode-se ter a compreensão dos valores que os fazendeiros, ao adquirirem a Massapé I, pagaram ao Estado, pois o ano da compra foi 1957, e a venda, para a IMCOL, foi 1967. Esta empresa não comprou a Gleba Massapé I para revenda, antes disponibilizava as terras e recebia comissão dos fazendeiros paulistas, adquirindo outras glebas com a renda.

Quanto às terras adquiridas pela IMCOL, na colonização da Gleba Massapé I, foram vendidas entre os anos de 1968 a 1972, 359 lotes, dos quais 256 lotes eram da Gleba Massapé I. Desses, 55 eram menores que 24,2 hectares, localizados principalmente nas proximidades do núcleo urbano, pertencentes a pequenos agricultores que experimentaram diversos tipos de produção agrícola, notadamente para subsistência. Como as terras ainda não haviam sido legalizadas, isso somente ocorreu após 1973. Os pequenos agricultores não fizeram financiamentos, ao contrário dos grandes latifúndios que já eram atendidos pela presença institucional da SUDAM. Nesses primeiros anos, a quantidade de famílias que chegava e saía

era enorme, conforme o relato de um diretor da IMCOL: “*ao mesmo tempo que chegavam dois caminhões com mudança, havia outro saindo*” (informação verbal)²⁵. Das dez primeiras famílias que chegaram, quatro voltaram de imediato, não aceitando as condições, uma vez que havia vestígio de estrada somente até o rio Claro. Dali para diante, serpenteava um picadão de, aproximadamente, 15 quilômetros, até o lugar que seria o núcleo urbano. Muitos dos agricultores desistentes de ali permanecerem, também deixaram de pagar suas terras, quebrando os compromissos firmados. Segundo a colonizadora, havia uma forma de anúncio em jornais, em Mato Grosso e no Paraná, comunicando os abandonos: quando não havia renegociação, as terras eram vendidas novamente, dessa vez por um preço maior.

As análises documentais realizadas no escritório da IMCOL, em São José do Rio Claro, permitiram acesso a vários contratos de compra e venda dos lotes da Gleba Massapé I, bem como das fichas que contabilizavam o pagamento e o recebimento. Auxiliado por um diretor da empresa, os valores foram apurados e correspondem àqueles levantados por Guimarães (1988), os quais estão representados na tabela 3:

Tabela 3 - Preço médio de venda das terras adquiridas nos projetos de colonização da IMCOL.

Ano do Contrato	Número de contratos examinados	Preço de venda por ha Cr\$	ORTN
1968	22	46,22	1,48
1969	09	67,42	1,68
1970	05	85,95	2,13
1971	16	145,27	2,69
1972	20	188,04	2,86
1973	16	366,50	4,88
1974	11	485,20	5,58
1975	06	563,88	5,67
1976	08	836,26	5,57
1977	04	1.485,58	7,18
1978	01	2.396,69	8,85

Fonte: Adaptado de Guimarães (1988). Preço médio obtido por amostragem nos contratos de compra e venda em poder da IMCOL. A ORTN se refere ao mês de junho do respectivo ano. O preço em cruzeiro não foi deflacionado.

Observa-se que, na linha do tempo, a majoração significativa do preço do hectare ocorre em 1973. Conforme os depoimentos dos empresários, o fato de as terras terem procedência de compra e venda desde a época em que foram consideradas devolutas pelo Estado de Mato Grosso, passaram elas por uma valorização considerável quando da legalização no INCRA, após a superação do imbróglio das terras abaixo de 25 hectares e do impasse havido com os indígenas. A partir deste ano, as terras tinham preferência devido à possibilidade de geração de escritura pública e, após isso, o desenvolvimento do processo de

²⁵ Depoimento com M. C. P. sócio da empresa colonizadora, 2012.

financiamento para produção, bem como a aprovação do programa PROBOR, a corroborar o aumento significativo do preço no transcorrer do tempo.

2.8.1 O acesso a terra em Canarana

A segunda visita realizada a Canarana, fevereiro de 2012, com o propósito de prosseguir a busca documental na Fundação Pró-Memória, teve um caráter específico: encontrar documentos que fundamentassem os estudos. Depois de dois intensos dias de abertura de caixas e pacotes, onde valiosos documentos foram encontrados, restaram grandes mapas urbanos que estão ali depositados. Dessa vez, um todo empoeirado canudo trazia em seu interior, um mapa cadastral da Grande Barra do Garças. Através dele foi possível localizar as terras que foram adquiridas pela COOPERCOL, visando ao processo de colonização.

O caminho investigativo para demonstrar o acesso à terra em Canarana foi mais tranquilo. De posse do mapa cadastral de Barra do Garças, localizaram-se os nomes dos primeiros proprietários, conforme a figura 1, facultando montar a cadeia dominial. Com ela, ao solicitar os documentos no INTERMAT, esses já vieram com os títulos definitivos.

Figura 1 - Mapa cadastral de Canarana



Fonte: Recorte do mapa cadastral do município de Barra do Garças e Luciara, reproduzido pelo autor.

Conforme esclarecido pelo pastor Norberto Schwantes, idealizador da migração de pequenos agricultores e de alguns sem-terra de Tenente Portela-RS, a tentativa primeira de encontrar terras em Mato Grosso começou pela região de Dourados e Maracaju, hoje Mato Grosso do Sul. Dai se chegou a Barra do Garças, no atual Mato Grosso. Nas duas primeiras

regiões, as terras, segundo o próprio Schwantes, de melhor qualidade já estavam com o preço bastante elevado. Diante disso, assim a prioridade foi Mato Grosso:

Mas o município de Barra do Garças já era conhecido no Rio Grande do Sul por causa de um gaúcho – Alfredo Toneto – que ali, na década de 60, comprara um milhão de hectares com o propósito de promover uma grande colonização com gente do Sul. Em 1969 e 1970 ele conseguiu levar para lá uma dúzia de famílias e com elas fundou o Vau dos Pioneiros. Quando lá estivemos, elas estavam vivendo meio perdidas no meio do Cerrado, a 250 quilômetros de Barra do Garças. Toneto já não tinha mais um milhão de hectares. Tinha vendido glebas às agropecuárias, incentivadas com o farto dinheiro da Sudam. Sobravam apenas 200 mil hectares (SCHWANTES, 2008, p. 64).

A farta extensão de terra citadas por Schwantes (2008, p. 64) era uma realidade existente no estado. A forma para se apropriar de tanta terra, uma vez que o limite era de 10 mil hectares, foi o que a pesquisa do presente estudo buscou. Ao analisar o pré-projeto da COOPERCOL (p. 17 - 18), os nomes encontrados no item 3.1.2, no referente à situação jurídica das terras objeto do projeto foram:

Lote “Santa Lúcia”, compra feita por Raimundo João Cauduro no Estado de Mato Grosso, em 22 de novembro de 1960, devidamente transcrito no Registro de Imóveis da Comarca de Barra do Garças, no livro 3F, folha 122, n. 4.021;

Lote “Santa Genoveva”, compra feita por Boris Francisco Lopes, no Estado de Mato Grosso, em 27 de dezembro de 1960, devidamente transcrito no Registro de Imóveis da Comarca de Barra do Garças, no livro 3F, folha 292, sob o n. 4.438;

Lote “Santa Lúcia” “B”, compra feita por Leônicio da Silva, no Estado de Mato Grosso, em 17 de novembro de 1960, devidamente transcrito no Registro de Imóveis da Comarca de Barra do Garças, no livro 3F, folha 120, sob o n. 4.015;

Lote “Campina do Sonho”, compra feita por Nélson Soares da Costa, em 17 de novembro de 1960, devidamente transcrito no Registro de Imóveis da Comarca de Barra do Garças, no livro 3F, folha 116, sob o n. 4.005.

A evolução da cadeia sucessória dos títulos das referidas glebas, conforme o pré-projeto (p. 17, 18 e 19), foi assim exposta:

- a. Lote “Santa Lúcia”, “Santa Genoveva” e “Santa Lúcia” “B” – itens I a III
Em 12-8-61 foram prometidos à venda para Wadel Maldonado, por contrato de promessa de compra e venda, realizado em notas do 24º Tabelionato de São Paulo.
Em 21-11-67, foram vendidos, em uma só transação, a Olavo de Castro Fontoura, por contrato de compra e venda e cessão de direitos.
Em 23-4-71, por Carta de Adjução extraída dos autos de inventário de Olavo de Castro Fontoura, expedida pelo juiz da 6ª Vara de Família e Sucessão de São Paulo, foi adquirida por Maria Elizabeth Fontoura.
Em 24-05-72, por contrato de compra e venda, a área foi comprometida à Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda., e integrada no Projeto.
- b. Lote “Campina do Sonho”
Em 07-1-64, foi vendido a Elpídio Oswaldo Ottoboni e outros, por contrato de compra e venda.

Em 24-05-72, por contrato de compromisso de compra e venda – contrato recibo arras. -, a área foi comprometida à venda para a Cooperativa de Colonização 31 de Março Ltda., que a integrou no Projeto.

Ainda conforme o pré-projeto, todas as glebas integrantes da área do projeto estavam devidamente cadastradas no INCRA, alguns tributos se faziam atrasados. Quanto a isso, a cooperativa se propôs proceder à “regularização fiscal dos referidos cadastros, bem como atualizando a documentação referente à titulação de domínio”. Assim, conforme ainda o pré-projeto, após a legalização fiscal, a cadeia sucessória seria completa e integraria a área pretendida para colonização. A tabela 4 identifica os nomes dos proprietários dos títulos e os respectivos valores da época e atualizados.

Tabela 4 - Preço das terras por hectare em Canarana em cruzeiros (Cr\$) e atualmente em real (R\$).

Identificação do Agente	Canarana	Preço das Terras		Preço por	
				Hectares	Hectare
Santa Lúcia (Frederico Marquezan)	22/11/1960	Cruzeiros Cr\$	Cr\$ 113.157,60	8.967,00	Cr\$ 12,62
	31/12/2012	Deflacionados* em Reais R\$	R\$ 17.432,01	8.967,00	R\$1,94
Santa Genoveva (Boris Francisco)	27/12/1960	Cruzeiros Cr\$	Cr\$ 128.489,47	9.999,00	Cr\$ 12,98
	31/12/2012	Deflacionados* em Reais R\$	R\$19.390,89	9.999,00	R\$1,94
Santa Lúcia B (Leoncio da Silva)	17/11/1957	Cruzeiros Cr\$	Cr\$ 129.762,00	9.999,00	Cr\$12,98
	31/12/2012	Deflacionados* em Reais R\$	R\$19.989,93	9.999,00	R\$2,00
Campina do Sonho (Nelson Soares)	12/10/1960	Cruzeiros Cr\$	Cr\$ 127.634,40	9.853,00	Cr\$ 12,95
	31/12/2012	Deflacionados* em Reais R\$	R\$ 20.256,52	9.853,00	R\$2,06
Soma das Terras		Cruzeiros Cr\$	Cr\$ 499.043,47	38.818,00	Cr\$ 12,86
	31/12/2012	Deflacionados* em Reais R\$	R\$ 75.312,75	38.818,00	R\$1,94
Valor pago pela Cooperativa em Canarana	24/05/1972	Cruzeiros Cr\$	Cr\$ 1.707.992,00	38.818,00	Cr\$44,00
	31/12/2012	Deflacionados* em Reais R\$	R\$ 6.223.045,01	38.818,00	R\$160,31

Fonte: Valores originais coletados em Moreno (2007) e adaptação monetária efetivada pelo autor *, a preços de dez/2012

Conforme os nomes existentes no pré-projeto, podem estes ser identificados no mapa cadastral de Barra do Garças, o que comprovava sua autenticidade. De posse dos nomes constantes no referido mapa, o próximo passo foi continuar a pesquisa no INTERMAT. Através da cadeia dominial, foi possível entender a forma de apropriação das terras compradas pela COOPERCOL.

O lote “Santa Lucia B” em nome do senhor Leônicio Martins da Silva foi requerido no Estado de Mato Grosso, com procuração passada ao senhor Alfredo Tonetto, para que este o representasse com todos os direitos e deveres, desde a identificação das terras até seu pagamento. O documento demonstra que era para compra de terras devolutas no Estado de Mato Grosso. O montante proposto para compra é de aproximadamente 7 mil hectares. A data

de medição das terras é de 31 de outubro de 1958, e o registro de título definitivo é de 14 de outubro de 1960.

O lote “Santa Genoveva” aparece em nome do senhor Boris Francisco Lopes, cuja profissão, no documento, é de secretário de Justiça. A proposta de compra era de 7 mil hectares, com procuração com fins de representação para compra no Estado de Mato Grosso, também passada ao senhor Alfredo Tonetto. A data do documento final é de 17 de setembro de 1960.

“Campina do Sonho”, lote em nome do senhor Nelson Soares da Costa, cuja profissão, no documento, o classifica como ferroviário. Sua residência é em Camobi, município de Santa Maria, Rio Grande do Sul. O cartório que origina a procuração, em 1957, também é do município de Santa Maria. A área proposta para compra corresponde, por igual, a 7 mil hectares. Como escrivão, assinou o senhor Bóris Francisco Lopes, o mesmo que aparece como proprietário do lote “Santa Genoveva”.

Uma observação cabe fazer. Embora os requerimentos fossem para 7 mil hectares, após o trabalho de medição em campo, atingia a área até 9.999 mil hectares. A diferença de 7 mil hectares para 9.999 hectares era considerada “excesso de área encontrada na medição”. Tais detalhes estão presentes na lavratura do título definitivo, que substituíra o provisório.

Dos quatro lotes, apenas o que consta no mapa cadastral, registrando Raimundo João Cauduro como pretendente do Lote Santa Lúcia, não foi localizado. O referido loteamento está documentado em nome de outra pessoa, com outro procurador. No concernente aos lotes anteriores, é possível verificar que, através de procuração, o senhor Alfredo Tonetto, o mesmo citado por Schwantes, detentor de um milhão de hectares em Barra do Garças, é quem tinha os documentos para compra das terras. Nos mapas anexados aos documentos, verificou-se em dois momentos, o nome de “Tonetto” como vizinho de área: num mapa está o nome de Alfredo Tonetto; já em outro o nome de João AntonioTonetto²⁶.

Embora os envolvidos na pretensão e compra de terras estivessem distantes de Mato Grosso, considerando que o meio de transporte não era eficaz e barato, associado ainda ao fato de não haver locomoção até o local em que as terras estavam disponíveis, a informação sobre as terras de Mato Grosso percorriam o Brasil e o mundo por meio de propaganda e por pessoas que dedicavam a vida profissional ao comércio de terras. Segundo Moreno (2007), e Lenharo (1986), havia uma forma de comunicação por rádios e jornais do Centro-Sul que anunciavam terras “férteis e baratas” em Mato Grosso, com facilidade na compra. Essa veia

²⁶O referido Mapa esta anexo.

comunicativa encontrara no estado de São Paulo o excedente econômico da produção cafeeira que estimulava muitos fazendeiros a comprar grandes áreas de terra com fins especulativos. Registra-se nesses anúncios a oferta de terras férteis e baratas ou apropriadas para café.

Tantas eram as facilidades que jornais também denunciavam as condições em que as terras eram vendidas. Lenharo (1986) e Heist (2008) reportam a uma reportagem do jornal O Estado de Mato Grosso, sobre uma carta mencionando favores da Assembleia Legislativa para com o governo da época. Em troca, o deputado referenciado receberia montante de terras. As questões políticas também foram demonstradas por Moreno (2007 p. 115 - 116) no referente às vantagens nas negociações. Menciona que, na década de 1950, os requerimentos de compra de terras chegaram a 20.756, sendo, nesse período, concedidos 10.533 títulos correspondentes a 32.909.346 hectares. Com isso, ilustra que a renda de vendas de terras para o Estado foi altíssima, entre 1951 e 1955, passando de Cr\$ 3.292.883,20 em 1951, para Cr\$ 47.531.923,30 em 1955.²⁷ Nessas transações, a denúncia de favorecimento de venda para grupos específicos que formavam empresas colonizadoras, era a forma de burlar a lei que limitava a extensão de áreas de 10.000 hectares.

Segundo denúncias do jornalista Dylton Motta e de políticos adversários, as concessões eram feitas sem nenhum critério, dispensando-se inclusive a concorrência pública e garantias de execução dos contratos. Os interesses políticos norteavam a outorga das concessões, que alcançavam 200.000 hectares cada uma, cujos lotes de 10.000 hectares eram contíguos e de pessoas de um mesmo grupo (MORENO, 2007, p. 116).

Os relatos patenteiam estudos anteriores que mencionam as formas de burla para aquisição de terras. Desde o demandante pelos títulos, até o agricultor final, muitos valores financeiros foram contabilizados. No entanto, mais como ganho de recursos para quem não trabalha na terra, ainda assim levantou recursos econômicos com sua negociação. Isso leva ao entendimento do texto de Lenharo (1986), intitulado “A terra para quem nela não trabalha”.

Nos documentos analisados, os valores pagos ao governo do estado eram basicamente os mesmos. Eram compostos por taxas de desmembramento, taxa de colonização, taxa de eletrificação e publicação. Os valores pagos são de Cr\$ 7,00 por hectare, para terras pastais e de Cr\$ 10,00 para terras lavradas. Segundo o técnico que disponibilizou os documentos, esses valores significavam que as terras tinham um caráter específico para desmembramento e colonização, ou seja, era uma “contrapartida” para a execução de pelo Estado, em momento posterior. Os valores, de pronto, eram pagos para o título provisório, correspondentes a 7 mil hectares. Nos lotes “Santa Lucia B” e “Santa Genoveva”, os valores disponibilizados foram

²⁷A autora citada referiu-se apenas a Delegacia de Terras de Campo Grande.

os mesmos. No fazer um levantamento sobre cada item taxado e o valor venal dividido por 7.000 hectares, encontra-se o valor de Cr\$ 9,10 por hectare.

Tabela 5 - Custos para aquisição dos lotes junto ao Estado.

Desmembramento	Colonização	Eletrificação	Publicação	Compra/venda	Total
120,00	480,00	23.333,30	100,00	39.666,70	Cr\$ 63.700,00/7.000ha = Cr\$ 9,10

Fonte: Autoria própria com base em documento fornecido pelo INTERMAT (2012).

No entanto, os valores encontrados no título definitivo tem a correção da diferença de terras encontradas. O valor do título final, no lote em nome do Sr. Leôncio Martins, foi de Cr\$ 129.762,00 para 9.999 hectares, representando um valor final de Cr\$ 12,97 por hectare.

Dos valores pagos para obter o título provisório e o final, as terras que chegaram aos colonos pioneiros sofreram alterações cumulativas, quanto aos valores de venda, conforme o item 8.2.1 – Vendas dos Lotes Rurais:

O custo do Lote Rural foi calculado com base no custo do hectare de terra beneficiado com os investimentos programados. Assim, para as inversões feitas na compra da terra, com medição e demarcação e com estradas e obras de arte foi computado 90% desses valores e sobre as demais inversões, computou-se 70% desses valores, com o que se obteve o valor das inversões computadas no custo do lote. A este custo foi acrescida a taxa de 15% destinada do Fundo de Constituição da Cooperativa. (COOPERCOL, 1972, p. 177).

Considerando os custos acima, o cálculo final era dado pelo tamanho do lote principal acrescidos da área destinada às chácaras. Como o lote padrão possuía 480 hectares, o preço final, dadas as considerações dos custos acima, ficou em Cr\$ 101,00 por hectare, resultando o preço do lote padrão do projeto em Cr\$ 48.480,00. Para o pioneiro migrante, o valor considerado pela compra, à luz dos depoimentos, levava em conta que corresponderia a algo em torno de Cr\$ 44,00 mais as “despesas de associado”, pois entendiam que, como sócios, contribuíam com custos estruturais constantes no projeto de colonização.

Como descrito, quanto às leis que permitiram a privatização das terras devolutas, até sua compra e utilização pelo agricultor pioneiro migrante, as questões políticas, econômicas e sociais, que hoje fazem parte da história, contemplam uma singularidade que o cotidiano da política atual leva a considerá-la como transparente ou a desconsiderá-la. Se bem assim, está muito viva e agasalha uma representação atual de vulto não simbólico, mas real e conhecedora de uma condição atual: o conhecimento proporcionado pela vivência que teve o pioneiro migrante. O acesso à terra foi, então, no ano de 1972.

No que versa à comercialização das terras, as investigações dão conta de que os preços, pagos para o governo do Estado, foram muitos próximos. Por exemplo, as terras em

Aripuanã, depois de deflacionados e convertidos para cruzado, ficaram em R\$ 0,11 o hectare, idêntico aos valores de São José do Rio Claro, quando vendidos de terceiros para os fazendeiros do Estado de São Paulo. Outro ponto se refere às datas entre 1957 e 1960, quando o preço de São José do Rio Claro ficou em R\$ 1,87 para compra direta do Estado, ao passo que, em Canarana oscilou entre R\$ 1,94 e R\$ 2,06. Esse aspecto assinala conclusão derivada do que os documentos oficiais consultados apresentaram. No entanto, cabe ressaltar que as terras adquiridas em 1957, passaram por diversos proprietários até chegar ao comprador final, mercado especulativo esse que as supervalorizou a uma média de 10.423%. Com isso, o preço pago por quem derrubou, plantou e fez experimentos nas terras foi amplamente majorado na venda do estado até chegar ao trabalhador que, de fato, trabalha a terra.

Na sequência, será analisado o processo de planejamentos, planos e programas para a Amazônia mato-grossense, estes amparados por organizações e instituições. Possibilitados os mecanismos de compra e venda de terras, o caminho era criar condições para os investidores aplicarem seu capital na Amazônia. As leis permitiram a compra e venda de terras na década de 1950, nesse mesmo período dá o início da preparação das organizações para o recebimento da capital do Centro-Sul e internacional.

3 A AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE E A ORGANIZAÇÃO PARA SUA OCUPAÇÃO

[...] o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem. Assim, antes de perguntar até que ponto poderá alcançar bom êxito a tentativa, caberia averiguar até onde temos podido representar aquelas formas de convívio, instituições e ideias de que somos herdeiros.
Sérgio Buarque de Holanda [...] (Informação verbal)

O espaço continental mato-grossense contempla uma área de 93 milhões de hectares. Desses, 73 milhões são passíveis de exploração agrícola, ou seja, 78% da área total do Estado (PROGRAMA MATO-GROSSESSE, 2012), extenso território que foi amplamente explorado no processo de aquisição e venda de terras, como visto no capítulo anterior. A aquisição das terras em áreas de até 10.000 hectares era considerada como um exagero quantitativo no início do processo de comercialização. Se consideradas as formas ilegais de apropriação que favoreceram a formação de imensos latifúndios, essas quantidades foram exorbitantes. No entanto, tinham o caráter exploratório mercadológico, antes, porém, de ser repassadas ao produtor rural.

Nessa consideração, analisando a estratégia governamental para ocupar os “vazios”, uma estrutura organizacional e institucional deveria ser preparada para o desenvolvimento da comercialização das terras, criação de estruturas de locomoção e instalação, bem como disponibilização de condições para que os migrantes pudessem desenvolver sua atividade empreendedora.

Na sequência, veremos qual foi o papel e a função das organizações criadas no desenrolar desse processo. O fato de especificar suas ações se deu pela extensão territorial de Mato Grosso e, nesse espaço geográfico, abarcar, na sua mesorregião norte e nordeste, a fronteira que seria utilizada pela iniciativa colonizadora, na visão microrregional, constituída pela colonização específica dos dois municípios estudados.

As análises abordam as organizações e suas ações institucionais no processo de planejamento e execução para ocupar novas áreas. Como estratégia de defesa nacional, paralelamente buscavam-se os aspectos econômicos nos seus planos, desde a produção agrícola e a preparação da infraestrutura de transportes aéreos e terrestres. Nesse sentido, a formalidade estava presente nas leis, decretos e regulamentos que operacionalizaram suas atividades e, em consequência, não foram considerados os fatores sociais, culturais e ambientais. Na sequência a cronologia das organizações e suas funções para a ocupação produtivista da Amazônia.

Quadro 2 - Cronologia do surgimento das organizações atuantes na Amazônia e centro oeste do Brasil.

INSTITUIÇÃO	ANO	FUNÇÃO
BASA – Banco da Amazônia S.A. *	1942	Banco de Crédito da Amazônia
FBC - Fundação Brasil Central	1943	Desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e Brasil Central.
SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia	1953	Desenvolver a produção regional e as relações de troca.
CODECO - Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste	1961	Preparar e encaminhar subsídios para o projeto de lei que criaria a SUDECO.
SUDAM— Superintendência de desenvolvimento da Amazônia Legal	1966	Elaborar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e coordenar ou promover a sua execução, diretamente, ou mediante convênio com órgãos ou entidades públicas, inclusive sociedades de economia mista, ou através de contrato com pessoas ou entidades privadas.
SUDECO – Superintendência de desenvolvimento do Centro Oeste	1967	Estudos e diagnósticos para os programas regionais. Substituiu a FBC. Criou o Polocentro em 1975.
PIN – Programa de Integração Nacional	1970	Construção das rodovias que cortariam a Amazônia – Transamazônica, Cuiabá-Santarém.
PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste	1971	Desapropriação de grandes propriedades, mediante indenização para posterior venda a pequenos e médios agricultores; concessão de créditos para aquisição de glebas; fixação de preços mínimos de produtos de exportação.
POLAMAZÔNIA Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia	1974	Promover o aproveitamento integrado da agropecuária, agroindústria, florestal e mineral nas áreas-programas determinadas.
POLOCENTRO Programa de Desenvolvimento dos Cerrados	1975	Criado para promover a ocupação de áreas selecionadas com predominância de Cerrado.
PROMAT – Programa Especial de Desenvolvimento de Mato Grosso	1977	Direcionado para a Secretaria de Planejamento Estadual. Surge com a divisão do Estado, orientaria o orçamento e a distribuição dos recursos, atuaria de 1979 a 1988.

Fonte: elaborada pelo autor. *Em 1942, surge como Banco de Crédito da Borracha; em 1950, como BCA - Banco de Crédito da Amazônia S.A. e, em 1966, passa para Banco da Amazônia S.A.

Conforme o quadro 3, essas organizações começaram suas atividades antes da divisão territorial de Mato Grosso. A ocupação da região nordeste mato-grossense iniciou-se com o evento da expedição Roncador-Xingu, posteriormente transformando-se em FBC. Nesse constructo, serão explanadas as participações dessas organizações no processo de ocupação da Amazônia mato-grossense.

Para a realização das atividades institucionais na Amazônia, foi criada a Amazônia Legal, contemplada no segundo parágrafo da Lei 1.806, de 06 de janeiro de 1953, que criou a SPVEA, como segue:

Art. 2º A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.²⁸(CAMARA FEDERAL,1953, p. 276)

²⁸Legislação Informatizada - Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953 - Publicação Original

Posteriormente, com a extinção da SPVEA e a criação da SUDAM pela Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966, também com a Constituição Federal de 1988, fica definida a Amazônia Legal,²⁹ conforme mapa 7.

Mapa 7 - Os estados e a Amazônia Legal



Fonte: IBGE (2012).

As instituições presentes estabeleciam as formas de ocupação a serem implementadas, com uma forte representação do capital privado, no primeiro momento e o mais propício ao recebimento de incentivos e de apoio político para a inserção do capital na Amazônia. A inserção nesse ponto é considerada a entrada do capital externo na Região Amazônica, e isso possibilitou adicionar capital novo aos investimentos externos, evitou a distribuição de seus recursos aos presentes no território (endógeno) e criou uma atmosfera de progresso, ao trazer a tecnologia das regiões consideradas desenvolvidas.

²⁹ Através da Lei 1.806, de 06.01.1953,(criação da SPVEA), foram incorporados à Amazônia brasileira, o Estado do Maranhão (oeste do meridiano 44°), o Estado de Goiás (norte do paralelo 13° de latitude sul atualmente Estado de Tocantins) e Mato Grosso (norte do paralelo 16° latitude Sul). Com esse dispositivo legal (Lei1.806 de 06.01.1953) a Amazônia brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico. Foi a necessidade de o governo planejar e promover o desenvolvimento da região. Em 1966, pela Lei 5.173 de 27.10.1966 (extinção da SPVEA e criação da SUDAM) o conceito de Amazônia Legal é reinventado para fins de planejamento. Assim pelo artigo 45 da Lei complementar nº 31, de 11.10.1977, a Amazônia Legal tem seus limites ainda mais estendidos. Com a Constituição Federal de 05.10.1988, é criado o Estado do Tocantins e os territórios federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados (Disposições Transitórias art. 13 e 14).

As terras do cerrado interessavam para a agricultura. A SUDAM expandiu, assim, a Amazônia para o que seria a Amazônia Legal, além dos limites da Região Norte. A parte da Amazônia mato-grossense é exemplo dessas investidas, pois recebe a replicação dos lucros de fazendeiros do Centro-Sul como investidores nas compras de terras, ora para comercialização, ora para desenvolver grandes latifúndios agropecuários, que, na sua maioria, ao longo do tempo, mostraram-se improdutivos.

Do ponto de vista do uso ilimitado dos recursos naturais, também as empresas estatais e privadas empenharam-se na transferência das multinacionais industriais, a maioria em território estrangeiro. Desse modo, outras iniciativas continuaram, sempre com caráter governamental, em preparo para a iniciativa privada, uma vez que as políticas estavam voltadas para integrar a Amazônia à economia de mercado nacional. Nesse período, as instituições já estavam estabelecidas e as organizações vieram para cumprí-las de acordo com o governo militar. Ianni (1986) analisa que durante esse regime houve uma política de subordinação da agricultura ao capital, comprometendo o estado com os interesses do capital monopolista estrangeiro e nacional.

A economia na visão da teoria institucionalista funciona como uma estrutura social influenciada pelo próprio ambiente institucional. As instituições se fortalecem a partir das garantias oferecidas pela hierarquia das regras constitucionais, leis e das estruturas políticas. Segundo North (1998) o direito legitima os contratos e determinam o custo de transação das negociações, fortalecendo a propriedade privada.

O desenvolvimento da teoria institucional promoveu, com os novos institucionalistas, várias distinções para compreender o processo desenvolvimentista, entre elas o de considerar o relacionamento, a confiança e o contrato que regimenta e permite exercer a governança.

No caso do norte mato-grossense, levando em consideração o conceito dado pelo Banco Mundial³⁰ (SUDAM, 2012, não paginado), e por mérito de interpretação não considerar as ações que foram praticadas tendo ou não base conceitual de governança, a ação concreta privilegiou mais os aspectos econômicos que sociais e dos recursos naturais, sendo este último considerado como recurso econômico, dado sua transformação com características físicas para exportação que deu continuidade ao extrativismo dos ervais do sul aos grãos de produção primária sem industrialização da primeira década do século XXI, nesse momento a presença das instituições privadas internacionais está mais visível.

³⁰Segundo o Banco Mundial, “governança é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento, e a capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções”.

Em detrimento disso, por um lado, a presença institucional dá formalidade dentro do desenvolvimentismo; por outro lado, na fronteira, o informal está presente, a ausência de assistência técnica agrícola, falta de estrutura de transportes, de assistência à saúde e educação desperta a informalidade, nesse caso North (1993) menciona que a ação racional é uma particularidade do indivíduo e esta influencia a implementação de novas instituições de acordo com interesse de outros que a reproduzem a algum tempo a instituição. Também, admite que as relações informais pré-estabelecidas na sociedade e as instituições possam vir a influenciar as escolhas racionais e individuais. Com essa breve análise, é possível verificar a institucionalização pública no planejamento para a Amazônia mato-grossense, no entanto, as organizações privadas e a informalidade buscaram se adaptar as situações onde as instituições estavam falhas ou falharam.

A Fundação Brasil Central foi um exemplo de instituição que no primeiro momento atende a demanda do governo federal para mapear o Centro Oeste e a Amazônia do Leste mato-grossense, no entanto, sua incumbência foi passada a outra organização que a substituiu, no caso a SUDECO, na ausência da Fundação Brasil Central, as atividades de infraestrutura foram abandonadas, ficando um resquício de demarcações de estradas, de áreas de preservação, sinalizador de que a região estava “pronta” para ocupação. Não estava. Num segundo momento, quando da chegada dos migrantes, essa parte ficou para instituições privadas. Um exemplo mais direto: o traçado de estradas foi por onde seguiram os agricultores que migraram do Sul. Ao saírem do traçado principal, abriram quase 40 km para chegar até as terras adquiridas.

3.1 Da expedição à organização formal por meio da fundação

Antes de criada a Amazônia Legal, a primeira organização que participou diretamente com ações econômicas e políticas na região nordeste de Mato Grosso, rumo à Amazônia foi a Fundação Brasil Central. Lançada por Getúlio Vargas no ano de 1941, tinha como objetivo atrair para Mato Grosso e Goiás trabalhadores, mais especificamente, colonos e, também, atrair capitais que pudessem auxiliar na extração das riquezas existentes nessas regiões.

A Região Centro-Oeste, principalmente na transição entre o cerrado e a Amazônia, era vista como um imenso “vazio demográfico”; então, a estratégia de ocupação desse espaço tinha vieses específicos como: solucionar a questão militar num período em que as disputas políticas e econômicas internacionais buscavam áreas de influência; resolver conflitos sociais existentes em outras regiões, como o problema da seca do Nordeste, com grandes populações

necessitando de melhores instalações; as disputas por terras no Sul mostravam pequenas propriedades, insuficientes para atender à necessidade familiar e, também, a exploração mineral que ainda repousava sobre as grandes florestas. Além de tudo, estariam assim as populações ocupando a “porta de entrada” da Amazônia brasileira, até então pouco conhecida e pouca explorada no sentido Sul-Norte.

Assim, o Estado Novo via no Centro-Oeste brasileiro estratégias para iniciativas sociais, políticas e econômicas. Quanto às questões ambientais, estavam mais ligadas às disputas internas e, posteriormente, seriam vistas apenas para utilização dos respectivos recursos para o mercado consumidor, desde os minerais até os vegetais.

Dessa forma, as estratégias sob a égide da Colonização foram a forma de atrair o contingente populacional. Para tanto, iniciativas institucionais começaram a ser formadas. Com a Fundação Brasil Central, iniciou-se a expedição Roncador–Xingu, que tinha como função mapear e interligar a região central ao resto do país.

A expedição Roncador–Xingu, criada pela Portaria nº 77, de 3 de junho de 1943, e pelo Decreto nº 5.801, de 8 de setembro de 1943, passou para interesse militar, a partir da região leste mato-grossense, mais especificamente na divisa com o Estado de Goiás, no então município mato-grossense de Barra do Garças, à margem esquerda do Rio Araguaia. Na época, os conflitos davam-se por questões de ocupação do território e sociais, e as questões ambientais ainda não apareciam.

As disputas e os conflitos “ambientais” engendrados nessas épocas limitavam-se locais específicos (disputas por terras e territórios) ou aspectos filosóficos e políticos (conflitos entre as concepções religiosas e as científicas, entre nações e impérios). Além disso, os sujeitos das disputas e conflitos eram absolutamente determinados e conhecidos (governos contra governos, Estados contra sociedades primitivas, Igreja contra corporações científicas). Por tudo isso, ao eclodir como uma questão fundamental para a sobrevivência da humanidade, o conceito de meio ambiente aparece como um elemento de complexificação dessas disputas e conflitos, uma fonte de sentido para inúmeros problemas que antes não tinham qualquer relação objetiva aparente para a maioria dos grupos sociais (MOTTA, 2005, p. 292).

Nesse sentido, os grupos sociais mencionados são características dos aspectos institucionais futuros, representando as iniciativas governamentais e privadas. Essas delinearão as questões econômicas, políticas e sociais que seguirão a economia de mercado no âmbito do crescimento econômico hegemônico.

Para atingir a Amazônia pelo sul, era preciso primeiro passar pelo Centro-Oeste do Brasil. Nesse caminho estava o sul de Mato Grosso, em que já havia alguma estrutura, como as estradas que vinham do Estado de São Paulo até Campo Grande. Daí para frente, pouca estrutura, ou nenhuma, como no norte e nordeste de Mato Grosso.

Registra-se que as institucionalizações para a Região Amazônica tinham um viés inicial de “ocupar os vazios da Amazônia”, o que, segundo Brito (2001) nortearia os objetivos econômicos e sociais. Fundamentada pelo então Ministro Extraordinário da Coordenação da Mobilização Econômica³¹ João Alberto Lins de Barros, quando o Brasil participou da Segunda Guerra Mundial, tinha ele a intenção de ocupar áreas consideradas isoladas, bem como traçar, por terra, uma linha de comunicação e de transportes. A expedição tinha a tarefa de criar uma rota terrestre, área de rádio-telegrafo, a começar pela cidade do Rio de Janeiro, passando pela região central do Brasil, por Manaus e por Porto Velho (VALDON VARJAO, 2010, não paginado).

O percurso passou pelo interior de Minas Gerais, no município de Uberlândia, aonde chegava a estrada de ferro Mogiana. Esse foi o local de apoio à expedição. Daí em diante, a investida seria para áreas mais isoladas rumo ao centro-oeste: passava pelo interior de Goiás e chegava ao alto do Rio Araguaia, seguindo até a margem direita do Tapajós, a oeste do Estado do Pará e, via fluvial, até Manaus. Após adentrar ao centro-oeste pelo Estado de Goiás chegando à margem direita do Araguaia, ficava o povoado de Barra de Goiânia, hoje Aragarças, e, na margem esquerda, a Barra Cuiabana, hoje Barra do Garças. Chamada base de Aragarças para a expedição, também ficou assentado, a partir de então, o nome da localidade, considerada o marco “zero” da partida para o Xingu.

A Fundação Brasil Central teve seu início, incorporando a expedição Roncador-Xingu, dada como a primeira organização pública no Brasil, com o intuito de intervir sobre o território. O artigo 1º do texto legal que a criou traça seu objetivo: “desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental”. O mesmo Decreto-lei nº 5.801, em seu artigo 2º, mostra seu papel de proporcionar condições à expedição, posto que essa instituição estava vinculada diretamente à Presidência da República;

A Fundação será instituída com os bens já doados à Expedição Roncador-Xingu, e os estatutos deverão prover a possibilidade de novas doações, seja por entidades públicas, seja por particulares, e a constituição de suas fontes de receita não só pelos recursos que auferir desses bens e de sua aplicação, ou de suas atividades, como ainda pelas subvenções que receber do Governo Federal e dos Governos Estaduais ou Municipais (SENADO FEDERAL, 1943, não paginado).

Fato importante a ser considerado é o que retrata o artigo 2º, ao relatar doações de entidades públicas e privadas. No estatuto da Fundação Brasil Central, sua concepção foi de dupla natureza jurídica: a pública e a privada. Ao Presidente da Fundação Brasil Central,

³¹ Criado por Getúlio Vargas em 1942, o Ministério tinha o objetivo de controlar a produção e distribuição num contexto de Guerra. Era considerado um órgão de intervenção.

coube a função de conseguir recursos de qualquer natureza para prover o funcionamento da instituição. Conforme Maciel (2011), embora questionada por várias autoridades, em diversas ocasiões, sobre a participação privada nos seus estatutos, nunca foi abolida essa condição. Com isso, por um lado, o quadro de funcionários era mantido pelo poder público e, por outro lado, a instituição explorava variados negócios e empreendimentos vultosos e complexos, conforme a citação de Maciel (2011). Alguns acordos externos foram, também, realizados:

Durante a gestão de João Alberto, a FBC constituiu quatro empresas subsidiárias, sob a forma de sociedades, duas do tipo “limitada” e duas sociedades anônimas, todas elas com investimento inicial de grande monta; denominavam-se: Entrepósitos Comerciais FBC Ltda., Transportadora Amazonas Ltda., Usina Central Sul-Goiana S/A e Usina Fronteira S/A. Ainda naquele período, a FBC assumiu a condição de administradora de uma outra empresa, a Estrada de Ferro Tocantins, de propriedade da União federal. A firma Entrepósitos Comerciais Brasil Central Ltda. (depois transformada em Entrepósitos Comerciais FBC Ltda.) tinha sede na cidade de São Paulo e filiais nas cidades de Uberlândia (estado de Minas Gerais), Aragarças (estado de Goiás), Belém e Santarém (estas, no estado do Pará). Sua finalidade era a exploração de entrepostos de venda de mercadorias em geral, no atacado e no varejo, instalados em certas rotas: no sul, entre Uberlândia e Aragarças, ao longo da “linha de penetração” aberta pela FBC - atravessava as regiões sul e sudoeste do estado de Goiás; na região amazônica, entre Belém e Santarém, pelo rio Amazonas; entre Santarém e Itaituba, pelo rio Tapajós; entre Belém e Tucuruí, pelo rio Tocantins. Esta empresa foi extinta em meados da década de 1950, após diversos episódios de malversação de dinheiros, protagonizados por gestores de diferentes níveis de responsabilidade (MACIEL, 2011, p. 6).

A presença empresarial subsidiária daria um contexto institucional privado para a comercialização das mercadorias que seriam produzidas. Nesse aspecto a organização pública estaria preparando o mercado para o setor privado. O papel do Presidente da FBC também o levava a participar de negociações externas, dada a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, como aliado dos Estados Unidos. A comercialização específica de determinados recursos naturais com esse país também foi concretizada, e entre esses recursos estava a borracha, além do que, devido à ocupação japonesa no Sudeste asiático, os Estados Unidos ficaram sem esse suprimento que vinha daquela região:

O ministro fazia parte do segmento militar do Estado brasileiro, sob o regime então vigente, e enfeixava em suas mãos uma extraordinária gama de poderes. Na condição de coordenador da Mobilização Econômica, tinha como missão captar e gerir recursos financeiros muito vultosos, em razão do estado de beligerância em que se achava o país. Em desdobramento a isto, João Alberto veio a se envolver com os mais variados assuntos nacionais relacionados com a guerra. Um deles foi a negociação, com os Estados Unidos, dos então chamados Acordos de Washington (assinados em março de 1942), pelos quais o Brasil comprometeu-se com aquele país, em variados sentidos, inclusive quanto ao ingresso do Brasil na guerra, na condição de seu aliado. Entre os Acordos de Washington, alguns diziam respeito a matérias primas estratégicas, encontradas na região Amazônica, aí incluídas vastas áreas do Brasil Central, como as bacias dos rios Araguaia, Tocantins e Xingu. Entre tais matérias primas, achavam-se alguns tipos de minerais e, bem assim, a borracha. O Brasil comprometeu-se, mediante os tratados, a dar exclusividade àquele país na

compra de toda a produção brasileira desses materiais estratégicos (MACIEL, 2011, p. 4).

Considerando que, à data de 1942, remontavam os acordos assinados com Washington, a instituição da expedição Roncador–Xingu, além de possibilitar futuramente ocupar “vazios demográficos”, tinha a intenção de chegar à Região Amazônica pela via terrestre, o que ocorreu um ano após o acordo com os americanos.

O processo de desenvolvimento dessas atividades extrativistas, no caso a da borracha, demandava muitos trabalhadores. Seu recrutamento fez-se, especialmente, do Nordeste, de onde vieram os trabalhadores que se embrenharam nas matas, dedicando-se ao trabalho extrativo, em condições sub-humanas, a tal ponto que, com o tempo, ficaram conhecidos como “soldados da borracha”.

Feitas as considerações anteriores, retrata-se o olhar crítico, quanto aos aspectos românticos e econômico-burguês da expedição, conforme Maia (2010);

Ao traçar essa linhagem e empregar de forma naturalizada categorias como “penetrações”, essa peça burocrática atesta a dimensão não apenas ideológica, mas constitutiva do repertório cultural apresentado anteriormente. A linguagem do ineditismo e da aventura, cara à literatura dos viajantes e consolidada no registro de Couto de Magalhães, imiscuiu-se na própria prática discursiva dos agentes estatais, moldando o modo como estes viam o processo de expansão da autoridade estatal por regiões tidas como impenetráveis e misteriosas (MAIA 2010, p. 647 - 648).

Esses pontos iam além de obras clássicas citadas, mas, ao analisar relatórios militares, era possível observar a ideia de aventura, que, conforme Maia (2010), era impessoal aos funcionários da Fundação Brasil Central. Nesses relatórios, constou que a aventura não deveria trilhar o caminho que, anteriormente, outros “aventureiros” percorreram, o que retrata a ideia de ineditismo.

As investidas da Fundação Brasil Central possibilitaram ao Estado de Mato Grosso a abertura de um novo caminho que chegasse à bacia hidrográfica amazônica, na cabeceira do Xingu. Ao longo desse percurso, foram sendo criados aglomerados urbanos que, posteriormente, tornaram-se vilarejos e, depois, municípios. Em Mato Grosso, Xavantina foi base para a expedição, que se instalou às margens do rio das Mortes, afluente do Araguaia.

A Fundação Brasil Central teve dificuldades, após a redemocratização, em 1945, e, em 1967, foi incorporada pela SUDECO. Após uma década da criação da FBC, veio a SPVEA, com sua influência.

3.1.2 O sentido mercadológico – a valorização econômica

Conforme Meirelles Filho (2004), a Constituição da República, de 1946, cria o primeiro plano federal para a Amazônia: trata-se do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cuja parte boa, segundo o próprio autor, ficou no papel, e, somente quando promulgada a Constituição, surgiu a SPVEA que, ainda segundo Meirelles, perdeu-se na burocracia.

O período pós-guerra retratava o processo de recuperação econômica na conjuntura mundial. No Brasil, o processo de redemocratização, após o fim da ditadura do Estado Novo, buscava a integração econômica regional. Esse conceito foi reforçado no artigo 199 da Constituição de 1946, quando fixado o percentual de 3% de aplicação da renda tributária da União, por pelo menos vinte anos, no Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA). Conforme Brito (2001), isso criava perspectivas para reunir recursos e uma estratégia que permitia sua aplicação pelo governo federal.

A Lei Complementar nº 1.806, sancionada em 1953, embasou a estruturação da Superintendência Executiva do Plano de SPVEA. Essa instituição veio com o objetivo de atuar não somente na Região Norte do Brasil; seu objetivo político e econômico atinge a Amazônia Legal, trazendo no seu conjunto, o Plano de Valorização;

Esse órgão, seguindo os preceitos legais, seria instituído dentro do quadro da burocracia moderna. O planejamento do desenvolvimento, através da coordenação do Estado, deveria seguir uma política estrategicamente formulada a partir de estudos aprofundados, considerando as várias perspectivas e aptidões econômicas... A discussão sobre a política de desenvolvimento adotou a idéia da Valorização para definir o tipo e modelo de desenvolvimento da região porque ela dá uma conotação muito mais econômica, isto é, uma modernização, sem, no entanto, provocar rupturas radicais e profundas no ordenamento social. Quanto a isso, basta notar que a política recebeu a incumbência de incentivar a *valorização econômica*, em detrimento de uma política de transformações sociais (BRITO 2001, p. 133; 135).

O SPVEA que deveria, mediante a aprovação do Congresso Nacional, implantar seus planos quinquenais, devido à demora para sua implantação, atuou, no primeiro momento, através de um Programa de Emergência aprovado em 1954; paralelamente a esse programa, a SPVEA trabalhou na elaboração do I Plano Quinquenal da Amazônia. Confirmando a prerrogativa econômica, a denominação de “espaço vazio” negava a existência da população autóctone, conforme Brito (2011) e buscava fortalecer a presença do Estado intervindo na região.

No desdobramento histórico da colonização na Amazônia, a população autóctone fora vista como vulnerável ao assédio de aventureiros e sem o sentimento de nação. Essa ideologia, no processo de valorização, ganhou um novo conteúdo: não há mais a preocupação com a conquista pura e simples de territórios. Para os formulados dessa política, a Amazônia era uma fronteira de recursos, estes, em decorrência de desconhecimento, poderiam ser utilizados para incrementar outras economias e não a brasileira (BRITO 2001, p. 136).

Conforme Brito, ao interpretar o planejamento da instituição, comenta a concepção e a implantação para o desenvolvimento regional, em que o Estado, por meio da Superintendência do PVEA, determinara, por um programa para a produção de alimentos, a intensificação da produção de matérias-primas bem como sua industrialização e, também, a melhoria do sistema de transporte, da saúde, da educação e capitalização da iniciativa privada. Outro aspecto específico, a ser contemplado, seria também a valorização das populações extrativistas.

No entanto, ainda conforme Brito, ao analisar os documentos institucionais da Superintendência do PVEA, percebe que o setor industrial é citado, quanto a sua produtividade e custos, e que não seria deficitário no futuro; contudo, é, em relação ao setor da agricultura, que o autor verifica a ocorrência de um discurso diferente. A ideia de implantação de colônias agrícolas vinha para fortalecer a região como produtora, mas, também, para atrair a população para o interior e garantir sua permanência, confirmando que o “objetivo da política de valorização era tornar a região densamente habitada” (BRITO 2001, p. 137).

Em 1966, quatro leis básicas foram propostas ao Congresso Nacional, visando à “reformulação completa da ação do Governo Federal na Região Amazônica”, três das quatro já estavam aprovadas no final do ano de 1966, instrumentando a viabilização das instituições. No quadro 3, estão as Leis e suas funções e as datas que ocorreram;

Quadro 3 - As Leis e suas funções

Data	Lei	Função
28-09-1966	5.122	Transformou o Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S. A. — BASA;
27-10-1966	5.173	Simultaneamente criou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, o Fundo de Investimento para o Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM) e aprovou as diretrizes gerais do Plano de Valorização Econômica da Amazônia;
27-10-1966	5.174	Ampliou e consolidou os favores fiscais concedidos à Amazônia;
18-01-1967	5.227	Reformulou a política econômica da borracha.

Fonte: Adaptado pelo autor de: Mensagem ao Congresso Nacional (1967, p.71).

Conforme o documento, a criação das leis para atender às instituições, além de contemplar aspectos econômicos, sociais e sua adaptação à Amazônia. “[...] alicerçou-se numa nova concepção de diretrizes econômico-sociais, na promoção de incentivos do setor

privado e na montagem de uma infraestrutura administrativa e financeira, flexível e adaptada às peculiaridades da região.” (BRASIL, 1967, p. 71)

A criação da SUDAM, por seu turno, veio como uma estratégia de planejamento para superar as limitações da SPVEA. Desse modo, a mensagem da presidência sustenta a necessidade de um órgão de Planejamento Regional para desenvolver a Amazônia, visto que “a impossibilidade de reestruturar a SPVEA, já com sua estrutura completamente distorcida de seu objetivo inicial, levou o Governo Federal, através da Lei 5.173 de 27 de outubro de 1966, a extinguir aquela entidade e simultaneamente criar a SUDAM. (BRASIL, 1967, p. 71)

A presença da SUDAM, substituindo a SPVEA, não subestima a presença desta última, quanto a sua capacidade de mobilização de recursos. No período de três anos, a SPVEA consegue formar o seguinte capital na região:

Tabela 6 - Recursos Mobilizados pela SPVEA para formação de capital na época em Cruzeiros (Cr\$) e atualmente em Reais (R\$).

Fonte de recursos		Valores monetários moedas		1964	1965	1966
Recursos da SPVEA		Cruzeiros Cr\$		Cr\$ 33.738,00	Cr\$ 27.992,00	Cr\$ 26.462,00
		Deflacionados* em Reais R\$		R\$ 352,02	R\$ 292,07	R\$ 276,10
Recursos Investidos pelo setor privado		Cruzeiros Cr\$		Cr\$ 14.057,00	Cr\$ 39.260,00	Cr\$ 101.955,00
		Deflacionados* em Reais R\$		R\$ 146,67	R\$ 409,64	R\$ 1.063,79
Financiamentos em longo prazo		Cruzeiros Cr\$		Cr\$ 13.407,00	Cr\$ 10.495,00	Cr\$ 18.701,00
		Deflacionados* em Reais R\$		R\$ 139,89	R\$ 109,50	R\$ 195,13
Total		Cruzeiros Cr\$		Cr\$ 65.202,00	Cr\$ 77.747,00	Cr\$ 147.118,00
		Deflacionados* em Reais R\$		R\$ 680,31	R\$ 811,21	R\$ 1.535,02

Fonte: Valores originais coletados em Mensagem ao Congresso Nacional, 1967 (p.72) e adaptação monetária efetivada pelo autor. * a preços de dez/2012

Conforme a tabela 6, os investimentos, com destaque para os recursos do setor privado, capital próprio e os incentivos fiscais, aumentaram significativamente nos três anos demonstrados. Com isso, considerava-se que haveria sua inserção na economia nacional, como demonstravam os investimentos das empresas do Sul, com interesses na região;

Tabela 7 – Número de Depositantes e Recursos depositados nos anos de 1963, 1964 e 1965 em Cruzeiros (Cr\$) e atualmente em Reais (R\$).

Fonte de recursos	Valores monetários moedas	1963	1964	1965
Número de depositantes		1.309	1.634	4.327
Recursos Depositados	Cruzeiros Cr\$	Cr\$ 1.543.206,00	Cr\$ 3.232.611,00	Cr\$ 11.643.953,00
	Deflacionados* em Reais R\$	R\$ 16.101.710,12	R\$ 33.728.851,00	R\$ 121.492.241,35

Fonte: Valores originais coletados em Mensagem ao Congresso Nacional, (1967, p.72) e adaptação monetária efetivada pelo autor,* a preços de dez/2012.

Considerando os investimentos que vieram do Sul-Sudeste, o referido documento aponta que, dos valores depositados no BASA, 83,6% vinham de outras regiões, portanto Sul-Sudeste e 16,6% da Amazônia.

Com isso, a mensagem do Congresso Nacional em 1967 afirmava:

Verifica-se através dos percentuais a expressiva contribuição das áreas mais desenvolvidas do País para a formação de capital numa região onde tal fator é reconhecidamente escasso, trazendo a experiência empresarial e tecnológica indispensável à modificação da estrutura socioeconômica (BRASIL, 1967, p.73).

Diante dessa constatação, a SUDAM possibilita a entrada de investimentos, por meio de impostos, e aloca recursos para investimentos agroindustriais na região, bem como proporciona o uso dos recursos, de forma que o fator econômico se sobrepôs às questões sociais e ambientais, com isso houve a efetivação das antigas e preparação para a implementação de novas instituições. Cabe destacar *ipsis litteris* as estratégias do planejamento, a menção ao capital do Sul, bem como o montante dos recursos e a função da SUDAM e do BASA:

Dentro da nova política de desenvolvimento da área, sob a égide da SUDAM, assumiu o Banco da Amazônia a importante função de agente financeiro da Superintendência. A ele cabe a missão de suporte ao setor privado da economia regional, concedendo os créditos indispensáveis à realização dos projetos, e a função de depositário dos recursos oriundos das deduções do imposto de renda, pelas pessoas jurídicas, em benefício da Amazônia. Neste particular, o Banco divide com a SUDAM a atribuição da análise e decisão final sobre a aplicação do valor dessas deduções nos projetos de interesse para o desenvolvimento da região. Entre janeiro e setembro, os créditos concedidos pelo Banco, nas diversas modalidades, ultrapassaram o montante de Cr\$ 104 bilhões, contra menos de Cr\$ 64 bilhões no ano de 1965. No último trimestre de 1966, essa expansão continuou. Cumpre destacar, ainda, o impulso que tomaram as aplicações dos depósitos oriundos do imposto de renda deduzido pelas pessoas jurídicas, ainda ao abrigo da legislação anterior (Lei nº 4.216, de 1963)³². Enquanto em 1965 o total liberado girava em

³²Lei nº 4.216, de 6 de Maio de 1963.- Estende à Região Amazônica os benefícios do art. 34 da Lei n.º 3.995, de 14 de dezembro de 1961 (Plano Diretor da Sudene). Art. 1º Fica facultado às pessoas jurídicas e de capital cem por cento nacional efetuarem a dedução até cinquenta por cento, nas declarações do imposto de renda de importância destinada ao reinvestimento ou aplicação em indústria considerada, pela SPVEA, de interesse para o desenvolvimento da Amazônia. § 1º A importância a que se refere este artigo será depositada no Banco de Crédito da Amazônia, fazendo-se o recolhimento em conta especial com visto da Divisão do Imposto de Renda ou suas Delegacias nos Estados, e ali ficará retida para ser liberada na conformidade do disposto no parágrafo seguinte. § 2º A SPVEA aprovará, a requerimento do interessado, os planos de aplicação da importância retida e uma vez aprovados os mesmos, autorizará a sua liberação, que se fará parceladamente à

torno de um bilhão de cruzeiros, em 1966 essas liberações foram além dos 10 bilhões. (BRASIL, 1967, p. 59).

Feitas as considerações sobre o papel da SUDAM e do BASA, bem como o destaque da legislação que permitia, de um lado, a dedução do imposto de renda das pessoas jurídicas, os investimentos que, na região, chegavam, atendiam ao interesse de capitalização das empresas do Sul; de outro lado, permitia ao investidor adentrar numa região específica, de cuja realidade ele não tinha conhecimento, pois, no modelo de exploração, da pilhagem dos recursos naturais, para a inserção da agropecuária moderna, ficaram subalternas as condições de vida dos povos autóctones, além da supressão dos recursos naturais e a falta de conhecimento sobre a possibilidade de desenvolvimento de longo prazo, tanto econômico quanto social e ambiental. Na sequência será visto as estruturas dos planejamentos regionais.

3.1.3 Dentro da Amazônia Legal – as superintendências regionais

Na vanguarda que determinava as investidas institucionais no Centro-Oeste brasileiro, estava centrada a presença governamental representada num contexto de planejamento que possibilitaria a migração da população e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de um processo produtivo que contemplasse aspectos econômicos e sociais, cuja referência seria a permanência na região.

A colonização espontânea foi a motivação do Governo Federal para a região. Essa prerrogativa dava-se com base na inserção da produção agrícola e da modernização da pecuária para fazer frente ao modelo exploratório dos recursos naturais.

A Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste (CODECO) foi criada em 1961. Seu objetivo principal era coordenar e executar estudos para o projeto de lei que criaria a SUDECO, e sua ação estava subordinada à Presidência da República. No estágio em que estavam, seus estudos não serviam para lançar projetos concretos que fossem contemplados pelo Programa de Emergência (PE) da PVEA–, mas seu programa seria objeto de atendimento no Plano Quinquenal que viria na sequência.

proporção das necessidades da inversão. § 3º Os planos aprovados deverão ser aplicados no prazo de três (3) anos, a partir da retenção do imposto de renda. Esgotado este prazo, a importância retida se incorporará à renda da União. Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 6 de maio de 1963; 142º da Independência e 75º da República. (BRASIL, 2012).

A SUDECO foi criada, durante o Governo de Costa e Silva, pela Lei 5.365, de 1º de dezembro de 1967³³ e nasceu como uma entidade autárquica vinculada ao Ministério do Interior. Com sede no Distrito Federal, tinha como competência (BRASIL, 1967, não paginado):

- a) realização de programas e pesquisas e levantamentos do potencial econômico da Região, como base para a ação planejada a curto e em longo prazo;
- b) definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado com a fixação de polos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas;
- c) concentração de recursos em áreas selecionadas em função do seu potencial e da sua população;
- d) formação de grupos populacionais estáveis, tendentes a um processo de auto-sustentação;
- e) fixação de populações regionais especialmente no que concerne às zonas de fronteiras;
- f) adoção de política imigratória para a Região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos;
- g) incentivo e amparo à agricultura, à pecuária e à piscicultura como base de sustentação das populações regionais;
- h) ordenamento da exploração das diversas espécies e essências nobres nativas da Região, inclusive através da silvicultura e aumento da produtividade da economia extrativista, sempre que esta não possa ser substituída por atividade mais rentável;
- i) ampliação das oportunidades de formação de mão-de-obra e treinamento de pessoal especializado necessário ao desenvolvimento da Região;
- j) aplicação coordenada dos recursos federais da administração centralizada e descentralizada, e das contribuições do setor privado e fontes externas;
- l) coordenação e concentração da ação governamental nas tarefas de pesquisa, planejamento, implantação e expansão de infraestrutura econômica e social, reservando à iniciativa privada as atividades agropecuárias, industriais, mercantis e de serviços básicos rentáveis;
- m) coordenação de programas de assistência técnica e financeira nacional, estrangeira ou internacional, a órgãos ou entidades da Administração Federal, na parte referente a normas e princípios do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Observa-se que a mesma Lei 5.365, de 1967, prescrevia que a autarquia também assumiria as funções da FBC, ficando esta incorporada pela SUDECO, após esta data, como segue:

Art. 11. Considerar-se-á extinta, na data da instalação da SUDECO, A Fundação Brasil Central, instituída nos termos do Decreto-lei número 5.878, de 4 de outubro de 1943, transferindo-se, automaticamente, para a SUDECO o respectivo acervo patrimonial, recursos orçamentários e extra-orçamentários, bem como serviços. Parágrafo único. A SUDECO reexaminará os acôrdos, contratos, ajustes ou convênios firmados pela Fundação Brasil Central, ratificando-os, modificando-os ou rescindindo-os, nos termos da Legislação vigente. Art. 12. O quadro de pessoal da Fundação Brasil Central, integrado pelos servidores amparados pela Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, será absorvido pela SUDECO, na forma estabelecida pelo Poder Executivo, quando da extinção da entidade mencionada no artigo anterior (BRASIL, 1967, não paginado).

³³As informações sobre a criação da SUDECO foram extraídas de Lei 5.365 de 01 de Dezembro de 1967.

Entre as atribuições citadas acima, o controle da utilização “racional” dos recursos naturais seria da competência da instituição, bem como a qualificação da mão de obra para o desenvolvimento dos serviços na região, a coordenação do sistema financeiro, entre outras.

Segundo Abreu (2001), a SUDECO usou o termo “fronteira agrícola” para descrever o avanço do capital no Centro-Oeste. Nessa direção, a fronteira agrícola estaria ligada a novas áreas para o desempenho da atividade agrícola visando à produção comercial de alimentos. Nesse sentido, estaria mais para fronteira econômica, pois, no norte de Mato Grosso, a exploração era voltada para a madeira, os minérios, com escassez de produção agrícola, à época.

Sobre as estratégias regionais, quando se refere à Amazônia, o item II deixa claro que a nova fronteira não era meramente agrícola ao ressaltar que “II - Ocupação econômica e desenvolvimento, para tirar proveito da expansão da fronteira econômica, para absorver excedentes populacionais de outras áreas e elevar o nível de renda e bem-estar da região” (BRASIL, 1971, não paginado).

A citação evidencia que o que se tinha como “fronteira agrícola”, na estratégia regional da SUDECO, era confirmado, posteriormente, como ocupação econômica pelo planejamento do PIN. Conforme, ainda, o planejamento estipulado para a Região Amazônica, a ocupação econômica e o processo de crescimento seriam efetivados com ocupações por meio da migração populacional, construção da infraestrutura, programa de energia e “*criação de um suporte de Educação, Saúde e assistência que viabilize radicar as populações*”(BRASIL, 1971, não paginado).

De acordo com Abreu (2001), a soja, que aparece mais fortemente na década de 1980, era desenvolvida num aparato de monocultura e agro industrialização. Nesse aspecto, as metas agrícolas alimentavam a colonização pública e privada que era altamente concentrada no aspecto da agricultura familiar. As famílias oriundas do Sul e do Sudeste vinham para o norte de Mato Grosso na expectativa de continuidade do modelo agrícola desenvolvida em outras regiões. Ao sul do então Mato Grosso, muitas áreas estavam incorporadas à economia nacional, seguindo o modelo agroindustrial. A mensagem do Presidente Costa e Silva ao Congresso, publicada em 1969, demonstra a atuação da SUDECO na região, conforme segue:

A SUDECO completou sua organização administrativa, havendo criado os necessários Escritórios Regionais. No primeiro ano de atividades, resultados satisfatórios já foram obtidos por esse organismo regional. No setor dos transportes, a SUDECO promoveu a inclusão das estradas fundamentais para a região no Plano Rodoviário Nacional, buscando integrá-las no sistema viário do País. Com recursos próprios, retomou a implantação da BR-070, trecho Aragarças-Marechal Floriano, e concluiu os estudos técnicos para a execução das estradas Aragarças-Xavantina-São

Félix (BR-158) e Xavantina-Cachimbo (BR-080), concorrendo para a conquista dos vales do Tapajós e do Xingu. Quanto aos recursos naturais, a SUDECO deu sequência a pesquisas de blenda, galena, apatita e fosfato, complementando atuação do Ministério das Minas e Energia. No setor da agricultura, iniciou a implantação de um Núcleo-Piloto de Produção de Sementes na Vila de Xavantina, em Mato Grosso. (BRASIL, 1969, p. 1050).

No percurso do que seria a BR-158, em pontos distantes que delineavam o caminho até Tapajós e Xingu, alguns investimentos latifundiários subsidiados pela recém SUDAM eram referências de localização ao longo do caminho. Entre eles, a Tanguro S.A. e, mais ao norte, a Suiá-Missu, considerada a primeira a ser criada na região, de “1966 a 1976 recebeu US\$ 30 milhões e chegou a ter 560.000 hectares” (INSTITUTO SOCIAMBIENTAL, 2010).

Apenas em 1971, é registrado o modelo de colonização cooperativa da COOPERCOL, cooperativa de agricultores gaúchos que deixaram Tenente Portela, no Rio Grande do Sul, que se juntaram, alguns por falta de terras, e outros, por considerarem pouca terra para sobreviverem, e adquiriram terras com financiamentos e uns poucos com recursos próprios. Como fronteira agrícola, esse foi o primeiro movimento de colonização com aspecto produtivo da agricultura familiar. As famílias se instalaram a aproximadamente 350 km de Aragarças, no sentido Aragarças-Xingu, passaram a viver em meio a alguns pequenos posseiros que ali estavam, anteriormente à chegada dos agricultores sulistas.

3.2 A influência do primeiro plano nacional de desenvolvimento (IPND)

Em 1967, a SUDECO, como autarquia, trabalhou fortemente na integração da economia regional, incorporada no contexto econômico nacional. Nesse aspecto, o contexto nacional foi encampado pela lei que estabeleceu o primeiro PND. Nesse plano, as superintendências estavam presentes, com o intuito de levar às regiões a descentralização do desenvolvimento, considerando novos polos para o processo produtivo, e, para isso, contavam com leis específicas para programas especiais e estratégias para o campo de atuação.

Como mentor da Teoria dos Polos, Perroux (1973) sustentava que o crescimento não está em todas as partes, pois ele aparece nos polos de crescimento, variando sua intensidade com efeitos sobre a economia. Os aspectos que proporcionaram à SUDECO seu papel, quanto ao desenvolvimento regional, singularmente corroboram com a programação estipulada para a Região Centro-Oeste. Estava na configuração levar o crescimento onde ele não existia.

Dessa forma, a presença institucional da SUDECO viabilizaria a parte industrial por intermédio de projetos, os aspectos estariam diretamente representados pela economia, por meio da agricultura industrializada, apresentava a força motriz defendida por Perroux, uma

vez que a parte industrial de transformação não foi almejada para o Planalto Central e Amazônia, mas sua exploração agrícola e mineral. Assim, as tentativas da SUDECO não atenderam à Teoria dos Polos, pois os produtos, em sua maioria, são exportados, não condizendo com a indústria motriz de Perroux. Além disso, mostra as estratégias para o direcionamento migratório, que deveria se desviar do Centro-Sul, atingindo o Brasil-Central e a Região Amazônica. Observa-se a seguir o teor da legislação, contido no I PND.

A estratégia de desenvolvimento regional consistirá, especialmente, na política de integração nacional, em sentido amplo. A integração nacional, com significado primordialmente econômico-social, destina-se, do ponto-de-vista da demanda, a criar mercado interno, capaz de manter crescimento acelerado e auto-sustentável, e, do ponto-de-vista da produção, a permitir a progressiva descentralização econômica. Isso se fará pelo estabelecimento de pólos regionais no Sul e no Nordeste, de sentido integrado agrícola-industrial, assim como no Planalto Central e na Amazônia notadamente agrícola-mineral, complementando-se dessa forma o grande pólo do núcleo São Paulo-Rio-Belo Horizonte. Além da integração de sentido Norte-Sul, entre áreas menos desenvolvidas e mais desenvolvidas, realizar-se-á a integração de sentido Leste-Oeste, principalmente para permitir a associação destes fatores relativamente abundantes nas duas áreas: no Nordeste, mão-de-obra não qualificada, e na Amazônia-Planalto Central, terra e outros recursos naturais. Isso implica reorientação dos fluxos migratórios, a fim de evitar que se dirijam para os núcleos urbanos do Centro-Sul. (BRASIL, 1972-1974)

Dadas as considerações acima sobre as estratégias do I PND, a política de integração visava desenvolver o Nordeste do Brasil e ocupar a Amazônia sem interferir no Centro-Sul; para isso, exerceria a seguinte influência institucional: incentivos fiscais regionais e a “ação dos bancos oficiais, providências tributárias, transferências da União, regulamentação do ICM, e, ainda, investimentos diretos do Governo Federal”(BRASIL, 1971, não paginado)

Assim, a integração nacional dar-se-ia pelos programas especiais que proporcionariam a criação de grandes rodovias e a transformação da agricultura tradicional. O Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) foram as instituições que permitiram concretizar as estratégias que, na Região Norte, serviram à Amazônia, nesse caso, atingindo a Amazônia mato-grossense.

Para entender um pouco mais sobre o planejamento do I PND e os programas especiais, seguem abaixo as funções do PIN e PROTERRA, em que os itens 1, 2, 3 são correspondentes à Região Amazônica;

Programa de Integração Nacional (PIN) compreende, principalmente:

1) A construção da Transamazônica, grande eixo transversal no sentido Leste-Oeste, para interligação da Amazônia com o Nordeste; e da Cuiabá-Santarém (BR-165), eixo longitudinal no sentido Norte-Sul, para conexão com o Planalto Central e o Centro-Sul do País, assim como para sua articulação, por outro lado com o sistema rodoviário interamericano.

2) A Implementação do Programa de Colonização na região da Transamazônica. Em associação com a iniciativa privada, serão instalados núcleos com: escola primária, posto de saúde, igreja, escritório do Banco do Brasil, posto de comunicações e posto do Ministério da Agricultura.

3) O levantamento sistemático, por meio do Projeto RADAM, de toda a faixa territorial de influência do Programa, para obter mapas e cartas temáticas de sua topografia, cobertura vegetal, geologia e geo-morfologia, natureza e potencial dos solos, drenagem de superfície etc. (cobertura aerofotogramétrica de 2.000 000 de km²).

O PROTERRA compreende as seguintes principais áreas de atuação.

1) Apoio ao pequeno produtor, principalmente ao desprovido de terra e ao proprietário de minifúndio.

Esse apoio assumirá, de um lado, a forma de redistribuição de terra, para fornecer ao pequeno produtor gleba com dimensão econômica aceitável, nas áreas em que se faça mister racionalizar a estrutura da propriedade. Sem prejuízo de outras medidas, já existentes, o Governo desapropriará terras, inclusive mediante justa e prévia indenização em dinheiro, e venderá as terras desapropriadas, principalmente, a pequenos produtores, por meio de crédito fundiário a longo prazo. De outro lado, prestará assistência creditícia, técnica e social.

2) Implantação de projetos agrícolas com sentido empresarial, para expandir a empresa agrícola no Nordeste e Norte. Além de financiamentos a longo prazo e juros baixos, que assegurem a rentabilidade dos projetos e permitam elevar a produtividade básica da região, será facilitada a comercialização, para abrir também frentes de exportações em grande escala. Realizar-se-á, igualmente, em particular no Nordeste, amplo programa de industrialização de produtos agrícolas.

Além das instituições relacionadas com a racionalização da estrutura agrária, serão instrumentos principais de execução do PROTERRA os bancos oficiais - BNB, BASA, BNDE, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal - uma vez que o programa operará, principalmente, mediante crédito. (BRSIL, 1972-1974, não paginado).

Especialmente sobre os pequenos agricultores, o PROTERRA financiou a aquisição de terras e conseguiu a compra dos primeiros maquinários. Foi com esse tipo de recurso que a COOPERCOL iniciou suas atividades. Tanto em São José do Rio Claro, quanto em Canarana, ressalta-se que as escrituras somente foram liberadas para os agricultores, após a aprovação do projeto de colonização pelo INCRA e a resolução das questões indígenas pela FUNAI.

Os programas citados foram importantes para os agricultores migrantes. Com documentos, haveria possibilidade de obter financiamento, e o ano de 1972 foi marcante: os agricultores de São José do Rio Claro receberam a proposta do PROBOR em um momento de muitas dificuldades, pois a fragilidade das terras já era visível. A Canarana, chegavam os primeiros agricultores. Nos dois casos, houve demora na liberação: três anos, para Canarana, e cinco anos, para São José do Rio Claro. Entende-se, conforme North (1993), que as instituições, quando não preparadas para atender à demanda da sociedade, são consideradas frágeis, que se mostram fáceis de serem rompidas. Nesse caso, fica ratificado que, sem as

escrituras, não haveria financiamento, ou seja, não houve crédito, logo no início das atividades agrícolas.

Na questão mais direta da integração, o planejamento para a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, alicerçado via terrestre e em outras ligações favorecidas pelos novos aeroportos, além de medidas para integrar as bacias fluviais da Região com as do Centro-Sul, possibilitou as estratégias regionais. Especificamente, Mato Grosso, nesse momento, ainda dependia da separação territorial do Estado, pois sua parte Amazônica carecia de investimentos e estratégias próprias, de programas especiais próprios. Destacam-se, assim, os programas especiais.

3.2.1 Os programas especiais – na divisão regional, um programa para Mato Grosso

O planejamento regional, nos meados da década de 1970, estava sob controle da SUDECO; no entanto, as estratégias direcionadas eram preparadas com programas específicos, chamados de especiais. Entre eles o PROMAT, que aconteceu com a divisão do Estado, em 1977, e o POLAMAZÔNIA, criado no início da década de 1974, foram os que mais influenciaram com seus projetos no Estado, após a separação, e os investimentos mais direcionados para o norte mato-grossense. Nesse quesito, os recursos abrangeram principalmente o grande capital, o latifúndio, e os grandes projetos de colonização, conforme a citação que segue, os valores foram assim disponibilizados para os programas regionais:

Art. 38 - O Poder Executivo federal instituirá, a partir de 1979, programas especiais de desenvolvimento para os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com duração de 10 (dez) anos, propiciando apoio financeiro aos Governos dos dois Estados, inclusive quanto a despesas correntes.

§ 1º - No exercício financeiro de 1979, os referidos programas deverão envolver recursos da União no valor mínimo de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), dos quais pelo menos Cr\$1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de cruzeiros), destinados ao Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único - O Poder Executivo federal dotará a Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste dos instrumentos necessários para o planejamento regional e coordenação da execução dos programas especiais de desenvolvimento de que trata o art. 38. (BRASIL, 1977, não paginado).

Quanto ao PROMAT, o pronunciamento do Governo Federal quando do início da operação desse programa, os recursos para transportes, energia, desenvolvimento urbano, rural e social chegaram ao montante de Cr\$ 2.750 milhões. Os investimentos previam melhorias em saúde e educação: dos investimentos em educação, 80% seriam para a construção de prédios escolares (BRASIL, 1981). Dessa forma, a infraestrutura básica

necessária ao processo de desenvolvimento chegaria dez anos após iniciada a colonização de São José do Rio Claro.

No decorrer desse tempo, a ausência dessa infraestrutura deixou os pioneiros praticamente entregues à própria sorte. Nesse caso as instituições não prepararam a base de assistência para quem viesse, deixando a responsabilidade para a iniciativa privada. Esse fato é retratado na fala de um colonizador e de um agricultor, entrevistados: “o governo nunca veio na frente. Ele vem depois para recolher o que é parte dele”.³⁴ A tabela 8 mostra a atualização dos valores que foram destinados pela União para investimentos regionais.

Tabela 8 – Recursos da União destinados aos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no ano de 1979 em Cruzeiros (Cr\$) e atualmente em Reais (R\$).

Recursos da União	Valores monetários moedas	1979
Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	Cruzeiros Cr\$	Cr\$ 2.000.000.000,00
	Deflacionados* em Reais R\$	R\$ 663.812,22
Mato Grosso	Cruzeiros Cr\$	Cr\$ 1.400.000.000,00
	Deflacionados* em Reais R\$	R\$ 464.668,55

Fonte: Lei Complementar nº 31, de 11 de Outubro de 1977 e adaptação monetária efetivada pelo autor. * a preços de dez/2012

O PROMAT nasceu com a divisão do Estado, na intenção de preparar, administrativamente, a nova estrutura de forma que os investimentos fossem direcionados para o custeio e planejamento. Conforme o documento analisado, correspondente ao diagnóstico para a implantação do PROMAT, o principal aspecto considerado para a implantação do programa especial dá-se pela inserção do Estado no processo produtivo agrícola já consolidado no Centro-Sul do País. Por isso, considera-se que Mato Grosso é uma região de fronteira agrícola, em face do Centro-Sul e da floresta Amazônica, com uma densidade demográfica mínima e sem utilização econômica. É o que se infere do trecho seguinte: “Assim, existe uma ocupação acelerada de novas terras, com uma expansão da produção agropecuária, formação e crescimento de novos centros urbanos, e fortes migrações internas de colonos do Sul do País” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1979).

Para atender às demandas do novo processo que já se havia iniciado, no final da década de 1960 e início de 1970, quando, das migrações sem estrutura, o programa lançava dois planos: a necessidade de ação imediata, justificada pela urgência das demandas, e a necessidade de uma visão de perspectiva em que as ações presentes foram direcionadas para a melhor realização das potencialidades da região. Segundo o mesmo documento, a não compatibilização destes dois planos poderiam “provocar uma inadequada alocação de recursos escassos” e, ainda, atender a uma demanda imediata e não de longo prazo.

³⁴ Depoimentos de Aparecido Briante, sócio proprietário da IMCOL, em dezembro de 2012, e do Agricultor “Zeinha”, em setembro de 2012, no município de São José do Rio Claro.

Dessa forma, o programa não poderia atender apenas ao custeio da despesa corrente do Estado, dada a separação, mas também integrar o programa numa previsão de seu desenvolvimento, priorizando as despesas de custeio dos projetos nesse sentido, dentro de alternativas oferecidas pelo mencionado programa.

Nesse caso, os planejamentos deveriam priorizar a questão agrícola para atender à demanda de pequenos e médios agricultores, ao nível nacional, para a ocupação do “despovoado”. A interpretação era a de que já estava notória, no período de divisão do Estado, a tendência decrescente de algumas culturas agrícolas. As terras de cerrado e da floresta demandavam correção dos solos, e isso exigia fertilizantes e calcários. O item que tratou da análise do setor agrícola indicou alguns problemas gerais e considerou existir mudança de “uma agricultura estática para uma dinâmica que envolve investimentos em infraestrutura física e educacional, os quais são suportes para a modernização da agricultura”. Seguem alguns estrangulamentos do processo produtivo:

Disponibilidade de insumos – neste ponto, fica evidente a intenção da “modernização agrícola”, considerando que a necessidade de insumos “[...] *é um fator de capital importância para a transformação de uma agricultura primitiva em moderna*”; **Comercialização** – tratada necessidade de estradas e deixa clara a dependência do pequeno agricultor, pois evidencia que não existe um sistema de informação de preços que lhe dê conhecimento, quanto à cotação real do seu produto para venda; **Crédito rural** – retrata principalmente a necessidade de atender à demanda do pequeno agricultor que não dispõe de recursos suficientes para desenvolver todas as fases do processo produtivo; **Utilização não racional de áreas de cerrado** – cita a ação positiva do POLOCENTRO que procura analisar a viabilidade da produção no cerrado, planejando-a e executando-a, devido à utilização inadequada do cerrado, sem a devida correção do solo, o que poderia inviabilizar a produção; **Pesquisa** – aborda a necessidade de conhecer as regiões do Estado, ainda não exploradas pela agricultura, além de registrar que seu setor de pesquisa recebe baixos investimentos. Considera prioridade a instituição de um programa de pesquisa para a região Norte do Estado, nos moldes da EMBRAPA, mas específico para a Região Amazônica (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1979).

Sobre a potencialidade do setor agrícola, o relatório da Fundação João Pinheiro (op. Cit.) destaca a disponibilidade de terras, os solos e a topografia. A respeito da disponibilidade de terras, destaca a Região Norte, pela possibilidade da produção de café e guaraná. Quanto à topografia, registra que a Região Norte também tem viabilidade agrícola, devido as suas planícies, motivo pelo qual era viável o uso de máquinas agrícolas, que, no caso, contrapõe-se

à produção de café e guaraná, pois não dependem tanto das máquinas como a produção temporária de grãos.

Nesse ponto, uma reflexão mais crítica permite perceber que a preparação visava a uma produção mais industrializada, mecanizada, e não à que receberia pequenos agricultores, propostos pela iniciativa privada de colonização. O café e o guaraná, citados anteriormente, são produções permanentes que estavam na cultura do pequeno agricultor que migra do Estado do Paraná, mas não do que migra do Rio Grande do Sul, aspectos que interferiram diretamente no processo produtivo na Amazônia mato-grossense, pois não havia experimentos para que tais cultivos produtos pudessem ser, de fato, considerados como produtivos, à vista das experiências desenvolvidas pelos próprios agricultores.

A falta de experimentos com o café, para o migrante paranaense na Amazônia, colocava-o em pé de igualdade com a falta de experiência com o migrante do Rio Grande do Sul, como relatado no estudo abaixo, porém isso aconteceu com a divisão do Estado: naquela época, muitos agricultores já estavam na região, em torno de uma década.

Fato importante do estudo da Fundação João Pinheiro é a abordagem sobre a colonização recente que ocorre no Estado, em que destaca o uso e a ocupação do solo, sem estudos prévios e sem planejamento de longo prazo. Assim, de acordo com essa fonte, os estudos iniciais encontrados são realizados pelas próprias colonizadoras, dando os resultados como positivos.

Segundo o documento, isso se torna um tanto quanto incerto, pois as condições naturais da região são diferentes e, dentro de uma vasta área, então, seria uma conclusão precipitada, dados os processos de desmatamentos e plantios de culturas diversas, algumas temporárias e outras permanentes. Assim, somente estudos mais específicos e de longo prazo poderiam demonstrar a capacidade, ou não, da produtividade. Contudo, frisa, ainda, as questões sociais decorrentes da ocupação territorial desordenada, pelos problemas acumulados, ao longo do tempo, com compra e venda de terras, sem a devida documentação, a ação dos grileiros etc. Ainda assim, evidencia-se que o processo de colonização, embora tenha assentado migrantes do Centro-Sul, atenua pouco os problemas de assentamento e posse definitiva de terras.

Sobre os serviços sociais, o principal problema detectado é a alta demanda por serviços de educação e de saúde, ocasionada pela chegada contínua de novos colonos. Na saúde, a principal dificuldade é a fixação de profissionais da área, antes do desbravamento e do início da atividade econômica; na educação, o problema de curto prazo seria a diferença entre o currículo adotado no Estado e aquele das regiões de procedência do migrante.

A longo prazo, estabeleceu-se a dificuldade de ministrar o 2º grau de formação profissional, quando da necessidade de permanência no campo e de garantir a fixação da segunda geração da família. No documento, ficou explícita a preocupação das colonizadoras, quanto aos itens citados, embora não especificasse se havia ações positivas para solucionar os problemas, ou apenas referência ao fato de que oferecer educação e saúde seria uma forma de promoção de venda e atração para a dinamização do núcleo urbano.

No aspecto institucional, o estudo considerou os dois órgãos principais, o INCRA, como órgão federal, e a CODEMAT, como órgão estadual, aludindo ao fato de que as duas organizações se limitam ao projeto aprovado e a visitas esporádicas à área. Portanto, mostra que o problema já é percebido pelas autoridades estaduais e que, com isso, poderiam adotar uma política única de fiscalização na ação colonizadora.

3.2.2 O POLAMAZÔNIA na Amazônia Mato-Grossense

O Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA - foi um programa regional paralelo ao I PND. Como o próprio nome já diz, foi específico para a Amazônia e chamado de I Plano de Desenvolvimento da Amazônia, durante os anos correspondentes ao PND, de 1972 a 1974. Concomitantemente aos outros dois PNDs, houve, também, os planos de desenvolvimento para a Amazônia.

No II PND³⁵, sobre a ocupação produtiva, a Amazônia e o Centro-Oeste eram vistos como a maior área do mundo, ainda sem desenvolvimento agrícola ou industrial, o que tornaria essa região um desafio a ser superado, sobretudo porque seus solos, fracos e com excesso de águas, deveriam sofrer drenagens, para a superação destes “obstáculos”, além do que mais investimentos deveriam ser feitos em pesquisas. Com investimento estimado em Cr\$ 4 bilhões e recursos do PIN e PROTERRA, havia em torno de 15 polos de desenvolvimento e, especificamente, em Mato Grosso, três mais se destacaram.

Conforme Abreu (2002) as atividades do POLAMAZÔNIA mato-grossense abrangeram a mesorregião norte, no caso Aripuanã e Juruena, e a mesorregião nordeste, atingindo o Xingu-Araguaia. Para o desenvolvimento regional, os projetos visavam aos investimentos em infraestrutura social e econômica.

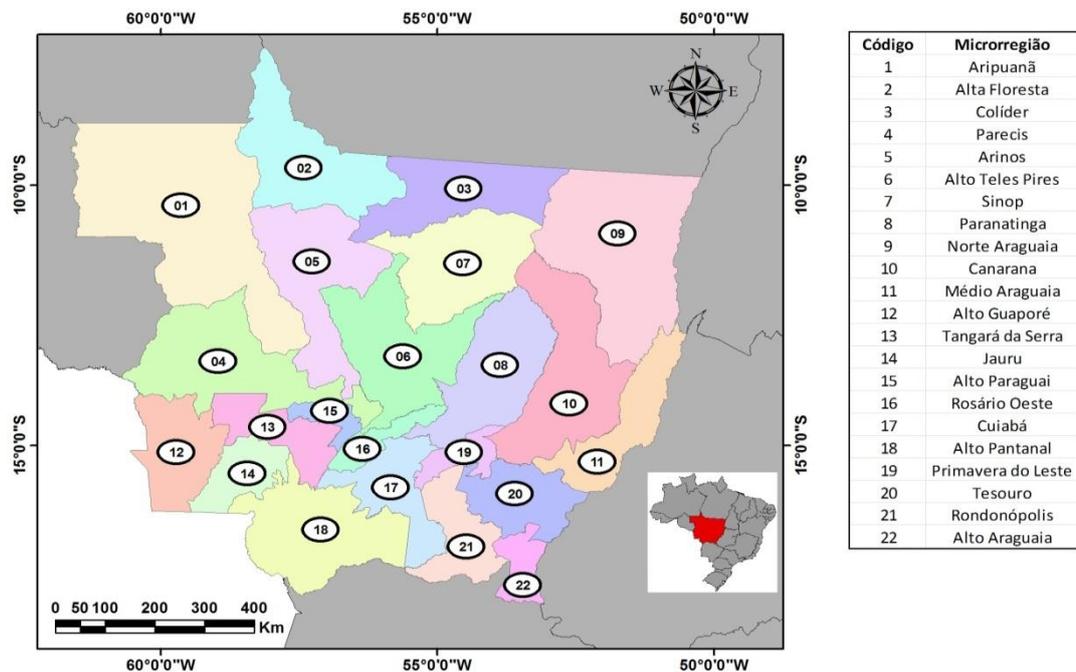
Na região norte mato-grossense, a influência do programa propiciou o processo de privatização de Aripuanã. Posteriormente, na mesma localidade, foi lançado um projeto

³⁵II PND – ocupação produtiva na Amazônia e Centro-Oeste.

denominado de Núcleo Pioneiro de Humboldt, experiência de Aripuanã, cujo planejamento de estudos e análises para reconhecimento da região baseou-se em dados anteriores ao processo de ocupação. Embora não tenha atingido a intenção, considerado que o presente estudo registrou a ausência de experimentos e experiências que pudessem preparar a região e os migrantes para ocupação da Região Amazônica. Sobre esse município e seu respectivo núcleo, serão realizadas análises específicas mais à frente.

Para Juruena, o planejamento abrangia os municípios de Diamantino, Sinop, Porto dos Gaúchos e Alta Floresta, dos quais parte dos recursos do programa foi para a formação dos núcleos urbanos das cidades citadas, com exceção de Diamantino. Por estarem entre os Rio Arinos, Juruena e Teles Pires, foram considerados pela SUDECO como área para agricultura, devido à fertilidade dos solos. A região nordeste Xingu-Araguaia, localizada na divisa com o Estado de Goiás, por ser constituída predominantemente de campos e cerrados, foi denominada de área para pecuária.

Mapa 8 – Microrregiões de Mato Grosso



Fonte: Miranda; Amorim (2000, p. 13)

As microrregiões citadas no mapa 8, até a microrregião 10, estão na parte amazônica mato-grossense, conforme a proposta do POLAMAZÔNIA, em relação às quais as estratégias se transformariam em realidade com a implantação de rodovias pelo PIN e estruturas que

beneficiassem o vínculo do migrante com a região. Assim, o processo de colonização teve uma forte influência com um misto de iniciativa privada e pública.

O processo de internalização da política governamental, quanto às áreas-programas, precisava, então, do apoio do Governo local. Mato Grosso mantinha-se em grande dependência do Governo Federal, pois sua parte econômica produtiva estava mais presente no sul do Estado, enquanto a região norte basicamente estava coberta pelas riquezas e benefícios ambientais da floresta amazônica. Por esses aspectos, caberia a contribuição do Governo local com uma política participativa.

Para alavancar o processo de ocupação da sua região, a contrapartida do Governo foi a disponibilização de suas terras para o processo de ocupação desenvolvimentista que vinha do sul. Dessa forma, a Lei 3.307, de 18 de dezembro de 1972, transfere para a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT) as terras devolutas de Aripuanã. No artigo 2º da referida lei, estava uma das finalidades da transferência,

As terras reservadas e transferidas a CODEMAT, observadas as normas da legislação federal específica, serão destinadas: I - a fundação de colônias agrícolas; II - à alienação para Companhias de Colonização, para fins exclusivos de colonização; III - à alienação para implantação de projetos agropecuários ou industriais aprovados pela SUDAM e financiados por incentivos fiscais. (DOMT, 1972, não paginado).

Conforme disponível no documento que detalha o processo de transferência das terras de Aripuanã, o I PND traçou metas para a integração nacional, como estratégia de desenvolvimento harmônico. Para isso, contava com a responsabilidade do Governo Estadual, e Cuiabá foi considerada o “Portão de Entrada”, para a conquista da Amazônia, o que, então, teria algumas consequências como: coordenar prioritariamente o assentamento do contingente imigrado; reestruturar e racionalizar a administração estadual, dotando-se de base física à altura da função que o progresso lhe proferiu.

Nada obstante às novas responsabilidades do Estado de Mato Grosso, como os recursos públicos eram insuficientes, o capital privado foi aceito como investimento para desenvolver seus trabalhos na região, que era considerada como “região de futuro”. Desse modo, o Governador do Estado, José Fragelli, destinou os dois milhões de hectares de Aripuanã para a implantação de projetos agropecuários e industriais (CODEMAT, 1974, p. 6).

Cabe explicitar alguns aspectos técnicos no processo de transferência de terras pelo Governo do Estado. A CODEMAT viabilizou o processo de alienação dessas terras para a iniciativa privada, por intermédio de uma concorrência: ganharia quem possuísse melhor

técnica, ou seja, maior perspectiva racional para absorção de contingente humano, melhor preço, com retorno econômico.

Nas especificidades, seguia-se um roteiro: a proposta de área mínima adquirida pelo proponente seria de 200 mil hectares; o menor preço, Cr\$ 50,00 o hectare; carta de intenções da qual constassem as diretrizes para colonização, a organização econômica e social, estimativa de investimento em estradas, aeroportos, escolas, hospitais, armazéns, centros sociais etc. Os projetos vencedores foram da Colniza – Colonização, Comércio e Indústria Ltda, Rendonyl Empreendimentos S/A, Engenheiro João Carlos de Souza Meireles e Integração, Desenvolvimento e Colonização S/A (INDECO)

Tabela 9 – Participação por empresa, área adquirida, preço por hectare e valores totais em cruzeiro e em reais.

Empresa	Área (hectare)	Preço do hectare em Cruzeiros Cr\$	Preço do hectare deflacionado s*em Reais R\$	Valor final da área por empresa em Cruzeiros (Cr\$)	Valor final da área por empresa deflacionados* em Reais R\$
Colniza	400.000	Cr\$ 55,00	R\$ 0,12	Cr\$2.000.000,00	R\$47.847,41
Rendonyl	1.000.000	Cr\$ 50,00	R\$ 0,11	Cr\$50.000.000,00	R\$ 108.744,12
Eng. João C. S. Meireles	200.000	Cr\$ 50,00	R\$ 0,11	Cr\$10.000.000,00	R\$21.748,82
Indeco	400.000	Cr\$ 50,00	R\$ 0,11	Cr\$20.000.000,00	R\$43.497,65
Média Total			R\$0,11	Cr\$102.000.000,00	R\$221.838,00

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados da CODEMAT (2012).

Conforme, ainda, o relatório da CODEMAT (1974, p. 13), “a iniciativa particular aceitou o desafio de empregar seu capital numa aventureira campanha de desbravar o desconhecido... por isso a aquisição não seria apenas para esperar valorização econômica posterior”.

A divisão dos lotes foi assim delimitada:

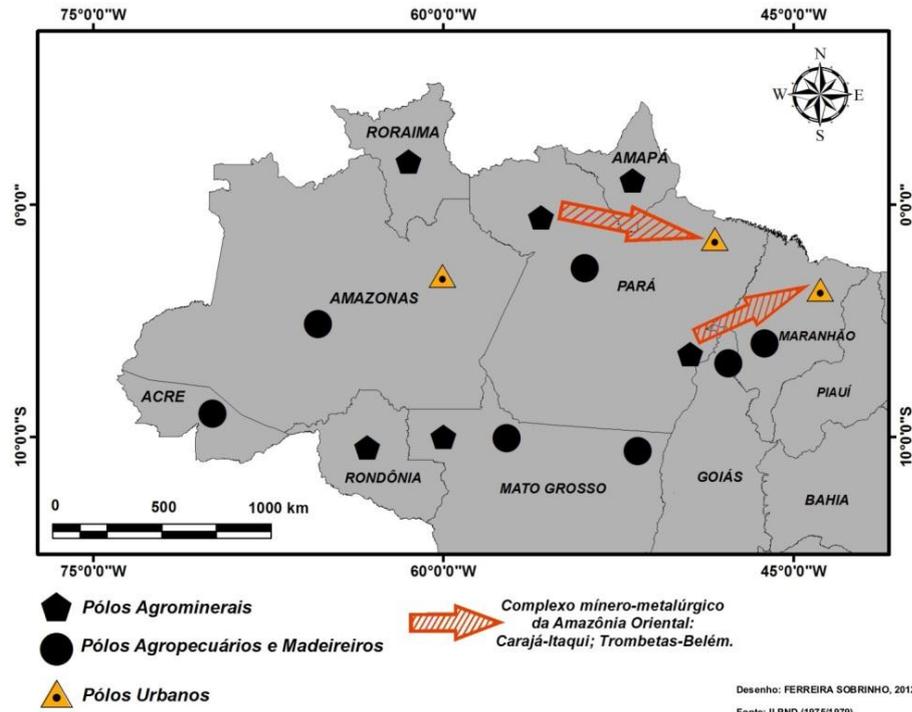
Pequeno (60 a 130 hectares) seria para as granjas;

Médios (120 a 300 hectares) para gado leiteiro;

Grandes (300 a 600 hectares) lavoura comercial, reflorestamento, beneficiamento primário de grãos.

Para manter a integridade do projeto, estavam previstos estudos de aptidão dos solos e clima, exploração de café, cacau e castanha. A população de Aripuanã, em 1970, era de 2.240 habitantes, sendo 270 no núcleo urbano, e o restante espalhado próximo aos rios da região. Para isso um inusitado projeto para pesquisa e estudos foi elaborado visando ao conhecimento específico da região a ser colonizada, cujo intuito seria o de preparar o migrante e o investidor para atuarem de forma sustentável na área de colonização estipulada pelo POLAMAZÔNIA.

Mapa 9 – Atuação do POLAMAZÔNIA



Fonte: II PND (1975/1979).

O POLAMAZÔNIA, para atuar em áreas-programas, estava voltado ainda para ajustes no planejamento de acesso às áreas que seriam colonizadas. O mapa 9 mostra a parte norte de Mato Grosso, o planejamento para utilização dos recursos agrominerais, o desflorestamento para a agropecuária e a indústria madeireira, ou seja, modelos trazidos do Centro-Sul, atendendo à lógica de utilização dos recursos sem conhecimento prévio das questões climáticas e dos recursos naturais.

Dessa forma, percebe-se que as demandas para atender ao migrante não estão apenas na apropriação ou aquisição das terras. Ele demanda infraestrutura que fará com que se fixe e desenvolva sua atividade. Nos aspectos que permitirão sua fixação estão os sistemas de transportes, saúde, educação, apoio ao desenvolvimento da agricultura e, de um modo mais geral, apoio à migração. Dados os valores dos investimentos pelos programas especiais, considera-se, na sua distribuição, que estes ainda eram direcionados para a infraestrutura de deslocamentos na região, especificamente no sistema de transportes, pois toda a região, na época, ainda vivia na dependência da amplitude da floresta, até então intacta.

Tabela 10 – Investimentos do POLAMAZÔNIA nas áreas – programas (1975/1981) (em Cr\$ - 1.000,00)

	Aripuanã	Juruena	Xingu/Araguaia
Transporte	285.275	480.418	321.644
Saúde	2.685	35.664	46.141
Educação	4.715	20.715	15.933
Agricultura	8.300	46.800	3.300
Apoio a Migração	1.800	-	2.000

Fonte: os valores são do MINTER/SUDECO – adaptado de (ABREU, 2001, p. 144)

Conforme os valores apresentados, na tabela 10, os investimentos que não foram aplicados em transporte são ínfimos. Para isso pesaram as preparações para a comercialização de terras e para o deslocamento dos primeiros produtos agropecuários da região. Nessa perspectiva, o crescimento econômico sobressai-se sobre o social, que, nesse caso, demandaria cuidados com a saúde e com a educação.

Juntamente com o POLOAMAZÔNIA, o POLOCENTRO traçou políticas para o cerrado que adentrou o ecótono e a Amazônia mato-grossense, no II PND, de 1975. Criado para atender à demanda dos cerrados no Brasil Central, o POLOCENTRO atendeu a Goiás, a Mato Grosso e, também, a Minas Gerais e suas ações estavam sob responsabilidade da SUDECO. Cabe ressaltar aqui que, embora especificasse que sua atuação seria no cerrado, pois sua topografia plana era propícia para a agricultura mecanizada, seus investimentos atingiram o ecótono, adentrando em regiões de predominância florestal, especificamente na Amazônia mato-grossense.

Assim como no POLAMAZÔNIA, sua estratégia de atuação foi por áreas- programas. Ressalta-se aqui que a área da Amazônia Legal atinge Mato Grosso até os limites norte do paralelo 16°, latitude sul; portanto, essas áreas estavam sob incentivo da SUDAM. No entanto, com a divisão do estado, em 1977, a SUDECO se preocupou com a possibilidade de as regiões de cerrado sofrerem restrições de financiamento, de sorte que, então, o POLOCENTRO poderia continuar atendendo às regiões da porção sul de Cuiabá, pois Rondonópolis e Cuiabá receberam incentivos em 1979. Por trás disso, as diretrizes de atuação do POLOCENTRO eram para a infraestrutura que preparasse o processo produtivo para exportação, como estradas vicinais, armazenamento e energia, por isso o atendimento ao sul do Estado, em que já havia produção agropecuária e de grãos. Dessa forma, percebem-se acertos políticos e econômicos para o período pós-divisão, pois o investimento na produção agrícola mecanizada e a pecuária estariam garantidos com o POLOCENTRO.

A temática de atuação do POLOCENTRO vinha do princípio de que as terras do cerrado precisavam de correções químicas para sua produtividade. Parte destes conhecimentos vinha dos estudos da EMBRAPA, por isso, os projetos de financiamento procuravam

financiar não somente a produtividade agrícola, mas também possibilitar a extração de minerais para a correção do solo agricultável, no caso, o calcário.

Os investimentos, no ano de 1979, foram específicos, considerados para “áreas especiais”. No caso de Cuiabá e Rondonópolis que estão na área de cerrado, foram ambas consideradas áreas prioritárias, porque o processo de divisão do Estado demandava atenção à produção de grãos, na forma de agricultura mecanizada. Havia, também, a considerar o fortalecimento desse modo de produção, para integração na agricultura comercial. Os investimentos na Chapada dos Parecis, como foi denominada pela SUDECO, influenciaram municípios que estão na área amazônica, considerando sua vegetação, como é o caso de São José do Rio Claro e de SINOP.

Na região de Xavantina, os investimentos também foram além dos cerrados, pois as inversões que eram para o municípios de Barra do Garças expandiram-se por municípios que estavam entre os rios da Morte e Araguaia, ponto em que desenvolviam, naquele momento, experimentos com a rizicultura irrigada, e a produção de alimentos estava na política do Governo Federal. Dessa forma, municípios como Canarana e São Félix do Araguaia participaram do programa, no decorrer de seu desenvolvimento, e, em face das demandas e interferências das forças políticas regionais, o referido programa foi-se estendendo para outros municípios.

Com o desenvolvimento das atividades, os propósitos já estavam traçados com as presenças dos órgãos públicos de apoio ao projeto de integrar a Amazônia à economia nacional. O processo migratório era intenso para a Amazônia mato-grossense. Dadas as condições estruturais que se formalizaram com as políticas para o processo de ocupação, o arcabouço, governamental e privado, teve uma representação na mesorregião que permitiu a inserção do capital privado do Centro-Sul.

Esse esteve presente na forma de investimento para um mercado promissor, doravante as quantidades de terras para comercialização, e, por seu turno, os demandantes das terras e suas condições para enfrentamento das novas descobertas ainda eram totalmente alheios às condições edafoclimáticas, sociais e culturais vividas no Centro-Sul. Essa condição levou os agricultores migrantes a enfrentarem dificuldades na produção, posto que, na sua maioria, consideravam as terras “fracas”.

O desconhecimento sobre o solo e clima amazônico ficou circunscrito à propagada fraqueza do solo; no entanto, essa afirmação exige conhecimento científico. A explicação técnica nos estudos de (SÁ, apud CARVALHO; FARIA; DALLEMOLE, 2011, p. 12) é que a matéria orgânica do solo no ecótono mato-grossense pode ser degradada em 14% para a

floresta e em 7% para o cerrado, ao ano, em função da umidade, do calor e da complexidade dos microrganismos presentes no solo. No Centro-Oeste, por ser mais quente, os microrganismos degradam mais rapidamente a matéria orgânica presente no solo; com a derrubada da floresta e do cerrado, a reposição não é feita, o que esgota rapidamente a fertilidade do solo.

De outra perspectiva, na região Centro-Sul, o clima mais frio eleva o tempo da degradação por micro-organismo do solo. A questão climática diferente entre o Centro-Sul e o Centro-Oeste, bem como a qualidade da terra, foi objeto de discussão nos encontros com agricultores, colonizadores e técnicos agrícolas das instituições que participaram do processo de colonização, no entanto, seu aspecto edafoclimático não foi sequer mencionado tecnicamente.

Outra contribuição teórica relevante, de Primavesi, é a que demonstra a preocupação com o suporte biológico nas regiões tropicais e subtropicais³⁶

A biodiversidade da flora e da fauna superior garante a biodiversidade da meso e microfauna e flora atuantes no solo e na reciclagem de materiais orgânicos. Esse fenômeno é mais intenso em condições de clima tropical e subtropical, com solos mais profundos, menos férteis, mais lixiviados, mais secos e mais quentes e que necessitam de atividade biológica maior para gerar e manter a capacidade de suporte biológico mínima, estabelecida com base na reciclagem intensa de materiais orgânicos (PRIMAVESI, O; PRIMAVESI, A, 2003, p. 37).

Essas características do Centro-Sul para o Centro-Oeste também fazem a diferença dentro no próprio Estado de Mato Grosso, pois a Amazônia mato-grossense está na região de clima equatorial. Consideradas as diferenças, as dificuldades da continuidade produtiva não foram superadas, o que causou desistências, ou falências, na agricultura. Uma análise mais criteriosa, do ponto de vista institucional, auxilia na percepção das distorções na colonização, provocadas não pelo modelo, mas pelo despreparo no planejamento.

³⁶No Brasil, o clima subtropical está presente na região metropolitana de São Paulo, Vale do Ribeira, Campinas, Paraná, Santa Catarina, norte do Rio Grande do Sul e sul do Mato Grosso do Sul.

No inverno, a temperatura média anual fica em torno de -5°C, enquanto que no verão fica em torno de 23°C.

- A umidade relativa do ar anual fica entre 60% e 85%.

- Com relação ao índice pluviométrico anual, podemos verificar que fica entre 500 e 1000 milímetros. É um índice considerado moderado de chuvas.

- Podem ocorrer geadas nestas regiões durante o inverno, principalmente em áreas mais altas.

Clima Equatorial: encontra-se na região da Amazônia. As temperaturas são elevadas durante quase todo o ano. Chuvas em grande quantidade, com índice pluviométrico acima de 2500 mm anuais. Clima Tropical: temperaturas elevadas (média anual por volta de 20°C), presença de umidade e índice de chuvas de médio a elevado.

3.2.3 A ausência do núcleo pioneiro de Humboldt

Essa ausência de conhecimento edafoclimática foi retirada previamente, pela desconsideração sobre a importância que teria os estudos científicos do núcleo científico de Humboldt. Quando do planejamento para as atividades do POLAMAZÔNIA, nasceu, juntamente com o projeto de colonização, o Núcleo Pioneiro de Humboldt, mais tarde chamado de Cidade Científica de Humboldt. Seria uma tentativa de inserir na região um núcleo de pesquisa científica coordenado pela recém-fundada Universidade da Selva, a Uniselva na UFMT, com o objetivo de ter um conhecimento prévio da região antes da investida desenvolvimentista do Sul, ou seja, conhecer seu solo, clima e vegetação.

Quando do processo de integração nacional, a cobertura vegetal da região era de 95%, e algumas metas foram planejadas pela pesquisa na Cidade Científica de Humboldt: I – Pesquisa básica, ou científica, do ar, água, radiações, solos, plantas, animais da floresta e elos da cadeia ecológica; II – Pesquisa operacional, ou tecnológica, da engenharia que possibilitasse o acesso a minerais, solos, água, madeira, borracha, peixe, saúde, micro e meso clima; III – Pesquisa Educacional – conhecimento básico para aplicação, na preparação do homem, visando adaptá-lo à vida prática, para sobreviver e desenvolver-se em associação produtiva com o domínio ecológico (ADESG, 1975).

Os três itens planejados para a Humboldt exigiam conhecimento prévio da região, considerando seus aspectos naturais e, a partir desses, seria viabilizado o processo de ocupação, mas com limites de uso dos seus recursos e conhecimento prévio edafoclimático, fundamental para manter a sustentabilidade ambiental e produtiva dos projetos de colonização privada que trouxeram agricultores do Centro-Sul, o que beneficiaria, no primeiro momento, os objetivos do POLAMAZONIA e, conseqüentemente, a sustentabilidade social econômica e ambiental que, no início da década de 1970, principiava a demanda sustentável ao nível mundial.

Para a Cidade Científica, o projeto contemplava ainda algumas pesquisas setoriais, como segue:

A pesquisa setorial seria desenvolvida em 14 subprogramas, conforme o quadro 4 adaptado da ADESG:

Quadro 4- Setores para pesquisa no projeto de Humboldt

<ul style="list-style-type: none"> a) Pesquisa urbanística b) Arquitetônica c) Recursos Naturais d) Recursos Humanos e) Agropecuária f) Ictiológica – Industria de pescado g) Cartográfica Temática – sensoriamento remoto via satélite (ERTS – 1) e avião (RADAM) h) Meteorológica i) Ecológica j) Econômica k) Médico Sanitária l) Hidroviária 	<ul style="list-style-type: none"> m) Processamento de Minérios – 1 - Tecnologia do Titânio – localização de mineralização e coleta de material para processamento de usina piloto (SP) – 2 – Tecnologia do Estanho – localização de mineralização e coleta de material para pesquisa de processamento. n) Pesquisa tecnológica de operações na selva – teste com sistema de sobrevivência individual, ao longo de hidrovias, programa de salvamento aéreo (convenções internacionais)
--	--

Fonte: ADESG, (1975).

Estima-se que o custo de implantação do projeto, aos valores de 1972, foi de Cr\$ 5.534.527,00. Contudo, correram muitas dificuldades. Sobre os desdobramentos da aplicação do projeto, registra-se o relato abaixo:

[...] alguns críticos do projeto apontam uma série de fatores que agiram como elementos retardadores da sua execução, entre as quais ressaltam a inadequação do planejamento, agravado pelo desperdício dos recursos, da ausência total de entrosamento dos órgãos componentes do sistema, as lutas por parcelas prestígio, além de outros interesses inconfessáveis (ADESG, 1975, p. 20).

Da falta de entrosamento à busca de prestígio e o que fosse inconfessável, outro fator preponderante foi a cultura produtivista migrada do Centro-Sul. Nesse caso, a fragilidade institucional foi sobreposta pelos interesses pessoais: a Cidade Científica de Humboldt sucumbiu, enquanto projeto que contemplava o processo de desenvolvimento planejado. Abreu (2002) ao estudar o papel institucional na Amazônia mato-grossense, menciona o relato de um participante das políticas pró-pesquisa científica na região, comentando, sobre o projeto de Humboldt, que, se esse tivesse vigorado, a região teria tido projetos de cunho conservacionista da natureza, inviabilizando a intenção desenvolvimentista.

Nesse aspecto, as iniciativas institucionais de trazer o capital do Centro-Sul para a Amazônia ficaria inviabilizado, considerando a sustentabilidade dos recursos naturais, posto que a cultura produtivista do Sul é de ignorar os limites dos recursos, provocando a derrubada da mata para a produção pecuarista e, posteriormente, de grãos.

Retratando, ainda, os interesses e buscas de prestígios individuais, a teoria institucionalista considera que o limite humano é superado pela organização das instituições para a continuidade dos objetivos comuns. As instituições, conforme os institucionalistas, são “o resultado de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevalentes de atitudes, de produtos e de processos passados” que, conforme Veblen (1983, p. 87), norteia a evolução da sociedade.

Qualquer que seja a comunidade, esta possui sua institucionalidade, que pode ser considerada um mecanismo econômico moldado pelas relações estabelecidas, pelos hábitos mentais, pela cultura e adaptação de seus indivíduos. Através dos atores sociais presentes, ela movimenta os acontecimentos na sociedade, bem como organiza sua territorialidade.

Para Veblen (1983) ainda, as ideologias e interesses institucionalizados pela elite política são replicados nas políticas públicas, principalmente, quando existe a coincidência de a elite política ser a elite econômica. Essa harmonia se confirma, quando os detentores dos meios de produção, ou a classe burguesa tradicional, adotam postura de manutenção de seu poder econômico e político, através da superexploração do trabalhador, que, em geral, é mal qualificado tecnicamente, possui baixo nível de escolaridade e pouco discernimento crítico sobre como exigir seus direitos e ser cidadão.

Tomando por base Evans (2004), as possibilidades de transformação podem ser definidas pela estrutura e papel do Estado, mas isso depende da coerência corporativa e da conexão social. O autor percebe as variações entre as estruturas e nas relações Estado-sociedade e apresenta três tipologias e casos de países nos quais existem o Estado predatório, o Estado desenvolvimentista e os Estados intermediários.

Para Evans (2004), os Estados são instrumentos imperfeitos, mas possuem um papel fundamental na promoção da cooperação entre os agentes da sociedade. Desse modo, os processos político, econômico e social que induziram a uma prática que propiciou a ocupação da região norte mato-grossense e possibilitou transformações definidas pelo papel do Estado (EVANS, 2004), dada a tipologia desenvolvimentista acima citada.

Dessa forma, Veblen, considerado o fundador da escola institucionalista do pensamento econômico e um dos pioneiros da teoria institucional, analisou a estrutura econômica da sua contemporaneidade, começando pela ótica darwiniana. Nessa análise, enfatizou os usos e costumes sociais como fenômenos explicativos da atividade econômica, criticando-as devido à ostentação dos mais favorecidos nessa ótica, que privilegia uma classe.

Em detrimento apenas do fator econômico, Veblen (op. Cit.) ainda menciona especialmente a colaboração humana para a promoção do desenvolvimento econômico. Com

isso, os institucionalistas não condicionam o mercado como uma ordem espontânea, mas como uma instituição socialmente construída.

Após Veblen como precursor, o desenvolvimento da teoria institucional promoveu, com os novos institucionalistas, várias distinções para compreender o processo desenvolvimentista, entre elas o de considerar o relacionamento, a confiança e o contrato que regimenta e permite exercer a governança.

No caso do processo desenvolvimentista do norte mato-grossense, levando em consideração o conceito dado pelo Banco Mundial³⁷ e, por mérito de interpretação não levar em conta as ações que foram praticadas, tendo, ou não, base conceitual de governança, a ação concreta privilegiou mais os aspectos econômicos que os sociais e os recursos naturais, sendo estes últimos tomados como recursos econômicos, dada sua transformação, com características físicas, para exportação que deu continuidade ao extrativismo dos ervais do Sul, aos grãos de produção primária, sem industrialização atual.

O Decreto Presidencial nº 70.999³⁸, de 17 de agosto de 1972, instituiu o Programa do Trópico Úmido, como componente do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Amazônia Legal. Assim sendo, o projeto Humboldt representaria o ponto estratégico da integração nacional, componente da filosofia do Governo Federal, visando proporcionar equilíbrio econômico e político entre as diferentes regiões que se orientaram para ocupar o espaço amazônico (ASDEG, 1975).

Seguem os principais pontos do decreto sobre o Programa do Trópico Úmido.

- a) Contribuição como decisão relevante do Poder Nacional;
- b) Introdução de técnicas e procedimentos racionais na ocupação da Amazônia, queimando etapas de desenvolvimento, com baixo custo operacional;
- c) Aceleração das prospecções dos recursos naturais removíveis e irremovíveis da área;

³⁷Segundo o Banco Mundial, “governança é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país, visando ao desenvolvimento e à capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções”.

³⁸**Art. 1º** Fica instituído, como componente do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), regulado pelo artigo 4º do Decreto nº 70.553, de 17 de maio de 1972, o Programa do Trópico Úmido, destinado a coordenar a contribuição da Ciência e da Tecnologia ao melhor conhecimento das condições de adaptação do ser humano às peculiaridades do Trópico Úmido e a preservação do equilíbrio ecológico da região Amazônica. **Art. 2º** O Programa definirá prioridade e sistematizará objetivos a serem obtidos por órgãos e entidades federais, diretamente, ou por outras entidades, inclusive particulares, mediante acordos ou contratos, resguardada sua compatibilidade com o Plano Nacional de Desenvolvimento da Amazônia. **Art. 3º** Cabe ao Conselho Nacional de Pesquisas, nos termos de que trata o Decreto nº 70.553, de 17 de maio de 1972 assessorado pela SUDAM, a elaboração e acompanhamento da execução do Programa do Trópico Úmido.

- d) Resposta ao problema de compatibilizar a tecnologia ao meio ambiente amazônico substituindo práticas e atividades predatórias seculares, por um surto de desenvolvimento preservatório e do ecossistema.
- e) Atendimento da declaração de princípios da Conferência da ONU sobre meio ambiente, realizado a 1972 em Estocolmo, preconizando o aproveitamento de recursos naturais, pelo desenvolvimento industrial, que na atualidade se desenvolve sob criteriosos moldes técnicos e científicos.
- f) Representação de significativa contribuição do Brasil à redução de escassez mundial de alimentos, amenizando dessa forma o espectro da fome, no fornecimento de matérias primas, do término da década ao findar do século.

Os itens descritos demonstram as contribuições que seriam inseridas, caso a Cidade Científica prosperasse, e essas atividades caberiam a uma instituição educacional que possibilitasse o desenvolvimento inovador e de tecnologia para os procedimentos racionais na Amazônia mato-grossense. Esse projeto seria desenvolvido pela UFMT, conhecida na época como UNISELVA, recém-fundada e já incorporava as iniciativas de desenvolvimento sustentável para o início dos anos de 1970, comparando suas atividades com aquelas das instituições do Centro-Sul.

3.3 A UNISELVA e a busca pelo conhecimento da Amazônia Mato-Grossense

Segundo alguns autores e pensadores, bem como representantes políticos e acadêmicos, com a separação que gerou Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em 1977, a parte norte evidenciou mais sua presença amazônica. Este fato ficou marcado com o Reitor da UFMT, Prof. Benedito Pedro Dorileo, ao dizer que “Mato Grosso ficou mais amazônico com a separação” Dorileo (1997; 2005). No entanto as iniciativas, considerando a Amazônia, dão-se, desde sua fundação, em 1970. E isso, de fato, solidificou-se, até que o modelo predatório, ignorante dos aspectos ecológicos e culturais, viesse a transformar a paisagem do cerrado e da floresta, em campos desprovidos de vegetação e de supressão das matas ciliares, transformando a paisagem em um único visual, que não contém marcas da vegetação nativa.

O Mato Grosso mais “amazônico”, do ponto de vista das instituições públicas e privadas que efetivaram a colonização no “espaço vazio”, tinha, por um lado, como concepção principal, a ocupação, a extração dos recursos naturais e a fundamentação política nos moldes desenvolvimentistas. Por outro lado, ao analisar um contexto mais expressivo que representa a mobilização humana e de capital, tem-se a concepção de uma região que, no seu escopo de “ocupação”, possui retratos sociais e culturais de todo o Brasil (GUIMARÃES NETO, 2010). A historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto apresenta esta Amazônia:

Nessa história, não tem sentido algum operar com um conceito de Amazônia (a invenção da Amazônia), como referência geográfica preconcebida, ou em termos de história regional ou “local”. É uma história do Brasil, dos deslocamentos territoriais de amplos segmentos de trabalhadores do campo; é uma história das explorações e expropriações de camponeses; é uma história das diversas construções sobre o que se denomina “processos de colonização”, destacando a positividade com a qual é utilizado o termo. É uma história do processo civilizatório e construção da nação e suas implicações políticas e culturais. Também pode ser narrada em forma de crônica, uma crônica da miséria e violência ou invenção do *eldorado* no Brasil. (GUIMARÃES NETO, 2010, p. 167).

Os deslocamentos populacionais que ocorrem nas décadas de 1960/70 são caracterizados por duas categorias distintas: o pequeno produtor que migra para aumentar suas terras ou para adquiri-las pela primeira vez; o grande empresário do Sul-Sudeste, com capital, mais financiamento da SUDAM. Com isso, o Mato Grosso amazônico começa a sofrer modificações abruptas, especialmente na sua paisagem, na sua cultura e na sua economia.

Nesse contexto, a UFMT se apresenta, desenvolve projetos para a UNISELVA e procura envolver-se com o processo de mudança, força incontestável na ocupação da Amazônia mato-grossense.

As reivindicações para que houvesse uma universidade em Mato Grosso começam com os alunos e professores da Faculdade de Direito. Em dezembro de 1969, o Presidente Médici assina a mensagem de criação da Universidade de Mato Grosso, com sede em Cuiabá. Em julho de 1970, com a Lei n. 3.093, é criada a UFMT, e sob a égide da Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, foi instituída como Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, em vez de autarquia como as demais existentes no país.

Conforme Dorileo (1977), a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso adquiriu personalidade jurídica em 27 de dezembro de 1971. A ausência de recursos humanos e financeiros eram realidades constatadas para a efetivação da Universidade. Como não havia recursos humanos para planejar, precisava-se então tomar decisões para sua efetivação. O país, na época, não tinha um modelo para criar uma estrutura universitária. Dessa forma, surge, então, para substituição do planejamento, uma “busca de argamassa lógica, o fazejamento”, nome que ficou imortalizado, quando se busca entender o início da UFMT. Então, para o ano de 1972, foi posto em prática o grande mutirão: convocação para o trabalho; fazer antes de planejar; fazer antes de aprender; recrutamento; (DORILEO, 1977, p. 283).

No mês de abril de 1980, a UFMT cria uma primeira reflexão sobre a Universidade e a Amazônia. “Toda política de pesquisa e ensino de uma universidade amazônica tem por

objetivo final a produção de recursos humanos para a ocupação permanente da super-região amazônica” (DORILEO, 2005, p. 245).

O permanente seria o racional, ou seja, segundo o autor, a permanência seria sustentável, para que todas as gerações futuras pudessem também usufruir das riquezas dos recursos naturais renováveis, e não o contrário, os aventureiros discípulos do desenvolvimentismo pilhassem todos os recursos para uma só geração, deixando os demais órfãos das benesses que proporcionam os recursos naturais. Além de que as futuras gerações poderiam conviver com vícios das instituições e a degradação ambiental e a criminalidade incontrolável, Dorileo, (op. cit.).Então, com essa observação sobre sustentabilidade, a produção com preservação seria a manutenção do meio ambiente, como segue:

[...] ocupar economicamente e socialmente o espaço amazônico, mediante aproveitamento não predatório de seus recursos... Se tratar os recursos naturais renováveis como irrenováveis é repetir a prática do colonialismo ocidental que dilapidou riquezas e destruiu a população americana, africanas e asiáticas até a Segunda Guerra Mundial, provocando a descolonização (DORILEO, 2005, p. 245 - 246).

A UNISELVA não era contra a ocupação da Amazônia, mas um filtro amazônico para os investimentos (aplicação) corretos dos capitais financeiros, tecnológicos e humanos, originários de outras áreas do domínio ecológico da maior floresta quente do planeta. Pretendia apenas defender-se da transferência extemporânea do colonialismo do séc. XIX para o cenário da Amazônia. Conforme Neves, apud Borges (2006), lançada junto ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, a UNISELVA tinha o propósito de inverter o binômio ensino-pesquisa para pesquisa-ensino, baseado nos ditames do cacique Xavante Ceremecê “ninguém ensina o que não sabe”, (BORGES, 2006, p. 252).

A Amazônia aqui seria para brasileiros, como atores principais ou coadjuvantes dos recursos naturais do nosso próprio território, não para posteriormente expulsar colonos europeus racistas, como na África e Ásia. Assinam, em 1978, as Universidades do Acre, Amazônia, Maranhão, Mato Grosso e Pará, um protocolo.

Dorileo (2005) relata o Tratado de Cooperação Amazônico na reflexão feita pelo primeiro Reitor (Gabriel Novis Neves) sobre as Universidades Amazônicas:

Erram os estrategistas que acreditam que as feridas do colonialismo abertas no gigantesco espaço amazônico poderão ser tratadas e cicatrizadas, como vem ocorrendo no Centro-Sul com a consolidação e organização das fronteiras agrícolas, fixadas nos séculos anteriores.[...] Estes estrategistas deveriam meditar mais profundamente sobre a desorganização e decadência da fronteira agrícola do Vale do Paraíba, com suas cidades relíquias, e do Vale do Rio Doce, que teriam condições ambientais e infra-estruturais para se rivalizarem com as regiões paranaenses e paulistas mais produtivas. Não devem esperar soluções para os terríveis problemas

funditários da Amazônia, como os do longínquo Vale do Araguaia, se solução semelhante ainda não foi encontrada para o Vale de São João, no desenvolvido e urbanizado Estado do Rio. Poderemos sugerir, ainda, que olhem para o bolsão de desorganização e subdesenvolvimento instalado no Vale do Ribeira, em São Paulo, cuja capital tem renda *per capita* superior a 3 mil dólares. A idéia básica do colonialismo do século XIX, que aceita que ao pioneiro tudo deve ser permitido, inclusive e principalmente a desordem, a ignorância entusiástica, a violência, num exercício de predação humano-ambiental, não pode ser admitida por uma Universidade Amazônica, porque destrói as funções da própria instituição universitária, plantadas para assegurar a continuidade do desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil (DORILEO 2005, p. 247 - 248).

As declarações sobre o papel da universidade amazônica retratam as preocupações sobre o que vinha acontecendo no centro-sul; a ideia seria antecipar possíveis problemas que replicam modelos em regiões com características únicas, ou então, não à importação desenvolvimentista. No presente relato, o autor registra, ainda, a presença de Brasília no Planalto Central, como estratégia para descentralizar as instituições na costa brasileira. Lembra, no entanto, que, mesmo estando esta capital em ponto estratégico perante a Amazônia brasileira, se o curso do processo de ocupação não fosse corrigido, “Brasília se tornaria uma plataforma espacial, suspensa entre a terra e a lua” (DORILEO, 2005).

No aspecto institucional pertinente às universidades amazônicas, o Tratado de Cooperação Amazônico viria para mudar o quadro.

Mas, quem julgar que o tratado representa o avanço em termos amazônicos, ignora o fato básico de que a Amazônia não pode mais ser inocentemente avaliada pelo que os países Amazônicos ainda não conseguiram realizar aqui, mas pelo que pode ser rapidamente feito pelo arsenal tecnológico, financeiro e organizacional dos países membros da OCDE, que concentra o poder e as necessidades ocidentais, compondo-nos com objetivos a serem alcançados para a garantia dos padrões de conforto de suas populações. Há assim, uma aliança natural entre as Universidades Amazônicas e Brasília, na medida em que somos um hífen dinâmico e institucional entre o Governo Federal e o conhecimento da realidade regional (DORILEO 2005, p. 249).

No estudo, há, também, alusão ao fato de essas universidades estarem geograficamente afastadas, contudo, mesmo estando entre 2 e 4 mil km da região mais desenvolvida do País, as universidades são mantidas pelo Ministério da Educação, o que é considerado caro, e que, se vistas apenas por este lado, ficaria mais barato os alunos estudarem no Sudeste, mas essa solução ficaria, “historicamente, mais cara para a nação”.

A iniciativa institucional partindo das universidades para com a realidade amazônica, fica clara na proposta oferecida pelo tratado, no entanto, fica claro na fala do autor a necessidade das especificações de funções entre o centro de ensino e a atividade desenvolvida pelo setor executivo: “fazer sem conhecer, decidir sob pressão, opinar sob o incerto é papel do governo. Uma Universidade não pode ser Governo e, em contrapartida, a última coisa que um Governo deve aspirar é ter a capacidade crítica de uma Universidade (NEVES 1980, apud PESQUISA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DE MATO GROSSO, 2011, p. 29).

Assim, o autor ainda frisa a importância da Universidade em, de fato, conhecer Mato Grosso e a Amazônia, e que fazer sem conhecer, como citado acima, ficaria com o Governo, e pelo contrário, não caberia a Universidade substituir o papel do Governo. No entanto deveria complementar essa ausência, perfazendo seu caminho institucional. Segue a contribuição de Dorileo sobre as universidades na Amazônia.

Reconhecendo a necessidade de buscar a integração de suas atividades na super-região amazônica, as Universidades Federais do Acre, do Amazonas, do Maranhão, de Mato Grosso e do Pará assinaram um protocolo neste sentido, em Brasília, em 1978. A primeira Universidade-Sede do novo sistema interuniversitário, que começava a se estruturar, foi a Universidade Federal do Pará, em 1979. A segunda Universidade-Sede, que exerceu a coordenação do esforço de integração durante 1980, foi a Universidade Federal de Mato Grosso. Criada em 1970, a nossa Universidade sul-amazônica está localizada na área de maior impacto da atividade de colonização sobre o meio ambiente amazônico, conforme comprovam as imagens de satélite LANDSAT. Diariamente, surgem no *campus* de Cuiabá novas informações sobre os movimentos da frente pioneira, que avança sobre o domínio ecológico das florestas amazônicas de terra firme. Uma colônia nova pode surgir a cada mês seco e milhares de caminhões ficam retidos nas estradas da Amazônia mato-grossense a cada ano, durante a estação das águas. Cerca de 38% das terras de Mato Grosso pertencem a proprietários não residentes no Estado. Quase 50% da nossa população é formada por imigrantes dos Estados situados ao sul do Trópico de Capricórnio. Mato Grosso tem pouco mais de um habitante por quilômetro quadrado. Observamos que as Universidades Amazônicas diferem menos em função de sua experiência ambiental, apesar de a Universidade Federal do Maranhão orientar sua ação para o trópico semi-árido nordestino, de que em relação ao papel que exercem na dinâmica da ocupação da região a que pertencem. A Universidade Federal do Amazonas, localizada na Zona Franca de Manaus, terá o seu Estado menos ressentido da predação ambiental e da turbulência da frente pioneira, uma percepção diferenciada da realidade regional, se comparada à Universidade Federal do Acre. A Universidade Federal do Pará, a mais tradicional, tem a dupla experiência dos problemas urbanos e dos problemas rurais amazônicos. Procurando cumprir seu papel coordenador do sistema de integração das Universidades da Amazônia, categoria que transborda dos limites da Amazônia Legal, podendo atingir igualmente a Universidade Federal de Goiás, no plano interno, e as universidades de sete outros países sul-americanos signatários do Tratado de Cooperação Amazônica, no plano externo, a Universidade Federal de Mato Grosso propõe a execução de cinco projetos interuniversitários, imediatamente viáveis, em 1980. Nossa preocupação está centrada na pesquisa e no ensino superior, ou seja: a transmissão do conhecimento existente sobre a Amazônia a uma nova geração de habitantes da super-região, representada por milhares de jovens que estudam em nossos *campi* Amazônicos (DORILEO 2005, p. 254 - 255).

Do protocolo assinado e da proposta para as futuras décadas, é certo que a UFMT não se furtou do seu papel: ao longo do tempo proposto, esteve presente como uma instituição que pensou a Amazônia mato-grossense; no entanto, as linhas desenvolvimentista e produtivista impuseram suas forças, num crescimento, com ocupação desordenada sobre os ambientes naturais. Mato Grosso hoje está inserido no complexo produtivo nacional. A análise sobre seu PIB demonstra evolução sem igual; por outro turno, observações sobre sua sustentabilidade econômica, social e ambiental transparecem uma desconexão do processo de crescimento sem

precedentes, cujo apoio institucional atendeu a demandas externas, sem, naquele momento, conseguir olhar para o desenvolvimento endógeno.

Assim, sem de fato por em prática as funções científicas da Cidade Científica de Humboldt, uma organização que poderia servir como quebra de paradigmas institucionais se tivesse autonomia, Mato Grosso seguiu o caminho da ocupação das terras ao norte e ao nordeste, vislumbrando setores para a exploração agrícola latifundiária, agora não mais de ocupação espacial apenas, mas intensificada em mecanização. Na região de transição, entre o cerrado e a floresta, e mais fortemente na Região Amazônica, a exploração deu-se mais especificamente como um ato de concretização, iniciado com a política de ocupação do “espaço vazio” e aspectos institucionais públicos, dando subsídios às instituições privadas.

As organizações fundadas para dar suporte a ocupação do Centro-Oeste fundamentaram-se na aplicação dos recursos que subsidiaram a fronteira agrícola que culminou com um famigerado estado de destruição ambiental sem precedentes, de aspectos sociais conflituosos e de uma cultura que procura se adaptar ao que o capital econômico e financeiro propõe à região, em detrimento de uma realidade edafoclimática que os experimentos da Cidade Científica de Humboldt poderia desenvolver e expor ao migrante que chegava do Centro-Sul. Na sua ausência, o aspecto ideológico seguiu a lógica do planejamento governamental. Considerando esses aspectos, serão analisados os antecedentes dos pequenos agricultores migrantes que participaram diretamente do processo de colonização nos dois municípios estudados.

4 A COLONIZAÇÃO PRIVADA - Do Centro-Sul ao Centro-Oeste

A forma de acesso à terra no Brasil é histórica e possui fases distintas. Até a independência do Brasil, o sistema era de sesmarias; após, obter terras e registrá-las junto às paróquias permitia sua apropriação. Esse modo iniciou-se em 1822 e foi proibido em 1850, pela lei de terras³⁹(PLANALTO, 2012, não paginado) que, também, considerou que terras não ocupadas até aquela data eram públicas, e seu acesso, então, dava-se por compra.

Esse percurso favoreceu os fazendeiros e os políticos ligados à terra, que, com o capital, continuaram a “posse”, no sentido latifundiário. Com a produção e a comercialização cafeeira, provedoras de fundos econômicos, possibilitou-se o desenvolvimento de centros urbanos, ao longo do caminho que percorria o desbravamento de terras e a formação agrícola.

O modelo de desenvolvimento da agricultura, em sua forma capitalista, tinha na figura do escravo um elemento propício ao desenvolvimento da modalidade, por intermédio de sua mercantilização e seu posterior uso como força de trabalho. Data de 1817 a iniciativa do Senador Nicolau Pereira dos Santos Vergueiro, ao desenvolver os trabalhos na fazenda Ibicaba, no interior de São Paulo, com mão de obra europeia, devido a rumores da proibição de comercialização escrava e, porventura, também seu emprego nas produções agrícolas.

A lei que proibiu o tráfico de escravos definitivamente ficou conhecida como Lei Eusébio de Queirós, aprovada em setembro de 1850; portanto, a iniciativa do Senador Vergueiro data de bem antes da referida lei, embora outras tentativas de proibição tenham acontecido anteriormente à do Ministro Eusébio.

Desse modo, milhares de trabalhadores alemães, portugueses e suíços, desenvolveram trabalho em sistemas de parceria, pelos quais a produção de café, gerada com a força de

³⁹Segue a **Lei 601, de 18 de setembro de 1850, de forma parcial conforme escrita *ipsis litteris***. Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente.

Art. 3º São terras devolutas: § 1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal. § 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commissio por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura. § 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commissio, forem revalidadas por esta Lei. § 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei. Art. 4º Serão revalidadas as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, que se acharem cultivadas, ou com principios de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionario, ou do quem os represente, embora não tenha sido cumprida qualquer das outras condições, com que foram concedidas. Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacificas, adquiridas por occupação primaria, ou havidas do primeiro occupante, que se acharem cultivadas, ou com principio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente, guardadas as regras.

trabalho de cada família era dividida entre seus componentes e o fazendeiro, cabendo, ainda, por parte do trabalhador, o uso da terra para a produção de alimentos.

Conforme Monbeig (1984), a forma de parceria utilizada não vingou, pois o fazendeiro não permitiu a “independência” dos trabalhadores, levando-os a se rebelarem contra o patrão, mas em si o sistema seguiu como modelo nos futuros cafezais do oeste paulista. Registra-se, desse modo, que, embora a relação de trabalho não seja objeto de estudos da presente pesquisa, considera-se, contudo, que suas consequências são pertinentes para entender o processo de colonização no modelo então adotado e que serviu de exemplo para outras iniciativas colonizadoras.

Observa-se, portanto, que, com a lei de 1850, período do fim da escravatura, tanto os escravos como os imigrantes pobres que os substituíram, ficaram sem condições de acesso à terra, pois não tinham recursos financeiros para adquiri-las.

A colonização privada no Brasil, iniciada no interior paulista, com viés na cafeicultura, modelo que propiciou a fundação de cidades e a expansão da fronteira agrícola para o norte do Paraná e, de lá, para Mato Grosso, possuiu características e aspectos que influenciaram investidas e ações, num vasto território de recursos naturais que, posteriormente, transformaram-se em pastagens ou em campos de produção agrícola.

Essa iniciativa, motivada por políticas que favoreceram fazendeiros interessados na cafeicultura, desenvolveu as conquistas territoriais em espaços ocupados por indígenas e caboclos, posteriormente a prática do desmatamento e a formação de novas fazendas. Muitas ocupações foram transformadas em colônias, vilas e futuros aglomerados urbanos, desalojando os povos endógenos e transformando-se no modelo extrativista de colonização.

Esse avanço contou com políticas públicas que possibilitaram fatores estruturais imprescindíveis: a construção de ferrovias e estradas para o transporte e meios de comunicação que possibilitaram o movimento migratório, iniciado no interior do Estado de São Paulo rumo ao norte do Estado do Paraná. O processo de colonização privada, ali instituído, teve como base produtiva a cafeicultura que foi levada a essa região por empreendedores e fazendeiros, que, mais tarde, geraram motivações em outras frentes pioneiras que partiram rumo ao Centro-Oeste brasileiro.

Os registros sobre os estudos históricos, quanto à produção cafeeira no interior paulista, são vastos e ricos em informações. Essas caracterizam, desde as formações físicas de solo e clima, as relações de trabalho, as questões políticas e sociais e sua importância econômica, tanto na esfera local como nacional, devido à grande expressão econômica gerada pelo trabalho e renda, disponibilizada por este setor.

Além disso, aspectos relacionados com as dificuldades do pioneirismo, como doenças, transportes e comunicações, bem como a desrespeito com a cultura indígena e a devastação dos recursos naturais também são registrados nesses documentos, embora enfoquem mais as questões das conquistas como mérito e menos os impactos socioambientais.

Destaca-se sobre a cultura cafeeira e a colonização pioneira a contribuição de Monbeig (1984). Sua obra retrata o avanço da cafeicultura, enfocando os aspectos físicos do solo e do clima que favoreceram essa prática, bem como os aspectos políticos que propiciaram o avanço da colonização nessa região.

Quanto aos pioneiros dessa saga, o autor destaca a presença dos grandes empresários e fazendeiros, que juntavam essas atividades com o vínculo político, o coronel, o grileiro e os vendedores de terras que, ao longo do processo desse movimento migratório leste-oeste, chamado por ele de “a massa dos pioneiros”, ajudaram a implantar esse modelo:

Transmitiu-se aos negociantes de terras o espírito “feudal”, que os visitantes de São Paulo notavam nos fazendeiros no início deste século. Obra verdadeiramente colonizadora, só fazem as grandes empresas. Primava a especulação, para a maioria das outras [...] Viu-se como os progressos da cultura cafeeira e o desabamento do regime servil tinham levado os plantadores a buscar trabalhadores livres, apelando para a imigração europeia. Entre 1827 e 1936, recebeu o estado de São Paulo 2.901.204 imigrantes, mas foi sobre tudo a partir de 1886 que o movimento adquiriu importância (MONBEIG, 1984, p. 147).

As estruturas criadas no desenvolvimento das produções das fazendas cafeeiras geraram migrações internas e contaram com a astúcia pessoal do pioneiro e o apoio político do Estado. Os centros urbanos formados no interior do Estado de São Paulo rumo ao Norte do Paraná estavam próximos às grandes fazendas, nas quais a presença das vilas urbanas tinha importante significado.

Cano (1998) assinala a questão da influência da cidade no cotidiano do fazendeiro, seus usos e atribuições. Nessa mesma linha, Monbeig (1984) também registra a diferença entre os fazendeiros da franja pioneira do planalto ocidental e os primeiros fazendeiros do início do século.

No primeiro momento, o dono das terras pouco precisava ir a cidade, pois a fazenda era o centro de tudo, inclusive na sua forma de instalação, em que a casa grande era envolta pelas casas dos funcionários, de onde o fazendeiro podia “vigiá-los”, comandar toda a produção, da plantação à venda do produto.

Num momento posterior, considerando a monocultura do café que gerava rendas suficientes para o controle da produção e dos funcionários, o produtor se afastava mais da produção e dos cuidados aos empregados, passando essas atividades aos gerentes. Sua nova

função era de homem de negócios que vivia tanto na fazenda quanto nas cidades, local de contatos de negócios e políticos.

Monbeig (op. Cit.) chama de “nova paisagem” o “oceano de café” que toma conta depois da destruição da paisagem natural. Nos relatos, o uso de fogo que queima a floresta virgem é trivial para a “conquista” da terra e a prática da agricultura, “nada melhor para ilustrar a diversidade de paisagens da franja pioneira, onde em parte alguma a humanização da paisagem está completamente terminada”:

O desejo de manter uma reserva de mata para a futura extensão do cafezal, além da existência de litígios jurídicos sobre os títulos de propriedade, acham-se na base da explicação de como sobreviveriam fragmentos da floresta no meio das plantações [...] A sede de terras novas e a paixão em aumentar as plantações excitavam a todos. Não se pensava senão em ir adiante, para produzir ainda mais. Pela mesma razão, o governo do Estado, isto é, o governo dos fazendeiros, cogitava de organizar expedições científicas que iriam fazer o reconhecimento das florestas um tanto misteriosas dos rios do Peixe e Aguapeí. Estas apareceriam nos mapas da época como “terrenos desconhecidos, habitados pelos índios” e ninguém duvidava de que seriam em breve submergidas pela “vaga verde” dos cafezais (MONBEIG, 1984, p. 177).

Nessas áreas em desenvolvimento, muitas “faixas” de florestas eram preservadas para serem loteadas e comercializadas no futuro, ou seja, na espera de valorização econômica. Entre os grandes cafezais e as formações das cidades, a estrada de ferro fortalecia a produção por onde passava, pois o transporte era fundamental para o escoamento da produção.

Em 1867, foi construída e inaugurada, com capital inglês, a ferrovia São Paulo Railway Company. O objetivo era ligar o interior do estado produtor de café ao litoral de Santos. Em seguida, no ano de 1868, empresários paulistas iniciaram a construção da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, com o objetivo de prolongar a primeira ferrovia, partindo de Jundiaí ao interior do Estado. Em 1872, foi iniciada a Companhia Sorocabana; em 1892, fundiram-se a Companhia Ituana e a Sorocabana, formando a Companhia União Sorocabana que, juntas, já possuíam 820 quilômetros de extensão. Ao atravessar uma crise a ferrovia foi passada ao controle estatal e, a partir daí, foi arrendada a um consórcio franco-americano. Por volta de 1919, já chegava à divisa com o Estado do Paraná (BINI, 2010).

Os meios de transportes eram fundamentais no processo de desenvolvimento da produção cafeeira, pois seu escoamento deveria chegar ao porto marítimo, devido sua maioria produtiva a ser exportada. Aonde não chegava a estrada de ferro, registra-se o abandono dos cafezais, pela dificuldade de escoamento do café produzido. No entanto, com a estruturação das estradas e a chegada do transporte automotivo, as produções abandonadas eram

retomadas, voltando a produção novamente, cujo transporte era feito pelos primeiros caminhões que chegavam ao país⁴⁰.

Os empresários das estradas de ferro tinham grandes pretensões para avançar ao centro do país: conforme Monbeig (1984) a ferrovia atingiria Cuiabá, mas seguiu em direção ao Triângulo Mineiro. No entanto, as estradas deram suporte à produção fora do eixo ferroviário, pois, então, contavam com os caminhões.

Ainda para Monbeig, a frente pioneira que desbrava o interior de São Paulo, teve como curso a exploração de novas terras, ou seja, sempre desmatando para plantar à frente da expansão da ferrovia que segue rumo ao Norte do Paraná, região de terras roxas que margeiam o rio Paraná, então consideradas de excelente qualidade.

Os paulistas conheciam as diferenças das terras para cultivo. Enquanto isso, ainda não se cogitava de desenvolver o setor produtivo agrícola para o lado mato-grossense, privilegiando-se, assim, a produção de café das terras paranaenses, pois as consideravam-nas mais férteis. A ferrovia que parte de Ourinhos, no Estado de São Paulo, atingiu o rio Tibaji, no Paraná, em 1931, Londrina, em 1935 e Apucarana em 1937, com objetivos de chegar a Maringá. Esses municípios foram formados pela colonização privada.

A colonização desenvolvida nessas fronteiras diferencia-se da empregada no Estado de São Paulo, embora com o viés do recurso privado e apoio político governamental. As terras no Estado de São Paulo já eram de propriedade privada, enquanto o governo do Paraná era proprietário de imensidões de florestas, que, no norte do Estado, foram disponibilizadas para as empresas colonizadoras.

Os desbravadores do norte do Paraná foram os que acompanharam as colonizações de fronteiras vindas do Estado de São Paulo, balizados na cultura cafeeira. Um ponto específico da colonização nessa região é a presença de pessoas simples, dispostas a comprar terras, derrubar a floresta e plantar. Conforme Monbeig (1984, p. 223), “O fazendeiro de Ribeirão Preto era quase sempre um homem rico e participava de um movimento de expansão[...] o simples pioneiro é, ao contrário, um homem pobre”.

O fazendeiro que comprava terras em São Paulo para produção chegava ao Paraná, com o espírito mais especulativo, voltado para adquirir grandes propriedades de terras e dividi-las em lotes menores ou, simplesmente, aguardar sua “valorização” econômica. Na divisão para revenda, eram transformadas em glebas ou sítios, modelo empregado por japoneses e colonizadores privados.

⁴⁰ As primeiras unidades da marca Ford foram importados no ano de 1919.

4.1 Colonização privada no Paraná

A presença da colonização privada no Brasil pode ser verificada no norte do Estado do Paraná, no ano de 1925, por meio da fundação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que, mais tarde, passou a se denominar Companhia Melhoramento Norte do Paraná (CMNP). A data que registra esse marco está no caminho do desbravamento das fronteiras agrícolas que rasgam o oeste paulista, dos meados dos anos de 1800, avançando até o norte paranaense, em 1925.

Nesse contexto, será explanada essa investida até a execução da colonização privada instituída no Paraná, porém, como objeto de estudos fica marcada como se dá a presença do empresário de colonização, um mero especulador da terra ou, de fato, o empresário que busca novas conquistas.

Ao analisar o avanço das plantações de café que se iniciaram em Minas Gerais e percorre o Estado paulista até chegar ao norte do Paraná, o Lord Britânico Lovat, *expert* em agricultura, reconhece as terras como próprias para cultivo de algodão, que, produzido, abasteceria as indústrias inglesas. Em 1922, o Governo do Presidente Arthur Bernardes demandava a presença de técnicos ingleses no Brasil para “estudar sua situação financeira, econômica e comercial, com vistas à, de um lado, consolidação de nossa dívida para com a Inglaterra e, de outro, à reformulação do nosso sistema tributário” (COMPANHIA MELHORAMENTO NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 42).

Remanescente de um grupo de ingleses que desembarcam no Brasil em 1923, conforme o livro intitulado *Colonização e Desenvolvimento Norte do Paraná (1977)*, publicação comemorativa do Cinquentenário da CMNP, Lovat estava junto à Missão Montagu.

Lord Lovat atendia o interesse de acionistas da SUDAN Plantations que queriam investir seus capitais no Brasil. Os ingleses tinham o objetivo de explorar as terras para a produção de algodão, os brasileiros através do Major Barbosa Ferraz e Antônio Ribeiro dos Santos que lideravam os fazendeiros, tinham o objetivo de atrair investidores estrangeiros na continuação das obras da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná que estava na linha limítrofe entre os dois estados.

Nesses interesses ambos tiveram seus objetivos traçados: por um lado, o atendimento aos fazendeiros brasileiros; e, por outro lado, os ingleses que, a princípio, passaram a se interessar pelo franco desenvolvimento da cafeicultura paranaense, dadas suas condições

climáticas e a generosidade de suas terras, bem como o interesse empresarial na ferrovia que então chegava à região.

Por trás, conforme Monbeig (1984), os empreendedores ingleses analisavam a possibilidade de os pequenos produtores agrícolas produzirem também algodão. Por fim, após tentativa frustrada em adquirir uma grande fazenda produtora de café de propriedade da família Ferraz, localizada próximo a Cambará – PR, os investidores ingleses receberam o comunicado sobre as extensões de terras de propriedade do Governo paranaense, na direção em que passaria a estrada de ferro, e que essas poderiam ser adquiridas a preços irrisórios, podendo ser valorizadas apenas com a chegada da ferrovia.

No desenvolvimento das atividades empreendedoras, em meados de 1924, de volta à Inglaterra, Lord Lovat e Arthur Thomas iniciam as atividades, com interesse dos acionistas da SUDAN Plantation. João Sampaio e Antônio Moraes Barros dariam as orientações jurídicas e seriam os representantes no Brasil da empresa Brazil Plantations Sundicate Ltda, com capital de 200.000 libras esterlinas, bem como sua subsidiária brasileira, a CTNP, registrando seus estatutos a 24 de setembro de 1925, com capital de 1.000 contos de reis (COMPANHIA MELHORAMENTO NORTE DO PARANÁ, 1975).

Os advogados, por serem profundos conhecedores de documentos sobre as terras do Paraná, procuraram o Governo do Estado para adquirir “títulos de concessão inseguros outorgados pelo Estado, mediante autorização especial, que ele obtivesse da Câmara Legislativa Estadual, aos preços da Lei,” o que levou a colonização a tomar cuidados para que a “obra civilizadora não se transformasse, por força da ganância e da imprevidência, uma investida lesiva à região e ao País” (COMPANHIA MELHORAMENTO NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 55). Os representantes brasileiros delimitaram áreas para colonização entre o rio Paranapanema e Tibagi, o que deu um limite à expansão Leste-Oeste anterior que vinha de São Paulo ao Paraná.

A experiência das expedições inglesas com o conhecimento dos brasileiros levou a descobrir que a imensidão de terras paranaense era fruto da devolução das terras pela coroa espanhola por não terem sido colonizadas. Após negociações com o governo do Paraná, foram adquiridas as terras devolutas e também as terras consideradas fruto de “grilagem”. Assim, conforme Fajardo (2006), as terras privadas para negociações chegaram a 517.017 alqueires⁴¹. No entanto, para Schwartz (2009), as terras então adquiridas já pertenciam a outros empresários. Antes da chegada dos ingleses para a fundação da CTNP, esses “encontraram as

⁴¹1 alqueire corresponde a 2,42 hectares, ou seja, 1.251.181 hectares.

melhores glebas já em poder de terceiros. O jeito foi comprá-las, inclusive da Companhia Marcondes, juntamente com a concessão da ferrovia.”

A Companhia Marcondes, segundo Schwartz, já havia adquirido, pela Lei de 1922, terras do Governo do Paraná, de 350 mil alqueires ou 847.000 hectares. Mas, devido à força do capital Inglês, os investidores, sabendo do interesse do Governo do Estado em atrair investidores para colonizar sua parte norte, providenciaram a entrada das finanças inglesas numa grande negociação:

Entre 1925 e 1928, o grupo de Lovat comprou a ferrovia e 517.017 alqueires, dos quais 450 mil estavam com antigos concessionários (a maior parte) e de possuidores de “títulos inseguros” causadores de litígios. Liquidada a negociação, a Companhia de Terras obteve títulos definitivos do Estado do Paraná, a 19,30 mil réis por alqueire, totalizando 8.712 contos de réis, nos termos da lei de colonização. Supõe-se que, em vez de receber, o Estado concedeu quase todo o valor em subsídio à construção da ferrovia, mediante cláusula em contrato: “direito de receber por quilômetro de linha construída em tráfego, contado desde o ponto inicial no meio da ponte sobre o rio Paranapanema, 18 contos e 800 mil réis correspondentes a 3.600 hectares de terras calculados na base do preço de oito mil réis por hectare (SCHWARTZ, 2009, p. 235).

Dessa forma, a concretização e fundação da CTNP se definem como um grande investimento no desenvolvimento da ferrovia e, conseqüentemente, das finalidades de negociação de terras, definidas como colonizadoras, tendo como presidente Lord Lovat e, como diretores, os integrantes da antecessora, a Brazil Plantations Syndicate Ltda., empresa que controlaria, de Londres, a Cia de Terras Norte do Paraná, cuja direção João Sampaio assume no Brasil.

Até o ano de 1928, os ingleses haviam desistido de plantar algodão em grandes fazendas adquiridas em Birigui-SP, destinando seus investimentos à comercialização de terras paranaenses e, também, ao prolongamento da Ferrovia, adquirindo, no mesmo ano, a maioria das ações da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná.

As ações práticas desenvolvidas pela companhia eram estimuladas por manifestações de propagandas empregadas para demonstrar força e independência do Governo do Estado do Paraná, para mostrar seu lado empresarial privado, mas conforme Morelli, isso era para valorizar a prática privada, como segue:

As pretensões declaradas nesse discurso quanto a ser, a Companhia, um exemplo de empresa privada que, sob a orientação liberal, desenvolveria o empreendimento da colonização sem recorrer ao Estado, mascara a relação íntima que tinha com os governantes, inclusive com gerentes e diretores em cargos dos governos federal e estadual. Essa relação vem sendo analisada nas últimas décadas, com a finalidade de compreender o grau de concessões com que a CMNP contava nesse processo. Por exemplo, a liberação do plantio de café nas terras paranaenses contrariava os

encaminhamentos governamentais em São Paulo, Minas Gerais, e Espírito Santo (MORELLI, 2010, p. 30).

Mesmo com essas divergências, o investimento da Brazil Plantation passou de 200 mil libras esterlinas para 750 mil. Investimentos direcionados à colonização privada.

4.1.1 O processo de ocupação do Norte Paranaense

O Estado do Paraná, localizado na região sul do Brasil, no seu processo de colonização, recebeu migrantes que vieram não só do Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil, mas, também, migrantes europeus e japoneses. Esses se fixaram na região, em meio ao processo de ocupação de terras e desmatamentos para cultivo agrícola, atingindo áreas onde já viviam indígenas e caboclos.

O início da migração para o norte do Paraná acentua-se mais nas décadas de 1930-1940, quando a economia cafeeira atinge o Estado. A colonização dirigida e privada planeja a expansão das pequenas explorações agrícolas, marcando definitivamente sua estrutura agrária, segue uma síntese dessa análise em Swain.

O café aparece timidamente no norte do Paraná por volta de 1860, em algumas grandes fazendas e constitui uma primeira frente pioneira que se estende lentamente. Este tipo de povoamento é diferente daquele do Sudoeste e do Oeste, estendendo-se de maneira regular e uniforme durante as duas primeiras décadas do século XX. A proximidade com São Paulo cria condições de mercado propícias a quebrar o isolamento, a despeito das dificuldades de transporte; a ação colonizadora do governo do Paraná e, sobretudo das companhias privadas cria, entretanto, uma infraestrutura favorável à instalação de pequenos e médios proprietários. ...Associando a pequena pecuária à agricultura de subsistência, geradora de excedentes que vêm reforçar o mercado interno e a atividade econômica regional, a pequena propriedade agrícola cria raízes e tradição. O Paraná é um exemplo marcante do quadro que acaba de ser descrito: apesar da persistente presença de grandes latifúndios, a pequena propriedade familiar se instala perto das cidades e vilarejos desde o final do século XIX, a leste do Estado (SWAIN, [197- ?], p. 21;26).

A citação demonstra o viés da colonização que se instalou no norte do Paraná, devido ao fato de a produção cafeeira nas grandes propriedades proporcionar condições de ganho aos trabalhadores, conhecidos como meeiros ou “formadores de café”.

Esse tipo de trabalho propiciou renda suficiente à aquisição de pequenos lotes de terras que foram planejados pela iniciativa privada, variando o tamanho dos lotes entre 10, 15 ou 20 alqueires, com frente para a estrada de acesso e fundos para um ribeirão. O café era plantado na parte alta, juntamente com a agricultura básica; na parte baixa, ficavam as casas, os pomares a horta e a cria de animais, o poço e o ribeirão fornecia a água.

Figura 2 - Representação das pequenas propriedades rurais



Fonte: CTNP (2009) Adaptado de Dalberto, Anelise Guadagnin.

O modelo de divisão dos lotes de terras, para comercialização, derivou das grandes fazendas do Estado de São Paulo, nas quais o relevo e os rios delimitavam as áreas das fazendas, e nessas os rios sempre estavam presentes no seu interior, e as divisas das terras acompanhavam seu leito. As pequenas propriedades ou sítios do norte do Paraná tiveram os pequenos rios como base, ou seja, a parte baixa das terras, próxima à água, servia para a organização familiar, enquanto as partes mais altas destinavam-se às plantações e eram cortadas pelas estradas que serviam para a locomoção e também ao escoamento da safra.

Conforme Schwartz (2009), esse modelo seguiu iniciativa de outros ingleses que já estavam colonizando o interior do Estado de São Paulo.

Embora Arthur Thomas apregoasse que a colonização do Norte Novo do Paraná refletiria a experiência milenar própria da Inglaterra, outro figurante da história, Gastão de Mesquita Filho, disse que o projeto foi “inspirado” no êxito de um trabalho realizado entre 1910 e 1920 pelo inglês James Mellor e o escocês Robert Clark em Birigui, noroeste paulista. Por sua vez, João Sampaio menciona iniciativa semelhante de sua autoria (SCHWARTZ, 2009, p. 230).

A produção de café em pequena quantidade era vendida no mercado próximo, diferentemente da do grande fazendeiro, comercializada nos grandes centros.

Ele venderia seu pequeno lote de sacas de café nos patrimônios, aos pequenos maquinistas, que por sua vez comercializavam a sua produção nas cidades maiores, já com representantes das casas exportadoras. Por outro lado, esse pequeno proprietário não gastaria o dinheiro recebido como o grande fazendeiro, nas grandes cidades. Ele o gastaria ali mesmo, no comércio estabelecido nos patrimônios,

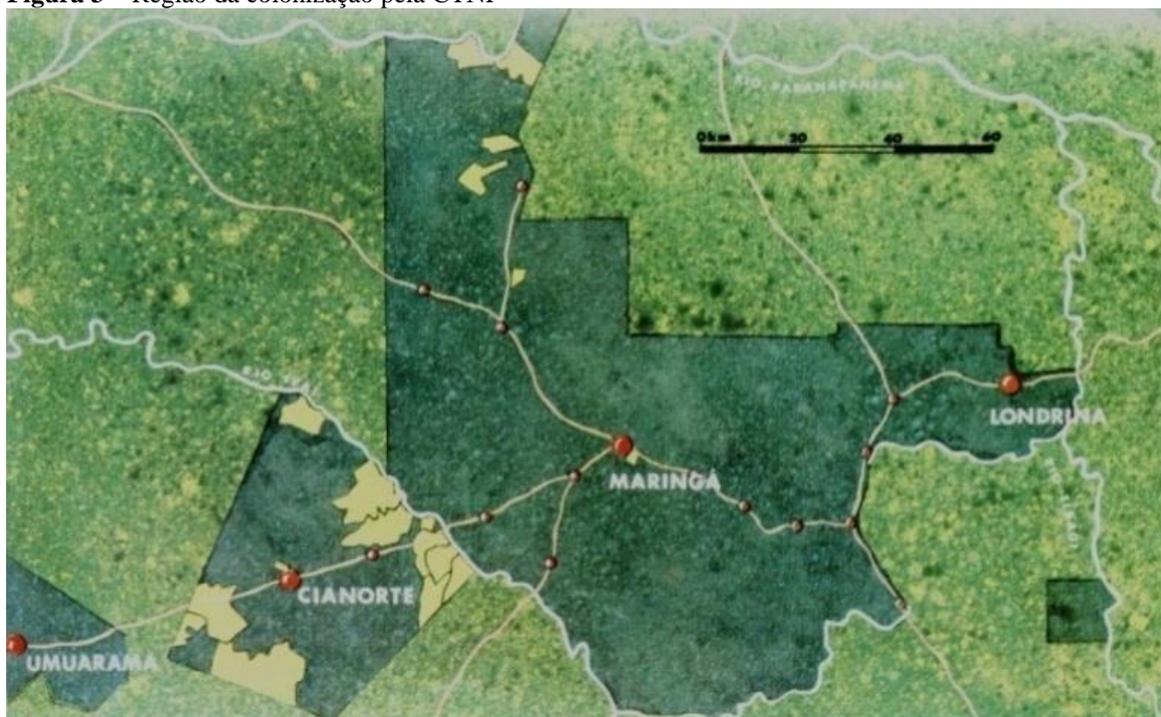
gerando assim uma distribuição de interesses e uma circulação local de dinheiro que constituiriam um salutar fator de progresso local e regional [...] alguns proprietários – contrariando a política de vendas da Companhia – conseguiram reunir vários lotes rurais e formar fazendas, mas onde isso ocorreu em número maior a comunidade próxima estacionou. A razão do êxito das cidades do Norte do Paraná está na pequena propriedade dirigida pelo seu dono, que nela reside e vai gastar o produto do seu trabalho na povoação mais próxima (COMPANHIA DE MELHORAMENTO NORTE DO PARANÁ, 1977, p. 79 - 88).

Quanto às cidades, a CTNP determinava que os núcleos urbanos econômicos maiores ficariam em distâncias maiores, e os núcleos urbanos menores, em distâncias mais curtas. O plano urbanístico estabelecia que as ruas fossem abertas, aproveitando as características do relevo, divididas em datas para a construção de prédios comerciais e residências.

As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre estas, distanciados de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. Tanto nas cidades como nos patrimônios a área urbana apresentaria uma divisão em datas residenciais e comerciais. Ao redor das áreas urbanas se situariam cinturões verdes, isto é, uma faixa dividida em chácaras que pudessem servir para a produção de gêneros alimentícios de consumo local, como aves, ovos, frutas, hortaliças e legumes (COMPANHIA DE MELHORAMENTO NORTE DO PARANÁ, 1977, p. 78 - 79).

Frutos desses trabalhos, foram fundadas várias cidades. A sequência foi Londrina nos anos de 1930, Maringá 1947, Cianorte 1953 e Umuarama 1955. Em volta das cidades maiores, pequenos núcleos também apareciam. Por exemplo, próximos ao município de Maringá, surgiram Mandaguari e Marialva, cidade esta que motivou empresários comercializarem terras no Estado do Mato Grosso, seguindo o modelo encontrado nessa região paranaense.

Figura 3 – Região da colonização pela CTNP



Fonte: CTNP (2009). Adaptado de Dalberto, Anelise Guadagnin.

A propriedade e direção da CTNP pelos ingleses não conseguem atravessar o período da Segunda Guerra Mundial. Em 1939, puseram à venda a colonizadora que, após organização de brasileiros que mantinham contato direto com os proprietários, adquiriram eles as terras e a ferrovia, e essa, como concessão do Governo Federal, deveria ser submetida ao crivo do então presidente Getúlio Vargas que não hesitou em ficar com a ferrovia. Os empresários pagaram, então, pela ferrovia e a venderam ao Governo Brasileiro, ficando apenas com os negócios da comercialização das terras. O grupo brasileiro que assumiu a direção da CTNP, em 1944, fez questão de continuar com o modelo administrativo empregado pelos ingleses, pois considerava um sucesso empresarial. Em 1951, a Companhia de Terras Norte do Paraná passou a se chamar CMNP.

Dentre a política de comercialização das terras, a CMNP, seguiu a concepção inglesa da “facilitação” ao acesso à terra, ao oferecer oportunidades “aos trabalhadores sem posses de adquirirem pequenos lotes agrícolas.” Nessa época, eram grandes os movimentos de trabalhadores em busca de oportunidades. Chegavam à região nos caminhões chamados de “paus de arara”, e seu trabalho era derrubar matas e formar o cafezal, o que faziam para outros proprietários de terras que chegaram anteriormente. Essa modalidade gerava ganho para o trabalhador dar entrada de dez por cento para a compra do próprio lote.

Dentro de sessenta dias deveriam completar a entrada com mais vinte por cento do preço total e assinar o respectivo contrato de compromisso. O restante era pago em quatro anos, a saber: dez por cento ao fim do primeiro ano, quantia esta módica por ser o ano de abertura da propriedade, e vinte por cento no final de cada um dos três anos seguintes. Os juros não ultrapassavam oito por cento ao ano[...] esse plano, na sua simplicidade, veio possibilitar a solução de um problema multissecular, qual seja, o do assalariado, descalço e prisioneiro de um sistema econômico que parecia inexorável, transformar-se em proprietário e mudar de categoria econômica e social da noite para o dia... era a reforma agrária, racional e democrática, que trazia prosperidade para o Estado e para o País (COMPANHIA DE MELHORAMENTO NORTE DO PARANÁ, 1977, p. 124).

Conforme, ainda, a companhia, até 1975, foram vendidos cerca de 40 mil lotes rurais, com média de 14 alqueires cada lote. Esse tipo de pequeno agricultor consegue se sustentar com a agricultura familiar de subsistência.

Nesse aspecto, a produção familiar não se respaldava apenas no café, conforme Morelli (op. cit.). A produção de café era uma propaganda empregada pela colonizadora para facilitar a venda da terra, pois a cafeicultura tinha muita importância econômica na época. A produção do pequeno produtor rural estava associada também a outras produções agrícolas temporárias, que geravam retorno econômico mais rápido.

No início da década de 1970, o modelo agroindustrial, apoiado pela política governamental, substituindo a produção cafeeira pela produção da monocultura, principalmente pela da soja, transforma a economia, e as direções dadas pelo governo vão mudar tal situação, visando “racionalizar” ou diluir o risco da atividade agrícola.

Aqui cabe uma reflexão. A cafeicultura é permanente, e as primeiras espécies plantadas no Paraná levavam até cinco anos para uma produção plena; as intempéries poderiam, com uma geada, eliminar ou prejudicar a produtividade. Esse mecanismo, perante a lavoura temporária da soja, fazia com que a rotação do capital fosse bem menor e com maior risco. Em caso de uma crise com a soja, essa pode ser rapidamente trocada por outra. Essa experiência do produtor paranaense fez com que ele conhecesse o sistema produtivo, pois praticou a cultura permanente e temporária ao mesmo tempo, e, com isso, não teve dúvida em migrar para outra região. As informações sobre Mato Grosso eram de terra boa para café e sem riscos de geadas.

“A importância dada à mecanização e às culturas de exportação criou condições de concorrência insustentáveis para o pequeno proprietário, em face das novas empresas agrícolas subvencionadas pelo governo” (SWAIN, [197- ?], p. 36).

A soja foi a cultura ideal de substituição do café; planta fácil de se cultivar, inteiramente mecanizável, dotada de vantagens fiscais e do apoio do governo. Sua cultura se estendeu como um rastilho de pólvora. As verbas do governo destinadas à produção da soja passaram de 3% em 1969 a 17% em 1975. A superfície do cultivo

de soja no Paraná passa de 5.643 ha em 1960 para 3.007.841 ha em 1980. Este desenvolvimento produz uma inversão na relação culturas permanentes/culturas temporárias. (Em 1960: 48% e 52% respectivamente, e em 1970: 28% e 72% das superfícies cultivadas.) Em 1980 esta diferença ainda se acentua: as culturas temporárias ocupam então 76% da superfície valorizada, sendo uma grande parte desta porcentagem representada pela soja(SWAIN, [197- ?] , p. 31).

O camponês, pressionado pela impossibilidade de concorrência com a agricultura mecanizada e com subsídios, migrou para Mato Grosso, no final das décadas de 1960, 1970 e 1980. Assim, os pequenos agricultores venderam suas terras no Paraná, dando início a uma nova saga, agora rumo ao Centro-Oeste do Brasil.

No Mato Grosso, o Governo do Estado articulava a venda das terras do município de Aripuanã para a colonização privada: era o início do processo de migração e da venda das terras devolutas.

No médio norte de Mato Grosso, já na Região Amazônica mato-grossense do vale do rio Arinos, as terras que foram vendidas pelo Governo a particulares chegaram aos comerciantes do Centro-Sul, que se transformam em colonizadores e espelharam o modelo paranaense empreendido pelos ingleses. No entanto, em face desse processo colonizador, é necessário um olhar mais crítico, para entender sua lógica, ao “convencer” o migrante a adquirir terras em regiões longínquas, uma vez que seus investimentos e aptidões agrícolas tradicionais, estimulados nas pequenas propriedades no Paraná, resistem ao modelo agroindustrial mecanizado que aporta hoje no médio norte do Estado. Esse novo modelo de colonização, utilizado e alcançado, exige novos conhecimentos para entender as especificidades sociais, culturais, ambientais e econômicas que provieram dos atores envolvidos nesse processo.

A colonização privada, com um viés para a mesorregião norte do Estado de Mato Grosso, microrregião mato-grossense do vale do Rio Arinos, afluente do Rio Juruena, que é formador do Tapajós no Estado do Amazonas, em que ficava, na década de 1950, o grande município de Diamantino, e onde está cravado o divisor hidrográfico das bacias da Platina e Amazônica, cujas nascentes eram tomadas por grandes seringais nativos, explorados no final do século XIX, e que fizeram parte da riqueza econômica da exploração da borracha.

4.2 A colonização privada em Mato Grosso: Os pioneiros do Paraná nas terras privatizadas no Mato Grosso – o antigo município de Diamantino.

Dada a importância histórica do município de Diamantino para o Estado de Mato Grosso, inicia-se o presente tópico enfatizando seu principal fator fundador: a exploração

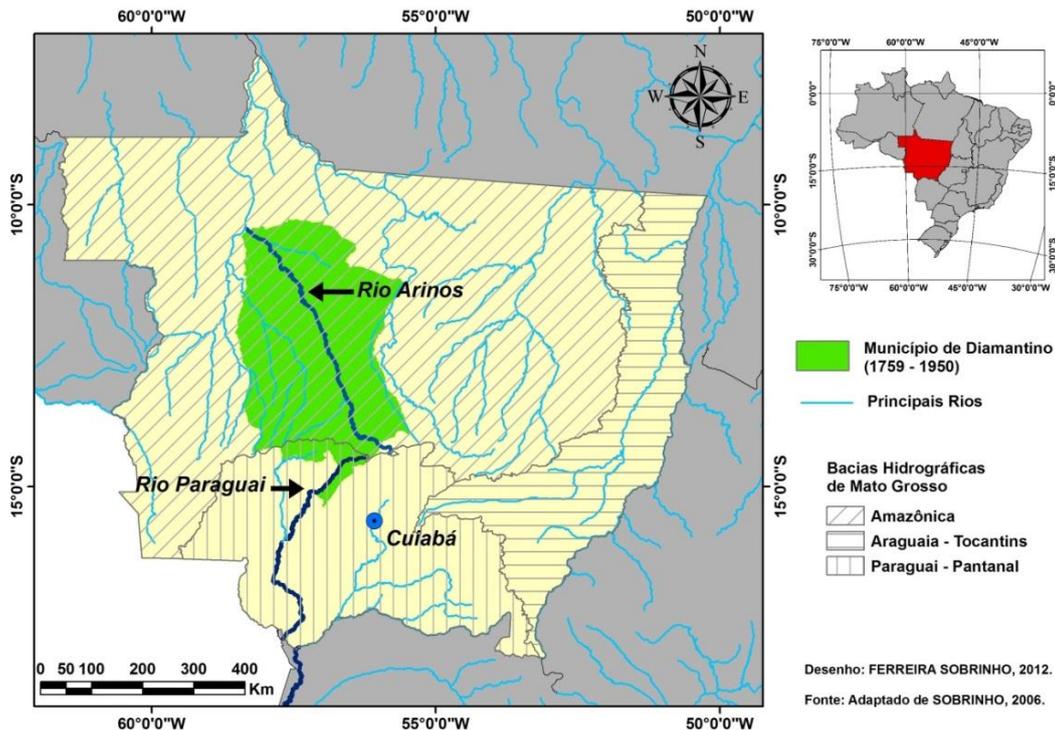
mineral no Século XVIII. Em 1719, estavam descobertas as minas no território mato-grossense. Daí, então, a fundação de Cuiabá.

Conforme Barrozo (2002), a descoberta de ouro e de diamante em Diamantino tem duas datas registradas: uma de 1728, por Gabriel Antunes Maciel, que chegou às cabeceiras do rio Paraguai; e outra versão, que atribui sua descoberta a Pinho de Azevedo, em 1747, “quando voltava de Santa Isabel, no Arinos depois do fracasso que sofre”.

As cabeceiras do rio Paraguai e as do rio Arinos estão no divisor hidrográfico da bacia Amazônica e do Paraguai, separadas por não mais que 30 km. A região ficou conhecida como Paraguai – Diamantino e, posteriormente, somente Diamantino. O primeiro arraial ganhou vida pelos resultados abundantes da mineração.

No final do século XIX, veio a decadência da mineração do ouro e do diamante, na região, e a economia de Diamantino passou a depender da extração do látex da seringueira (GOVERNO DE MATO GROSSO, 1984; ROCHA, 2002). Diamantino fora elevado à categoria de Vila, Comarca, Câmara e Município várias vezes. Só em 1958, conseguiu sua estabilidade, pela Lei nº 370, que demarcou definitivamente sua área. O mapa 10 mostra o antigo município de Diamantino entre os anos de 1759 e 1950. O mapa 11 mostra os desmembramentos do antigo município e o surgimento dos novos municípios.

Mapa 10 – Município de Diamantino 1759-1950



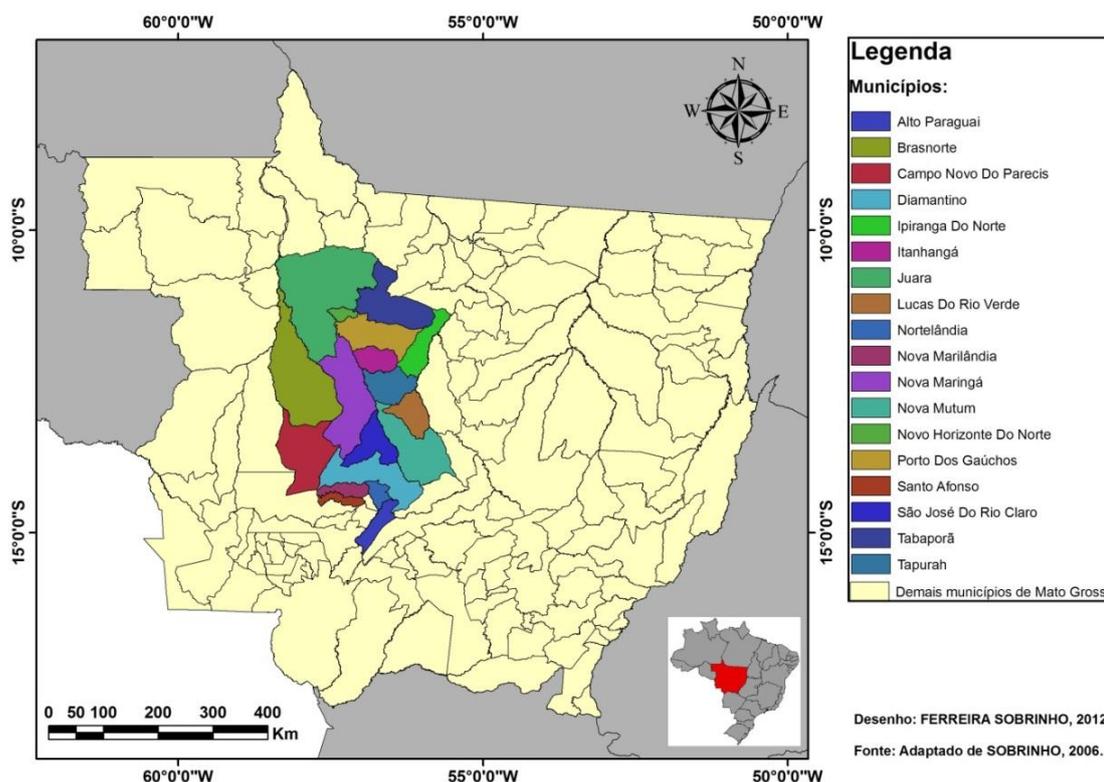
Fonte: Sobrinho (2006).

Com o processo de colonização privada e oficial, o Governo do Estado de Mato Grosso inicia seu desmembramento.

Território de várias nações indígenas, o antigo município de Diamantino estendia-se até a confluência dos rios Juruena e Teles Pires, abrangendo um extenso território. [...] À medida que crescia a migração, criavam-se núcleos de colonização [...] Com exceção dos municípios de Alto Paraguai, que nasceu do garimpo de diamante, e Campo Novo do Parecis, que surgiu em torno de grandes fazendas de soja, todos os outros municípios desmembrados de Diamantino nasceram de núcleos de colonização (NÉSPOLI, 2002, p.170).

Os desmembramentos propiciaram o nascimento de novos municípios, todos alvos de colonização particular e oficial.

Mapa 11 – Desmembramento do Município de Diamantino 1991-2005



Fonte: Sobrinho (2006).

Assim como no Paraná e em São Paulo, a presença do Estado aparece como propulsora de favorecimentos ao setor empresarial, ao promover o desenvolvimento da infraestrutura básica, necessária ao processo de colonização. Nessa infraestrutura, o fator marcante e que permitiu a entrada de novos aventureiros são as BRs. Na região em estudo, as BRs 163 e 364 favoreceram o desenvolvimento da colonização privada no vale do Arinos.

Embora as estradas fossem precárias, serviram à abertura do processo da colonização privada, para a formação das glebas e, posteriormente, à emancipação dos municípios, mas inviabilizaram o transporte, por décadas, dadas suas condições, o que impedia o investimento privado no comércio e indústria, bem como causava temor, quando necessário o transporte de enfermos.

A ausência de transporte também limitava a negociação dos produtores com comerciantes de fora do município, pois esses somente chegavam ali, temporariamente, quando as condições de transportes o permitiam. Dessa forma, precisando vender seus produtos, os pequenos produtores comercializava-os com a própria colonizadora, pois essa possuía meios de transportes e também máquinas para beneficiamento de arroz. As BRs foram imprescindíveis para as novas fronteiras agrícolas, dados os resultados hoje evidenciados, considerando quantitativamente a produção.

A expansão das estradas e o crescimento do número de municípios aconteceram, conforme a ocupação das terras. No mesmo caminho, impactos sociais e ambientais decorrem das políticas públicas, estabelecidas ao longo dos quase cinquenta anos, dado que a preocupação era com a “conquista”, a “ocupação” e menos com os impactos negativos dessa atividade.

Nesse aspecto, na colonização desenvolvida na região do Vale do Arinos, apesar da prioridade para pequenos proprietários, grandes projetos com fundos institucionais também se instalaram na região num viés latifundiário agroindustrial.

Grandes agropecuárias que aportaram na região, que se tornou município de São José do Rio Claro, conforme Barrozo (1992) são a Apasa S.A., a Agromar S.A., a Rio Sangue Agropecuária S.A, a Agropastoril Canaã S.A., a Agropecuária Rio Claro S.A. e a Agropecuária Paranaense S.A., conhecida como fazenda Apepasa, de propriedade de Pedro Coelho Portilho e da família Briante, proprietários da IMCOL.

Essas características proporcionaram dualidade produtiva à região: setor agrícola familiar, ausente de assistência e do financiamento, e, por outro lado, o setor latifundiário, recebedor de diferentes meios de financiamentos oficiais. O contraste ficou marcado, ao longo do processo de desenvolvimento da região.

Os latifúndios com financiamento oficial “abriam” suas terras com recursos para contratação da mão-de-obra e desenvolvimento da agropecuária. Já o pequeno proprietário das terras adquiridas da colonizadora particular, por não terem financiamento, utilizavam-se de práticas agrícolas trazidas de sua região de origem, numa condição totalmente adversa, devido ao clima, ao solo fraco e à falta de assistência técnica.

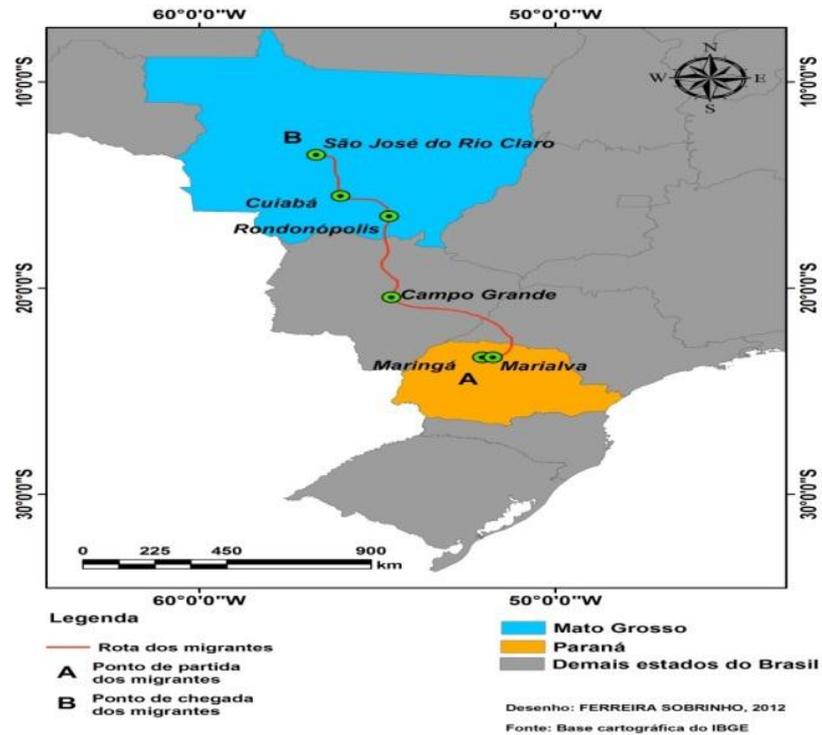
A utilização de práticas agrícolas trazidas do Paraná repercutiu diretamente, não só no aspecto da produção agrícola remete às condições naturais, mas também ao social e institucional. A forma de reprodução do Sul dava uma condição mínima à subsistência: as terras produtivas, férteis, limitavam os investimentos em fertilizantes e tecnologias mecanizadas. Já em Mato Grosso, há uma demanda de técnicas específicas para produção, e o pequeno agricultor que saiu de uma média de 34 hectares de terras do Paraná e possui mais terras no Centro-Oeste, continuou ou manteve sua “*pathdependence*” tecnológica e de gestão em um ambiente diferente.

Então, entender como o acesso e comercialização das terras chegaram ao pequeno produtor e o que ocorreu em sua vida econômica e social, ao longo dos tempos, é fundamental para compreender o processo de colonização para pequenos produtores agrícolas.

Para a colonizadora, a meta era trazer pequenos proprietários de terras do norte do Estado do Paraná, cujas atribuições técnicas se equiparavam ao “modelo” de colonização idealizada pelo corretor de imóveis que, posteriormente, se tornou proprietário da empresa de colonização, no caso a família Briante, proprietária da IMCOL.

A divisão dos lotes e o projeto urbano foi idealizado, seguindo o modelo paranaense, do município de Marialva colonizado pela CMNP: lotes pequenos para o trabalhador poder pagar. Assim, a colonização em São José do Rio Claro inicia-se no final da década de 1960. No mapa 12, o caminho percorrido entre o norte do Paraná e o médio norte do estado de Mato Grosso.

Mapa 12 – De Marialva - PR à São José do Rio Claro-MT.



Fonte: IBGE (2012).

As causas da migração foram várias, entre elas a dificuldade produtiva para o pequeno proprietário, devido o modelo mecanizado inserido no Sul e o fato de que, com o dinheiro apurado pela venda da terra no Paraná, os colonos poderiam obter até 3,6 vezes mais extensão de terras no Mato Grosso.

Para lidar com o aumento dos hectares, seria necessária a tecnologia, porque a agricultura familiar não tem braços endógenos suficientes. Para as pequenas propriedades que começaram com 2 hectares, em São José do Rio Claro, poderia atender a mão de obra familiar, mas, em Canarana, não, pois, com uma média de 480 hectares, demandou-se tecnologia.

Quanto à presença do Estado, sua participação se daria na infraestrutura das estradas que permitiram o avanço para o norte, bem como seu papel no processo institucional, representado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Dessa forma, o Estado não se fazia presente na assistência técnica, pois esta não houve, dado que a Universidade federal de Mato Grosso (UNISELVA), no reconhecimento edafoclimático, não pode cumprir seu papel, pois estava começando. Esse aspecto retrata a fragilidade institucional no processo de colonização. A falta de conhecimento sobre a

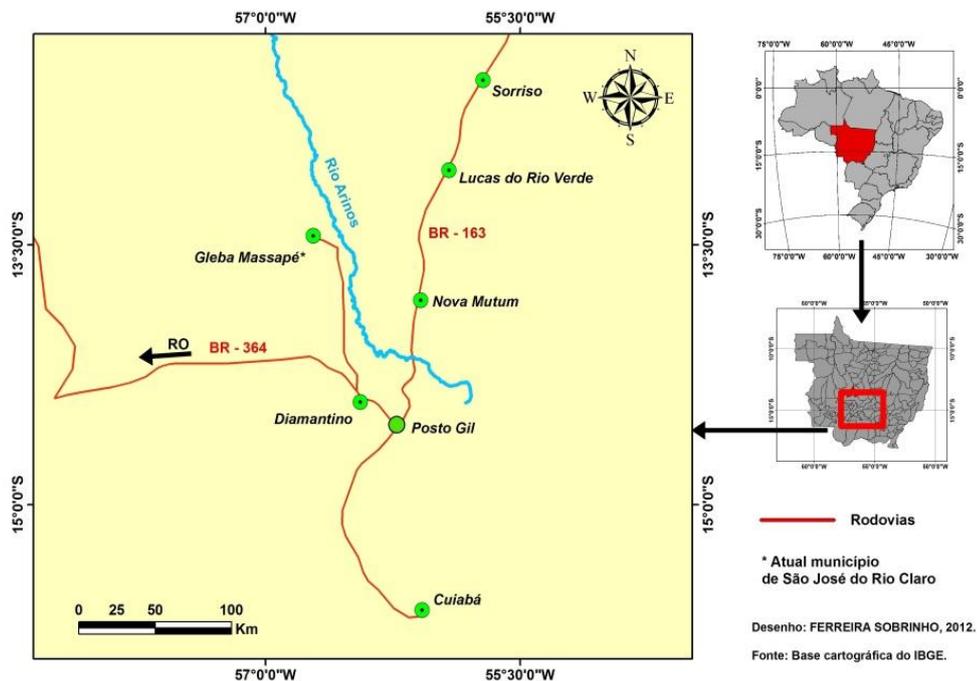
operacionalidade de gestão produtiva levou a aplicação da técnica trazida como tradição do Sul, inapropriada para os pequenos agricultores migrantes para Mato Grosso, dado ser a realidade climática diferente daquela da Região Sul, de onde procediam.

4.3 A colonização por empresa no Alto Arinos

São José do Rio Claro

A colonização privada no vale do rio Arinos começou, no final da década de 1960, na Gleba Massapé, de propriedade de fazendeiros paulistas que a adquiriram, em 29 de março de 1957, por compra feita do Estado de Mato Grosso que cedeu o título definitivo, expedido pelo Departamento de Terras e Colonização do Estado, com o registro no Cartório de Diamantino, datado de 15 de maio de 1957. O mapa 13 mostra a localização da Gleba Massapé. A referência posicional se dá a margem esquerda do rio Arinos, afluente do rio Teles Pires e Tapajós, na bacia hidrográfica amazônica.

Mapa 13 – Gleba Massapé no Vale do rio Arinos



A posse da região do Rio Arinos se deve à colonização proposta pelo Estado de Mato Grosso, em terras habitadas por quatro povos indígenas: Paresí, Aríno, Beíço-de-pau,

Rikbákta. Para defender o território que habitavam, muitos foram os conflitos desses povos com seringueiros que trabalhavam para os fazendeiros, que tinham direitos de exploração dos seringais, e os garimpeiros.

Entre as disputas, a Igreja aparecia representada pelos padres. Em 1746, Manuel Bernardes Martins Pereira, padre de Cuiabá julgou ter jurisdição sobre o novo povoado garimpeiro na cabeceira do Arinos, onde também havia confinamento de indígenas. De Vila Bela, partiu o padre Bartolomeu Gomes Pombo que delegava poderes ao padre Antônio dos Reis Vasconcelos sobre o arraial.

A povoação de Santa Izabel ficou dividida sob o mando dos dois padres. Muitos foram os jesuítas que atuaram no contato com os indígenas, quando, praticamente extintos, foram levados pela FUNAI para o Xingu, já no início da década de 1970, (MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO, 1992).

Os fazendeiros paulistas que adquiriram as terras do Estado, já tinham a ideia de colonização da gleba, inclusive a de fundar uma cidade. No entanto, a atividade de divisão e venda dos lotes foi efetuada pelo corretor de imóveis no Paraná, Domingos Briante⁴².

Domingos Briante era filho de imigrantes italianos, nasceu no interior de São Paulo em meio aos cafezais da época, onde se criou como colono. De lá, tentou a vida em São Paulo, trabalhando como entregador de bebidas, num primeiro momento, e, posteriormente, num ferro velho no Brás.

Após o desencanto com a cidade grande, voltou para a fazenda de onde havia saído. Tempos depois migrou para o Paraná, Estado que recebia um grande número de trabalhadores rurais do Estado de São Paulo, pois, naquela unidade da federação, a cafeicultura estava em alta, foi para Marialva próxima de Maringá.

Com a pouca economia que levou adquiriu uma pequena propriedade rural. Sozinho, construiu casa e formou um cafezal que, por três anos consecutivos, sofreu com a geada, limitando a produção. Com o fracasso agrícola, em 1950, decidiu voltar ao comércio. Sério e honesto, inspirou confiança nas pessoas que lidavam com colonização. Assim começou a trabalhar como corretor para empresa colonizadora do Norte do Paraná a CTNP.

Nessa atividade, conheceu Enio Pipino, futuro fundador de SINOP⁴³, no Estado de Mato Grosso. Desse contato soube de terras que demandavam homens de coragem para

⁴² As informações sobre Domingos Briante foram obtidas por depoimento de seu filho Aparecido Briante, sócio da empresa IMCOL, que atuou na colonização da Gleba Massapé. O encontro ocorreu no dia 27 de novembro de 2012, no seu escritório, em Cuiabá. Outros dois encontros anteriores aconteceram em São José do Rio Claro, na sede da IMCOL, e as contribuições foram dadas pelo Sr. Maurides Coelho Portilho, filho de Pedro Coelho Portilho, sócio de Domingos Briante na empreitada para a colonização.

colonizá-las naquele estado. Foi aí que soube da Gleba Massapé. Enio era parente de um dos paulistas, proprietário da Gleba, o Juca Borges, com quem fez os primeiros contatos. Após, Briante viajou para Novo Horizonte, no Estado de São Paulo, para negociar com os paulistas Anísio Castilho e José Jacinto Borges Neto que aceitaram, de imediato, sua proposta.

Naquela época o pai não tinha dinheiro para comprar as terras, mas tinha nome e honestidade, assim combinaram que com o dinheiro das vendas terras iria fazendo os pagamentos, e assim foi feito. Também tinha outra questão, a confiança era grande, mas também tinha o fato que os paulistas já tinham as terras a mais de dez anos e não conseguiam vende-las, tinham a ideia de fundar uma cidade, mas naquela época não bastava ter apenas dinheiro, tinha que ter coragem, era um isolamento total. Essa coragem, o pai e nós tivemos, e muita (informação verbal, 2012)⁴⁴.

Assim, Briante e três dos quatro filhos tornaram-se sócios de Pedro Coelho Portilho e abriram a empresa chamada IMCOL.

Em 1966, iniciaram as atividades para começar a negociar as terras. As viagens ocorreram no mesmo ano, mas as questões burocráticas foram demoradas. As primeiras famílias chegaram em 1968, conforme relato dos próprios empreendedores.

A IMCOL foi a primeira empresa a ser registrada para colonização no Mato Grosso, a décima primeira no Brasil. Maurides Coelho Portilho comenta que, na época, já ouviam falar de Mato Grosso, especificamente sobre outras colonizações como Sinop e Juruena, mas da região da gleba Massapé não.

Nos primeiros anos tudo foi muito difícil. Cuiabá estava a 330 quilômetros, toda a estrada era de terra. Até Diamantino a BR-163, possibilitava a locomoção; daí para a Gleba, eram 110 km. Na época das chuvas, era intransitável, pois saía da BR-163, paralelamente ao Rio Arinos, na sua margem esquerda, a BR-163 ficava na margem direita a 90 quilômetros.

Outro fator que incomodou muito foram as doenças tropicais, principalmente a malária, que todos pegavam. Antes do posto da SUCAM⁴⁵, os tratamentos eram feitos em Diamantino, no Hospital Irmã Maria das Neves. “Tanto a irmã quanto o Dr. Marzavão sabiam muito sobre a doença, salvaram muitas vidas. Alguns visitantes da Gleba que contraíam a

⁴³ Sigla de: Sociedade Imobiliária Norte do Paraná (SINOP).

⁴⁴ A. B. entrevista em dezembro de 2012.

⁴⁵ Da SUCAM, órgão que resultou na fusão do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DENERU), da Campanha de Erradicação da Malária (CEM) e da Campanha de Erradicação da Varíola (CEV), a Fundação herdou experiência e conhecimento acumulados, ao longo de várias décadas, de atividade de combate às endemias de transmissão vetorial, que transformaram a SUCAM no órgão de maior penetração rural no país. Sua estrutura operacional estava presente em todos os Estados brasileiros. FUNASA

doença e não queria tratá-la aqui, voltavam para o Sul e morriam, lá não tinha tratamento.” (informação verbal).⁴⁶

Os primeiros colonos migrantes eram da região de Marialva – PR. Lá as terras já estavam caras, tinha a geada. A proposta foi vender terras para quem tinha pequena propriedade no Sul, vendiam lá para comprar aqui. Quem não tinha condições de comprar à vista, poderia parcelar. A proposta de compra e venda era uma condição entre o vendedor e o comprador:

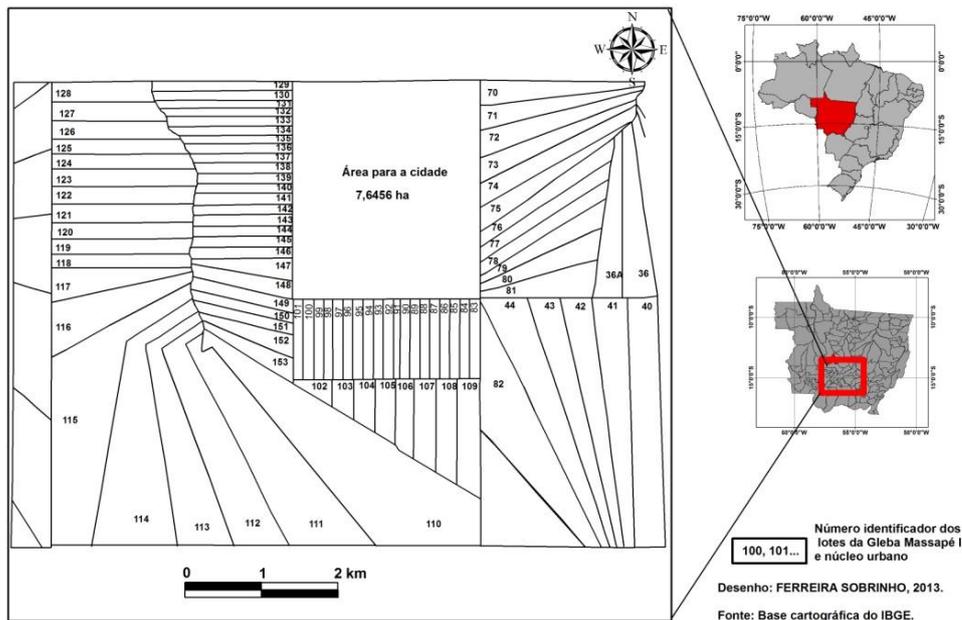
Briante via no povo humilde e pobre, mas sedento de terra, o ninho onde assentar seus negócios colonizadores. Punha-se em pé de igualdade e exigiria que ninguém se queixasse, pois todos possuíam as mesmas condições de vida. Teria que investir no trabalho e não no capital, esperando que a terra e o clima de Massapé lhe rendesse as vantagens (MUNICIPIOS DE MATO GROSSO, 1992, /p.).

Nesse caso, dada a diferença de fertilidade da terra, somente o trabalho não seria suficiente para vencer as adversidades, já que era o trabalho ancestral de outra condição climática, e com uma área muito maior que no Sul, a tecnologia seria um instrumento básico.

Dessa forma, as atividades foram se desenvolvendo, os pequenos agricultores chegavam e enfrentavam a vasta floresta, movidos de esperança e muitos dispostos. A planta da cidade foi desenhada por um dos engenheiros da CTNP. O padrão era o mesmo que o das cidades paranaenses, para atender à demanda da população que migrou, e seu projeto buscou unir o centro urbano com a circunvizinhança rural. No mapa 14 é possível verificar o modelo trazido do Sul, próximo à área urbana encontra-se as pequenas propriedades, aumentando sua área quando se afasta.

⁴⁶ A. B. em depoimento em dezembro de 2012. Sobre o depoimento dado, cabe ressaltar um ponto específico. O conhecimento sobre a região é fundamental, no Sul não tinha malária, então os médicos não estavam treinados, por outro lado, a terra aqui é de pior qualidade, os agricultores não estavam treinados.

Mapa 14 – Propriedades agrícolas que iniciam com 2 hectares e se expandem quando se afastam do centro urbano de São José do Rio Claro-MT.



Fonte: Adaptado da colonizadora IMCOL (2012).

A cidade, nesse aspecto, era, para o pequeno produtor agrícola, o mercado para comercializar seus produtos hortifrutigranjeiro e, ao mesmo tempo, poder adquirir produtos industrializados, o que segundo os idealizadores geravam um processo econômico local (Informação verbal, 2010)⁴⁷.

Na área rural, os lotes comercializados pelos colonizadores, semelhantes ao modelo paranaense, apresentam uma estrada que corta a parte alta do lote e na parte baixa encontra-se a um pequeno riacho. Tinham medidas com objetivos específicos, iniciando nos arredores do centro urbano: as chácaras tinham 2, 3 ou 4 hectares, destinadas à produção de leite, carnes e hortifrutigranjeiros. Conforme Guimarães (1988), os lotes de 24,2 a 40 hectares eram conhecidas como parcela agrícola simples, idealizados para o plantio de culturas agrícolas anuais. Nos lotes maiores que 40 hectares, as parcelas agrícolas eram chamadas de funcionais, cujo objetivo era para desenvolvimento de futuros projetos, como por exemplo, da heveicultura.

Fato marcante, quanto à iniciativa dos colonizadores e a política do governo no processo de colonização, referiu-se ao tamanho das áreas. As menores de 25 hectares não eram consideradas pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), como lotes rurais. No

⁴⁷ Depoimento dado pelos diretores da IMCOL A.B. e M. C. P. (2012)

entanto, na Gleba Massapé I, primeira gleba do projeto de colonização privada, já haviam sido vendidos lotes abaixo de 25 hectares, fato que dificultou a liberação da documentação desses pequenos lotes junto ao INCRA. O Estatuto da Terra, Lei no. 4.505 de 30 de novembro de 1964, limitou a posse da terra pelo pequeno proprietário:

A conjuntura histórica em que a referida lei foi gerada e passou a vigorar ajuda a compreender as limitações do estatuto proposto que dificilmente atenderia às reivindicações dos pequenos lavradores pois, se colocado em prática, ele iria contrariar os interesses dos grupos econômicos que estimularam e aderiram ao golpe militar com a esperança de beneficiarem-se dele (FERREIRA, 1986, p. 52).

A justificativa da colonizadora mostra que as pequenas áreas, denominadas de “granjas,” chácaras para os paranaenses, voltavam-se para atender à demanda de comerciantes e outros profissionais do centro urbano que precisassem de pequenas áreas para produção hortifrutigranjeira. De qualquer forma, nota-se que a cultura da pequena propriedade foi inserida pela colonizadora, no entanto as dificuldades burocráticas atrapalharam o desempenho empresarial e a ação dos pequenos agricultores, conforme segue no depoimento.

Sofremos pressão dos que compraram as terras, o INCRA não liberava as escrituras, tivemos que provar que as pequenas áreas eram quem alimentavam o centro-urbano com o leite, frutas e pequenos animais, esse modelo era sucesso no Paraná, funcionava. Aqui havia a possibilidade de produzir a Heveicultura. Também tinham as áreas grandes, os latifúndios. (informação verbal).⁴⁸

Em 1968, as vendas de terras melhoraram, porque chegava muita gente. Muitos voltavam para o Paraná ou iam para outros lugares, em face das doenças. A terra, de fato, também era fraca, diferentemente do que levavam a crer as grandes florestas, símbolos de terras férteis. A identificação florestal enganou até mesmo os mais experientes conhecedores de terra, pois o solo era fraco, e isso só se veio saber depois.

Nessa época, os títulos das terras não eram liberados pela FUNAI, pois havia muitos remanescentes indígenas na região. As escrituras começaram a ser expedidas após o órgão entender que, após 1972, os indígenas não estavam mais ali, os que não foram extintos, foram transferidos.

O modelo da colonização privada, quando a colonizadora possuía registro no INCRA, possibilitava uma grande procura por terras, e um dos motivos era o fato de, após 1972, já ser possível emitir escrituras de posse definitiva. O que não acontecia nas regiões fora da Gleba, que, antes de o Governo conceder títulos definitivos, passava títulos provisórios, sem exigência legal, perdendo seu valor com o tempo.

⁴⁸ Depoimento de Portilho, sócio da IMCOL (2012).

Por esse motivo, a ótica da colonizadora com o projeto de colonização privada começa a ser atendido, ou seja, a viabilidade na comercialização das terras. Duas outras glebas que faziam divisas com Massapé I foram adquiridas e também colonizadas. A procura por terra era grande, inclusive de grandes fazendeiros, “indiretamente a IMCOL chegou a comercializar em torno de um milhão de hectares, incluindo as vendas de terras fora das glebas.” (Informação verbal, 2012). A comercialização de terras possibilitou ao ex-corretor e, posteriormente, empresário-colonizador, ao mesmo tempo, desenvolver um negócio familiar e a prosperação colonizadora.

As primeiras propriedades de terras foram adquiridas por pequenos agricultores familiares que passavam as maiores dificuldades no Paraná, pequenos sitiantes ou percenteiros que também foram, na maioria, os primeiros a desistirem do novo empreendimento.

As dificuldades em lidar com a terra “fraca”, doenças e falta de assistência, como já visto, levaram muitos à desistência. Entre os compradores de terras, também existiam os “investidores”, profissionais liberais e comerciantes, que consideravam a terra como “poupança”, ou seja, compravam e aguardavam valorização para futura venda. Estes adquiriam loteamentos de grandes áreas para desmembramento e posteriormente revendas.

Assim como no modelo paranaense, quando a CMNP considerava o fato de adquirir terras que fazia com que os trabalhadores passassem de empregados para proprietários, “transformar-se em proprietário e mudar de categoria econômica da noite para o dia” (COMPANHIA DE MELHORAMENTO NORTE DO PARANÁ, 1977, p. 124). Na colonização mato-grossense também havia essa perspectiva, no entanto, as formas de aquisição pelos pequenos proprietários se davam com diversos meios de pagamento: com a venda da madeira; realização de trabalho para a colonizadora – construção civil, aberturas de estradas, construção de pontes e outras atividades laborais, Guimarães (1988). Nesse aspecto, o que configura o trabalho para o capitalista replica os estudos de Marx, quando observa o trabalhador na questão da “acumulação primitiva”, ou seja, sempre vai vender sua força de trabalho e não consegue continuar a trabalhar na terra.

Sobre a ênfase de Karl Marx, quando propõe que uma colônia livre consistente de propriedade do povo, de parte de propriedade privada, e que outra parte sirva à outros colonos, posteriormente, possa desenvolver a mesma operação, uma colônia livre significa terras baratas, homens livres e possibilidades iguais para todos obterem para si mesmos um pedaço de terra (MARX, 1989, p. 887).

Nesse contexto, com o passar dos anos, muitos dos primeiros migrantes que vieram com o objetivo de trabalhar para adquirir terras, ou que venderam suas terras para possuir áreas maiores, foram os primeiros a desistir, uns abandonaram suas terras e permaneceram na cidade, vendendo sua força de trabalho, outros venderam suas terras de volta para a colonizadora.

4.4 As participações das organizações públicas e privadas no processo de colonização

Sobre a presença das organizações públicas nesse processo, houve mais lamentação que benefícios; “Por ser uma iniciativa nossa, privada, tudo caía sobre nós, todas as responsabilidades com saúde, educação, segurança, transporte, assistência técnica agrícola. No Estado a gente ia para carimbar papel no balcão, o governo nunca vai na frente” Portilho (informação verbal, 2011)⁴⁹.

A responsabilidade de gerar e manter estrutura na colonização privada, que recaía sobre o colonizador, tenderia a minimizar com a emancipação política da gleba que se tornou distrito de Diamantino. São José do Rio Claro se emancipou, em 1981, e seu primeiro prefeito José Garcez Munhon, conforme os depoimentos, foi um ativo articulador local, ao incentivar parcerias do setor privado para a manutenção de infraestrutura que não estava ao alcance da prefeitura.

Para a manutenção de estradas vicinais e pontes, foram utilizados máquinas e equipamentos privados das madeireiras, principais interessados em se deslocar pelo município, na rodovia principal MT 010, a única que fazia a ligação com a capital foi mantida pelas máquinas das fazendas ao decorrer da estrada, principalmente as grandes fazendas com recursos da SUDAM. Isso desonerou mais as funções da colonizadora, que muito pouco já podia fazer pela infraestrutura.

Dadas as dificuldades produtivas com as lavouras temporárias, a presença do PROBOR como programa público, começou em 1972. Movido a subsídios e incentivos, e longe de atingir seus objetivos, o PROBOR sobreviveu até 1985, não conseguindo aprovar novos projetos a partir desta data. Com o fracasso do PROBOR e da política de crédito subsidiado, o Conselho Nacional da Borracha (CNB) e a SUDHEVEA são extintos, em 1988, e suas atribuições são absorvidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), respectivamente, Ribeiro (1997).

⁴⁹ Portilho (2012).

Mesmo após a extinção do Programa, a região recebeu, no final da década de 1980 e início de 1990, três indústrias de beneficiamento de borracha: Pirelli, Bom Brasil e Bom Zon Amazônia.

Essa realidade predominou na microrregião do Arinos por volta de uma década, estabeleceu uma economia industrializada, baseada na tecnologia de alto desenvolvimento e na utilização de usinas de beneficiamento do latex *in natura*. Seus resultados positivos foram em pouco mais de uma década, visíveis, tamanho os impactos gerados por este modo de produção, pois gerava emprego e renda. No entanto, em vista da política de importação da borracha *in natura* pelo Governo Federal, a produção interna ficou sem poder competitivo no preço, o que limitou sua continuidade, visto que a modalidade industrial de transformação necessita de um mercado em permanente expansão, alargado pela criação de novas necessidades e requer financiamento.

A política pública inserida não foi fortalecida nesse sentido e não protegeu o programa. Do ponto de vista econômico local, esse modelo não vigorou pelo elevado número de empresas competindo por pouco produto, o que vitimou as empresas que tentavam pré-industrializar a borracha no município.

No final da década de 1980, a exploração madeireira sem manejo florestal praticamente eliminou a floresta, e, assim, retirou do município mais de 40 unidades industriais que ali se instalaram com a colonização. Essas indústrias migraram para a nova fronteira agrícola mais ao norte. Com o fim do PROBOR, poucos foram os pequenos produtores que continuaram cultivando a Hevea, pois as dificuldades com o preço e a falta de assistência técnica inviabilizavam economicamente sua produção.

Tivemos problemas com doenças, diziam que os micro-organismos que atacavam a seringueira vieram do exterior em malas para acabar com nossa produção e beneficiar a importação subsidiada. Não desistimos, trouxemos para São José uma estação fitossanitária, ajudou muito. A produção compensava, o quilo chegava a dois dólares. A EMATER foi nossa grande aliada (informação verbal, 2012)⁵⁰.

A presença da EMATER, foi direcionada para o programa da borracha, antes, quando os pequenos produtores demandavam assistência técnica, não existiu. Das grandes propriedades que receberam os maiores recursos do PROBOR, a maioria foi vendida a novos especuladores que transformaram os vastos seringais em áreas de pastagens e, na sequência, a transformação dessas pastagens em áreas para cultivo mecanizado da soja. O pequeno produtor que conseguiu financiamento do primeiro projeto, procurou não se influenciar, viu no programa sua razão produtiva, mas com dificuldades de manutenção da assistência técnica.

⁵⁰ A. B. dezembro de 2012.

A ausência de políticas públicas para o pequeno produtor atraiu o poder do capital e uma pressão para a inserção da monocultura agroindustrial.

As pequenas propriedades e sítios agrícolas ocupados pelo agricultor, que ali chegou ao final da década de 1960 e início da década de 1970, juntam-se, no final do século XX e na primeira década do século XXI, aos latifúndios agropecuários. Alguns agricultores pioneiros foram encontrados em assentamentos agrícolas do município. Entre eles, estão alguns dos primeiros colonos que venderam suas terras, nos piores momentos, quando do encerramento do PROBOR e, para voltarem à agricultura, receberam novas terras do Governo, curiosamente insistindo na heveicultura.

As características da colonização privada em áreas de pequeno e médio porte, constituíram um fator determinante para a continuidade do modelo agrícola familiar inserido na região norte mato-grossense. O recebimento de aportes de financiamento, quando referido ao cultivo da heveicultura, culminou, num primeiro momento, com a possibilidade da permanência do pequeno agricultor no campo e, num segundo momento, pelas características socioambientais da produção perene.

No caso da heveicultura, possibilitou uma nova expectativa que mesmo com o passar dos tempos, a insistência com a silvicultura ainda está, fortemente, presente na região. Quando da sua implantação, na década de 1970, houve a mudança do sistema extrativista para o sistema de cultivo. O PROBOR foi uma tentativa institucional de criar uma trajetória que contemplasse tanto a geração de emprego e renda, quanto a manutenção da cobertura vegetal. Naquele momento, abriu espaço para eliminar a extração dos seringais nativos, para inserir o cultivo.

O modelo extrativo foi base de exploração na região devido sua proximidade com o Rio Arinos que servia de escoamento da borracha extraída, dali para Manaus ou Belém. A prática dessa ação na Amazônia causa alteração territorial, conforme segue:

A alteração territorial que presenciamos hoje na Amazônia resulta efetivamente de importantes mudanças que ocorreram na sociedade e na economia nas últimas décadas, entre as quais as novas demandas do mercado mundial e a diferenciação interna de setores econômicos que alteraram o uso da terra e a estrutura da propriedade. Para entender essa alteração, é preciso considerar a interação entre os processos locais e a dinâmica de mercados globais, fundamental para identificar as conexões lógicas que explicam o complexo mercado transnacional e a pressão de agentes econômicos sobre os recursos naturais (CASTRO 2007, p. 107).

Na época da implantação do PROBOR, cuja intenção era a produção de borracha para consumo nacional, transpareceu mais tarde a presença de multinacionais ligadas ao setor de

pneumáticos, altamente demandantes de látex, retirado da seringueira, o que demonstra a pressão dos mercados globais nesse processo.

Dentre os impactos decorrentes desse modelo, no entanto, a geração dos impactos negativos na biodiversidade também merece registro. Os solos, os recursos florestais, a fauna terrestre e aquática sofrem impacto dessa ação.

Quanto às questões sociais, as mudanças sofridas nessa sociedade foram consideradas como “força do progresso”, pelos que migraram do Sul do país em busca de mais terras. Já pelos poucos seringueiros que trabalharam como extrativistas, a mudança foi brusca, embora haja carência de estudos para compreender essas mudanças nas suas vidas, pois hoje trabalham como empregados. Embora considerem o sistema de cultivo mais “confortável” por permanecerem próximos de suas casas e famílias, registra-se, no entanto, que poucos aceitaram trabalhar como empregados diretos, e preferiram a forma arrendamento, por considerarem ser mais “livres”.

Nesse aspecto, (VIDAL, 2006) comenta sobre a mudança social. Enfatiza que é um dos “elementos centrais da sociologia e está ligado a estrutura de uma sociedade, as instituições, a vida cotidiana e os setores ou agentes sociais que o impulsiona.”

Assim, no caso da inserção da produção de cultivo, a mudança mais perceptível se dá pelas instituições, pois estava ligada a uma política do Governo Federal que visava à autossuficiência nacional do suprimento de borracha natural e ao nível local pelo processo de colonização das terras por empresas que adquiriram terras do Governo e as comercializaram, junto a agricultores familiares na região.

Nesse caso, houve uma mudança estrutural e não política nesse processo, pois as desigualdades sociais ainda persistem conforme explicação teórica de Vidal (2006):

Como mudança estrutural se entendem as transformações que não afetam o conteúdo das desigualdades sociais [...] uma sociedade pode trocar algumas estruturas sócio-políticas sem que alterem as desigualdades sociais. Por outro lado, a mudança política pode afetar a estrutura social de um país, já que permite que se constituam organizações e grupos de interesse como os empresariais, profissionais ou sindicais, que atuam frente ao Estado (VIDAL, 2006, p. 1).

Na mudança estrutural brevemente apresentada, observa-se uma nova investida no ambiente e em sua transformação, que, sob uma perspectiva geral, demonstra o sentido de “ocupação” que fora almejado pela política governamental, por meio da produtividade da agroindústria.

No desenvolvimento das atividades agrícolas, no chamado arco do desmatamento, região em torno da floresta amazônica, as transformações ambientais, sociais e culturais são

constantes, em consequência dos “grandes projetos”, como dos PND, nos meados dos anos de 1960, esses planos tinham uma política para a integração da região, o que causou uma perda do padrão conservacionista.

Na Amazônia legal, os problemas enfrentados por questões de adaptações de alguns clones⁵¹, problemas fitossanitários, dificuldades de acesso e atrasos na liberação de recursos - notadamente a partir de 1983 - comprometeram as metas do programa. Do ponto de vista da modernização, reconhece-se o esforço da sociedade local em se preparar para a nova realidade.

Assim, o foco da tradição produtiva é justificável, pois há quase meio século, os colonos que migraram de outras regiões lutam para se manterem na região escolhida, na maioria das vezes sem créditos e assistências técnicas. No modelo da globalização da produção, a cultura e o conhecimento dos produtores residentes são massacrados pelo capital contemporâneo, em forma de grandes empresas concentradoras, agora da produção dos insumos, das máquinas agrícolas e, por último, da industrialização, seja da carne ou dos grãos. A história econômica do período analisado permitirá um contraponto para as evidências de desenvolvimento contemporâneo na região.

4.5 O processo de ocupação no rio grande do Sul

Desde os idos do período do descobrimento do Brasil, dentre os vários obstáculos iniciais, fazia-se alusão à falta de locais naturais para atracar na costa brasileira do Rio Grande do Sul, o que, então, constituía a maior dificuldade para os exploradores estrangeiros adentrarem a região. Witt (1996) relata que foi, por intermédio de Martim Afonso de Souza, em sua expedição no ano de 1530 através do rio da Prata, que as principais expedições chegavam onde hoje é o Estado do Rio Grande do Sul. Mesmo com o reconhecimento da região, passou-se quase um século para o Rio Grande se enquadrasse no modelo europeu de acumulação de capitais e de exploração dos recursos naturais.

Devido à dificuldade de escoamento dos recursos naturais locais pela falta de portos para as embarcações, no primeiro momento, as expedições buscavam a mão de obra escrava indígena para deslocá-las para outras regiões do Brasil, principalmente para as zonas açucareiras. A presença jesuítica deu-se na região por volta de 1626.

⁵¹ Os clones são nomes dados às mudas da seringueira.

Localizados na redução do Guaibá, terras ocupadas por eles, sob domínio espanhol, foram todos expulsos pelos portugueses em 1680, e então fugiram, deixando para trás o gado que trouxeram da Argentina. Nas longínquas terras dos pampas, então, a criação se expandiu livremente, tornando-se, assim, “o fundamento econômico básico de apropriação da terra gaúcha”, a “preia do gado xucro” (WITT, 1996, p. 10).

Data de 1723 a Fundação de Porto Alegre, hoje capital do Estado do Rio Grande do Sul. Jerônimo de Ornelas e Vasconcellos, descendente de açorianos, foi seu fundador. Parte da ocupação do Estado do Rio Grande do Sul deu-se pela vinda de população açoriana, no século XVII.

O rei de Portugal, em 1747, para povoar as terras meridionais, convidou através de edital, casais açorianos para virem para o Sul do Brasil, tanto para o Rio Grande do Sul como para Santa Catarina. O objetivo era trazer gente de onde havia pouca terra, como é o caso das Ilhas dos Açores, e ocupar terras onde não havia gente, no caso do Sul da colônia. Estima-se que entraram no Rio Grande do Sul aproximadamente dois mil e trezentos açorianos, que, na época, representavam dois terços da população gaúcha.

A chegada dos primeiros alemães é registrada nos primórdios da ocupação do Brasil. Conforme Schroder (2003), nos anos de 1547/48 e 1549/55, o alemão Hans Staden esteve no Brasil Central e, na passagem em São Vicente, encontrou comerciantes conterrâneos alemães. Registra-se, também, já àquela época, a presença de uma firma alemã no Brasil e, em São Paulo, já havia artesãos e engenheiros.

Mais ao Sul, à esquerda do Uruguai, encontravam-se padres jesuítas alemães. Conforme Schroder, foi, ainda, do Príncipe Maurício de Nassau o primeiro plano para trazer alemães para o Brasil, no período de 1637-1644, quando era governador da Companhia das Índias Ocidentais em Pernambuco.

A intenção era abrir espaço para agricultores, mas fracassou por resistência dos holandeses. Schroder cita, ainda, com destaque nos séculos XVII e XVIII, Manoel Beckmann que morreu como mártir da liberdade do Maranhão em 1685. O conde Wilhelm Von Schoumburg, através de Pombal, reorganizou o exército português entre 1761 e 1764, trazendo consigo vários oficiais, entre eles Henrich Boehm, que defendeu o Brasil, de 1774 a 1778, contra os espanhóis no Sul do Brasil, período em que também chegaram oficiais engenheiros e engenheiros de minas.

Após a chegada dos açorianos, vieram por volta de 1824 para o Rio Grande do Sul os primeiros imigrantes alemães, fixando-se especificamente na região do Rio dos Sinos, atual São Leopoldo. A independência do Brasil, em 1822, encontrou muitas oposições no país,

entre as quais autoridades provinciais que eram de origem portuguesa e mantinham-se fiéis à Coroa Portuguesa. Dessa forma, as tropas portuguesas foram expulsas em 1823, e um novo exército seria necessário para garantir militarmente a independência.

No sul, nessa época também existia uma certa insegurança na Província Cisplatina, devido a conflitos gerados com a Argentina. A então imperatriz D. Leopoldina, Arquiduquesa da Áustria, esposa de D. Pedro, recomendou a vinda de alemães, pois, além de soldados, o Brasil precisava também de colonos para ocupar suas terras. Para os que viessem da Alemanha, teriam novas ocupações, pois havia muito desemprego no período pós-guerra napoleônico.

Nas margens do Rio dos Sinos, acontece a primeira substituição do “braço escravo pelo braço livre”, antes da abolição da escravatura. No Rio Grande do Sul, os escravos eram considerados “elementos de perturbação econômica”, e a lei n.º 183, de 13 de outubro de 1850, proibiu escravos nos distritos coloniais da Antiga Província, e ainda segundo o autor, a lei “respondia a um desejo geral” (SENNI, 2003, p. 144)

Como visto em Witt (1996), e Senni (2003.), data de 25 de julho, de 1824, a chegada de imigrantes alemães a São Leopoldo.

Daí, muitas foram também as migrações internas, como, por exemplo, o Governo fundou a colônia Feliz, em 1845, que, no início, recebeu apenas imigrantes. Posteriormente chegaram descendentes dos colonos que estavam em São Leopoldo. Witt (1996.) relata a movimentação interna nas duas margens do rio dos Sinos, principalmente de colonos que saíram de São Leopoldo. Juntamente com essas mobilizações, ocorreram também colonizações particulares. A migração interna foi considerada a segunda fase desse processo, estendendo-se até 1890.

Devido a algumas dificuldades para trazer os alemães, outra saída foi a busca pelos italianos. A demanda por novos colonos para ocupar o Brasil ficou mais evidente após os sinais de rupturas da escravidão, propósito esse que começa sob a inspiração dos ideais da Revolução Francesa.

A propaganda falava em país da fartura. Num dos cartazes afixados no porto de Gênova, o desenho sugere que a comida caía do céu. Nos folhetos, prometia-se transporte gratuito, hospedagem, assistência durante os primeiros tempos, Instrumentos de trabalho, sementes, assistência médica, Instrução para as crianças e crédito para comprar um lote de terra. Aliciar imigrantes para a América tornara-se um bom negócio na Europa, desde 1830. Consequência direta da revolução industrial, em todos os países havia numerosa população excedente no campo e nas cidades. De outro lado, havia um mercado para mão-de-obra barata se abrindo na América devido às crescentes restrições ao tráfico de escravos africanos. E havia uma estrutura escravista com mais de um século de experiência no transporte de cargas humanas, que estava ficando ociosa. Recém-unificada e em transição

acelerada do feudalismo para o capitalismo, com quase 30 milhões de habitantes, a Itália era o melhor desses mercados de mão-de-obra barata e abundante em 1870. Milhões de italianos tinham bons motivos para acreditar em qualquer coisa, até mesmo no paraíso terrestre. Eram camponeses despojados de suas terras, artesãos superados pelas máquinas, pobres e suas proles numerosas que se amontoavam nas cidades. Ameaçados pela fome, parecia não haver lugar para eles naquele mundo em transformação (HISTORIA DA MIGRAÇÃO..., 2012, não paginado).

Conforme Senni (1975), a colonização italiana no Rio Grande do Sul começa em 1871, com os núcleos do Conde D'Eu, hoje Garibaldi, e da Princesa Izabel, hoje Bento Gonçalves.

As dificuldades enfrentadas para promover a imigração alemã e os comentários sobre empecilhos que aqui eles encontraram, abriram as portas para outros povos. Como a Itália também passava por suas dificuldades, seu povo foi alvo de investidas para trazê-lo ao Sul do Brasil. Haja vista que os alemães já haviam ocupado as terras mais próximas ao litoral, a chegada dos italianos deu-se mais para o leste, e a ocupação verificou-se nas terras mais altas.

Com a revolução farroupilha⁵², o processo de imigração sofreu um retrocesso, reiniciando-se, posteriormente, com a ocupação do grande arco até o contraponto da serra, em Santa Maria e Soledade, que ainda eram terras devolutas. A partir daí e mais tarde, os imigrantes italianos iniciaram mais fortemente a colonização.

Senni (1975, p.105) apresenta o modelo de colonização chamado de Walkefield, que consistia na distribuição de ferramentas, lote de terra, animais e sementes, mais módicos subsídios para alimentação dos colonos, isso no primeiro ano de trabalho.

O fato de somente o Governo Geral poder realizar a colonização, no Rio Grande do Sul, a distribuição de terras gerou grandes áreas com pouco povoamento, o que dificultava a comercialização dos produtos, além do que, pelas distâncias, havia pouca contribuição e reciprocidade entre os colonos.

Em 1848, Governo Geral cedeu, a cada Província, 36 léguas quadradas de terras devolutas, sem utilizar o trabalho escravo. O Rio Grande do Sul fundou, assim, a colônia de Santa Cruz, no início com cessão gratuita de terras, com direito a transporte, ferramentas e sementes por conta da Província.

⁵²[...] A Revolução Farroupilha, que eclodiu na noite de 19/09/1835, quando Bento Gonçalves da Silva avançou com cerca de 200 "farrapos" (ala dos exaltados, que queriam províncias mais autônomas, unidas por uma república mais flexível) sobre a capital Porto Alegre (que na época possuía cerca de 14 mil habitantes) pelo caminho da Azenha (atual Avenida João Pessoa). A revolta deveu-se em função dos elevados impostos cobrados no local de venda (normalmente outros Estados) sobre itens (animais, couro, charque e trigo) produzidos nas estâncias do Estado. Charqueadores e estancieiros reclamavam, ainda, de outros impostos: sobre o sal importado e sobre a propriedade da terra.

A revolução durou quase 10 anos, sem vencedor e vencido. O tratado de paz foi assinado em Ponche Verde, pelo Duque de Caxias e o general Davi Canabarro, em 28/02/1845. (TERRAGAUCHA, 2012, não paginado).

Em outra forma de atrair o trabalhador, em 1858, o colono pagaria a passagem até o Rio Grande do Sul, indenizando, em cinco anos, as despesas feitas com sua introdução, e sua alimentação era paga com construção de estradas vicinais. Ressalta-se que as terras eram acidentadas, estavam a 650 metros de altitude e faziam fundos com grandes vales. Os primeiros 80 lotes medidos em Conde D'Eu, apenas 20 tinham cultura efetiva.

Com a Proclamação da República e a Constituição de 1891, os Estados passaram a cuidar do povoamento, embora a União continuasse com a colonização. Com a Revolução Federalista⁵³ que ocorreu entre 1893 e 1895, foram cancelados os convênios e os favores foram desfeitos.

A partir de 1903, a União, que enviava grandes levas de imigrantes, fez um convênio com o Estado, em 1908, para enviar apenas 400 imigrantes por mês, mas mandava mais de 1.300. No convênio, a União pagava um valor por família, além de transporte, casa, ferramentas, sementes e hospedagem. Ao se estabelecer a família, a medida que pagavam suas dívidas, o Estado repassava os recursos à União.

Às vésperas da I Guerra Mundial, voltava o regime de imigração e colonização espontânea. Os lotes começaram então a ser vendidos. Um lote de 25 hectares era vendido por um terço à vista, e o restante em cinco anos. Com essa medida, a população, que esperava as contribuições e vendas de terras pelo Estado, foi povoar Santa Catarina e Paraná, caracterizando fronteira agrícola.

No sentido empregado por Waibel, a análise da expansão da fronteira não era aplicada na acepção de uma *marcha para o oeste*, tal como havia ocorrido nos Estados Unidos. No Brasil, afirma Waibel, “as zonas pioneiras não são um fenômeno primário da conquista de terras novas, mas uma consequência da mesma. Elas só se formam posteriormente e somente ali onde englobados na área já povoada ficarem para trás áreas mais ou menos extensas de matas. A sua área é por isso restrita e já pelas condições naturais não podem ser ampliadas indefinidamente” (op.cit. 1955, p.412). No Rio Grande do Sul, segundo Waibel, houve uma marcha para o noroeste à base da ocupação das terras indígenas dos kaingáng, que vinham sendo espremidos para a fronteira norte e oeste do Estado desde a chegada dos primeiros imigrantes alemães. Esta situação agravou-se, ainda mais, a partir da entrada dos imigrantes italianos, em 1875. Em termos de análise do desenvolvimento agrário do Rio Grande do Sul, a idéia de zona pioneira serviu para

⁵³Era 1892, e Floriano Peixoto acabava de enfrentar o Manifesto dos 13 Generais. Eles pediam seu afastamento da presidência e a ocorrência de novas eleições. Floriano reagiu prontamente e utilizou a lei para punir seus opositores. O Código Militar previa prisão e afastamento para insubordinação militar, assim, Floriano Peixoto conseguiu se livrar dos 13 Generais. Porém, uma nova revolta surgiria no Rio Grande do Sul, a **Revolução Federalista**, que se deu no ano de 1893 e foi até 1895. Júlio de Castilhos era membro do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e defendia o governo e o estabelecimento de Floriano Peixoto no comando do país. Mas, isso desagradava o Partido Federalista (maragatos) de Silveira Martins, um inimigo da centralização política que ocorria no Rio Grande do Sul. Em 1892, Castilho foi intitulado presidente do estado, o que acendeu a centelha da Revolução Federalista de uma vez. Seiscentos homens foram convocados para a batalha contra os Republicanos. Os combates mais conhecidos foram os de Lagoa Branca e Restinga da Jarraca, dos quais os “maragatos” (federalistas) saíram vitoriosos. Fonte: www.historiabrasileira.com

que Waibel pudesse explicar porque os colonos alemães, mesmo praticando sistemas agrícolas atrasados, tiveram um papel fundamental na ocupação do território do sul do Brasil e na formação de paisagens rurais diversificadas. Por intermédio desta explicação é possível entender o processo que Roche (1969) chamou de *enxaimagem*⁵⁴, referindo-se as migrações constantes dos filhos dos colonos de uma área rural para outra (SCHNEIDER, 2002, p. 11 - 12).

Nesse sentido, a migração interna, estendida até 1890, possibilitou, nessa fase, que filhos de colonos se embrenhassem mata adentro em busca de terras e ocupação, com o desenvolvimento da indústria. Foram criados pelo Estado, Erechim, em 1908, e Santa Rosa, em 1914. Em nova fase, de 1930 a 1940, foi considerada a ocupação da região do Alto Uruguai, que se refere ao rio Uruguai.

A história mostra que essa região era habitada pelos indígenas Kaingang e Guarani. Os Kaingangs foram transferidos para aquela região, no século XIX, devido à chegada dos europeus à região no noroeste do Estado.

Devido à Revolução Federalista, alguns fugitivos constituídos de portugueses e indígenas, além dos “caboclos” mestiços de portugueses com índios, conforme Santos (1993) chegaram à região. Ali também a Coluna Prestes esteve presente, entre os anos de 1924 e 1925, com uma longa marcha feita por oficiais revoltados com o Estado oligárquico.

O primeiro nome dado foi Pari, nome indígena que significa pequena rede, posteriormente Miraguai. A grande ocupação deu-se pela migração interna, promovida pelo Estado, em busca de terras para integração regional, representada pela Inspetoria de Terras de Frederico Westafalen, os migrantes viviam junto com indígenas. Em 1940, já existiam 90 famílias na localidade vindas das proximidades.

Em 1942, o interventor do Estado, Osvaldo Cordeiro de Farias homenageia seu companheiro de farda, o 1º. Tenente de Engenharia Mário Portela Fagundes, a partir daí o nome do município ficou Tenente Portela, emancipado em 18 de agosto de 1955. De acordo com Santos (1993), o “Tenente Portela” fazia parte da Coluna Prestes.

As famílias de origem rural geralmente são numerosas. Com o passar do tempo, menos de 20 anos após chegarem ao Alto Uruguai, encontravam dificuldades para permanecerem na terra. A sua fragmentação ficava presente com o aumento das pessoas nas famílias, que, ainda segundo Santos (1993) os camponeses brancos invadiam a reserva

⁵⁴A palavra enxaimagem deriva de enxame e, segundo Roche, serve como analogia para descrever a semelhança entre o processo de migração dos colonos em direção as áreas de fronteira agrícola e o deslocamento dos enxames de abelhas. (SCHNEIDER, 2002.)

indígena com contratos junto ao SPI – Serviço de Proteção aos Índios – em parte dos 23.187 hectare da reserva⁵⁵.

Dessa forma, os conflitos vão aparecendo na região e, conforme dito anteriormente, começava a faltar terra. No início da década de 1960, um grupo de trabalhadores forma uma associação dos “Sem Terras”, esses colonos na maioria eram descendentes de emigrantes italianos e alemães que haviam vindo para o Sul do Brasil. Migrar internamente seria uma possibilidade.

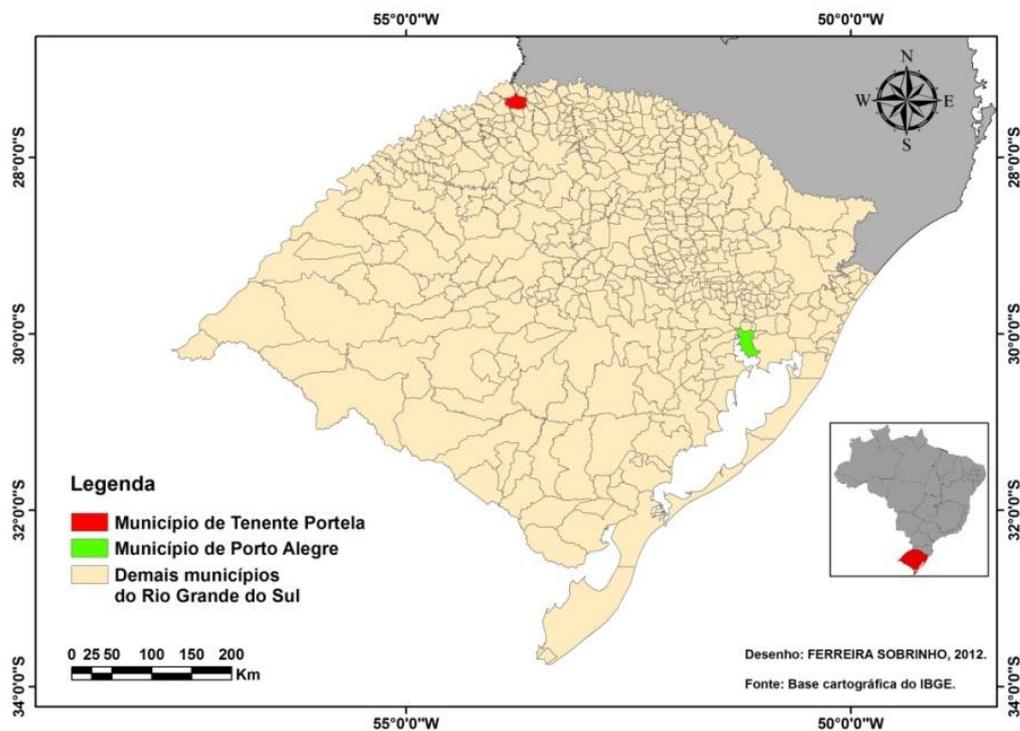
Dados históricos encontrados na Fundação Pró-memória de Canarana, sobre o município de Tenente Portela, mostram que, no início da década de 1970, a realidade fundiária era de ocupação total, sendo as áreas consideradas como minifúndio. A área do município era de 847 km², com uma população de 34.450 habitantes.

Na área rural, havia 29.500 habitantes, na urbana 4.500. Nessa relação, a densidade demográfica era de 40,6 habitantes por km². A estrutura fundiária era de 4.077 imóveis sendo que deste total 3.760 eram com menos de 25 hectares, a média era de 15 hectares⁵⁶.

⁵⁵O tamanho e a época da criação da reserva de Guarita para os Kaingangs divergem em épocas e tamanhos. Por esta questão, será postada aqui uma citação que explica as divergências, como segue: “ Também o ofício de 20 de novembro de 1943, já mencionado anteriormente, além de colocar a área que foi demarcada para o toldo, dizia que “em 1941 foram por ordem dessa Diretoria, de conformidade com o circular nº 301/20 de 7 de abril de 1941, demarcadas as áreas dos toldos de Nonoai e da Guarita, separando-se a parte que passou a constituir a Reserva Florestal”. Na verdade, houve a demarcação, mas não foi criado o parque florestal no local designado e sim em outra área. Assim, o toldo da Guarita permaneceu com a área que havia sido demarcada em 1918, pela Inspetoria de Terras de Palmeira e ficou com 23.183 hectares (OLKOSKI, W. 2003, p. 10).

⁵⁶Dados levantados pela Equipe da rádio Municipal de Tenente Portela, encontrados em relatos escritos na Fundação pró-memória de Canarana (FEVEREIRO , 2012).

Mapa 15 – Município de Tenente Portela - RS



Fonte: Base cartográfica do IBGE (2012).

Nas décadas de 1930 e 1940, inicia-se a colonização da região do Alto Uruguai. Pelo mapa 15 é possível ver o município de Tenente Portela no Rio grande do Sul. Na década de 1950, inicia-se a migração para o oeste de Santa Catarina, Paraná e Sul de Mato Grosso. Conforme relatos dos migrantes da Região Sul⁵⁷, a saída de algumas famílias que migraram fez com que houvesse uma diminuição dos minifúndios, ou seja, a venda de terras pelos migrantes fez com que aumentasse a área de terra dos que ali permaneceram.

4.5.1 A organização da Cooperativa Colonizadora no Sul

O Estatuto da Terra, de 1964, mostrava que latifúndios improdutivos e minifúndios que não geravam economia suficiente seria objeto de reforma agrária, o que poderia levar às desapropriações⁵⁸. Essa era a preocupação que alguns líderes dos agricultores de Tenente Portela tinham.

⁵⁷ Relatos da pesquisa de campo realizada em Canarana em 2011 e 2012.

⁵⁸ Art. 16. A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.

Trabalhadores rurais que moravam em Tenente Portela, no Estado do Rio Grande do Sul, perceberam que, com o aumento do tamanho da família, a terra para cultivo ficava limitada. Conseqüentemente sua sobrevivência e a de seus familiares estaria comprometida. Liderados por Schwantes, organizaram-se em forma de cooperativa, para buscar novas terras, mesmo que, em centros distantes, mas que fossem maiores do que as que possuíam no Sul.

Como afirma José de Souza Martins, “o próprio Estatuto da Terra foi elaborado de tal forma que se orienta para estimular e privilegiar o desenvolvimento e a proliferação da empresa rural. O destinatário privilegiado do Estatuto não é o camponês, o pequeno lavrador apoiado no trabalho familiar. O destinatário do Estatuto é o empresário, o produtor dotado de espírito capitalista que organiza a sua atividade econômica segundo os critérios da racionalidade do capital” (RIBEIRO, 1987, p. 40).

Dessa forma, a organização em cooperativa atendia à prerrogativa empresarial, alternativa encontrada por Schwantes para abrir a frente de colonização em Mato Grosso. A região de Tenente Portela foi considerada por Schwantes como o último espaço para ocupação de terras no Rio Grande do Sul, divisa com o Estado de Santa Catarina. O avanço do pequeno agricultor seria agora para outros Estados.

Quando Schwantes, Orlando Roewer e Dieter Tomforde, após visitarem Dourados e Barra do Garças e encontrarem Tonetto com a disponibilidade de terras para venda, retornaram a Tenente Portela, com grande expectativa pela chegada.

A comunicação com os colonos era feita por uma rádio local, cuja concessão foi obtida pelo Pastor, para, no seu entendimento, poder comunicar-se com a comunidade de uma forma geral, devido às distâncias entre os lugarejos e à falta de estradas adequadas. A rádio era uma minimização para os problemas, como passar orientações técnicas para produção agrícola, algo que segundo ele não existia na região.

Como as técnicas agrícolas eram ainda as trazidas pelos alemães e italianos, os agricultores usavam a terra desprotegendo-a, até exauri-la e após, abandoná-la. Havia os problemas básicos de saúde, tanto dos brancos como dos indígenas. Do ponto de vista do Pastor, esses aspectos poderiam ser melhorados com informação, educação, então a rádio ajudaria. Então, essa mesma rádio seria a promotora da ideia de migração. Segundo Santos (1993), Staevie (2012), foi num programa da rádio que um entrevistado, ao discutir as questões agrícolas da região, levantou a questão de por que não migrar, mas, entre os líderes agricultores, já havia esse pensamento, conforme segue:

Percebendo o enorme interesse que Mato Grosso despertava nos agricultores de Tenente Portela, começamos a pensar seriamente em um grande projeto de migração. E, como não tínhamos visto nenhuma colonizadora vendendo lotes em Mato Grosso, chegamos logo à conclusão de que nós mesmos teríamos de organizar uma. Pensamos inicialmente em formar uma associação de agricultores para tomar conta da colonizadora. Fomos, porém, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Porto Alegre, onde o diretor regional, Paulo Rabelo, nos deu uma outra ideia: criar uma de colonização. Para nos auxiliar na elaboração dos estatutos, Rabelo nos cedeu dois técnicos do Incra (SCHWANTES, 2008, p. 66).

Assim, Schwantes da início as atividades. O primeiro passo era a organização, era preciso formar a cooperativa. Assim surgiu a COOPERCOL – Cooperativa de Colonização 31 de Março, segundo (SCHWANTES, 2008, p. 66), a data foi uma estratégia para não chamar atenção dos militares: “Queríamos mascarar o que realmente estávamos fazendo: um projeto de reforma agrária. Naquele tempo nem podíamos falar de reforma agrária [...] 31 de março é aniversário do golpe militar.”

O projeto que deu base à implantação da colonização foi elaborado por uma equipe técnica da COOPERCOL: a metodologia sob a Instrução nº 13, de 01/04/1967, do extinto Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), e submetida à análise e aprovação do INCRA, conforme o artigo 82, do Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966.

O registro da cooperativa deu-se sob o no. 3.686, na Divisão de Cooperativismo do Departamento de Organização Rural e no INCRA, como Empresa de Colonização, no Departamento de Operações e Projetos sob o nº 25. Anexo ao anteprojeto, estava uma cópia do Certificado de Registro de Empresa de Colonização Particular, identificando o número 25 de registro e a Portaria nº 1.286, de 30 de maio de 1972.

Da ideia de criar a cooperativa⁵⁹ até seu registro junto ao INCRA, foram muitas idas e vindas, porque havia questões de ordem jurídica e política, dado o momento vivido no período da Ditadura Militar. Entre a proposta de aceitação da cooperativa e sua atuação, a primeira solicitação do órgão governamental foi a de que a COOPERCOL levasse trabalhadores para Altamira, no Pará, algo que não atendeu às expectativas, nem da Cooperativa nem do INCRA, voltando-se, então, as atenções para Barra do Garças.

⁵⁹ Nessa época o sistema de cooperativa já estava no Estatuto da Terra de 1965, como segue:

Art. 3º O Poder Público reconhece às entidades privadas, nacionais ou estrangeiras, o direito à propriedade da terra em condomínio, quer sob a forma de cooperativas, quer como sociedades abertas constituídas na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. Os estatutos das cooperativas e demais sociedades, que se organizarem na forma prevista neste artigo, deverão ser aprovados pelo IBRA que estabelecerá condições mínimas para a democratização dessas sociedades.

Conforme o próprio Schwantes (2008), Barra do Garças possibilitou a empreitada, pois era muita terra para pouca gente, mas tinha dono⁶⁰. Após sua aquisição, foi dado o início à mobilização migratória. Quando a intenção primeira era ir para Dourados, haviam 400 inscritos no projeto de migração; após virem as análises de solo da região de Barra do Garças, que eram pouco férteis, apenas 70 quiseram continuar. Schwantes e Orlando Roewer, agrônomo da Cooperativa, resolveram que mesmo com a minoria, seria esse o caminho para seguir.

Algumas prerrogativas foram consideradas, como a presença de conterrâneos no Val dos Gaúchos, a proximidade com um grande núcleo urbano, Goiânia, e a oportunidade de financiamento pelo Crédito Fundiário do Governo que era inédito e ainda não conheciam. Para terem acesso a essa informação, procuraram um ex-chefe de tributação do INCRA que morava no Rio de Janeiro. Esse, através de um amigo, conseguiu um projeto de lei que tratava sobre o crédito fundiário. Então o pré-projeto de colonização foi feito, buscando o financiamento do PROTERRA. Era a presença governamental no processo de colonização privado cooperativo, Schwantes (2008) colabora com essa informação:

Foi aí que ouvimos falar do Programa Proterra, porem, somente para a região Amazônica, ou seja, acima do paralelo 16 e à margem esquerda do Rio Araguaia. O programa de crédito fundiário era uma espécie de BNH para o campo: financiaria a aquisição de terras para pequenos agricultores, que teriam doze anos para pagar o empréstimo, com juros de 7% ao ano e sem correção monetária. Era exatamente o que precisávamos (SCHWANTES, 2008, p. 78)

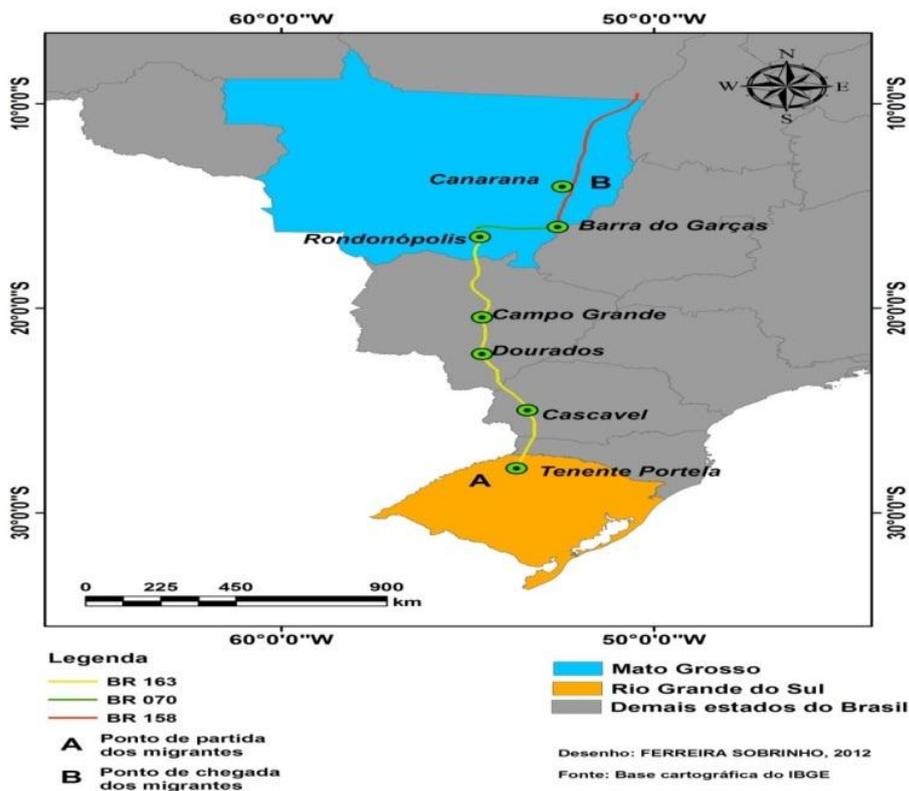
Ainda conforme Schwantes (2008), e Roewer (informação verba)⁶¹, para conseguir as 40.000 hectares, enfrentaram dificuldades na região de Barra do Garças, pois havia muita oferta de terras caras e, para atender à demanda dos pequenos colonos do Sul, o valor do hectare não poderia passar dos 10% do valor venal do Sul. Foi assim que conseguiram, através de corretores que trabalhavam para Alfredo Tonetto, os 40.000 hectares que já estavam nas mãos de terceiros. Além disso, havia outra questão: encontrar famílias suficientes para substituir as desistentes. Para isso, tiveram que “pegar voluntários a laço”, conforme Schwantes (2008) referindo-se à ideia de Roewer. Quem se interessasse poderia ir para Mato Grosso: não precisava de seleção, nem pagar a quota de capital da cooperativa. De acordo com Schwantes, ainda, esses foram os que mais deram problemas, pois não tinham tradição

⁶⁰ Os colonizadores de São José do Rio Claro fazem questão de dizer que as terras que adquiriram tinham donos, assim como os pioneiros de Canarana, pois havia muita grilagem de terras no estado na época que compraram as terras.

⁶¹ A entrevista com Orlando Roewer aconteceu no dia 01 de Dezembro de 2012 na UFMT onde o Engenheiro responsável pelo pré-projeto e projeto de colonização de Canarana gentilmente dispôs uma manhã de informações e detalhes dos fatos ocorridos no processo de Colonização.

com agricultura e reclamavam de tudo. O Mapa 16 mostra o caminho percorrido pelos migrantes no início da década de 1970, de Tenente Porteira para o que seria no futuro, Canarana.

Mapa 16 – O caminho da migração



Fonte: Base cartográfica do IBGE (2012).

No ano de 1972, deu-se a mudança das primeiras famílias para o antigo município de Barra do Garças. A BR-158, que servia à região, não tinha pavimentação asfáltica, e a superação dos 326 km, de Barra até onde seria o local da nova colonização, foi, ao longo do tempo, a prova de aceitação, ou não, de uma mudança radical sem precedentes.

4.5.2 Os pioneiros do Rio Grande do Sul nas terras privatizadas no Mato Grosso

a) O antigo município de Barra do Garças.

A mesorregião nordeste de Mato Grosso foi habitada pelos indígenas Bororos e Xavantes. Registram-se, na evolução histórica do município, as viagens para a localidade, nos anos de 1662, quando Bartolomeu Bueno da Silva e Manoel de Campos Bicudo buscavam ouro, diamantes e mais terras para a coroa. Entre 1745 e 1768, a busca pela serra dos

Martírios trouxe a bandeira de Amaro Leite Moreira, constituindo o Arraial do Araés, perto da Cachoeira da Fumaça⁶².

O início do povoamento desenvolveu-se com a intenção do então Presidente da Província de Mato Grosso, Couto de Magalhães, de unir as bacias hidrográficas do Prata e do Tocantins. Isso aconteceu, no período da Guerra do Paraguai, entre os anos de 1864 e 1870. A intenção era unir o Sul e o Norte pela Região Central do País.

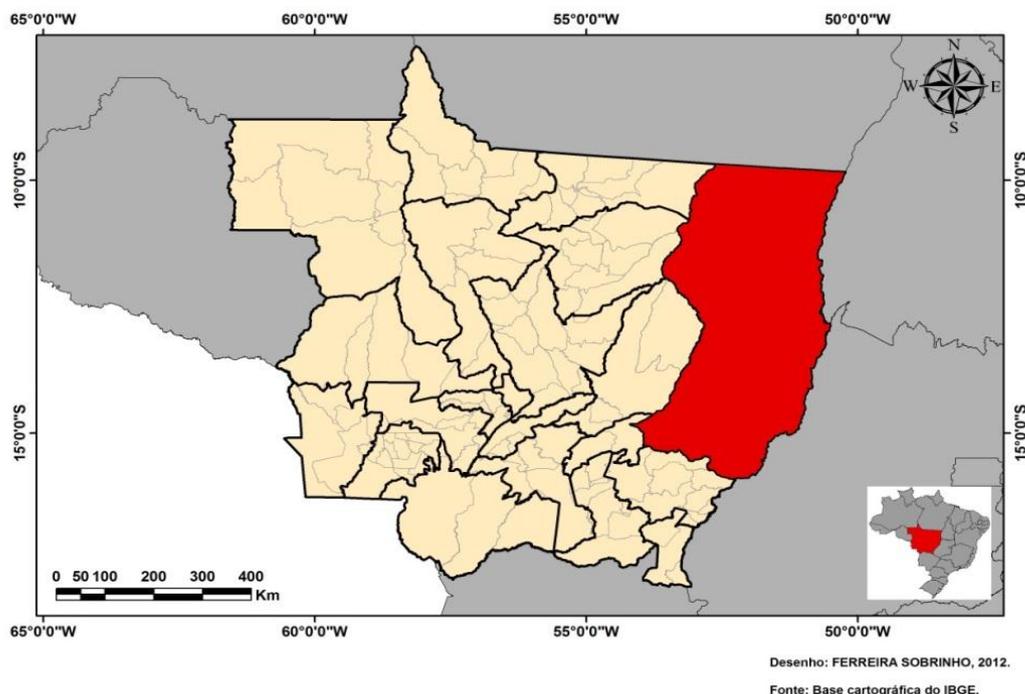
Assim começou a movimentação pelos cerrados, fazendo a ligação das bacias.

Foram criados postos de registros e presídios, entre as andanças. O fator econômico que motivou o povoamento da região foi a descoberta de diamante, entre 1871 e 1897, quando um grande número de aventureiros de várias regiões do país aportou às barras dos rios Garças e Araguaia. O destaque ficou para um grande número de garimpeiros nordestinos que, ao construir suas casas, iniciou o povoado, período em que intensificou a exploração mineral, perpassando pela década de 1920 até a de 1940⁶³. O mapa 17 mostra o tamanho e localização do antigo município de Barra do Garças, na mesorregião mato-grossense.

⁶² As informações históricas sobre o antigo município de Barra do Garças foram obtidos nos Documentos disponíveis na Fundação Pró-memória de Canarana e em: A Expedição Roncador - Xingu e a Fundação Brasil Central - Marcha para Oeste – Valdon Varjão “A história em prosa e verso” (2012).

⁶³ Art. 16. A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio. Parágrafo único. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária será o órgão competente para promover e coordenar a execução dessa reforma, observadas as normas gerais da presente Lei e do seu regulamento.

Mapa 17 – Mesorregião nordeste mato-grossense: antigo município de Barra do Garças.



Fonte: IBGE (2012).

A busca pelo ouro despertou os primeiros interesses econômicos pela região, juntamente com a extração do látex da mangabeira, natural do cerrado. O povoamento se deu principalmente pelo deslocamento, no rio Araguaia, em direção à localidade que, antes de fundada a cidade de Barra do Garças, era conhecida como Araguaina. A emancipação política do município em 15 de setembro de 1948 permitiu uma grande área com 285.000 Km², na época foi considerado um dos maiores municípios do mundo.

No demarcador econômico da região, considera-se, após a fase garimpeira, a fase da Fundação Brasil Central que, entre 1943 e 1964, instalada em Aragarças município de Goiás, organizou a expedição Roncador – Xingu. Após este período, a presença organizacional marcou-se pela atuação das figuras da SUDECO e da SUDAM. Em 1966, data-se o início da construção da BR 158: após a construção da ponte sobre o rio das Mortes, começam a surgir novos povoados, e a principal ocupação era feita pelos chamados “nortistas”. Conforme dados do IBGE, em 1970, Barra do Garças possuía uma superfície de 121.936 km², com uma população de 26.570 habitantes e uma densidade demográfica de 0,22 habitantes por km². Os dois principais distritos de Barra do Garças, na época, eram São Félix do Araguaia e Ministro João Alberto, posteriormente chamado de Nova Xavantina. A partir de 1970, iniciam-se os projetos de colonização no município, numa área de 619.195 hectares, uma vez que criou

1.617 parcelas ou lotes rurais, que somados às áreas dos projetos de desmembramento, totalizou em torno de 650.000 hectares, com 1.670 parcelas criadas⁶⁴, na área colonizada.

O antigo e grande município foi, aos poucos, sendo desmembrado. Barra do Garças, localizada no leste mato-grossense, foi a localidade mais antiga, utilizada pela política de ocupação da Amazônia, conhecida, no Governo pós-64, de “Novo Eldorado” e “Portal da Amazônia”. Ressalte-se que, naquela época, a Amazônia era vista como um espaço a mais, a ser “ocupado”, sem considerar a cultura local e os povos tradicionais ali existentes.

O fato de ser rotulado com um nome generalista de Amazônia, por si só, acaba por encobrir uma diversidade de agentes sociais da região, Almeida (2008). Já para Geraldo José de Almeida (1983), a implantação de projetos agropecuários, em forma de grandes latifúndios nessa região, mais os incentivos fiscais do Governo, através da SUDAM, gerou conflitos históricos, “pois já havia população ali”, como indígenas, posseiros, pequenos e grandes proprietários. Ressalta-se que o presente estudo não tem a intenção de investigar as causas dos conflitos que ocorreram, com o processo de vendas de terras do Estado para a iniciativa privada, mas para registrar a chegada do capital e os processos de desenvolvimento e suas implicações socioeconômicas e ambientais.

[...] o governo vendeu terras sobre seu domínio incluindo aldeias indígenas, desrespeitando a própria lei que proíbe vendas dessas áreas, vendeu terra em Luciara com posseiros residentes há mais de dez anos, como no povoado de Santa Terezinha, fundada em 1910 e localizada no município de Luciara [...] o Estado vendeu inclusive as terras em que se situava o próprio povoado (ALMEIDA, 1983, p. 136 - 137).

O autor comenta ainda que a superposição de títulos gerou conflitos entre os próprios fazendeiros. Assim esses atritos surgiram, devido à chegada de empresários das regiões Sul e Sudeste para a “ocupação das áreas já ocupadas”.

Dessa forma, o investimento agropecuário, para promover o desenvolvimento da Amazônia no Estado de Mato Grosso teve a participação governamental, tanto pela venda das terras, quanto pela participação da SUDAM, setor governamental responsável para o financiamento dos empreendimentos. Mesmo sob essa condição, uma parte de toda essa terra serviu para uma iniciativa que buscou atender a pequenos colonos do Rio Grande do Sul, e no local onde a terra já não podia mais ser repartida, pensavam eles em remembramento dos pequenos lotes.

⁶⁴Dados disponíveis nos relatos sobre o desenvolvimento do Município de Barra do Garças, encontrado no acervo da Fundação Pró-memória de Canarana, em julho de 2011.

4.6 A cooperativa no Alto Xingu – pouca ou nenhuma terra no Sul, para 480 hectares em Canarana

Os relatos dos pioneiros que vieram do Sul e enfrentaram uma “aventura” estão registrados em vários trabalhos acadêmicos (DUNCK, 1997); (SANTOS, 1993); (RIBEIRO, 1986); (OLIVEIRA, 1991). No entanto, o pesquisador que vai a campo e colhe informações diretamente dos atores que viveram a saga de uma migração, sente a necessidade de compartilhar os relatos que foram colhidos. Com este intuito, faz-se referência ao primeiro chefe de família, das oitenta e uma, que vieram no início da década de 1970.

Conforme relato do próprio Schwantes (2008), o primeiro colono se dirigiu para a futura colonização, sem mesmo haver estradas que chegassem à terra adquirida, ficando por quase um mês na então solitária BR 158.

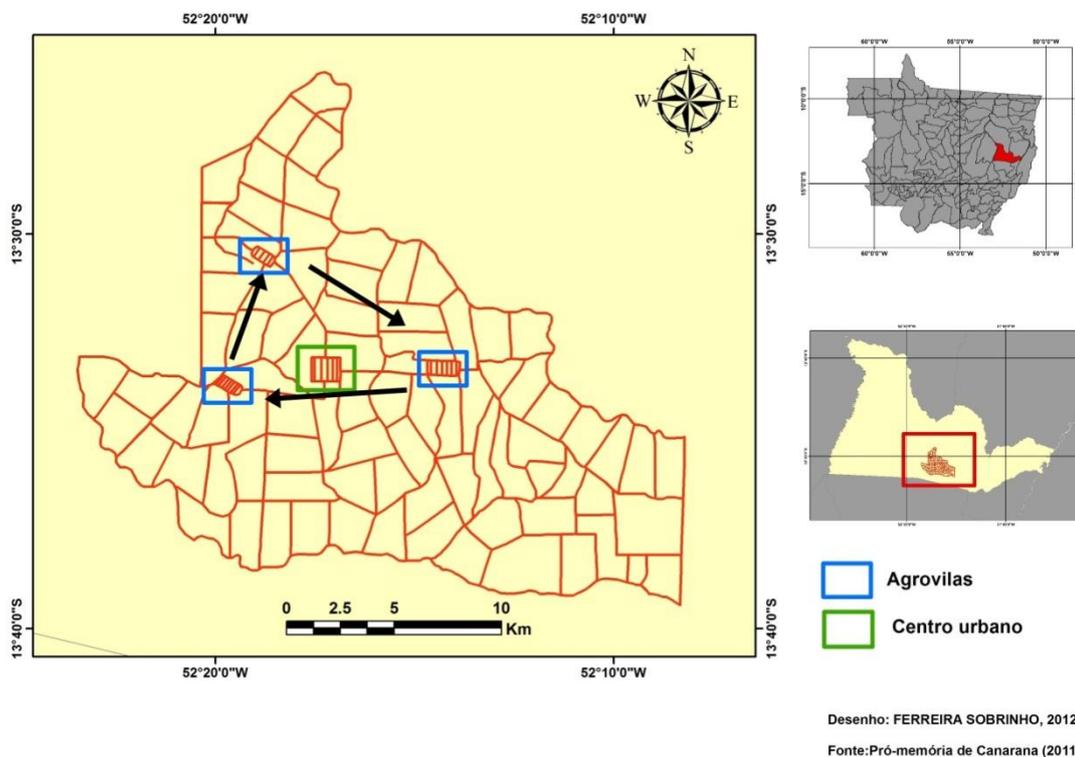
Ao carregar seus pertences em um caminhão, o Sr. Siegfried Bruno Geib chegou, no dia 14 de julho de 1972. Foi o primeiro a enfrentar uma viagem de nove dias, e, junto, veio a família de Ervino Berf. No dia 08 de agosto de 1972, a família Geib transferiu-se para a Vila dos Imigrantes, também chamada de Vila Sucuri, onde construiu um barraco em meio ao Cerrado, tendo uma árvore como esteio da nova moradia⁶⁵. Posteriormente, fixou residência na Segunda Agrovila, tendo adquirido o lote 69 do Projeto Canarana I.

A primeira ideia da cooperativa não era criar uma cidade aos moldes tradicionais, mas centros urbanos próximos às terras adquiridas. Schwantes em uma de suas viagens à Alemanha, conheceu o modelo agrícola alemão onde as famílias permaneciam em pequenas vilas próximas. Foi com este modelo, em forma de um triângulo, que pensou as agrovilas.

No dia 28 de fevereiro de 2012, na agrovila II, ao realizar pesquisa de campo para conhecimento *in loco* sobre as agrovilas, foi possível encontrar a senhora Geib, no alto dos seus 86 anos, falando em alemão com sua filha que havia deixado a cidade para ampará-la. Ali estava uma pioneira, com pouca saúde, mas a única que ainda vivia na agrovila, projeto primeiro do processo de colonização por cooperativa. No mapa 18, na sequência, a localização das agrovilas. Na sua ausência, surgiu o núcleo urbano, ao centro do mapa.

⁶⁵O Sr. Bruno Geib aparece no filme disponibilizado na Fundação Pró-memória de Canarana sobre a colonização de Canarana, mostrando a árvore que foi usada como esteio para a construção de sua primeira morada. Ressalta-se que devido a migração ser no sistema cooperativo, atribui-se o pioneirismo as 81 famílias que vieram, evitando, assim, mencionar isoladamente o mérito de uma de outra.

Mapa18 – Os 81 lotes e o projeto das três agrovilas separadas a aproximadamente 6 km de distância.



Fonte: Fundação Pró-memória de Canarana (2011)

A parte central foi onde prosperou o centro urbano, por falta de oferecimentos infraestruturais das agrovilas. Com o passar do tempo, as primeiras dificuldades para permanência nas agrovilas estavam presentes. As primeiras aulas foram lecionadas pela professora num acampamento improvisado, onde ainda estavam acampados, antes de irem para a primeira agrovila. Quando as demais foram formadas, tiveram dificuldades para continuar unindo os alunos. Começou, então, a ser percebida pelos pioneiros a ausência do Estado e, quando esteve presente, não disponibilizou recursos para a construção de uma escola em cada agrovila, o que ocorreu também com a questão da saúde: apenas uma unidade. Com isso, os colonos começaram a se incomodar com a situação, pois não dispunham de condições de serem atendidos plenamente.

O órgão executor do Projeto foi a COOPERCOL, através de sua equipe técnica que era composta por dois engenheiros agrônomos, um engenheiro civil e um analista de solos. O local escolhido para a implantação do projeto fica entre os Rios Tanguro e Sete de Setembro, afluentes da margem direita do Rio Xingu. Fato importante que marca o pré-projeto, é que nele é mencionado que este é o primeiro empreendimento da Cooperativa, e, com isso entendeu-se que ela pretendia continuar suas investidas colonizadoras, assim como o fez no futuro.

O documento analisado mostra ainda que alguns critérios foram tomados para a metodologia da elaboração do projeto. O objetivo era dar condições ao sucesso do mesmo. Aspectos como a localização da área no que diz respeito às condições de acesso fácil às vias de comunicação e das distâncias, embora se considera que, no ano de 1970, as condições de acesso à localidade ainda eram muito limitadas, devido às condições das estradas.

Outro fator considerado no projeto foi a potencialidade dos recursos naturais disponíveis na área e na região. Na visita de campo, nos relatos sobre o uso de madeiras e até mesmo na pesca e caça esses recursos eram considerados “riqueza do local”.

Do ponto de vista da presença governamental, o projeto também considerou o estágio de desenvolvimento regional e índice de aceleração da utilização dos incentivos governamentais, programados para a região, além de seu grau de utilização pelo setor público e privado; consideraram-se também a facilidade de aquisição de terras em quantidades mínimas, estabelecida para projetos desta natureza e sua valorização relacionada à sua localização e dimensão. Assim, as iniciativas para o processo de formação da nova colônia foram as estratégias traçadas pela cooperativa colonizadora, e a esperança estava tanto nos elaboradores, como nos colonos migrantes.

As terras adquiridas pela cooperativa somaram 40.000 hectares e precisavam ser divididas entre os 81 sócios. Essa quantidade distribuída chegaria à média de 480 hectares, retirando reservas e parte dos lotes das agrovilas. No entanto, porque 480 hectares, se, no Sul, tinham pouca ou nenhuma terra? Roewer (2012) detalha que existiam alguns aspectos a ser considerados, como o econômico, o social e, principalmente, a questão de que não faltariam terras para seus dependentes no futuro.

Para isso, primeiro teria que atender a uma situação, o pequeno proprietário do Sul, chamado de colono⁶⁶ na sua maioria, assumia outras pessoas que também moravam na sua área rural, prestavam-lhe algum tipo de trabalho e era considerado “agregado”. No pensamento dos associados, também deveria haver terras para os agregados. Outro ponto específico juntaria o econômico ao social: o econômico seria poder proporcionar capacidade econômica, além da subsistência, que pudesse favorecer os entes familiares na sua formação para dar continuidade aos trabalhos rurais.

O questão social dos migrantes foi uma referência local. Roewer (2012) comenta que o projeto buscou a forma de vida social do Sul. No final da década de 1960, por um lado, o colono era considerado um “caipira”, tanto no modo de vestir, como no de falar; por outro

⁶⁶Roewer explica que uma hectare no Sul também é chamada de “uma colônia”, e por isso se referiam aos “colonos”.

lado, existia o “granjeiro”, pessoa que também tinha atividade ligada à agricultura, mas morava na cidade, vestia-se melhor, possuía transporte automotor. O colono queria se tornar granjeiro. Com isso, o projeto buscou atender a essa realidade, em que se tinha em vista a reserva demandada na área de cerrado: pela Lei de 1965, em 20%, além dos aspectos técnicos, levantados pelo próprio Roewer e Tomforde.

A cultura e a tradição da produção com equipamentos influenciaram os agricultores a optarem pela produção individual. Dessa forma, adquiriram experiências que foram aplicando no processo produtivo, até quando perceberam que somente o crédito e máquinas não eram suficientes, mas um planejamento que pudesse aliar os investimentos e obter rentabilidade, fato que não ocorreu, levando-os ao endividamento e, na maioria dos casos, à perda da terra.

Tanto em São José do Rio Claro, quanto em Canarana, a adaptação ao clima e ao solo tardou a ser entendida. As tentativas para produzir com a cultura trazida do Centro-Sul gerou acertos e erros, quando erraram buscaram novas alternativas, isso gerou um conhecimento endógeno, como será visto no próximo capítulo.

5 AUSÊNCIAS PÚBLICAS, CONHECIMENTOS EMPÍRICOS

As análises da colonização realizada nos dois municípios nos remeteram a reflexões sobre o papel das instituições formais e informais, dadas às políticas desenvolvimentistas que se materializaram na ação empreendida e das práticas aplicadas. Essas análises refletiram as ações que provocaram intenções, conflitos e contradições que representam na atualidade o fruto dos processos colonizadores privados aplicados.

Nos dois modelos analisados, tanto da iniciativa com característica inglesa que parte do Paraná, quanto da que se aproximou no sistema de agrovilas do modelo alemão, os colonizadores procuraram atender a demanda produtivista, no entanto pouco sabia sobre a realidade prática de produção num ambiente climático e de solos diferentes da região de origem. Outro fator relevante são as características físicas da vegetação dos dois empreendimentos, ambos na configuração do ecótono Cerrado/Floresta. Na região de Canarana a cobertura vegetal apresentava um mosaico com dois domínios bem definidos, o domínio das florestas de transição da pré-Amazônia, conhecida popularmente como “Cerradão”, localizada no planalto dos Parecis, entre a Serra do Roncador e o Rio Xingu. Onde ocorreu a colonização de São José do Rio Claro, as características da vegetação também estavam numa região de transição pré-Amazônica, mas com um diferencial, o local da fundação da cidade está a dez quilômetros do rio Claro, que está a dez quilômetros de desague no rio Arinos. A margem esquerda desses dois rios no sentido norte é totalmente cobertas por vegetação florestal típica da Amazônia, ou seja, grandes árvores, floresta densa.

Esse aspecto chama a atenção para um fator relevante no momento de escolher as áreas de terras pelos colonizadores, pois de forma distintas, ambos tiveram suas considerações para escolha; nesse contexto a assistência técnica que traria auxílio para os produtores na Gleba Massapé I foram ausentes. Em Canarana I o projeto e o planejamento demonstrou a necessidade de utilizar as terras menos para agricultura temporária e mais para a pecuária, foi uma tentativa que a institucionalidade informal não deixou seguir, os agricultores utilizaram-se da cultura produtivista, assim o planejamento da Cooperativa foi inferior a tradição e motivação pessoal, conforme North (1993), onde analisa a relação entre organizações e ambiente institucional. Para ele, as organizações são moldadas pelo ambiente institucional e respondem pela transformação desse ambiente, gerando uma mudança institucional. Assim seguiram sem técnica, as questões edafoclimáticas não foram consideradas para auxiliar a produção agrícola dos agricultores pioneiros. No processo de escolha das terras, as de mata

alta foram as preferidas pelos paranaenses e as terras do Cerrado pelos gaúchos. Fatores culturais influenciaram nas duas regiões, como segue:

Quando veio para Mato Grosso conhecer a Gleba Massapé no médio Norte de Mato Grosso, ao cruzar o rio Claro e encontrar a vasta floresta, Domingos Briante identificou algumas características do norte do Paraná. “O vigor da floresta e a ocorrência de palmitais pareciam indicar tratar-se de terras férteis. Naquele tempo se conhecia uma terra boa pela exuberância da mata.” (informação verbal).⁶⁷ (Esse também era o argumento dos primeiros compradores de terra que migravam do Paraná, a existência de grandes matas representaria terras férteis, como as que existiam no oeste de São Paulo e norte do Paraná, região próspera para o café. Essa passagem registra a falta de conhecimento sobre a região amazônica, e conseqüentemente a falta de conhecimento sobre o que iriam enfrentar na nova realidade. “... as terras não eram tão boas, quanto Domingos Briante julgava a primeira vista, ao ver a mata exuberante. Mas o trabalho árduo foi produzido, ao menos o mínimo necessário para o desenvolvimento do projeto.”(informação verbal).⁶⁸

Quanto a Canarana, segundo o coordenador técnico Orlando Roewer, o que diferencia os agricultores do sul em ocupar a região do Cerrado de Mato Grosso enquanto os de origem de outras regiões do país não o fazem, se deu pela experiência que foi desenvolvida no Sul do país para o plantio de trigo. No governo de Vargas, houve financiamento para que alguns agricultores dos pampas, terras consideradas fracas para agricultura, pudessem desenvolver a experiência de correção do solo para o plantio de trigo, com o incentivo do governo em prover máquinas e equipamentos, essa experiência gerou resultados positivos, com isso, ficou a ideologia para os agricultores dessa região que com tecnologia e financiamento seria possível produzir em terras consideradas fracas. “Quando se questionava as terras fracas do Cerrado de Mato Grosso, logo aparecia alguém para dizer que se houvesse correção do solo haveria possibilidade de produzir, por isso os gaúchos foram os primeiros a ocupar essas áreas no Mato Grosso”(ROEWER, 2012). Conforme ainda Roewer, os produtores da região de Tenente Portela não sabiam dessa experiência, isso fez com que boa parte dos associados desistissem da cooperativa, ficando apenas a minoria. Como responsável técnico, providenciou no projeto o método de utilização de apenas 60 hectares rotacional para a lavoura e a inserção da pecuária, exatamente para atender a ausência da fertilidade do solo.

⁶⁷ Depoimento de Aparecido Briante (2012). O mesmo apresentou o texto de uma revista regional que registrou a fala de seu pai ainda vivo.

⁶⁸ Depoimento de Aparecido Briante (2012). O mesmo apresentou o texto de uma revista regional que registrou a fala de seu pai ainda vivo

Ressalta-se que no processo histórico que constitui os mais de quarenta anos decorridos do processo de colonização estudado, as análises acontecem posteriormente aos fatos ocorridos, o que remete as indagações pertinentes de que para a época o conhecimento sobre as condições edafoclimáticas no Centro Oeste não existiam, e se existiam, não havia técnicos suficientes para atender a demanda de agricultores que aqui chegavam para ocupar terras antes inexploradas para a agricultura temporária ou permanente. Considera-se nesse aspecto que não se cabe apenas em comentar e analisar o ocorrido, mas também registrar que as distorções que ocorreram e da forma que ocorreram geraram um processo endógeno para o enfrentamento das dificuldades que surgiram com o tempo. Essa endogenia está na experiência dos pequenos agricultores que migraram como pioneiros, estando ou não com as terras que adquiriram quando chegaram. A vivência dos anos permitiu-lhes interpretações tácitas que auxiliará novas medidas institucionais quanto ao uso da terra pelo pequeno agricultor como clima, produção, mercado e infraestrutura.

5.1 A parte técnica do INCRA e as obrigações do colonizador

Da intenção de promover a colonização privada até o efetivo assentamento das famílias de trabalhadores rurais migrantes, muitas foram as fases passadas como: políticas governamentais, pertinências legislativas, disponibilidades de terras para comercialização, especulação, trabalhadores corretores, trabalhadores rurais. De “a terra para quem nela não trabalha” até o trabalhador de fato, aquele que lavra a terra, planta e colhe, alguns aspectos para a efetivação da colonização foram demandados para atender a ocupação da nova terra desconhecida.

Para a colonização privada essa responsabilidade partia do órgão governamental INCRA, ou seja, o modelo de projeto a ser lançado pelos colonizadores obedecia as normas técnicas disponibilizadas e fiscalizadas por essa instituição. Dessa forma o projeto de colonização desenvolvido tanto pela COOPERCOL como pela IMCOL obedeceram as suas premissas. No entanto, um ponto específico chama a atenção, as características técnicas abrangiam mais uma forma de organização para desmembramento das glebas e a ocupação pelos adquirentes e menos sobre aspectos técnicos de conhecimento físico e químico das terras, da questão sociocultural e econômica onde seria implantado o sistema produtivo.

Nesse aspecto, desde a migração de europeus para o Rio Grande do Sul e de lá para a Amazônia, o viés sempre foi primeiro o contingente humano, ou seja, levar pessoas para ocupar espaços, e não a consideração sobre quais condições climáticas e de solo essas pessoas

como agricultores iriam enfrentar. Schneider ao interpretar o trabalho de Waibel, mostrou que foi a marcha para o noroeste à base da ocupação das terras indígenas dos Kaingáng, que vinham sendo espremidos para a fronteira norte e oeste do Estado desde a chegada dos primeiros imigrantes alemães. O desenvolvimento agrário do Rio Grande do Sul, a idéia de zona pioneira serviu para que Waibel pudesse explicar porque os colonos alemães, mesmo praticando sistemas agrícolas atrasados, tiveram um papel fundamental na ocupação do território do sul do Brasil e na formação de paisagens rurais diversificadas. Já com a presença do INCRA na década de 1970, a mesma desconsideração persistiu, houve uma padronização técnica para o planejamento de deslocamentos e assentamentos e não de conhecimento e informação técnica para o desenvolvimento da agricultura.

As primeiras atividades em solo mato-grossense, tanto dos coordenadores e diretores da cooperativa quanto dos trabalhadores migrantes foi a demarcação dos lotes das agrovilas, os primeiros plantios de alimentos para subsistência, pois, o momento era específico, iniciava o período das chuvas, então não poderiam perder a oportunidade para plantio. Conforme vários depoimentos tanto dos agricultores como dos colonizadores, uma orientação dada pelo INCRA quanto ao clima, era que o período mais propício para a chegada do agricultor nas terras se desse no início das chuvas para plantar para consumo. Isso não poderia acontecer no período da estiagem, com essa questão deu-se o registro da chegada da maioria dos agricultores entre setembro e outubro, quando inicia o período chuvoso que se prolongam por aproximadamente seis meses. Assim, quanto à efetivação do processo de colonização, do ponto de vista técnico, ao INCRA, cabia-lhe o papel de aprovar os projetos que as empresas apresentavam, bem como o acompanhamento da execução física dos mesmos.

Após as avaliações nos locais da colonização, verificavam-se os aspectos físicos, sociais, econômicos e jurídicos, o processo era finalmente avaliado no INCRA em Brasília. A consideração para a positividade das aprovações dos projetos, ficava mais entre o empreendedor privado e o INCRA, aos migrantes os aspectos sociais e econômicos foram embrionários e levados pela esperança. Dessa forma, ao papel do governo cabia a fiscalização por parte do órgão responsável, ao colonizador cabia atender as normas.

5.1.1 O papel do colonizador

A determinação do INCRA, era que a organização privada na figura do empresário colonizador fosse o responsável pelo projeto, sua proposta seria para atender a demanda do

adquirente da terra, tanto para as questões sociais, educacionais, de saúde, transporte e produção.

Os projetos e suas aprovações cumpriam critérios estabelecidos em lei e em outras instruções básicas e também geravam obrigações para as empresas privadas, conforme Art. 61 e respectivos parágrafos, seção II, Lei n. 4.504 de 1964. (BRASIL, 1964) Algumas das obrigações eram voltadas diretamente para a infraestrutura, como segue:

No caso de Canarana, como desenvolveram as atividades em forma de Cooperativa, os próprios colonos ajudavam a abrir as estradas até o local onde foram adquiridas as terras. Também, cabia-lhes a atribuição de encontrar através do projeto onde seriam suas áreas particulares, essas atividades aconteciam em meio a uma vontade e bravura que superava o medo do desconhecido. As primeiras máquinas adquiridas pela cooperativa desenvolviam a mecanização das estradas principais, as atividades braçais eram executadas pelos próprios pioneiros cooperados. Na iniciativa empresarial de São José do Rio Claro, esse trabalho cabia a empresa IMCOL, a responsabilidade pelo uso das máquinas tanto para abrir estradas quanto para demarcação dos lotes e a mão de obra auxiliar deveria ser contratada, na maioria das vezes era o pequeno produtor rural que desenvolvia essa atividade, com intenção de receber algum salário ou para pagamento do lote adquirido junto a colonizadora.

A infraestrutura física como a construção de armazéns, escolas e postos de saúde eram de responsabilidade direta da empresa colonizadora, o estado ao delegar essa atribuição ao setor privado abriu mão de qualquer compromisso. Em Canarana os recursos para estruturas físicas estavam ligadas as participações dos cooperados, no entanto, o imprevisto atendia as primeiras necessidades quando lonas foram utilizadas até que as primeiras tabuas e vigas fossem fabricadas pela serraria. Nesse caso, a Cooperativa terceirizou a atividade industrial madeireira, que segundo relatos, dificultou e demorou sua implantação e produção. No primeiro ano a produção foi para subsistência e pouca produção foi armazenada para comercialização. Quanto a armazenagem dos grãos já havia uma proposta no projeto inicial de construir galpões coletivos. Quanto a implantação da primeira escola houve o primeiro problema, como estavam divididos em três agrovilas, havia dificuldade em encontrar professores para as três agrovilas e também a dificuldade de construção, tanto da escola como do centro de saúde. Muitos pioneiros disseram sair daí a ideia de construir o centro urbano, pois quando da entrega da responsabilidade da colonizadora para o Estado quanto a saúde e educação, esse assumia a responsabilidade de apenas um núcleo para todas as colônias e não individualmente para cada uma. Nesse caso havia dificuldade para transporte das crianças para a escola ou dos moradores para receber atendimento médico.

A realidade da IMCOL não foi diferente em São José do Rio Claro, recaía sobre ela toda a responsabilidade, os salários da primeira Professora Helena Fialho foram pagos com recursos da Colonizadora, quanto a saúde a dificuldade foi maior, o atendimento mais próximo estava em Diamantino distante 130 quilômetros por um trecho intransitável, onde a possibilidade de passagem nas épocas de chuvas eram limitadíssimas, período em que a alta incidência da malária não poupava praticamente ninguém. As primeiras produções agrícolas nas pequenas propriedades eram basicamente para subsistência, não demandando uma estrutura física para armazenamento, essa quando necessário, a venda se dava diretamente pela colonizadora que de imediato repassava aos atravessadores.

Outra demanda privada foi quanto a delimitação do perímetro urbano com arruamento e demarcação dos lotes e quadras. Ponto principal do projeto, pois o núcleo urbano seria a base de apoio para as primeiras famílias que chegavam, também uma das primeiras demandas do INCRA, pois dentro das propostas para o planejamento da colonização o projeto urbano estaria na base de análise. No caso de Canarana, o valor da contrapartida dos cooperados já contemplavam os custos para a preparação das agrovilas. O sistema de agrovilas foi uma estratégia programada para dividir administrativamente a grande área adquirida em três setores, cada setor atendido por um núcleo urbano, onde seu morador não distanciasse mais que 10 km de sua propriedade adquirida. Segue um trecho do anteprojeto de Canarana onde explica a função das agrovilas:

O núcleo sede, localizado em posição que permite melhor desenvolver as funções de polarizador das atividades de administração superior da comunidade e da sede da administração Geral dos trabalhos de implementação do Projeto de Colonização. Os outros dois núcleos serão secundários e dependentes do núcleo sede na fase de implantação do Projeto, prevendo-se a gradual transferência das atividades para esses núcleos, a medida que for desenvolvendo e evoluindo a comunidade instalada na área (ANTEPROJETO CANARANA, p. 23, 1972).

Conforme pode ser observado na citação acima, no momento da implantação do projeto uma agrovila seria a principal, aonde iria concentrar a administração geral. Posteriormente, as agrovilas II e III seriam também atendidas com a descentralização da Primeira. Segundo o anteprojeto analisado, as diretrizes do parcelamento e sua justificativa, é demonstrado que a atividade principal seria a cria e recria de gado de corte, as culturas temporárias seriam secundárias, por isto seriam inseridas as três agrovilas, consideradas como lote urbano, com uma área de no máximo dois hectares, destinados a habitação da família onde seriam desenvolvidas atividades de subsistência, como a criação de animais de pequeno porte, horta e pomar doméstico.

O núcleo urbano de São José do Rio Claro seguiu a estrutura paranaense desenvolvida pela CTNP, os colonizadores contrataram os engenheiros responsáveis pelas plantas urbanas das cidades paranaenses colonizadas pela CTNP. O objetivo era elaborar o planejamento para atender o pequeno proprietário nas proximidades do centro urbano.

5.2 A desconsideração ao conhecimento prévio para produção agrícola

A assistência técnica e creditícia, ponto crítico dos projetos, pois o conhecimento prático da produção nas terras adquiridas ainda não havia desenvolvido, nos dois municípios, embora fizessem análise do solo, não sabiam quais os resultados da produção, essa somente aconteceu com o tempo e tentativas. Os estudos realizados pelos agrônomos da Coopercol mostravam as condições das terras, as quais demandavam técnica e estratégias específicas.

O agrônomo da Coopercol, Orlando Roewer considerou o uso para lavoura em forma rotacional, o restante ficaria para a pecuária. Observou o baixo índice de matéria orgânica na transição do Cerrado com a Amazônia, essa acabando, a terra ficaria mais fraca ainda, a rotação com a pastagem ajudaria a recuperar mais. “Fui aluno da Profa. Primavesi⁶⁹, essa questão era prontamente defendida por ela, a produção estava ligada a conservação do solo (ROEWER, 2012).” Para atender essa demanda, a cooperativa plantou hum hectare de capim Jaraguá no fundo de cada agrovila, seria para a formação das pastagens, mas isso não era da cultura desses colonos, nem a agropecuária, nem o arroz, no Sul plantavam milho, soja, trigo e feijão. Sobre esse ponto Roewer (2012.) comentou “Se tivesse que voltar no tempo em um ponto, seria esse, insistir para que os agricultores cumprissem à risca a técnica de produção sugerida, não seguiram, foram pelos instintos próprios, seguiram uma tradição produtivista.” Com isso, é possível perceber que o sentido cooperativo ficava apenas para as atividades burocráticas e a consideração técnica quanto ao solo, clima e produção, percebida pelo conhecimento técnico de Roewer, não foi considerada. Esse ponto, especificamente, demonstra que o sentido “cooperativo” aconteceu, de fato, mais para a apropriação da terra, atendendo uma demanda do Estatuto da terra de 1965⁷⁰, que propriamente da Lei das

⁶⁹Formada pela Universidade Rural de Viena, em 1942, e Ph.D em Ciências Agronômicas com especialização em solos, Ana Primavesi é considerada a inventora da agricultura orgânica no mundo. Nascida na Áustria e naturalizada brasileira, a cientista veio para o Brasil nos anos 1950. Como docente da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul, desenvolveu suas pesquisas e experiências com a terra. (MULHERES, não paginado, 2012)

⁷⁰Art. 3º O Poder Público reconhece às entidades privadas, nacionais ou estrangeiras, o direito à propriedade da terra em condomínio, quer sob a forma de cooperativas, quer como sociedades abertas constituídas na forma da legislação em vigor.

sociedades cooperativas, conforme Lei n. 5.764 de 16 de dezembro de 1971 que retrata no capítulo II Art. 3º sobre as sociedades cooperativas, onde diz que estas “celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro” (BRASIL, 1971, não paginado). O sentido econômico e individualista com o sentido de lucro limitou o cooperativo, como segue.

Tanto no pré-projeto quanto no projeto aprovado os tratores seriam coletivos, não poderia cada um ter seu trator. Teriam cavalos para transportar charretes individuais e meia dúzia de tratores da Cooperativa. Os primeiros plantios foram de feijão milho e arroz, só dava arroz, na primeira safra alguns conseguiram em torno de 200 sacas, o arroz tinha preço bom, com isso, conforme os relatos dos próprios agricultores, começaram a ficar independentes da cooperativa.

Outro ponto tem pertinência, a Cooperativa fazia a função burocrática, elaborava o projeto e buscava recurso no banco, tanto para a produção agrícola quanto para a compra dos maquinários. Roewer (informação verbal,) demonstra que o Banco do Brasil era um banco de fomento, queria emprestar. Existiam as empresas para vender máquinas agrícolas e caminhões. Com o passar dos primeiros anos começou a cair a produção do arroz, por não terem atendido a recomendação técnica, não haviam formado as pastagens propostas, ai vieram às primeiras dificuldades. Em 1975 receberam as documentações das terras, podiam fazer seus próprios empréstimos, mas também inflacionados.

Implantado e consolidado o processo de colonização, os colonos que chegaram depois, com um projeto estruturado já não conseguiam mais acompanhar o planejamento em andamento. O financiamento pelo governo foi ficando dificultado, pois havia uma crise econômica e com isso os recursos para financiamento iam ficando mais caros, a retirada do incentivo com crédito rural e a correção monetária que atingiu 35%, 85% e 100%, endividou muitos colonos:

No período de 1970 a 1975 ocorreram variações nos preço, mas o arroz de terras altas continuou com o preço mais alto. Em 1975, houve uma inversão, mas o domínio do arroz irrigado passou a vigorar a partir de 1980. Ressalta-se que nesse processo, ocorreu uma ligeira mudança do perfil do produtor de arroz de terras altas, principalmente no estado do Mato Grosso e que o nível de exigência do consumidor foi fundamental na determinação dos rumos do processo produtivo. Outro componente importante foi a mudança do papel do governo, que era o maior

Parágrafo único. Os estatutos das cooperativas e demais sociedades, que se organizarem na forma prevista neste artigo, deverão ser aprovados pelo IBRA que estabelecerá condições mínimas para a democratização dessas sociedades.

comprador e vendedor de arroz. Um aspecto relevante também a ser mencionado é que o governo não primava pela qualidade, ou seja, não havia estímulo para que se produzisse com qualidade, mas sim quantidade (FERREIRA; VILLAR, 2012).

Entre a atuação do governo e a qualidade do produto, uma forte crise interferiu na produção, conseqüentemente nos lucros que diminuíram, por outro lado aumentaram os endividamentos. Em 1978 Roewer tentou refazer o projeto com uma nova tentativa de atrair os produtores para o sentido cooperativo, idealizou o Coopersolo, iniciativa de rotatividade com pastagens e produção agrícola, não conseguiu. “Tive a percepção que já começava a surgir uma nova tradição, cultura, pois estavam voltados a iniciativas próprias” Roewer (informação verbal, 2012). Conforme o quadro 5, entre o final da década de 1970 e início de 1980, a defasagem entre o custo da produção e o preço de venda do produto repercutiu negativamente entre os produtores, muitos eram os compromissos, poucos os resultados.

Quadro 5 – Custo de produção e preço de venda do Arroz 1979 - 1983

SAFRA	CUSTO DE PRODUÇÃO	PREÇO DE VENDA	DEFASAGEM
79-80	645,00	450,00	30,24%
80-81	1.482,00	864,00	41,71%
81-82	2.598,00	1.594,00	38,38%
82-83	4.515,00	2.880,00	37,65%

Fonte: PAM; IBGE (2012). Adaptado pelo autor.

A presença do financiamento que possibilitou a produção agrícola, foi pelo Banco do Brasil, por outro lado o Ministério da agricultura provedor da produção e comprador do produto não continuou a compra do arroz, assim, a garantia do preço mínimo não existiu, os custos aumentaram e a falência foi evidente.

Os financiamentos não foram mais possíveis dentro do viés produtivista que o agricultor encontrou no início, na sequência das atividades, a penhora dos bens atendia mais o papel dos bancos que a iniciativa de produção agrícola do produtor, a partir da década de 1980 poucos foram os que ficaram com as terras.

As terras da região consideradas pelo INCRA para múltiplas utilizações eram frágeis, em Canarana, os produtores que continuavam nas terras partiram para experimentos próprios, tanto para o arroz, soja e milho. Em São José do Rio Claro, as tentativas para reproduzir o conhecimento trazido do Sul foram pautadas em contínuas experimentações com os tipos de solo, altitude das terras e a consideração com o período chuvoso e seco.

No relato de um produtor sobre a experiência com café em São José do Rio Claro, as tentativas de produção mostraram que o plantio próximo aos rios permitia uma melhor produção, “Nós conseguimos produzir por quase seis anos o café, mas foi próximo ao rio, o pai dizia que era por causa da umidade da terra e um pouco de matéria orgânica que tinha no solo, na parte alta era mais areia, na parte baixa havia uma terra mais branca, parecia argila”⁷¹(Informação verbal).Essas tentativas foram isoladas, não houve trocas de informações para optarem por um modo de produzir. Para essa questão, os produtores sempre argumentaram sobre as diferenças no solo da região. Consideravam que as terras mais adentro da floresta, no sentido norte, eram melhores. Muitos deles trocaram o primeiro lote comprado perto do núcleo urbano por outro lote em densa floresta. Em nada adiantava, pois não tinham conhecimento sobre a questão edafoclimática, após o desmatamento, no máximo em três anos a matéria orgânica acumulada por milhares de anos fora decomposta pela ausência da floresta.

Com isso, cada produtor tentava ao seu modo, o que considerava ter ou não produção, era a “coragem”. A ausência de terras férteis prolongou até o ano de 1972, nesse aspecto, ficou evidente que as primeiras produções davam até o terceiro ano, depois, por falta de assistência técnica o abandono era praticamente certo. A produção viria de um novo produtor que chegava, fazia nova derrubada em novas áreas e produzia por mais três anos, essas tentativas foram até surgir os primeiros boatos sobre a seringueira.

As iniciativas para produção sempre foram individualizadas, ou seja, pela colonizadora não houve assistência técnica, nem pública, pois o INCRA se encarregava da parte técnica da colonização. A primeira assistência técnica para produção via setor público veio para o cultivo da Seringueira, foi através do PROBOR que iniciou em 1972.

Especificamente, o processo de ocupação desenvolvimentista aportado na Amazônia mato-grossense, retrata no modelo de colonização a presença do Estado e de empresas que a promoveram. Por outro lado, a instalação de famílias veio para garantir a reprodução econômica do sistema, considera-se nesse processo a questão do aprendizado e das mudanças, bem como novas condições culturais e sociais. Os que chegaram para se fixarem na região amazônica, vieram da região Centro-Sul do país com uma cultura produtivista, num clima e solos diferentes dos que aqui encontraram, por isso a nova aprendizagem e mudança nos seus hábitos, bem como a consideração social e cultural.

Mantzavinos (2004) aponta que para explicar o surgimento do conhecimento social e cultural, dois aspectos devem ser considerados: a estática e a evolução. Na estática, dado um

⁷¹ Depoimento dado por J. S. 2012.

ambiente sociocultural, o processo de comunicação entre os indivíduos é para tentar resolver seus problemas, isso formará modelos mentais compartilhados que permitirão uma interpretação comum da realidade e com isso, dar origem às soluções dos problemas de forma coletiva. Esse processo, da interpretação da nova realidade, é o alicerce da nova interação social. Por outro lado, sobre a evolução dos modelos mentais compartilhados num grupo social, essa dependerá da aprendizagem coletiva e do tamanho do grupo, gerando uma diferença dentro das organizações e da sociedade em geral. Nas organizações acontece primeiro nas famílias, bairros e escolas, e na sociedade a evolução cultural perpassa pelo crescimento das preocupações e a transmissão do conhecimento ao longo do tempo (MANTZAVINOS, 2004, p. 76-77).

O autor ainda demonstra sobre aprendizagem coletiva e surgimento de instituições, nesse caso, comenta sobre a participação dos indivíduos em sociedades de grande porte, e a possibilidade de desistência individual ser maior porque depende do ambiente em que participa, se tem retorno das suas ações ou não. Em caso de desistência, uma coalizão maior de seus membros poderá contrapor ao líderes desistentes e em contrapartida os indivíduos mais criativos proporcionarão a hipótese de criar e gerir uma instituição protetora.

Feita a consideração do autor citado, ao analisar os aspectos institucionais presentes no processo desenvolvido na Amazônia mato-grossense, tanto na esfera governamental como privada, ambas buscavam uma lógica para atender a necessidade da economia de mercado, adentrando em novos espaços territoriais sem as considerações dos aspectos individuais contidos nas relações sociais e culturais. Esses ficaram assolados perante o vínculo econômico hegemônico, as desistências sempre foram presentes nos primeiros anos, pois muitas famílias não conseguiam se adaptar a nova realidade.

Dessa forma, passados em torno de meio século da colonização privada, o conhecimento social e cultural de hoje, bem como seu crescimento econômico, contem raízes no processo de migração, colonização e da presença institucional. O agricultor migrante, tanto pela estática como pela evolução, interpretaram uma realidade e procuraram solução. A evolução deu-se pela aprendizagem coletiva que foi representada, o fato de estarem ou não com a terra gerou uma diferenciação na coletividade geral. Essa evolução está na questão empírica vivenciada, entre a esperança do progresso gerada pelo colonizador perante o agricultor, para que este utilizasse sua força de trabalhador perante a fragilidade produtiva das terras e pelos resultados das atividades que desenvolveram.

5.3 A realidade enfrentada pelo agricultor migrante – das primeiras produções individuais ao programa da borracha – PROBOR

No início da década de 1970, já se sabia da infertilidade das terras. O pequeno produtor foi o que mais sofreu, pois dependia das lavouras de subsistência. O arroz já não produzia como antes, o café sofria com o período de estiagem que ia praticamente de abril a setembro. O grande produtor também enfrentou dificuldades; “[...][na parte do Cerrado, onde foram feitas as primeiras pastagens com o recurso da SUDAM, caíam os dentes das vacas por falta de nutrientes, isso assustava, só ficava sabendo quando via acontecer” (informação verbal)⁷².

Das dificuldades com a agricultura tradicional e com o gado, uma nova e oportuna atividade veio pelo governo: a produção de borracha em cultivo. Dessa forma, a presença pública esteve presente na região, inserida também para o pequeno produtor através da Superintendência Nacional da Borracha - SUDHEVEA, que instituiu o Pró-Hevea, antecipando o ideal do PROBOR.

O projeto que permitiu o loteamento de colonização pela IMCOL, denominado de Massapé I, foi elaborado e apresentado ainda quando o órgão governamental era o INDA. Segundo os colonizadores as exigências do INDA não eram tanto quanto fora posteriormente pelo INCRA, que entrou em vigor na década de 1970, na época a solicitação maior foi da FUNAI que ainda registrava a presença indígena naquela região, somente em 1972 a FUNAI liberou as terras para colonização. Até esse momento o desmembramento legal da área ainda não havia ocorrido, isso limitava financiamentos do PROTERRA para compra de terras e de Bancos para a agricultura.

Desde a chegada dos primeiros agricultores pioneiros até a legalização das terras, o esforço na tentativa produtiva foi algo próprio dos trabalhadores voltados a conquistas próprias, por ter um pedaço de terra, e por acreditar que com seu trabalho poderia plantar, colher, vender e assim, atender as demandas de suas famílias. Esse aspecto aparece nas falas dos agricultores e também dos colonizadores. No depoimento de um agricultor que ainda está na área que adquiriu no final da década de 1960, ele demonstra a vontade e o esforço: “o fato de ter meu pedaço de terra me dava muita coragem para desbravá-la, se você olhasse a mata e imaginasse que somente com ela deitada se poderia plantar, então tinha que derruba-la, plantar e ver o resultado”⁷³ (informação verbal).

⁷² A. B. dezembro de 2012.

⁷³ Depoimento de J. C. sobre a vontade que tinha para produzir (2012)

A questão “coragem” esteve presente nas falas dos agricultores e colonizadores em vários momentos da pesquisa de campo. Para o agricultor, representava a forma que tinha para enfrentar o desconhecido. Por parte do setor empresarial e patronal, o sucesso dos empreendedores eram fruto da “coragem” de enfrentamento e superação. No entanto, as condições econômicas e sociais que separavam o colonizador empresário dos pequenos agricultores tiveram diferenças. Quando perguntado ao colonizador pelas famílias que desistiam de enfrentar o processo de desmatamento para produção, ou o fracasso dessa, a fala é direta “os que desistiram foram preguiçosos, não tiveram “coragem” para enfrentar as diversidades”, porém não se discutiu o que foi colocado por um agricultor:

Uma coisa era ter coragem com os braços, outra é com financiamento do governo para pagar trabalhadores, essa diferença era grande. Quem tinha dinheiro da SUDAM se gabava de coragem. Para nós as dificuldades eram muitas, as terras não produziam bem, mal dava para alimentar, a sobra era muito pouca, ainda não tinha financiamento, mas tinha doença, fui naquela época nove vezes para Diamantino para cuidar da malária. Quando chegávamos na vila, não podíamos falar que estávamos com malária, pois tinham compradores de terra e podiam se assustar desistindo da compra. [...] As vezes tinham todos da casa caídos com a doença, não desistia, fazia comida pesada e forçava que começassem na marra, pois achava que iam morrer. Sobrava pouco tempo para cuidar da lavoura branca, essa era plantada e colhida na força e no machado, não tinha financiamento para uma cabeça de gado. Mole nunca fui, tive foi inteligência para escapar de demonstrar minha coragem trabalhando como ensacador de café no Paraná para dono de cerealista, quanto mais ensacava, mais tinha que ensacar, então percebi que minha coragem não tinha fim. Larguei tudo e falei pro pai que a partir daquele dia só trabalhava para mim, assim faço até hoje. ⁷⁴(informação verbal)

Essas dificuldades perduraram por aproximadamente cinco anos, a tentativa da produção com trabalho árduo e as doenças tropicais, esses fatores despertaram, nos que ficavam, buscas incessantes na tentativa de alcançar a produção imaginada, pois as consequências reais da terra frágil e das adversidades climáticas e de solo era algo a ser descoberto, pois não se sabia ao certo que iniciativa tomar.

A origem e a cultura de produção do pequeno produtor da Gleba Massapé I era a mesma que veio do Norte do Paraná, primeiro a derrubada da mata, depois plantação. Devido a falta de recursos econômicos para essa atividade, a falta de maquinários eram superados pelo trabalho braçal e familiar. A derrubada acontecia na época sem chuvas de maio a agosto, a floresta derrubada e seca seria objeto de queima antes do período chuvoso, quando começava os primeiros plantios. Na queima, parte da matéria orgânica do solo era eliminada, esterilizando-o mais ainda. No período de chuvas faziam o plantio de arroz, tudo manual em meio aos troncos de árvores que restavam. Após o plantio do arroz a prática era o plantio do café, que também se identificava ao modelo paranaense.

⁷⁴ Depoimento dado por J. E. C. em sua propriedade em julho de 2012.

Mesmo sabendo que os cafezais crescem melhor quando implantados com mudas, selecionando apenas aquelas de melhor vigor, os colonos em Mato Grosso, retrocediam às práticas mais antigas, tidas como superadas. Aparentemente estavam em jogo aspectos objetivos do processo produtivo, como a necessidade de se transportar terra para confecção dos torrões nos quais o café seria semeado, prover irrigação quando faltasse chuva, bem como ter de transportar uma grande quantidade de terra, em forma de mudas, para o local definitivo. Nenhum deles dispunha de meios de transporte ou de irrigação, sendo, por isso, adotado um sistema adaptado às suas condições.[...] A formação de mudas só viria a se tornar rotineira quando passaram a dispor de crédito rural que cobrisse essas outras despesas. A princípio não utilizavam adubo orgânico, ainda inexistente na região. Devido às deficiências do solo, aqueles que vieram a utilizar essa forma de adubação destacaram-se dos demais, conseguindo colher algumas safras de café consideradas “boas” (GUIMARÃES, 1988, p. 117).

O fato relatado por Guimarães, retrata os primeiros colonos que chegaram à região e seus experimentos. A primeira tentativa era com o arroz. Quanto ao café, dos pioneiros que desenvolveram os primeiros plantios, foi possível encontrar o filho de um deles que conseguiu a produção por aproximadamente 6 anos “conseguimos produzir na região do rio Caju doce, próximo ao rio, as partes mais altas das terras eram mais secas e a produção não era boa”. Os relatos dos pioneiros que fizeram as tentativas dessa cultura retratam sua má formação e a dificuldade de manutenção, entre outros fatores, também as sementes de café eram trazidas do Paraná, o que diferenciava as condições de adaptação na Amazônia mato-grossense. Alguns produtores trouxeram mudas prontas do Paraná, o sitiante J.E.C trouxe 30.000 pés plantados, mudas prontas, e relata que a produção melhor foi próximo ao rio “só dava onde tinha formigueiro e perto do rio, era mais úmido e fresco. O Canelão plantado nas partes mais altas deu pouco”. Outro produto que foi referenciado com dificuldade para produção foi o feijão, os próprios experientes agricultores não tiveram respostas para sua negatividade, apenas referiam a não produção. Quanto ao arroz, quem conseguiu produzir com excedente tinha outro empecilho, um deles era a venda da produção do excedente, conforme citação:

A comercialização do arroz dependia, exclusivamente, da colonizadora, que possuía a única máquina de beneficiamento existente e obrigava os produtores que tinham prestações em atraso, ou outras dívidas quaisquer, a entregar-lhe a maior parte da produção pelo preço que ela mesma fixava. [...] Esse arroz, limpo e ensacado, era comercializado, em parte, no Paraná, aproveitando-se para isso dos caminhões que para lá retornavam a parte era vendido em Cuiabá. Eventuais compradores de arroz que percorriam a região eram até mesmo impedidos de adentrarem à área da colonização, a não ser que, de comum acordo com a colonizadora, adquirissem primeiramente o arroz de sua propriedade. Quando esse se esgotasse, a colonizadora permitia que comprassem diretamente dos colonos por ela indicados e pelos mesmos preços que ela havia pago (GUIMARÃES, 1988, p. 129).

Ainda segundo Guimarães, quanto ao café, existiam poucos compradores na região e a pouca produção não os atraía para o Mato Grosso, cabia ao produtor arcar os custos de levar a produção até o Paraná, o que causou desestímulos.

Dessa maneira foram passados os primeiros anos, as dificuldades assustavam até mesmo os colonizadores que partiam em busca de alternativas. Clamavam por ajuda, mas disseram haver um total abandono por parte do governo, sentiram que de fato, toda a responsabilidade era do empresário colonizador⁷⁵(BRASIL, 1966, não paginado). Essa situação levou-os a buscarem outras alternativas. Foi então que o Engenheiro Ticianelli, diretor da EMPAER de Diamantino, após receber um comunicado do governo Federal sobre o projeto do PROBOR para a Amazônia, comunicou os dirigentes da IMCOL. Conforme os depoimentos, tanto os agricultores e os colonizadores só conheciam as seringueiras nativas, plantá-las foi uma grata surpresa, pois era algo perene, suportaria o período seco, era da região.

Um fator diferenciador relatado pelos agricultores, é que a produção perene relembra a produção do café, o que dava esperança para sair da cultura temporária fragilizada e adentrar a uma produção com assistência técnica e financiamento.

Embora tivessem a boa notícia para a nova investida, veio outra preocupação. Os financiamentos seriam apenas para grandes projetos, grandes proprietários de terras, através da política de desenvolvimento da SUDAM. “Essa foi outra grande dificuldade nossa, convencê-los que os pequenos agricultores tinham direito e podiam também cultivar a Hevea, eles só queriam liberar acima de 500 hectares. Explicamos que tínhamos muitos pequenos produtores e a região precisava de algum incentivo. Novamente, foi outra luta que vencemos” Briante (informação verbal).

Após o anúncio da possibilidade do cultivo da seringueira, as primeiras providências foram para superar as iniciativas burocráticas. Daí até os primeiros plantios foram muitas as idas e vindas a Diamantino, Cuiabá e até Brasília. Naquela época pouco se acreditava na produção da seringueira. Os relatos sobre a comumente chamada “borracha”, era que a região havia sido explorada por fazendeiros que extraíam esses produtos, em áreas de terras que pertenciam ao governo e usavam-nas como arrendamento. No auge da borracha no Brasil, sua produção era enviada para Belém via rio Arinos. Era tudo que, segundo os entrevistados, sabiam. Pois se haviam seringueiras nativas naquela região, o seu plantio também poderia produzir. Poucos foram os que acreditaram, desses, na pesquisa de campo foi possível encontrar seis plantadores do PROBOR I, os quais relataram suas experiências.

⁷⁵Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966. Conforme o Estatuto da Terra, “o Administrador de núcleos ou de distrito de colonização é o responsável pela implantação, coordenação e consolidação dos serviços ou atividades técnicas, administrativas e comunitárias das unidades de colonização até sua emancipação total. E ainda, o gerente administrativo substituirá o poder público no local.”

Conforme os dados da EMATER, foram 19 projetos aprovados no PROBOR I, desses, apenas 3 foram para propriedades de 24,20 hectares e 3 para 36,3 hectares, 1 para 30,00 hectares e 1 para 12,11 hectares. Ficou assim representada no quadro 6:

Quadro 6 – Relação dos primeiros adquirentes do Programa

Nº	Mutuário	Propriedade	Área total HA	Área do Projeto HA
01	A.B.	Lote nº 128	12,11	05,0
02	A.B. e outros	Faz. Fonseca	937,75	130
03	W. T.	Faz. Ticianeli	484,00	100
04	H.G.F.	Faz. Cianorte	2.662,00	50
05	H.G.F.	Faz. Cianorte	-	50
06	J.M.S.	Sítio Boa Vista	24,20	06
07	J.A.C.	Sítio São José	65,34	10
08	J.B.S.	Sítio Águas Boas	36,30	10
09	J.E.C.	Sítio Alvorada	36,30	05,0
10	J.P.C.	Faz. Israel	121,00	15
11	J.F.C.	Sítio 15 Irmãos	85,74	12
12	M.A.M.	Sítio Cristo Redentor	24,20	08
13	N.B.G.	Faz. Cristina	36,68	15
14	N.R.R.	Faz. Rancho Alegre	4.356	50
15	A.B.	Seringal Pavão	98,08	50
16	V.J.S.	Sítio N.Sª. Aparecida	30,25	08
17	J.P.C.	Córrego Pavão	72,60	15
18	M.A.A.	Sítio Bom Jardim	50,50	10
19	J.A.C.	Sítio São João	24,20	04

Fonte: EMPAER – Escritório de São José do Rio Claro (2012).

Conforme relatos dos primeiros contemplados com PROBOR, havia muita insegurança para adentrar ao programa, nas primeiras informações técnicas sobre o financiamento e plantio, foram passadas algumas informações sobre as normas, entre elas, a de que a terra beneficiada ficaria hipotecada por 12 anos. Tiveram uma palestra numa igreja sobre o assunto, mas para os agricultores, diziam que não era esclarecedora as explicações. Sem conhecerem a viabilidade do cultivo, muitos não aceitaram o convite no primeiro momento. Entre as propostas e a execução do plantio das mudas, muitas foram as superações, entre elas, a tentativa de encontrar as mudas que viriam de Fordlândia, no estado do Pará. Dos primeiros que aceitaram, o depoimento foi contundente e regado por muito conhecimento dos fatos, conforme segue:

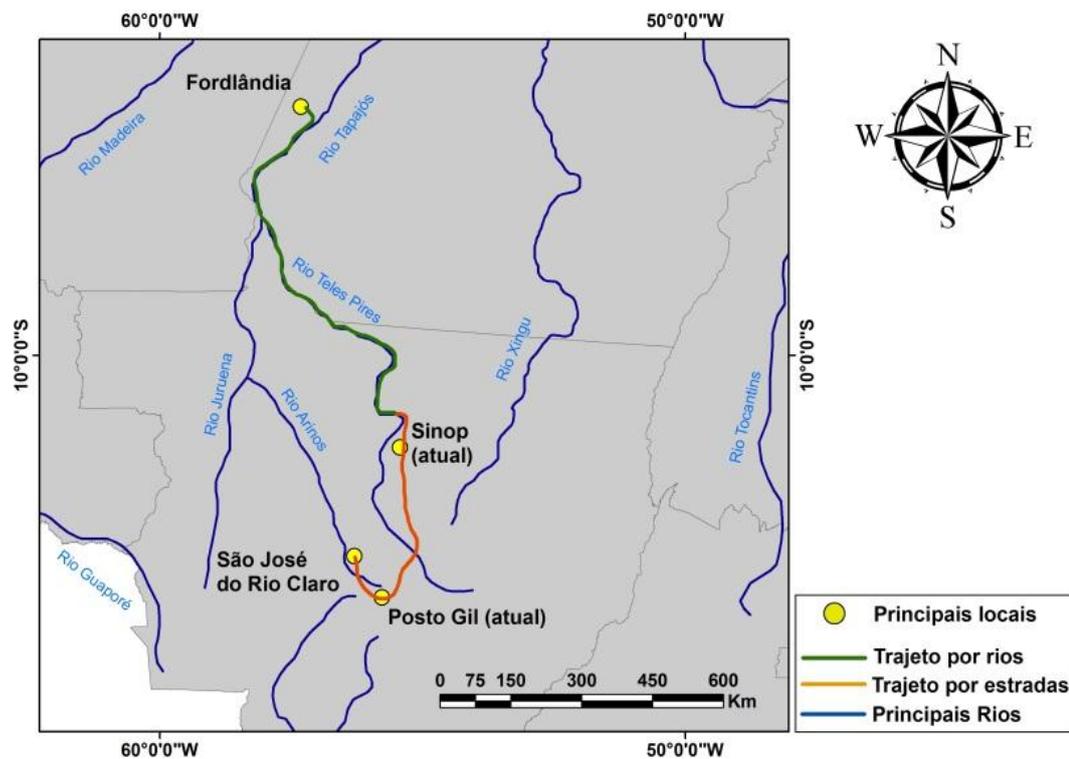
Quando apareceu a borracha, já falavam em financiamento. Qual era a alternativa? Se apareceu uma, peguei. O governo tinha dinheiro, nós não tínhamos documentos. O Sr. Domingos⁷⁶ arrumou três escrituras, uma foi para o pai e os irmãos, ai fui atrás. O Banco que financiava era o BASA, só tinha em Cuiabá, a primeira ida e vinda foram de 6 dias, o dinheiro mal dava para dormir e comer. Conseguimos 12 mil cruzeiros, colocamos numa mala e fomos comprar as primeiras mudas que estavam no rio Teles Pires, essas eram de raiz nua e vinham de Fordlândia, região da Amazônia brasileira, vinha de barco, subiam o rio Tapajós. Para chegar lá alugamos quatro caminhões, o caminho que fizemos foi; de São José para Posto Gil, voltamos então 160 quilômetros, de lá fomos para o Rio Novo, que era a cabeceira do Rio Arinos, passamos na sede da Fazenda dos Spinelli, de lá fomos para o rio Teles Pires, em alguns trechos os caminhões não andavam devido a grande quantidade de areia e por estarem vazios, então amarrávamos uns aos outros fazendo um trem, e assim seguimos até encontrar o rio. Chegando lá, tínhamos que atravessar de balsa para alcançar outra margem e seguir mais um pouco. Ao subir o caminhão na balsa, essa virou afundando o caminhão, a mala com o dinheiro estava dentro da cabine atrás do banco. Entre os olhares de uns para outros, alguns pularam e mergulharam, conseguiram pegar a mala. Colocamos o dinheiro para secar no sol, começaram a chegar alguns garimpeiros e ao verem aquilo o olho cresceu, sentamos e colocamos um 38 (revólver) do lado. Não tinha mais balsa, voltamos sem as mudas. Recebi algumas ofensas, o Sr. Ticianelli da Empaer de Diamantino disse que fui muito mole, que não tinha condições de ser produtor, pois havia voltado sem as mudas. Peguei todo o dinheiro e devolvi nota por nota. (informação verbal)⁷⁷.

Conforme o mapa 19, elaborado com base no depoimento anterior e nos depoimentos de outros pioneiros, a falta de perspectivas com a agricultura tradicional fez com que os pioneiros do primeiro projeto, para a produção da Hevea, enfrentassem o dilema de trafegar por traçados impraticáveis para o transporte, por aproximadamente 400 km.

⁷⁶ O depoente se refere ao proprietário da colonizadora IMCOL, Domingos Briante.

⁷⁷ Depoimento dado por J. E. C. em sua propriedade em julho de 2012.

Mapa 19 – Caminho percorrido pelos agricultores para encontrar as mudas de seringueiras vindas de Fordlândia-PA



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de depoimentos (2012).

Essa “aventura” ainda é replicada pelos pioneiros que acompanharam a chegada do programa. Pelas suas narrativas, percebe-se que se sentem parte do programa, pois tiveram através deste, acesso a financiamento para aquisição de ferramentas, assistência técnica para correção do solo e preparação para a comercialização dos produtos. Um ano depois da tentativa frustrada de trazer as mudas de Fordlândia, a EMATER e a ACARMAT, providenciaram a produção das mudas no próprio estado de Mato Grosso e o dinheiro para financiamento poderia ser retirado em Diamantino.

Os primeiros recursos financeiros que pegamos foi para desmate, para cavar, matar formiga, alinhar as ruas e adubar onde seriam plantadas as mudas de seringueira, teve dinheiro até para comprar traçador. O governo tinha estudo, tinha técnicos, não estava nos enganando. O financiamento se pagava com pouco recurso, a taxa era de 7% ao ano. Para quem nunca teve financiamento na vida, foi muito bom. Depois de seis anos quando começou a produção da borracha, pagava o financiamento com dinheiro do próprio bolso, sem dificuldade, era o que o pequeno produtor precisava. Por que isso não continuou para o pequeno? Entendo que quem atrapalhou um pouco naquela época, foram os grandes produtores, pois teve gente que comprou mais terra com o dinheiro do financiamento, fazendeiro que queria mais fazenda e pouco cuidou da produção, arrendavam só para pegar o dinheiro e foram criar gado. Outra falha, o subsidio no final da década de 1980, o dinheiro ia para o usineiro de borracha. Aqui tinha três grandes usinas, Bom Zon Amazônia, Pirelli e Bom Brasil. Falei isso para o deputado que veio aqui, o subsidio não chegou pra nós nessa época.

Tivemos problemas com os clones, mas esses melhoraram, tivemos problemas com o preço da borracha devido ao subsídio dado para as multinacionais importarem da Malásia, tudo bem, tem interesse por trás, mas não deveriam deixar de atender algo que deu certo para o pequeno produtor. Fomos abandonados quando percebemos que assistência técnica é tudo para a agricultura, tivemos bom atendimento até o final do PROBOR III na década de 1980, os técnicos estavam juntos com quem de fato estava trabalhando, tive 13 hectares de seringueira e cheguei a colher 4.000 quilos por mês, hoje sem financiamento e assistência técnica colho de 800 a 900 quilos por mês (informação verbal).⁷⁸

Esse relato evidencia o pertencimento do produtor ao PROBOR. Após esse depoimento, fomos convidados a conhecer um pequeno galpão onde as ferramentas obtidas com o dinheiro do financiamento estavam ainda armazenadas. Foi nos apresentado um traçador, equipamento que operado por dois homens, possibilitava o corte de madeiras com mais agilidade. Sobre isso, disse o agricultor, “esse foi o primeiro equipamento adquirido, nunca antes tive a oportunidade de comprar nada com financiamento. Isso aqui me deu importância (mostrando o traçador), senti que alguém confiava no nosso trabalho”. Eis a razão e o sentimento de um remanescente do programa PROBOR. Da declaração acima, vários aspectos podem ser evidenciados, no entanto, o fato de terem sido atendidos por assistência técnica, ficou marcado: “Fomos abandonados quando percebemos que assistência técnica é tudo para a agricultura”, essa frase demonstra a razão da continuidade com experiência própria,

Hoje não existe mais assistência técnica. Levei amostras de terra para a EMPAER fazer análise, passaram 30 dias e nada, fiz por conta própria em Campinas. Quebrei três vezes pagando financiamento para criar gado leiteiro, davam dinheiro, mas não davam assistência. Então, vi na televisão que em Tangará da Serra conseguiam grande produção de leite, em outro lugar bem diferente também, foi em Lucas do Rio Verde, então comecei a levantar de madrugada e assistir na televisão parabólica a assistência técnica, não tenho estudo e não tem assistência, aprendi na TV. Hoje olhe aí (apontando para o pasto), estou produzindo com a técnica que vi na televisão, tenho 5 hectares de capim irrigado e adubado com orgânico produzido aqui, 10 hectares é demais, se tiver 500 hectares hoje vai a falência, quanto tem que ter então? Hoje posso colocar 10 vacas por hectare, tá aí, pode ver! Também estou produzindo pimenta do reino. Não é esta cultura que o INCRA falou que dava aqui na década de 1960? Porque não incentivaram, porque não continuaram com o incentivo a borracha? Só tivemos tentativas nossas! (informação verbal).⁷⁹

Conforme a EMPAER do município, o PROBOR I atendeu tanto as questões econômicas como as políticas e sociais. Num primeiro momento, o programa veio para Mato Grosso como uma área de escape, pois as mudas clonadas tenderam a produzir mais aqui, pois havia estação climática com menos chuva e gerava mais produtividade. As primeiras mudas que vieram foram de Fordlândia no oeste do Pará, local onde Henry Ford fundou uma cidade

⁷⁸ Depoimento dado por J. E. C. em sua propriedade em julho de 2012.

⁷⁹ Depoimento dado pelo Sr. J. E. C. em sua propriedade em julho de 2012.

e tentou produzir borracha em cultivo em 1928, como os métodos não eram adequados para a Amazônia, não prosperou. De lá vieram o IAN 873, IAN 717, FX 3810 e FX 3899, o IAN foi desenvolvimento local quer dizer Instituto Agrônomo do Norte (IAN).

Quando as mudas começaram a ser produzidas em Mato Grosso, houve uma iniciativa de levar o primeiro viveiro para Rosário Oeste, região da baixada Cuiabana, já na bacia platina, o local sofria com a geração de emprego, a cultura local era mais para a pesca. A iniciativa de certo num primeiro momento, mas não prosperou, os trabalhadores não se adaptaram ao trabalho diário baseado em cumprimento de horários, eram acostumados ao tempo determinado pela natureza, o que possibilitava a pesca em tempo de sol, com chuva ficavam em casa, como as mudas desenvolviam no período de chuvas o trabalho ficava limitado pelo não comparecimento dos trabalhadores. Um outro viveiro foi desenvolvido no município, sob supervisão da Associação de Crédito e Assistência Rural de Mato Grosso – ACARMAT. Conforme os relatos dos técnicos que participaram da montagem e operação do viveiro em São José do Rio Claro, a assistência rural gerou muito emprego, pois demandava mão de obra para gerar embalagens, preparar canteiros, fazer mudas e cultivá-las até a disposição para o agricultor. A outra opção para emprego era nas serrarias, essas contratavam mais no período das secas, quando entravam em plena operação. No período chuvoso não contratavam tanto, então a opção era a ACARMAT.

Ainda segundo os relatos de técnicos da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural - EMPAER, essas mudas gerariam árvores que poderiam produzir por até 40 anos, no entanto, para os que acompanharam a produção do PROBOR I, algumas irregularidades ocorreram.

Durante a fase de cultivo, foram encontradas sim algumas dificuldades, mas também foram superadas. No relatório disponibilizado, as pesquisas realizadas no PROBOR I demonstram que os pequenos produtores combatiam as pragas, a principal detectada foi a forte incidência do sapé, de 3 a 4 capinas eram realizadas para seu combate. A maior das dificuldades foi encontrar uma leguminosa que pudesse superar o período da seca e eliminasse o crescimento do sapé⁸⁰. Por outro lado, o consórcio produtivo estava presente, onde não havia a presença de sapé a produção de arroz e milho eram frequentes entre as linhas onde eram plantadas as seringueiras, tudo com orientação técnica da EMPAER. Nesse aspecto, é possível observar as primeiras assistências aos agricultores, o que anteriormente não ocorria.

⁸⁰ Sapê ou Sapé é um capim que domina terrenos frágeis ou esgotados. É visto como uma “praga” de difícil controle pelos pequenos produtores.

Superada a fase do cultivo, que levou até 7 anos até as primeiras sangrias⁸¹, as maiores dificuldades veio com a produção. Segundo os relatos técnicos, as primeiras produções com os pequenos produtores, esses acompanharam e desenvolveram bem a técnica do corte, ou da popular sangria. Essa técnica demandava cuidado e precisão, pois não poderia afetar a cerne da árvore, apenas ferindo levemente sua casca para que o líquido percorresse até o coletor; “o pequeno produtor fez isso com cuidado e presteza, já os produtores maiores ou os que não tinham família suficiente, terceirizaram a sangria, ai apareceu seringueiro arrendatário de fora, era viciado em trabalhar com estimulantes, além disso, tinha uma técnica a ser seguida, cortar em um dia e esperar 3 para outro corte, o arrendatário esperava apenas 2, havia um excesso de sangria”.

O depoimento acima é de um técnico da EMPAER que atua na região desde o PROBOR I, segundo ele, o estimulante foi utilizado largamente pelos arrendatários, pois aumentava a produção do leite, mas por outro lado, conforme seu relato, foi responsável pelo esgotamento rápido das árvores, o principal estimulante utilizado foi o Ethrel. Esse quando não acompanhado pelo fazendeiro, levou o esgotamento de muitos seringais, pois na sua ausência não havia o devido cuidado com as árvores. O depoimento de um pequeno produtor pioneiro do PROBOR I, conta essa passagem:

Quando iniciamos nossa produção, demandávamos mais mão de obra, então contratamos um seringueiro experiente. O homem de fato era muito bom, nossa produção aumentou muito. Soubemos que havia um tal de “remédio” que aumentava a produção, mas que poderia matar a árvore. Fiscalizamos até que um dia meu filho encontrou uma pequena garrafa de vidro com um conteúdo diferente, levamos para a EMATER, lá mostraram que era o tal do estimulante. Terminamos ai a parceria e continuamos nós mesmos a colheita. Tinham outras idéias por ai, por óleo diesel ou querosene para estimular. Matou muita árvore de quem só queria sangrar sem cuidar (informação verbal).⁸²

Ainda sobre os relatos quanto às dificuldades, os pequenos produtores sempre estiveram bastante realistas e otimistas em enfrentar as pragas e ofensivas que pudessem diminuir a produção, pois entendiam que o amparo da assistência técnica poderia superar as dificuldades. Outro fato importante considerado pelos pioneiros do PROBOR I foi o fato da Superintendência de desenvolvimento da Hevea (SUDHEVEA), estar presente no município. *Segundo um produtor a superintendência aqui acompanhava de perto os problemas, então buscava soluções:*

Não existiu coisa mais importante para o pequeno produtor que a produção de borracha. Tinha o financiamento, tinha a assistência técnica, faziam estudos sobre o que se produzia, como plantava. Depois do conhecimento desse tipo de agricultura nossa vida mudou, começamos a entender que o governo estava do nosso lado, nos

⁸¹ Sangria é o nome dado ao corte superficial na árvore da seringueira, quando é expelido o líquido do látex.

⁸² Depoimento de J. B. S. pioneiro do PROBOR I em julho de 2012 em sua propriedade.

apoiando, isso nunca aconteceu antes, nem com o café, feijão, com nada. Aqui teve a SUDHEVEA, acompanhava tudo, da assistência, preço e novidades para o setor. No final dos anos de 1980 ela fechou, achamos estranho. A partir daí tudo começou ir para baixo, começaram a aparecer os atravessadores, o preço despencou chegou a loucura do custo de produção ser Cr\$ 1,70 e a venda Cr\$ 0,69 centavos. Quem ficava com a diferença? Poucos falam disso, mas estávamos atentos. Isso era para baixar o lucro do trabalhador produtor e ficar com o atravessador. Fui a Brasília 3 vezes, solicitava de tudo. Uma considero muito importante, sempre pensei que a seringueira fosse a reposição das árvores que tinha na floresta, a mata aqui era grande, quando plantamos as árvores da seringueira a sensação era a mesma da floresta, ar fresco, umidade do solo, então entendia que o reflorestamento poderia ser feito com a Seringa. Implorei isso para a EMATER desde o começo. Depois mudou o governo, o programa parou. (informação verbal)⁸³.

Os produtores consideraram que a derrocada da continuidade dos benefícios para o setor, se deu pela extinção da SUDHEVEA, com sua ausência, as atividades burocráticas e de apoio a produção e comercialização não mais existiram. Essas atividades ficaram para o mercado. Esse foi fragilizado por iniciativas de atravessadores e comerciantes que não consideraram as causas defendidas pelos produtores, a da continuidade da produção.

5.4 Apercepção sobre o meio ambiente

A questão ambiental sempre foi referência entre os pioneiros do PROBOR, consideram uma “bandeira” a questão ecológica proporcionada pelas árvores. O fato de trabalharem na sombra, e a possibilidade de atrair pássaros para consumirem sementes, são relatos presentes quando mencionam a Hevea. No entanto, embora tenha positividade ambiental, se comparado ao corte raso da floresta para a inserção da paisagem, há de se considerar que se trata de uma única espécie, contraditória a biodiversidade florestal original da Amazônia.

Entre os pioneiros, o filho de um produtor do Probor I, continua com a atividade iniciada pelo pai. Devido a queda na produção, faz atualmente consórcio com o gado, quando assumiu a tarefa do sítio herdado, plantou mais. Plantou novas árvores com dez anos de idade que nunca foram exploradas, é como se fosse uma espécie de “poupança”. Trabalha com a esposa na manutenção do seringal e ordenha algumas vacas para complementar a renda, disseram que pensam sempre em plantar, nunca em eliminá-las.

Vejo a importância dessa cultura, quando meu pai veio para cá, veio como empregado, não tinha dinheiro para comprar terra. Quando apareceu o programa da borracha, o patrão deu essas terras para o pai e disse que era para pagar com o dinheiro da colheita. Aconteceu, pagou e sobrou dinheiro, criou os filhos e comprou mais terra. Pouca, mas comprou. Se fosse com outro tipo de cultura não daria para pagar, podia até ficar devendo. Hoje procuro novos clones, quero plantar mais

⁸³ Depoimento de J. B. S. em julho de 2012.

seringa e também a castanheira, acredito que o negócio aqui nessa região e com o plantio de árvores, lavoura branca aqui não dá. Nossa terra é pouca, arrendar para plantar soja é que não vou, as árvores antigas aqui já tem quase 40 anos, quem vai repô-las depois? Árvore para nós é vida, não só pelo dinheiro, o pasto debaixo das árvores fica mais verde enquanto os que estão fora secam mais rápido. Também, (completou sua esposa) quando vamos para a cidade, lá por ser só cimento a gente sente calor, quando voltamos e estamos chegando perto do sítio já se sente a brisa, o ar fresco, isso é devido às árvores. Por isso nossa intenção é plantar. Queríamos que nossas filhas também continuassem aqui, mas não tem especialização para que elas continuem, ela até comentou que se tivesse a escola agrícola ela iria estudar e continuar aqui, mas fechou, agora aprende coisa para trabalhar na cidade. O governo deveria ver isso! Fizemos um financiamento para comprar vaca leiteira e disseram que ia ter assistência técnica. Quando apareceram a primeira vez, pediram para fixar melhor a placa da entrada do sítio que indicava que ali tinha o financiamento do Banco, sobre assistência não falaram nada, apenas contaram as vacas. Pedi auxílio para melhorar o complemento da ração, fazer estudo de solo para melhorar a pastagem, ninguém deu resposta, é uma contrapartida solta. É muito diferente, na época do PROBOR acompanhavam tudo, davam uma verdadeira assistência. (informação verbal)⁸⁴.

A alternativa produtiva com a heveicultura, devido suas características, torna-se demandada no ecótono, Cerrado/floresta amazônica. Surge como um diferencial na capacidade de minimizar efeitos de desestruturação ecossistêmica, no sentido que potencializa a geração de renda para as populações rurais mantendo a cobertura do solo, evitando quebrar o tripé fundamental de todo agroecossistema saudável: vegetação arbórea, solo permeável e água residente (PRIMAVESI, A; PRIMEVESI, O, 2003).

Entre os pioneiros que foram entrevistados, todos tiveram experiência com gado leiteiro quando da diminuição da produção da seringueira, todos reclamaram que sem financiamento adequado não é possível criar gado na região.

O programa foi muito bom, pois com dois anos não dava mais nada na terra, éramos em 16 irmãos, falta de mão de obra não era. O financiamento e a assistência técnica foram bons. Também era um pouco de experiência, pois tudo era novidade, com o tempo era preciso ir melhorando os clones. Quando o programa parou, tínhamos que fazer como outros municípios fizeram, foram buscando novas alternativas. Aqui para nós faltou gerenciamento para que a produção e reposição das árvores doentes velhas. O Programa parou, aí o dinheiro era do Banco, aí já viu! Sem programa não dá pra fazer nada. Quando plantávamos as primeiras seringueiras, algumas morriam, era natural, então replantava, as mudas eram de raiz nua era mais barato. Hoje, quem se aventura na plantação, vai ter que ser com balainho, fica mais caro, para o pequeno produtor não dá! Por isso que falo que para o pequeno tem que ter programa específico, o governo perdeu a oportunidade de continuar. Fiz um financiamento para comprar vacas em 2009, paguei R\$ 1.000,00 a cabeça, quando fui vender agora valia R\$ 750,00, como se paga financiamento assim? Se voltasse o programa encararia novamente, sem medo, pois para sobreviver hoje faço um pouco de cada coisa, crio e vendo porcos, tiro pouco leite, mas por conta própria, sem banco. (informação verbal).⁸⁵

Esse fato gera indignação entre os produtores rurais. Nas propriedades visitadas, o gado, seja leiteiro ou para engorda, embora poucas cabeças, são geralmente de qualidade

⁸⁴ Depoimento de B. S. Sítio Bela Vista. Filho de pioneiro do PROBOR I.

⁸⁵ Depoimento de J. C. Filho de pioneiro do PROBOR I

rustica. O preço desses animais é geralmente mais baixo que os de qualidade superior. Quando demandam financiamento para adquirir animais de melhor qualidade, afirmam que deveria haver um financiamento específico para o pequeno produtor, pois a taxa de juros é a mesma para o grande produtor. Com isso, consideram que não há retorno para este investimento.

Dados os depoimentos dos pioneiros do PROBOR I, cabe uma indagação. Por que a estrutura social e produtiva dos remanescentes da produção da heveicultura permanece como mecanismo econômico e ambiental numa região envolta pela agricultura homogênea?

Entre as tentativas de acerto dos agricultores, foi possível perceber um aspecto específico nas tentativas produtivas, a razão do pequeno produtor. Nos estudos de Costa (1995) consideram-se os fatores externos e internos em relação a um ponto de acomodação estrutural e reprodutiva da unidade de agricultura do pequeno produtor. A característica do pequeno produtor está baseada na família, essa define suas necessidades reprodutivas pela capacidade de trabalho, considerando seu dispêndio de força do próprio trabalho. A produção então, tem sentido na ênfase de sua eficiência reprodutiva mantendo sua própria estrutura. O sistema de força interna da unidade determina a estrutura dessa unidade. Essa estrutura é fundamentada na racionalidade do pequeno produtor com base no seu padrão de consumo dentro de sua história, conforme Costa (1995):

[...] é preciso compreender a socialização do específico... a intensidade do trabalho aplicado por determinação exclusiva de fatores internos da unidade familiar, em que se incluem padrões culturais definidos em relação a necessidade reprodutivas (padrões de consumo) e produtivas (ética do trabalho e das relações com a natureza), resulta de um sistema de forças contrárias que estabelecem tendencialmente um ponto de acomodação relativamente estável (COSTA, 1995, p. 91-92).

A estabilidade nesse sentido está pautada no grau de risco dessa unidade e na sua capacidade de esforço de trabalho. Uma acomodação ou equilíbrio poderá variar com a introdução de novas necessidades de consumo e de padrões de trabalho. Com o programa da borracha, os agricultores experimentaram o financiamento que pôde ser pago com o retorno do investimento na produção da Hevea, conheceram uma cultura perene que conciliou ganho econômico, assistência técnica e o cunho ambiental. Esses aspectos são demonstrados na busca de alternativas, quando das políticas públicas institucionalizadas que ficaram ausentes com o final do programa.

5.5 A tentativa de continuidade da produção da heveicultura

A busca de alternativas para continuar a produção envolveu pioneiros, políticos locais e a representação da prefeitura via secretaria de agricultura. Buscaram a reabilitação do cultivo da seringueira. Conseguiram através de projeto angariar recursos da Fundação Banco do Brasil para adquirir novos clones de seringueiras e retomar o plantio de viveiros no município, estudos também foram desenvolvidos na secretaria de agricultura nessa época, estimando novas produções e sustentabilidade.

Essa tentativa iniciou-se em 2005, no assentamento denominado de Campinas. Tratou-se de iniciativas individuais, com recursos próprios. Essas áreas não eram maiores que 3 hectares. No entanto, esse movimento buscava o replantio da Hevea na região com a esperança de obter financiamento para que os assentados e pequenos produtores rurais do município voltassem ao cultivo. Estavam presentes nessa iniciativa ex-produtores do programa PROBOR e assentados que não tinham essa experiência. Isso aconteceu paralelamente ao processo de derrubada de algumas plantações do PROBOR, segundo alguns proprietários, por serem clones “antigos” e de pouca produtividade. Posteriormente, verificou-se esses fatos, mas também a pressão de grandes latifundiários para adquirirem terras para plantio de soja e milho, seja pela compra ou pelo arrendamento. Isso forçava a derrubada da Hevea e posteriormente a comercialização da área. Assim, áreas com mais de 15 anos de produção e conseqüentemente com árvores “maduras” estavam sendo derrubadas e substituídas por pastagens e plantio de soja e milho.

No período das chuvas no final do ano de 2005 e início de 2006, com recursos adquiridos de financiamento a fundo perdido da Fundação Banco do Brasil, foi efetuado o plantio de mais de 100 hectares de Hevea no projeto da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Dracena, chamado de projeto Seringal. Cada produtor plantou em torno de 3 hectares. Nessa época, alguns produtores rurais do município proprietários de antigas áreas de terras, também aderiram ao plantio de novos clones. Também, foram plantados mais de 400 hectares em propriedades privadas e com recursos próprios. Os clones para plantio foram os denominados 3156, 873 e os recentes PB 314 e ICA 111, clones aperfeiçoados na Costa do Marfim, que se adaptaram na região de Pontes e Lacerda – MT. Estes são considerados clones que carecem de baixa tecnologia e baixo custo de manutenção e foram plantados na microrregião do vale do Arinos.

O conhecimento técnico da secretaria de agricultura do município juntamente com o conhecimento tácito dos remanescentes da Hevea, numa análise comparativa, demonstrou que

a produção dos novos clones são mais rentáveis economicamente. Do ponto de vista do plantio, foi desconsiderado o convencional “balainho” que embora garanta 90% de aproveitamento do referido plantio, aumenta o custo de produção nos viveiros. Por outro lado, o plantio com raiz nua, ou seja, diretamente na terra, diminui o custo, embora o aproveitamento diminua para 70%, do ponto de vista econômico ainda se torna mais atrativo. Quanto à produção, um seringal “antigo” com clones da época do PROBOR rende em torno de apenas 50 gramas por árvore, enquanto os clones mais recentes produzem em torno de 300 gramas por árvore. Também é considerada uma adaptação mais efetiva dos novos clones na região, com relação aos clones anteriores que prejudicavam o desenvolvimento das plantações.

Sobre o desenvolvimento do projeto, a secretaria de agricultura do município de São José do Rio Claro, informou o efetivo de aproximadamente 1.200 hectares plantados, considerando os últimos três anos de iniciativas, ou seja, após o ano de 2005. Outro ponto a ser destacado, foi a análise quanto a viabilidade da produção desenvolvida pela secretaria de agricultura. Quanto aos custos e receitas de 01 hectare de seringueira, considerando os novos clones, novas técnicas e conhecimentos adquiridos, onde: considera produção crescente, entre o sétimo e o décimo segundo ano, a produção fica em torno de 1.250 kg por hectare ao ano; a produção estável, entre o décimo terceiro e o vigésimo sétimo ano 2.500 kg por hectare ao ano; e a produção decrescente, entre o vigésimo oitavo e o trigésimo segundo ano 1.250 kg por hectare. Em comparação ao melhor clone utilizado no PROBOR, chamado de IAN 873, com uma produção de 800 a 1.000 Kg de borracha ao ano, os clones novos são mais produtivos.

Segundo a secretaria municipal, esse quantitativo é considerado rentável para pequenas propriedades agrícolas e ainda tem o complemento dessa atividade que contempla a permanência do trabalhador rural no campo e a pro-atividade da cultura perene para a sazonalidade climática na região.

Iniciativas para buscarem financiamentos que atendam a demanda para novas tecnologias para esse setor, são objetivos que alguns produtores consideram pertinente. A qualificação dos produtores rurais quanto a pré-industrialização da produção evitando a venda in natura da borracha, o que diminui consideravelmente seu preço é outra alternativa almejada. A pré-industrialização possibilita o desenvolvimento de atividades produtivas na própria região. Alguns produtores têm o conhecimento que é possível gerar produtos como o tecido emborrachado, o couro vegetal, e pequenos artefatos de borrachas. Esses produtos são demandados por ser natural, ao contrário de produtos sintéticos derivados do petróleo, matriz

que vem sendo substituída por ser considerada poluente. Nesse ponto, são iniciativas altamente sustentáveis, demonstram a razão do pequeno agricultor ao sobrepor as condições reais e propor novas alternativas.

Inseridos nas questões que se destacaram internamente, o município diversifica sua produção e contribui economicamente para o Estado. Com uma população de 17.124 habitantes, passados 45 anos do processo de colonização privada, o município se insere na economia de Mato Grosso com um PIB per capita⁸⁶ de R\$ 16.186,98, o setor de destaque é o de comércio e serviços seguido pela agropecuária e a indústria. Sua base fundiária continua a mesma, conforme informação da secretaria de agricultura, o tamanho médio dos lotes estão em torno de 25 hectares, característica que tende a mudar com a chegada forte da produção agrícola de grãos lideradas pela soja e milho. Para este modelo, há registros da junção de lotes para essas culturas, ainda não como propriedade definitiva, mas como arrendamento.

5.6 Do início cooperativo à individualidade produtivista

As primeiras famílias que chegaram a Canarana no ano de 1972, ajudaram a abrir as estradas até onde estavam os quatro grandes lotes adquiridos para dividi-los entre os 81 sócios que formaram a Coopercol. Após ajudarem a demarcar e escolher seus próprios lotes, num primeiro momento foi feito um sorteio para distribuí-los, poderiam efetuar trocas de lotes para poder ficar próximo de um amigo ou parentes. Até que houvesse as primeiras tábuas para construir as casas, moraram embaixo de barracos de lona, alguns o esteio principal eram as pequenas árvores do cerrado. A primeira produção foi coletiva. Plantou-se para subsistência. A cooperativa adquiriu num primeiro momento três tratores e máquinas que atendiam a todos. Conforme os relatos, já no ano de 1974, muitos cooperados já buscavam a individualidade, ou seja, fugiam do compromisso original de acompanhar as técnicas do projeto feitas sobre orientação dos agrônomos responsáveis pelo início das atividades. Conforme relatado por Orlando Roewer no capítulo anterior, a técnica prevista para região seria dentro das dimensões abaixo especificadas, embora houvesse produção agrícola, a maior parte seria para a pecuária, conforme segue as delimitações da área para produção no quadro 7:

⁸⁶ A tabela com esses dados encontra-se no anexo.

Quadro 7 – Destinação das áreas para uso

Destinação	Área (ha)
Pecuária	360
Agricultura	60
Reserva Florestal	57
Outros	3
Total:	480

Fonte: Projeto Canarana. Elaborada por Ribeiro (1987)

A mesma declaração dada por Roewer (2012) coincide com a de Bertoni, citada por Ribeiro (1987). A ideia era que, “em 10 anos, os colonos tivessem 500 cabeças de gado. Inicialmente plantariam 50 ha de arroz e após três anos plantariam pastagens e criariam gado. Daí a sete anos voltariam a plantar o arroz”. Logo de início, quando a cooperativa buscou recurso para comprar as primeiras máquinas e equipamentos, já ficaram sabendo que não haveria financiamento para a compra de gado. Como os agricultores começaram a plantar arroz e a ver resultado, buscaram individualmente financiamento para plantio⁸⁷. A partir daí começou a diminuir o sentido cooperativo. Sobre a “cooperação” entre os associados, alguns relatos demonstram que a parceria deu-se apenas no primeiro ano, quando as máquinas foram adquiridas para a cooperativa, depois disso, cada um tomou iniciativa própria, com objetivo de suprir suas necessidades. Holanda (1979) compara os costumes do “muxirão” ou “mutirão” em que os parceiros se socorrem.

Para determinar o significado exato desse trabalho em comum seria preciso recorrer à distinção que recentes estudos antropológicos, depois de examinados e confrontados os padrões de comportamento de vários povos naturais, permitiram estabelecer entre a genuína “cooperação”, e a “prestância” (helpfulness). Distinção que se apresenta, de certo modo, à que investigações anteriores já tinham fixado entre “competição” e “rivalidade”. Tanto a competição como a cooperação são comportamentos orientados, embora de modo diverso, para um objetivo material comum: é, em primeiro lugar, sua relação com esse objetivo o que mantém os indivíduos respectivamente separados ou unidos entre si. Na rivalidade, ao contrário, como na prestância, o objetivo material comum tem significação praticamente secundária; o que antes de tudo importa é o dano ou o benefício que uma das partes possa fazer à outra (HOLANDA, 1979, p. 30).

Dessa forma, mesmo antes do financiamento chegar de forma individualizada, pois as escrituras somente foram disponibilizadas em 1975, quando foi possível adquirir máquinas e equipamentos, alguns colonos já buscavam iniciativas para preparar suas terras para plantios

⁸⁷ O Bando do Brasil, agente financiador, tinha sede em Barra do Garças.

individuais. Segundo os relatos, foi com essa iniciativa individual por um lado e por outro a dificuldade da direção da Coopercol na administração, que a intenção cooperativa de produção foi se extinguindo. Assim, embora as primeiras produções fossem coletivas, a análise de Holanda (1979) persiste, agora de maneira a gerar a separação.

O estudo realizado por Ribeiro (1987) mostrou que parte dos associados quando já estavam produzindo por conta própria, não utilizavam mais a cooperativa para a comercialização, vendiam em outros centros.

No ano agrícola de 1973/74, a área plantada individualmente por cada pioneiro foi pequena, de 12 a 25 ha em média. O total segundo dados da Conagro fornecidos por Sérgio Bertoni, foi de 80.000 sacas de arroz em Canarana. Neste mesmo ano, segundo a Coopercana, a lavoura de arroz girou em torno de 600 ha e a produção comercializada pela cooperativa de colonização foi de 15.000 sacas. Isto significa que 65.000 sacas foram comercializadas por fora da Coopercol, diretamente em Goiás e Barra do Garças (RIBEIRO, 1987, p. 24).

Essa prática gerava mais recursos para os produtores, embora de forma produtivista, imediatista e inviabilizava a cooperativa que já tinha outras iniciativas de colonização particular. Esse fato condiz com o depoimento oral de um pioneiro:

O pai veio primeiro, dizia que a terra era boa, só que vinham até a Fazenda Tanguro, lá a pastagem era linda, tinha pés de mandioca – e disse: lá a terra deve dar de tudo, enganou-se. Viemos juntos, no Sul ele tinha 18 hectares e não dava para todo mundo. Aqui, comecei a trabalhar como motorista da cooperativa, quando tive acesso a terra comecei a produzir. Trouxemos um agregado, depois começamos a dividir a produção em percentagem. Em 1974 colhi 400 sacas de arroz, isso tirou meu emprego, fiquei só na lavoura. Comprei um caminhão em troca de arroz, tinha seis parcelas atrasadas. Em 1976 enfrentei uma viagem para Goiás para vender a produção lá, tive que descarregar nos atoleiros três vezes. Lá vendi por Cr\$ 90,00 a saca, valeu a pena, paguei as parcelas atrasadas, no ano seguinte comprei um Caminhão Mercedes novo. Com o caminhão levava arroz para Barra e Goiás e trazia tratores. Daqui para Barra pagava a despesa e tinha dinheiro para comprar dois pneus novos. Hoje não paga o combustível. (informação verbal)⁸⁸.

Dessa forma os dois primeiros anos foram superados, já se produzia arroz, colhia-se frutos do investimento. Por outro lado, havia uma generalização, o fato de realmente existir uma ruptura entre os agricultores e a direção da cooperativa, novos caminhos foram trilhados, até então não havia a crise produtiva do arroz devido à fragilidade da terra e a necessidade de correção do solo, que não era barato, e a política de preços do governo federal que deixavam os agricultores praticamente sem lucro, aumentando seus custos produtivos.

As críticas são feitas de ambos os lados, embora de uma forma sem perceber ofensas e resquícios passados, tanto por parte dos colonos quanto dos dirigentes principais da

⁸⁸ J. S. entrevista realizada na cidade de Canarana. Fevereiro de 2012.

cooperativa. Num depoimento dado a Ribeiro (1987) o diretor Bertoni fez o seguinte comentário:

Os colonos nunca ajudaram em nada na infraestrutura. Para instalar uma rede de água o Norberto não conseguiu ninguém. Todo serviço que precisássemos deles tinha de ser pago. Se eu pedisse uma camioneta emprestada aos colonos, tinha de pagá-los. O trabalho de infraestrutura eles cobravam. Não faziam nada de graça. Pelo contrário, cobravam tudo do Norberto. Se faltava uma estrada para os lotes deles, o Norberto tinha que mandar fazer. Por isso os colonizadores foram eu e o Norberto (RIBEIRO, 1987, p.27).

Para um agricultor, o colonizador fez um trabalho bom, mas com muita dificuldade. Disse que quando chegaram em Barra do Garças, pediram dinheiro emprestado, foram Cr\$ 5.000,00 que era da venda de porcos que tinham no Sul, nunca receberam de volta. Sobre este aspecto, todos os pioneiros perceberam que enfrentariam dificuldades, que eram sócios da Cooperativa e entendiam que tinham que contribuir.

Muitas críticas surgiram dos agricultores quanto à criação de outras Cooperativas⁸⁹, algumas falas relataram a amizade de Schwantes com o governo militar e o fator de ser conterrâneo de Geisel, que essas particularidades ajudavam na aprovação dos projetos. Na sua versão, nos relatos de seu livro publicado em 2008, o colonizador enfatiza mais sua missão de pastor que de empresário.

Schwantes, ao analisar a tentativa empresarial pela Coopercana em Terra Nova, quando retrata os fatores que interferiram negativamente na continuidade do projeto, delega responsabilidade ao não cumprimento de apoio do Governo Médici, ao expor que a cooperativa feito gastos enormes. “Lançado mão de seu capital social na confiança de que a assinatura do presidente Geisel, dada no “aprovo” da EM, valia alguma coisa. Pois não valia. Não valia coisíssima nenhuma” (SCHWANTES, 2008, p. 162). Essa passagem mostra que a amizade entre Geisel e Schwantes pode ser então questionada, se amizade ou se atendimento político para interesse ideológico. Schwantes, ao expor a passagem acima, explica que a falta de apoio governamental ao projeto fez com que a cooperativa tivesse custos altíssimos, dificultando a continuidade do projeto.

O próprio Schwantes comenta sobre esse resultado “empresarial” ao vender todo o capital da empresa para quitar seus compromissos, dizendo que se fosse apenas empresário, entraria com concordata e ficaria com o capital e não o fez. Quando das queixas que alguns pioneiros tiveram no início do projeto, a retratação de Schwantes veio quando deixou as empresas colonizadoras e foi trabalhar como agricultor. Ao tentar gerar produção agrícola em

⁸⁹Schwantes fundou após a Coopercol, a Consultoria Agrária Canarana Ltda (Conagro) e a Cooperativa Agropecuária Mista Canarana Ltda (Coopercana).

mil hectares, produziu nos dois primeiros anos, no terceiro 80% falharam e renderam menos que o investimento, assim disse “No primeiro e segundo ano me senti no meu elemento e gostei dessa vida. Ia conhecendo mais de perto os reais problemas dos agricultores e entendendo, cada vez melhor, a revolta que tinham tido contra mim. Fui perdoando.” (SCHWANTES, 2008, p. 172).

5.7 A experiência conquistada pelos agricultores de Canarana

Entre a fragilidade da cooperação e as iniciativas individuais, prevaleceram mais a razão do agricultor ao buscar superar as dificuldades para produzir. A EMBRAPA buscou o conhecimento dos experimentos dos agricultores, através dessa troca de informação é que fortaleceu a produção futura, quando estes na sua maioria não estavam mais com as terras. O relato a seguir demonstra duas atuações tardias, afirmando a fala de agricultores e colonizadores ao dizerem que “o governo nunca vem na frente”.

Particpei da fundação da Coopercol lá no Sul, só vim para cá em 1973, após vender as 32 hectares que tinha em Tenente Portela, cheguei sim com um pouco de dinheiro, foi um pouco mais fácil que os demais que vieram na frente. As dificuldades começaram com a crise do arroz, não do preço, mas da queda da produtividade três anos depois, pois já era necessária a correção do solo. Com a crise do arroz comecei a plantar soja, sozinho ia colocando adubo por conta. Chamaram a EMBRAPA, pois a cooperativa estava desacreditada, estavam preocupados com a Conagro. Eles conversaram com os técnicos da cooperativa e analisavam os experimentos que fazíamos. Foram melhorando a técnica, então viram que dava para produzir na região, a partir daí o governo começou a liberar dinheiro para o adubo. Nessa altura já não conseguia escapar do Banco, tudo que fazia ia para comer e pagar o Banco, além de um golpe que tive. Fiz o financiamento, recebi talão de cheque e comecei a fazer compras para plantar, como: adubo, semente, óleo diesel, mas o dinheiro não entrou na conta, não existia dinheiro, o dinheiro sumiu. Então tive que pagar o que não recebi, vendi todo o equipamento agrícola, para continuar produzindo tinha que corrigir a terra, custava Cr\$ 300.000,00 para investimento, não dava, vendi a terra em 1980/81, trabalhei de pedreiro, zelador de igreja, os filhos foram embora. (informação verbal)⁹⁰.

O papel do Banco do Brasil foi muito criticado pelos agricultores, quando houve o financiamento para a compra de adubos. Em alguns casos disseram que nos primeiros financiamentos a demora em repassar recursos resultavam no atraso da correção do solo para o início do plantio. Nesse caso não havia preparação para o atendimento das necessidades de disponibilidade dos recursos antes do período apropriado. Devido às sazonalidades das chuvas na região, o planejamento do plantio seria no início das chuvas. Esses atrasos demonstraram a fragilidade institucional que limitou a engrenagem para atingir a alavancagem econômica,

⁹⁰ O. V. em entrevista realizada na cidade de Canarana. Fevereiro de 2012.

recaindo em custos de produção. North (1993), ao definir os direitos da propriedade privada e o fortalecimento de acordos, através das instituições, transações e dos custos, demonstra que as instituições associadas ao emprego de tecnologia determinam o custo de transação das negociações e fortalece o direito a propriedade privada. As instituições transformam os recursos (ou entradas) terra, trabalho e capital em bens e serviços. A transformação é uma função não apenas de emprego de tecnologia, mas institucional, pois legitimam os contratos e negócios. Sendo assim, as instituições têm um papel nos custos de produção. Ainda sobre a questão de atrasos, o relato abaixo demonstra o não recebimento de um direito que tinham em caso de não conseguirem produzir ao adquirir o financiamento, os agricultores pagavam o Proagro⁹¹.

A filha de um pioneiro comenta que o pai veio com recurso do sul, com o dinheiro comprou máquinas e equipamentos e caminhões, a compra da terra financiou pelo PROTERRA, com isso prosperou, na crise, vendeu tudo, não recebeu o Proagro. Um outro relato mostra a seguinte situação:

Produzi até 1990, mesmo com a crise que começou em 1980. Todos esses anos pagava o Proagro, paguei por dezoito anos, quando precisei não recebi, o governo não pagou. Quando vendi as terras para pagar as dívidas chegou a anistia do governo, um mês depois. Para não perder tudo comprei terra em outro projeto mais ao norte, perto da reserva do Xingu, dizem que é terra que tem problemas, até hoje não tomei posse. (nesse momento a esposa interrompe a fala e pronuncia) O mais experiente “dobrava” o Banco, o mais humilde procurava “honrar”, vendia. (BRASIL, 1973, não paginado).⁹²

Esse ponto evidencia a despreparação para atender o migrante agricultor, entre a ausência da assistência técnica e a anistia que chegou tardiamente. Foi-lhe anunciada a expropriação pela falta de pagamento aos empréstimos concebidos. Ao “honrar” seu compromisso com a venda da terra, perpetuou o mecanicismo bancário e esfacelaram dezenas de anos de dedicação, comprometimento e ética, baseados na razão de ser produtor. Esse fato reforça a necessidade de repensar a forma bancária de financiamento ao pequeno agricultor, onde o Banco atua alienando seu objeto de trabalho, a terra.

Das funções da cooperativa para a atuação pública, quando da emancipação municipal, um pioneiro que se tornou político no município, explica que ao assumir a prefeitura, a

⁹¹ O Proagro foi criado pela Lei 5.969/1973 e regido pela Lei Agrícola 8.171/1991, ambas regulamentadas pelo Decreto 175/1991. Suas normas são aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional -CMN e codificadas no Manual de Crédito Rural (MCR-16), que é divulgado pelo Banco Central do Brasil.

O Proagro é custeado por recursos alocados pela União e dos provenientes da contribuição que o produtor rural paga (o adicional/prêmio do Proagro), bem como das receitas obtidas com a aplicação do adicional recolhido.

⁹² J. S. entrevista realizada na cidade de Canarana. Fevereiro de 2012.

Coopercol já não atuava mais. Tudo recaia sobre a prefeitura. Quando a Lei Kandir⁹³ retirou recursos do município, foi um esquecimento geral, o governo do Estado esqueceu o vale do Araguaia, tivemos que buscar novos convênios para a saúde, educação. Na época, a primeira dama fez 36 viagens para Cuiabá para viabilizar cursos superiores para o município. O município fez leis para superar as dificuldades e nos adaptar, foi como a continuação da saga do pioneirismo.

5.7.1 Pioneiros que ainda estão com os lotes

Dos agricultores que estão nos lotes originais do projeto Canarana I, quatro deles, embora em locais distantes dentro do município, relataram suas iniciativas as quais permitiram permanecer ainda na terra. Suas atividades remetem a uma construção estruturada no desenvolvimento endógeno, com seus próprios experimentos. Nesse sentido, o desenvolvimento endógeno pode ser caracterizado pela cultura do contexto situando a relação cultural construída, considerando um conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais, que transcenderam as instituições e os planejamentos que não foram executados. Nessa participação estiveram presentes os atores locais na transformação da realidade em que estavam inseridos.

Os pioneiros que tinham mais posses no Sul vieram com condições melhores. Nesse depoimento o migrante tinha 25 hectares no Sul, ao adquirir as terras percebeu que era muita terra, dos 485 hectares adquiridos, abriu apenas 75%, o restante por ter pedra ficou como reserva.

Fomos um dos primeiros que plantamos soja, colocamos adubo como experimento em 12 hectares, mas depois paramos, é muito arriscado e procuramos apenas criar gado, o que fazemos até hoje. Quando chegamos financiamos um trator CBT, pagamos Cr\$ 1.300,00 e ainda não dava para quitar, refinanciamos, estamos pagando até hoje, tá ai, temos um trator com 25 anos de uso, mal está andando. Com o falecimento do pai, ficou mais difícil, somos quatro irmãos e a mãe, a terra que era muita no início hoje não dá para todos, estamos vendendo para um empresário de São Paulo que tem fazenda aqui.(informação verbal).⁹⁴

Os dois depoimentos acima demonstram as estratégias para superar as dificuldades. O colono que optou em criar apenas o gado driblou a falta de conhecimento para produção temporária, por outro lado, não teve o ganho produtivo gerado pelo arroz que trouxe ganhos imediatos e depois se exauriu. Os colonos que criaram gado desde o início, nos dois exemplos

⁹³Lei Kandir sancionada em 1996 isenta o Imposto sobre Circulação de mercadorias e Serviços (ICMS) dos produtos e serviços destinados a exportação.

⁹⁴ O. S. depoimento dado em julho de 2012.

tiveram a manutenção das terras no longo prazo, pois ainda estão com elas embora considerem a dificuldade de continuar produzindo. Num outro depoimento o pioneiro ressaltou que tinha um sonho de infância que era um dia poder criar seu próprio gado, pois no sul ajudava os pais na ordenha. Quando adquiriu as terras em Canarana, disse nunca ter ficado sem gado no pasto. Segundo ele, foi a forma que conseguiu para superar as crises da plantação temporária.

A cooperativa funcionou somente nos dois primeiros anos, depois o Norberto abandonou a Coopercol. A terra que comprei foi financiamento do PROTERRA em 1975, antes trabalhava com o pai. Em 1978 já estava falido, lutei três a quatro anos para pagar o Banco, sabia que uma hora eles vinham cobrar, pois toda vez que ia lá eles ofereciam dinheiro e renegociava a dívida, não tinha outra alternativa. Pegava, mas trabalhei com parte do dinheiro comprando cereais e depositando numa cerealista em Goiania [...] O oficial de justiça chegou em casa cinco horas da tarde, dizia que aquele era o último dia para pagamento da minha dívida e que era para assinar o documento que estava com ele. Pedi para ler, entrei para dentro da casa e vi que aquele documento era para ser assinado com antecedência e não após o fechamento do Banco. Não assinei e sai para outro lado, fui até Goiânia e recebi o dinheiro do depósito dos cereais, voltei direto para o Banco do Brasil que era em Barra do Garças. Quando cheguei, o oficial de justiça estava na porta do Banco, fui direto ao gerente e paguei a dívida que tinha, me salvei dessa forma. Muitos oficiais pegavam gado para não apresentar o documento no Banco, outros já vinham com compradores para a terra. Tudo funcionava na pressão. (informação verbal).⁹⁵

O referido depoimento, quando foi dado, estavam presentes os pais e o filho que receberia as terras para dar continuidade ao trabalho. O pai aos poucos ia passando a administração familiar para o filho. O pai nunca plantou soja, continuou nas terras com um pouco de gado, fez a cria e cria e corte. Em alguns momentos arrendava para plantio da soja, via nisto um meio de reformar o pasto. Afirma ter sido assim o meio conseguido para ficar com a terra. Hoje o filho quer plantar soja para a recuperação do pasto, não quer arrendar. Os pais são contra, dizem que quem utiliza agrotóxico fica doente, que conhecem muitos casos de intoxicação. O filho prontamente indagou: Se fosse assim, não haveria plantação de soja no Mato Grosso! O pai e a mãe disseram que o grande proprietário não planta, não passa “veneno” e não colhe, ele administra e paga para trabalhadores fazerem essas atividades, enfocando que essa não é a realidade para eles. Possuem as terras originais e outro lote separado de 200 hectares totalizando 680 hectares. Quando perguntado quanto de terra seria então suficiente para trabalhar e ser patrão, ou seja, contratar empregados, responderam que com a terra que tinham naquele momento, seria suficiente para sobreviver, isso sem correr risco com a plantação da soja, apenas administrando a criação de gado e vendendo ali mesmo. Disseram que dependendo do que se faz na cidade, vive-se melhor do

⁹⁵ M. S. Depoimento dado em julho de 2012.

que quem tem perto de 500 hectares. Deram um exemplo sobre as surpresas que enfrentam, afirmaram não possuir assistência técnica e, que ainda hoje, vivem com insegurança:

Hoje o capim murcha no período da chuva. O gado não come, isso já acontece no segundo ano seguido. Ninguém sabe dizer o que é, se é doença, se o “veneno” que passam para secar a soja vizinha, se é “veneno” que foi usado quando fez-se rotação com a soja. Estudo não é feito, se fazem, para nós não dizem o que é. Não temos técnicas para produzir em 400 hectares. Na seca tentamos dar cana com casca para as vacas, é certo? Errado? Não sabemos. Ainda somos pioneiros nas descobertas. (informação verbal).⁹⁶

O fato narrado nos leva a razão camponesa defendida por Costa (2009). Para o autor, o pequeno produtor sempre busca uma alternativa para suprir suas dificuldades. Ao enfrentá-las tem uma razão para enfrentar a crise. Também nesse aspecto é possível verificar a busca do desenvolvimento local com iniciativas endógenas individuais, como se segue outro depoimento:

Tinha 17 hectares no Sul, mesmo assim financiei minha terra, paguei com sete anos. Quando veio a crise do arroz na década de 1980, na verdade já havia começado em 78, 79, o que fiz, passei a plantar menos e com recurso próprio, com o que tinha, não peguei nada no Banco. Depois, decidi não plantar soja, pois sabia que ia depender do Banco, ai não dava, pois a terra é fraca, tem que corrigir! Então parti para o gado, é mais seguro. Aqui teve muita coisa errada, tinha gente que pegava financiamento e viajava para o Sul de carro. Outros, se a lavoura não dava, faziam novos empréstimos, faziam novas dívidas, então tinham que vender a terra. Quando veio a crise não aguentou. Numa época tive que vender um pouco da terra, mas com o que tenho hoje sobrevivo bem e o que ficou vai para meus filhos e genros. (informação verbal).⁹⁷

Nesse caso, o desenvolvimento local contribui com o desenvolvimento socioeconômico, pois favorece a interação econômica que atende a satisfação das necessidades humanas (SACHS, 2000). Assim, o desenvolvimento local possibilita o crescimento econômico a longo prazo, por ser uma geração econômica local que permite a coletividade. Nesse ponto é necessário distinguir desenvolvimento local do endógeno. O local está restringido a um espaço concreto dentro de uma dinâmica geral de mudança, com isso, esse processo afeta estruturas produtivas e sociais e se distribui por todos os territórios relacionados. O desenvolvimento endógeno envolve-se em todos estes aspectos, mas difere por ser voluntário. Procura compatibilizar ou, no mínimo, ser conhecido da coletividade, na qual o processo ocorre. Esse processo implica na introdução de inovações que geram valor adicional às atividades produtivas e cotidianas da população, diferente daquele que acontece em seu entorno (MARTA; VIANNA FILHA, 2012, p. 76).

⁹⁶ M. S. depoimento em julho de 2012.

⁹⁷ L. S. depoimento em julho de 2012.

Nas falas dos colonos, esteja ele ou não com a terra, o auscultar⁹⁸ permitiu perceber que os pioneiros carregam muitas conquistas, embora alguns com sentimentos de perda por não estarem com as terras que adquiriram, outros demonstram conforto por não precisarem mais arriscar. Num todo, procuraram passar uma experiência conquistada. Ao falar sobre os fatos ocorridos, mencionam a situação produtiva atual como exemplo e apontam erros em investimentos indevidos e riscos a todo o momento.

Entendemos disso aqui, se o governo quiser fazer uma boa reforma agrária tem que perguntar para nós, já estamos aqui a quarenta anos, sabemos como enfrentar a seca. Aqui, para ter de 50 a 500 hectares tem que ter técnica de produção daqui, tem que ter financiamento para plantar, colher e vender produtos internamente. Quando vendíamos o arroz nos armazéns de Goiás, era para consumo interno, tinha preço adequado. Se não tiver isso, os assentamentos do governo vão virar fazenda de novo, pois só quem tem acesso a financiamento e técnica produz aqui. (informação verbal).⁹⁹

Quando Schwantes falava em fazer reforma agrária, dizia “Queríamos mascarar o que realmente estávamos fazendo: um projeto de reforma agrária.” possibilitou que quem de fato trabalhou a terra pudesse falar sobre seu uso. Nas falas dos agricultores foi sempre possível verificar o sentimento de aprendizado. Falam sobre o município de Canarana com propriedade, percebem hoje os valores, conceitos e atitudes que são necessários para se ter continuidade, sustentabilidade, a migração e a colonização possibilitou esse aprendizado.

Do jeito que fazem não é para o pequeno. Se precisarem de alguém para falar sobre como sobreviver num ambiente desconhecido pra fazer colonização, procure os pioneiros de Canarana, desde a nossa chegada até hoje enfrentamos experimentos diários, sempre procurando se adaptar as diferentes situações, pois como que se acha que é produzir num lugar que fica cinco meses sem chover? Enfrentamos isso, a terra já tinha e era muita, mas tinha isso, só com o tempo fomos entender. Se o governo só der a terra e não conhecer como isso aqui poderá produzir, não vai funcionar. (informação verbal).¹⁰⁰

As análises sobre a realidade dos assentamentos agrícolas em Mato Grosso possuem diagnóstico da falta de infraestrutura e orientação produtiva. Canarana hoje possui três assentamentos, dois do INCRA e um do Banco da Terra. Curiosamente, a produção dos assentamentos de Canarana procura incentivar no mínimo cinco hectares de seringueira, a mesma tentativa que é realizada por tradição em São José do Rio Claro.

Dado o conhecimento relatado pelo pioneiro de Canarana e as experiências desenvolvidas pelos remanescentes da heveicultura de São José do Rio Claro, a política governamental atual de assentamentos agrícolas, poderá utilizar o conhecimento tácito do

⁹⁸ Ouvir indiretamente, mas com profundidade.

⁹⁹ Essa fala foi de L. S. Foi replicada e afirmada no encontro com três pioneiros conjuntamente, quando foi solicitado um levantamento sobre quais dos pioneiros ainda possuem ou não terra do Projeto Canarana I, depoimento colhido em julho de 2012.

¹⁰⁰ O. V. Depoimento em julho de 2012.

pioneiro. Independente de quem está ou não com a terra, mas que trabalhou em situações adversas enfrentando problemas edafoclimáticos e econômicos. Para isso, possuem técnicas de mais de quarenta anos de experiência, tanto do conhecimento dos solos e sua produção quanto dos mecanismos de financiamentos que podem, de fato, contribuir para o trabalhador assentar-se e permanecer. Sem utilizar esse conhecimento, será uma alocação imediata até o esgotamento da sua força braçal e moral. Produzir em ambientes amazônicos demanda conhecimento local. O governo federal não precisa gastar mais para ter este conhecimento, este já foi dispendido pelos próprios pioneiros.

Ao interpretar esse conhecimento interno, percebem-se iniciativas para o desenvolvimento local. Uma interpretação teórica leva a compreensão de haver enclave na região. Onde há a pequena produção, o sistema econômico interage com possibilidades de compra e venda, ao contrário, onde há concentração, os recursos voltam para os centros maiores. Cardoso e Faletto (1970) demonstram que nos enclaves emprega-se mão de obra interna, pouca concentração de capital, mas com tendência a limitada distribuição de renda. Com isso a expansão e modernização econômica buscam novas fronteiras para a agricultura, impactando negativamente na economia de subsistência e para a própria produção e consumo no mercado interno. Considerando esses aspectos, a produção é uma continuidade da economia central, tanto na decisão dos investimentos quanto na distribuição e apropriação dos lucros. Havendo o enclave a economia regional não obtém conexão com a economia agrícola local.

5.8 A visão das mulheres no processo pioneiro

Por se tratar de agricultura para pequenos agricultores, a família foi sempre o aspecto principal para o desenvolvimento das atividades, como ressaltado nas agrovilas de Canarana; as mulheres é quem faziam os trabalhos do lar e da criação dos animais. Além desta questão, no desenvolver das entrevistas foi possível perceber a contribuição das mulheres no processo de migração, com um diferencial: as esposas dos pioneiros são, em geral, mais críticas que os homens. Dizem que os homens tinham uma rotina padronizada: abrir as terras e produzir.

No início, a maioria viveu por até um ano e meio em barracos de lona, não tinham pomar, nem criação doméstica. Na sequência, serão explanadas algumas falas que foram registradas durante as entrevistas:

“Nossa roça não sabíamos onde era, ainda não havia demarcação, quando localizamos e o pai plantou, o gado do posseiro comeu tudo, ficamos sem nada. Via isso como

desorganização.” (informação verbal) Muitas foram ter filhos em Barra do Garças, as vezes passavam até quarenta dias lá, outras tiveram surpresas inesquecíveis

Lavávamos as roupas no córrego onde ficamos acampados, um dia caiu uma peça de roupa na água, quando abaixei para pegar, vi dois olhos dentro da água, saímos correndo e chamamos os homens, depois descobrimos que era uma enorme sucuri, daí o nome do primeiro acampamento de “Sucuri”. Não podíamos mostrar essas fotos para o pessoal do Sul, pois ficavam com medo e não queriam vir para cá.” (informação verbal)¹⁰¹.

Também foi possível observar duas falas de esposas sobre a realidade vivida. “No período das chuvas se assemelha mais ao clima do Sul, na seca não, parece um deserto, tudo fica seco e a terra nua, pois não tem plantação, nunca vou me acostumar” (informação verbal). Um outro depoimento, quando o marido falava entusiasmado sobre as conquistas dos cooperados, mencionou o avião adquirido pela cooperativa, das viagens que foram feitas contando os detalhes das aventuras. Quando se afastou até o fogão para apanhar a chaleira de água para o chimarrão, sua esposa comentou aos sussurros “por isso que quebrou, era um gasto que nossa cooperativa não podia suportar, o avião era mais para negociações de terras e não para atender o pioneiro” (informação verbal).

No projeto elaborado pela cooperativa, os trabalhos nas agrovilas ficariam a cargo das mulheres, desde o cuidado com o pomar, as hortaliças, e os animais domésticos. Reforça-se que além dessas atividades cuidavam da casa e das crianças. Por isso, tiveram uma fundamental importância na participação do processo de colonização.

5.8.1 A percepção sobre o meio ambiente no alto Xingú

Dentre as percepções atuais, vividas intensamente nos últimos 40 anos, as falas demonstram uma segurança de quem de fato conhece a região, mesmo os que perderam as terras e os que ainda as possuem. Consideram o sentido pioneiro como colonizadores, e dizem que pioneiros foram os irmãos Vilas Boas na expedição roncador Xingu, de onde saiu o traçado que passaram até chegar a Canarana. Também admitem os posseiros e suas lutas como pioneirismo. Por outro lado, consideram os adquirentes de terras dos primeiros agricultores falidos, como aproveitadores de uma situação melhor. Pois tiveram uma estrutura mais estabilizada, ao ponto de considerarem específico, o papel do governo, dos bancos e das multinacionais, em oposição ao que enfrentaram. Nas falas, sempre aparece uma ligação de

¹⁰¹ D. B. P. Depoimento em julho de 2012.

fundo com as primeiras condições que encontraram, retratando a natureza e sua correlação com as iniciativas de produção.

Sabíamos que tínhamos que proteger os rios, mas se não desmatasse nas beiras dos rios havia a malária. A maioria preservou a reserva legal. Aqui foi muito bom, Canarana tem muita nascente de água, não nos ensinavam que era para proteger a nascentes, mas era para proteger os rios, disso nós sabíamos e fizemos. (Nesse momento a esposa interrompe - originária de outra família de pioneiros, relatou sobre sua experiência) Na nossa terra desmatamos na cabeceira do varjão e tinha nascente lá, fomos multados em Cr\$ 50.000,00, abrimos errado e depois corrigimos. Deu sorte quem tinha as nascentes no meio do varjão, pois ai as nascentes não foram desmatadas. O problema ambiental veio depois, quando o pioneiro começou a vender sua terra e a abertura de novos projetos para venda de terra, ninguém respeitava nada. As grandes fazendas derrubavam e empurravam para dentro do rio, não respeitavam nem os 20% das reservas. Não tinha orientação nem fiscalização, muitas nascentes foram soterradas, dava dó de ver. Numa fazenda de 60.000 hectare aqui perto derrubaram e jogaram tudo dentro do rio, foi tudo lacrado, teve multa, mas quem paga ou refloresta? (informação verbal).¹⁰²

Nesse período e posteriormente, na década de 1990, com a liberação da economia brasileira, a política do estado mínimo fez com que o papel fiscalizador do Estado também ficasse ausente, com isso os abusos em desmatar além da permissão da lei foi mais intensificada.

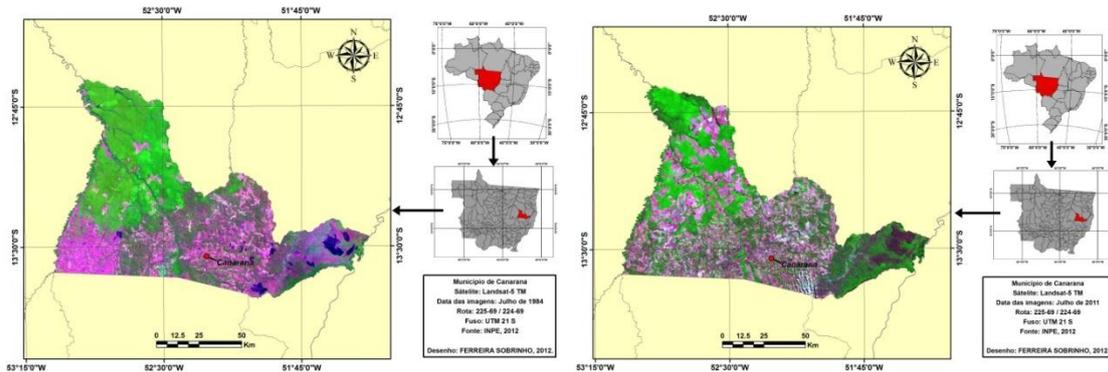
A natureza foi muito generosa conosco, no começo todo mundo caçava e pescava, foi uma forma de completar a alimentação. Depois de aberta a maioria dos lotes, a caça foi acabando, mas a pesca foi muito generosa com agente, teve muito peixe até dez anos atrás, depois foi acabando. O rio que passa aqui no fundo foi ficando diferente, com água turva e sem peixe. Fomos aos vizinhos acima até a nascente, percebemos que haviam desmatado nas margens e onde pequenas minas formam o rio. Reclamamos, fizeram o reflorestamento. Quanto ao peixe esse não voltou, foi devido ao agrotóxico que usam nas lavouras de soja e chega à água. Sempre preservei o que foi me pedido, tive que fazer ajuste na área de reserva sim, mas foi porque houve medição errada, então tive que reflorestar uns três hectares. Ensinaram a técnica, não funcionou, pois o capim vinha antes do crescimento das plantas, não houve capina que desse jeito. Então fiz do meu jeito, usei levemente um “remédio” para folhas finas e as plantas cresceram por dois anos seguidos. Quando chegaram perguntaram qual foi a técnica, disse que foi a própria natureza... (*sorriu*). Aqui teve um fator que também influenciou positivamente quanto as questões de reserva da mata, muitos lotes do Canarana I tem pedras, então o colono procurou ocupar onde não tinha, preservando a mata nos lugares de pedregulhos. (informação verbal).¹⁰³

Conforme os depoimentos a ligação com o local, com o endógeno, aparece como a sensibilidade do pioneiro com os recursos naturais, por criticaram os que chegaram com o pensamento mais para ocupação e produção do que com o reconhecimento dos limites da natureza, principalmente ao desconsiderar as nascentes. No mapa 20 é possível observar os impactos na vegetação nativa ao longo dos anos:

¹⁰² H. G. Filha de agricultor pioneiro, depoimento de julho de 2012.

¹⁰³ A. M. Depoimento em julho de 2012.

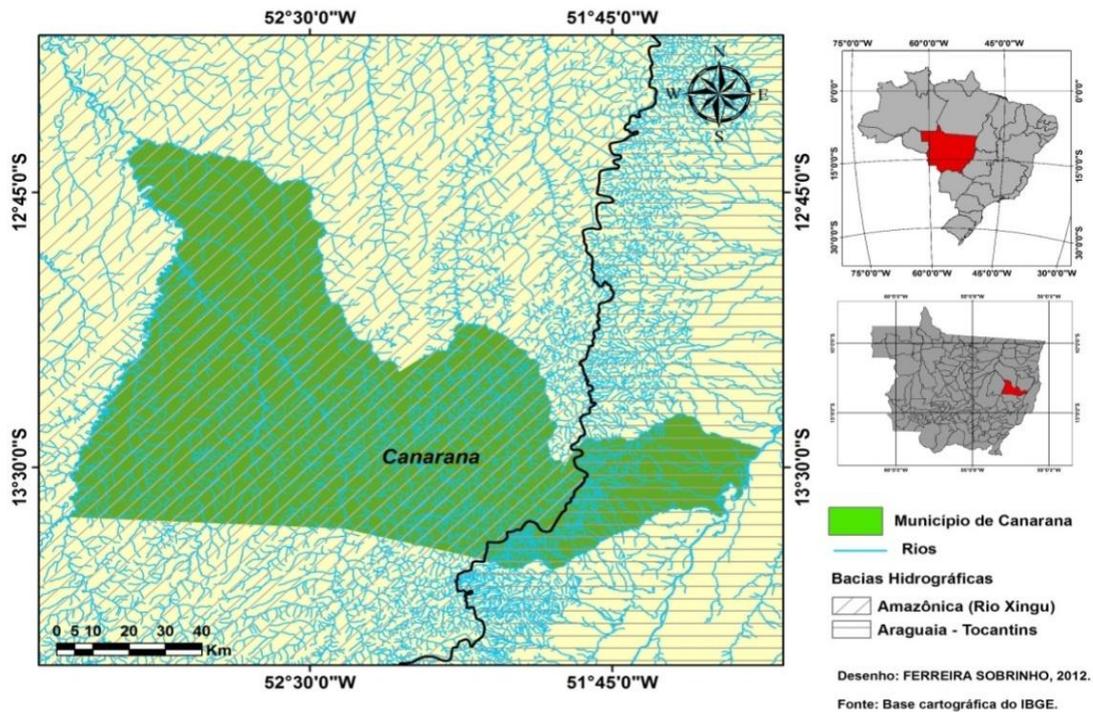
Mapa 20 – mapas da ocupação do solo no município de Canarana. A esquerda, imagem de 1984, a direita, de 2011.



Fonte: INPE (2012).

Conforme mostram as imagens, o processo de desmatamento aumentou ao longo do tempo. A principal queixa dos produtores é quanto a forma de utilização, pois, as reservas e nascentes foram brutalmente atingidas. Dados da secretaria do meio ambiente mostram que Canarana é um dos Municípios Brasileiros que possui o maior número de nascentes, totalizando 1.180, e uma das principais preocupações na área ambiental são as Áreas de Preservação Permanente (APPs) que durante o processo de ocupação desta região foram incorretamente desmatadas. Para a solução deste problema, através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, são mantidas parcerias com institutos e com a EMBRAPA na implantação de projetos educacionais e de pesquisa na recuperação de Área de Preservação Permanentes. No mapa é possível observar a quantidade de nascentes no município de Canarana.

Mapa 21 – Hidrografia de Canarana



Fonte: IBGE (2012).

Todas as nascentes do município formam o rio Xingu. Parte do parque nacional do Xingu está dentro do município de Canarana. Por este motivo, há um engajamento para que as nascentes sejam preservadas e ou recuperadas.

5.9 Do processo de comercialização de terras à realidade encontrada nos dois municípios analisados

Sobre o pioneirismo e sua representatividade, não houve uma manifestação de arrependimento ou reclamação por terem deixado o local de origem e migrado. No entanto, há um sentimento negativo pelos que perderam as terras. De outro modo, sentem orgulho de terem participado do processo de colonização. Entre os relatos do ocorrido no processo histórico, houve também a manifestação de quem perdeu as terras, mas que conseguiram dar estudos para os filhos e fazem questão de dizer que eles continuam num local onde ajudaram desbravar.

Hoje meu filho é agrônomo, se especializou em soja para o cerrado, nas empresas que trabalha, fazem planejamento, gestão, manutenção dos equipamentos in loco, orientação técnica e financeira. Na nossa época enquanto pioneiros, a responsabilidade era da cooperativa. Fomos os primeiros, não tinha isto. Se tivesse

praga no arroz, pedia para o benzedor curar, pois não tinha tecnologia. O que tinha eram algumas máquinas e vontade. (informação verbal).¹⁰⁴

No depoimento acima é possível perceber que em menos de meio século, a mudança nos aspectos culturais e tecnológicos estão presentes. Esse ponto retrata o dualismo, entre o pioneiro da realidade agrária tradicional, e as atividades desenvolvidas com a presença das empresas estrangeiras. Nesse caso, a manutenção aos equipamentos *in loco* se refere às empresas que fornecem máquinas e equipamentos agrícolas, todas de bandeira internacional. Nesse caso, o processo de colonização empresarial iniciado na descoberta exploratória do território brasileiro, continua com a representação multinacional, ao alimentar o produto nacional estrangeiro.

O cooperativismo que permitiu o processo de colonização iniciou pela lei do estatuto da terra de 1964, no governo militar. Algumas análises mencionam que nesses empreendimentos havia um interesse do governo federal para povoar as regiões amazônicas, com isso a iniciativa empresarial receberia apoio econômico e político para desenvolver sua atividade empreendedora, também atendia a função particular e capitalista do empreendedor e por outro lado, possibilitava a chegada de famílias em ambientes inóspitos e sem correlação sociocultural e de infraestrutura.

A produção agrícola de Canarana prosperou, e muitos outros projetos foram desenvolvidos e incorporados à produção agrícola do município. Assim a produção diversificou-se, em especial a da soja, a qual tornou-se superior as outras culturas, embora nenhum dos pioneiros consultados produzissem essa leguminosa. Com seus braços, os primeiros agricultores abriram caminho para a realidade atual. Em 1979, após a emancipação política, o município foi o que mais arrecadou impostos para o Estado naquele ano, esse fato ainda é marcante para os primeiros produtores que abriram caminho para a situação atual.¹⁰⁵No entanto, poucos dos pioneiros fizeram parte dessa estatística, pois já estavam sem as terras

Na economia institucionalista, especificamente nos estudos de Douglas North (1993), o mesmo adverte que “é inegável que as instituições afetam o desempenho da economia” e que “nem a teoria econômica corrente nem a história mostram muito interesse em demonstrar a função das instituições no desempenho econômico”. Na colonização particular analisada, a história econômica mostra que a fragilidade das instituições em prover a assistência técnica, foi fator primordial pela não manutenção do agricultor no campo. A desconsideração com

¹⁰⁴ M. B. Filha de pioneiro em depoimento dado em julho de 2012.

¹⁰⁵ Os dados socioeconômicos do município encontram-se anexos.

Humboldt postergou o conhecimento edafoclimática amazônico para mais de quatro décadas, nesse caso, a história econômica está indicando interesse em mostrar que as instituições, estando preparadas, atuam diretamente no desempenho econômico. Ao contrário, permite que haja desconsideração com a base da constituição da sociedade, o atendimento as questões culturais e sociais pertinentes ao desenvolvimento. Nesse sentido, para os novos institucionalistas, o processo de desenvolvimento econômico é também um processo de desenvolvimento das instituições ou evolução de uma determinada matriz institucional, portanto, as instituições importam e devem ser acrescentadas nos modelos de desenvolvimento econômico.

Para Nelson (1993), a capacidade de aprendizado do território se origina do estabelecimento de relações institucionais renovadas, que venham a congregar distintos atores, e que estes, valorizem as características e conhecimentos presentes em determinado territórios. No que se refere a Canarana e São José do Rio Claro, as iniciativas para permanecerem com a terra e na terra, foram renovações que geraram novos conhecimentos. A manutenção do modelo produtivo adotado veio pelas circunstâncias do próprio local. A criação de gado em Canarana possibilitou uma retaguarda financeira para cobrir os custos da manutenção, vindos da comercialização da produção na própria região. Ao optarem pela comercialização local, diminuíram as possibilidades da produção agrícola temporária para comercialização em outros estados ou para exportação.

Esse resultado foi fruto das perdas e riscos que tiveram com a comercialização do arroz no início da produção. As iniciativas endógenas dos heveicultores em gerar novos produtos derivados da borracha são tentativas para sair do oligopólio do produto, evitando que a oscilação dos preços in natura afete a possibilidade de sustentabilidade ao longo do tempo.

Ao considerar a colonização de exploração para atendimento dos países centrais, bem como referir-se a questão da concentração de terra, primeiro pela coroa e posteriormente, internamente, ao pequeno produtor rural faltou reconhecimento. Mesmo as pequenas propriedades do Sul e Sudeste do país, se lograram para uma produtividade de limitada importância, se considerar a dependência tecnológica para produção. A tecnologia industrial para a agricultura não foi homogênea em relação ao grande e pequeno produtor, ela foi excludente ao permitir o mesmo mecanismo de financiamento para diferentes realidades produtoras.

O pequeno produtor foi considerado no processo de mobilização política do governo federal ao provocar o deslocamento de dezenas de famílias, no processo de colonização, a produção agrícola da pequena propriedade não foi considerada, mesmo que no Centro Sul e no Centro Oeste. Fruto dessa ação foi a Colonizadora IMCOL ter que justificar as terras vendidas abaixo de 25 hectares e posteriormente

com a chegada do PROBOR, provar que havia pequenos agricultores que poderiam produzir abaixo das 500 hectares exigidos pelo programa.

O processo migratório considerado por uma política macro, com intenção estratégica, excluiu o pequeno produtor pela condução agrícola dualista. A estrutura social e produtiva dos remanescentes da produção da heveicultura permanece como mecanismo econômico e ambiental, numa região envolta pela agricultura latifundiária. Os pioneiros de Canarana, que estão ou não com as terras, consideram que fazem parte de um grupo de trabalhadores agrícolas, os quais passaram quase meio século lidando e conhecendo uma realidade que está ali presente. Como agricultores desbravadores de um local inóspito, a inserção no processo de produção agrícola que não vingou, serviu para a inserção da tendência produtivista exportadora, que por outro lado, repetiu um ciclo que trouxe de volta à esfera inicial: a maioria ficou com pouca ou nenhuma terra para produzir.

São José do Rio Claro, sendo o pioneiro no plantio de seringais no início dos anos de 1970, sofreu o impacto do abandono dos projetos por parte do órgão financiador. Essa consequência desencadeou um grande êxodo rural, e os pequenos proprietários que ainda resistem e produzem, utilizam-se da agricultura de subsistência e a manutenção da produção da borracha cultivada como alternativa e complemento econômico. Considera-se nessa produção a longevidade das árvores, pois são das primeiras espécies e sofrem todas as agressões naturais por seus clones não se adaptarem à região amazônica, o que provoca pouco rendimento. O preço baixo também é uma constante, pouco cobrindo seu custo.

A região está cercada por municípios que aderiram à monocultura liderada pela produção da soja e algodão, sendo, Campo Novo do Parecis, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde os melhores IDH do estado, no entanto, sofrem com a oscilação dos preços das *commodities* e com impactos ambientais irreversíveis, tanto pelo desflorestamento acentuado, como pelo uso sem limites de agrotóxicos. Por outro lado, Canarana e São José, trazem a cultura que, com base na agricultura familiar produzem produtos que podem ser comercializados no local, enfrentam menos crise, pois sua pequena produção e consumo são locais, alimentando o ciclo econômico que estabelece uma sustentabilidade em momentos de crise mais aguda no entorno. Desta forma minimizam o enclave provocado pelas *commodities*. Canarana não atendeu ao projeto inicial de produção e consumo interno, o endógeno Costa (2003), não foi considerado. A tradição produtivista sem atenção técnica e de mercado interferiram, embora a proposta inicial fora para que houvesse nas agrovilas produção e consumo interno.

As teorias de desenvolvimento endógeno resultaram de um movimento de idéias que constata o valor da abordagem do potencial de mercado, a qual se entende capaz de apresentar uma descrição bastante realista da hierarquização econômica dos lugares e, por isso, servir para descrever o sentido econômico de sua distribuição espacial (COSTA, 2003, p. 5).

A pressão local pelo processo latifundiário é intensa, mesmo com uma cultura estabelecida pela colonização privada com base na agricultura familiar e com reconhecida sustentabilidade. Quanto às crises do agronegócio no entorno, Em São José do Rio Claro, há registros de que seringueiras produtivas de 10 a 15 anos de idade estão sendo derrubadas para darem lugar à produção de soja, algodão e milho. No entanto, conforme relatado pela secretaria de agricultura, essas ações são realizadas por produtores de outras regiões que não têm tradições com a heveicultura e procuram toda área possível para a produção agroindustrial.

Mesmo com essa pressão e tentativa da inserção da produção da soja e algodão na região, há a resistência isolada dos pequenos produtores locais a este modelo buscando alternativas.

Os estudos de Costa mostram que a produção familiar, considerando sua especificidade, tem uma característica única como parâmetro decisivo: sua necessidade de reprodução e sua capacidade de trabalho. A estrutura que mantém o ímpeto para produzir está ancorada na reprodução do conjunto familiar, aspecto que tem pertinência com os produtores familiares remanescentes da heveicultura e da produção cooperativa de Canarana. Registra-se que a ausência tecnológica por aproximadamente quarenta anos foi superada com a iniciativa própria dos remanescentes da heveicultura ao buscar novos clones com mais qualidade e dos cooperados ao buscarem alternativas próprias para a fertilização do solo após o esgotamento natural.

Parte dos produtores que estão utilizando dos plantios de novos clones esteve fora do cultivo por terem “perdido” suas terras em momentos de crise aguda, mas que voltaram a produzir quando foram reincorporados pelo processo de assentamento rural atual. Nos dois casos a ausência de assistência pública e sua implicância, tiveram um peso considerado no vazio temporário, desde a extinção do programa PROBOR e do esfacelamento da cooperativa até as ações recentes relatadas.

Dessa forma, considerando a base familiar e com o apoio teórico de Chayanov em Abramovay (1978) o raciocínio mostra que a capacidade coletiva interna com governança, com poder de coerção interna juntamente com a flexibilidade do modo de produção capitalista dá um grau de liberdade que foge das regras do modo de produção. A flexibilidade da

estrutura produtiva camponesa facilita o modo de produção, investe por momentos e por razão o que uma empresa não investiria. A razão reprodutiva, considerando uma comparação com a lógica industrial, na queda do lucro “cai” enquanto o pequeno agricultor não, ele “investe”, busca alternativas para a continuidade da atividade.

5.10 O conhecimento tácito e o institucionalismo

O institucionalismo estuda as estruturas, regras e comportamentos. Para os institucionalistas não é a racionalidade, mas os instintos e costumes que movem o comportamento econômico. E ainda, conforme a contribuição de Veblen;

As instituições são elas próprias o resultado de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevalecentes, ou dominantes, de atitudes e aptidões espirituais; são ao mesmo tempo, métodos especiais de vida e de relações humanas [...] as instituições têm de mudar com a mudança das circunstâncias, uma vez que é de natureza de seu método habitual corresponder aos estímulos que essas circunstâncias variáveis lhes proporcionam (VEBLEN 1983, p. 87; 88).

Ainda conforme o autor, o desenvolvimento endógeno e o papel institucional estabelecem mudanças diante da mudança de hábitos de seus atores. O não aceite de mudança gerará a inércia social e o conservantismo. Os aspectos da institucionalidade são de ampla consideração e requerem uma postura de caráter envolvente que sinalize para o desenvolvimento do mundo globalizado. Assim, o conhecimento tácito e os aspectos culturais devem estar considerados na “transição” do tradicional com o “moderno” e ainda novos projetos de desenvolvimento demandam que as instituições não permaneçam na tradição continua. Para promover um desenvolvimento para um novo tipo de Amazônia, não apenas a de retirar seus recursos e desconhecer a cultura própria da região, as considerações edafoclimáticas e reconhecer a empiria produtiva dos migrantes do Centro-Sul, será necessário um Estado que possa promover um desenvolvimento, conforme (COSTA 2006), que possibilite conhecimento (novos paradigmas), em capacidade de formulação estratégica (novo planejamento e gestão institucional), em capacidade de formação de opinião (nova comunicação), em nova capacidade de financiamento (democratização do acesso a fundos públicos) e em capacidade de condução política (projeto de direção).

Atribui-se ao caráter institucional um olhar específico, tanto no ambiente rural e das cidades, quanto no aspecto de atuação e cultural. A produção gerada pelo pequeno agricultor tem sido a base de desenvolvimento em muitas nações. Na Amazônia mato-grossense, parece haver um descrédito nesse sentido, iniciativas industriais que geram recursos de curto prazo

são as mais contempladas. A inserção de capital e tecnologia para o pequeno agricultor pode ajudar a gerar elementos substanciais na contemplação do desenvolvimento endógeno na Amazônia, embora o direcionamento dos investimentos para a agroindústria exportadora com viés entre estado nacional e mercado externo sejam prioridades.

O crescimento infraestrutural com aumento do PIB tem repercutido na economia amazônica, por outro lado, o pequeno produtor não foi contemplado nessa política. O financiamento a fundo perdido pela Fundação Banco do Brasil para uma nova atividade de produção da Heveicultura encontrou demandantes do PROBOR I, esse produtor não possuía o mesmo conhecimento do início da década de 1970, já tinha uma reflexão endógena sobre clima, mercado, tecnologia. No entanto, sem ser considerada sua representatividade com a experiência de quase meio século, os investimentos se limitam por uma racionalidade mais financeira, que de uma proposta com reconhecimento local.

O financiamento com perspectivas para a pequena produção busca legitimar a demanda do agricultor ao crédito. Para o setor agrícola, considerações sobre investimentos na base é o fundamento para o desenvolvimento agricultável do país. Chama a atenção os países desenvolvidos cuja base da produção agrícola está na agricultura familiar e na pequena produção. Nesses, o capital e a tecnologia proporcionam a produção, nos países em desenvolvimento há de se considerar o direcionamento de políticas de investimento e valorizar o conhecimento endógeno e tácito que se fortificaram na ausência de políticas públicas e de instituições fortes.

6 CONCLUSÕES

Ao se identificar os aspectos institucionais, políticos, legais, e econômicos presentes no processo de colonização privado desenvolvidos por empresas e famílias nos municípios de São José do Rio Claro e Canarana, Estado de Mato Grosso, foi possível confirmar a hipótese da presente tese. Constatou-se que a colonização privada ensejou na lógica de produção capitalista latifundiária, aspectos políticos, legais, socioeconômicos, instrumentalizando as estruturas institucionais, que moldaram arranjos produtivos de forma a viabilizar os interesses de uma elite política local. Esse modelo de colonização amparada pelo propósito nacional de estimular o povoamento e a inaugurar um novo momento econômico baseado no capitalismo de mercado, e de produção agrícola na região Amazônica, ficou específico nos dois municípios mato-grossenses estudados.

Parte-se de um encadeamento lógico no qual foram identificados aspectos históricos, culturais, sociais, ambientais, institucionais, políticos e legais que descortinam todo esse processo e proporcionam uma profunda reflexão sobre toda essa realidade, vivida por distintos atores e que muitas vezes se apresentam como reféns de uma estrutura institucional já devidamente pensada para atender atores pré-determinados.

Mesmo que o objetivo maior da tese não se subsidie na análise dos aspectos culturais, ambientais e sociais, eles surgiram no decorrer da pesquisa como elementos fundantes na interpretação da realidade territorial, pela relevância na replicação histórica dos processos migratórios entre as nações, regiões e territorialidades. É a partir da interpretação dessas variáveis que os futuros processos de colonizações poderão ser planejados de forma a mitigar os impactos negativos em destaque. Assim, a presente conclusão resgata passo a passo as análises interpretativas evidenciadas em cada capítulo.

A formalização da Amazônia Legal e o processo de subdivisão do Estado de Mato Grosso, se destacam como fatos que instrumentalizaram as políticas públicas nacionais para atender a demanda de ocupação da Amazônia mato-grossense. Identifica-se a existência de um apelo político maior do que questões essencialmente geográficas. Assim, foram sendo criadas as superintendências e programas regionais para implementação dos planos nacionais, que imbuíram em seu cerne a lógica de mercado capitalista. Fundamentadas as instituições, as regras formais surgiram através de leis, decretos, regulamentos, mas as regras informais contidas na cultura, identidade, círculos sociais, punições e cooperações ficaram obscuras no processo de migração, cabendo à individualidade se apresentar em um arranjo em que a

presença institucional se configura como abstrata, já que não se preparou para criar uma estrutura de apoio e fomento ao migrante colonizador.

As leis, as quais possibilitaram a privatização das terras em Mato Grosso, despertaram o capital de origem empresarial e agrícola do Centro-Sul para a aquisição das terras disponíveis, tidas como devolutas pelo Estado. Como resultado dessa política, as fragilizadas organizações públicas responsáveis pelas terras permitiram a compra destas por preços irrisórios. Foi possível identificar manobras como a utilização de terceiros e um processo especulativo que permitiu um mercado avassalador, ao ponto de transformar comerciantes de terras em empresários de colonização. Essa lógica facilitada pelo preço e mecanismo de compra de áreas superiores a imensidão dos dez mil hectares, possibilitou a disponibilidade de terras para ser repartidas em pequenos lotes para os pequenos agricultores do Centro Sul, embora com sobre preço que atendeu a lógica da especulação. Numa reflexão sobre a forma de uso da terra no país, não seria premeditado considerar que áreas de dez mil hectares fossem para comercialização em loteamentos menores. A junção de vários deles evidenciou a aquisição para comercialização.

A colonização privada implementada nos municípios pesquisados, no final da década de 1960, fez uma transposição cultural ao trazer pequenos agricultores do Centro Sul para adquirirem terras e produzirem sem conhecimento sobre clima e o solo da Amazônia mato-grossense.

Os pequenos agricultores que migraram para Canarana, eram descendentes de europeus. Na investigação empírica foram encontrados filhos ou netos de alemães e italianos, e um neto de francês. Replicando a mesma situação vivenciada por seus antecedentes, quando chegaram ao Brasil sem conhecimento das condições do clima e do solo. Os paranaenses, que chegaram a São José do Rio Claro, trouxeram a produção produtiva perene e temporária. Tinham a convicção que poderiam produzir como no Sul e sem geadas, mas não conseguiram. Ao desconsiderar a questão cultural nessa transposição regional, o INCRA, órgão governamental responsável pelo planejamento da colonização, ignorou essa diferença tropical e subtropical, considerando apenas o aspecto de mobilização e assentamento dos agricultores, através das colonizadoras privadas. Fato que permitiu a importação do conhecimento que veio da Europa e da experiência dos migrantes do Sul, chegando a Amazônia mato-grossense sem dar importância a questão edafoclimática. Toda essa movimentação sem tecnologia, sem o conhecimento específico das peculiaridades da região não segurou o pequeno agricultor na terra, situação recorrente nas pequenas áreas da Gleba Massapé I e nas áreas de 480 hectares de Canarana.

Não houve preparação para atender o produtor, pela lei de terras de 1964 essa obrigação recaiu sobre o colonizador privado. As cidades que surgiram no Norte de Mato Grosso no final do século XX são resultados dos processos de colonização, pois das glebas até a emancipação política, as responsabilidades e custos foram das colonizadoras. Nesse caso, as colonizadoras, continuaram seu processo de comercialização das terras, adquiriram novas áreas e lançaram novos projetos, se preocupando menos com os aspectos infraestruturais demandantes das necessidades de produção, consumo e comercialização.

Após a emancipação política dos municípios, as responsabilidades infraestruturais recaíram sobre as recém-emancipadas prefeituras. As responsabilidades passaram a ser públicas. Esse fato representa que as instituições públicas e privadas desenvolvem uma correlação de sustento econômico, pois as colonizadoras continuam com sua representação empresarial. Para superar os despreparos públicos municipais as iniciativas próprias particulares atuaram para superar as ausências organizacionais.

As prefeituras quando assumiram as responsabilidades que eram dos colonizadores, tiveram que tomar iniciativas para suprir necessidades que antes nem eram atendidas a contento, como a contratação de professores e a compra de máquinas e equipamentos para manutenção de estradas vicinais. Canarana saiu do modelo de agrovilas para um núcleo urbano central devido o não atendimento público de manter assistência de saúde e educacional em cada agrovila. A manutenção de pontes e estradas em São José do Rio Claro mesmo com a presença da prefeitura nos primeiros anos, foi realizada com parcerias privadas. Essas parcerias demonstram o caráter endógeno através da transformação da realidade local ao considerar nessa atividade as questões econômicas, sociais e políticas representadas pelos atores locais, sintetizando uma estrutura que gerou resultados temporários para atender suas necessidades.

A representação institucional pública e privada atendeu uma lógica mais pertinente ao mercado de terras que de fato a compreensão da formação socioeconômica e ambiental, demonstrou que o processo de ocupação não foi para um aperfeiçoamento da condição de vida da coletividade, mas para subjugar a natureza e a terra em favor de uma minoria politicamente estabelecida.

Passados quarenta anos da relação estabelecida na política de privatização de terras, a formação econômica e social do pequeno agricultor ficou limitada pelo dualismo, considerando arcaico e fechado o imobilismo ao agrário tradicional e por outro lado um setor agroindustrial considerado moderno, baseado no grande comércio exportador. Essa contraposição remete ao subdesenvolvimento. Isso prosperou colocando Mato Grosso num

expoente produtor de commodities, contraposto pelo não reconhecimento da importância dos pequenos agricultores pioneiros nos dois projetos de colonização privados. Dessa forma, considera-se como subdesenvolvimento, a presença de empresas capitalista modernas em estruturas arcaicas. Com isso as análises nos dois municípios contribuem teoricamente, através dos dois projetos de colonização estudados.

Em Canarana, o estudo identificou a presença de grandes empresas multinacionais ofertando máquinas e implementos agrícolas aos pioneiros numa condição produtiva alheia ao projeto oferecido pela Cooperativa. Com isso a modernidade das máquinas acelerou a produção sem reconhecimento de clima e solo, sem técnica de produção e de conhecimento do mercado consumidor dos produtos. Com essa prática, os produtores não conseguiram honrar seus compromissos, pois a produtividade diminuiu, os preços de venda não se mantiveram e os custos aumentaram. Quem não ficou sem a terra por dificuldades financeiras, continuou com experiências próprias para se manter.¹⁰⁶ Em São José do Rio Claro a tentativa de produzir café e lavoura temporária foi frustrada pelas mesmas questões de Canarana. Sem conseguirem produzir as lavouras que tinham conhecimento, o PROBOR deu uma expectativa positiva com financiamento, assistência técnica e mercado para o produto. Nesse aspecto cabe perguntar: no caso da colonização privada para pequenos agricultores, qual o papel que reservou a agricultura para o desenvolvimento regional? A questão edafoclimática entre a região subtropical e tropical, interferiu negativamente na produção. A realidade de Canarana mostrou que a modernização agrícola com máquinas e equipamentos sem um aparato institucional que viabilizasse a infraestrutura demandada no processo de produção, consumo e mercado, não permitiu a atividade produtivista. Sem conhecimento imediato para reposição dos componentes que dariam fertilidade ao solo, os agricultores realizaram experimentos com a soja, impossíveis de pagar via financiamento oferecido pelo setor bancário. Em São José do Rio Claro, sem máquinas e equipamentos, a situação foi mais difícil, pois os agricultores produziam para a subsistência esperando o excedente para comercialização. Não conseguiram produção para além do consumo familiar. A produção permanente do café, ficou limitada por falta de conhecimento técnico e de mercado, pois, não foi considerado o processo de comercialização na região amazônica.

Em virtude das dificuldades enfrentadas, a experiência advinda com tentativas de acerto fomentou a geração do conhecimento tácito. Primeiro individualmente pelos agricultores e num segundo momento passando suas experiências para os órgãos públicos que

¹⁰⁶ Após reunir com 3 pioneiros, foi montada um tabela (em anexo) com os nomes dos pioneiros e o destino que tiveram, passados 40 anos da chegada em Canarana

chegaram posteriormente aos experimentos dos agricultores. A troca de experiências com os agricultores de Canarana, permitiu à EMBRAPA os melhoramentos que hoje são utilizados na produção de grãos em grandes propriedades, mas desapropriou o pequeno agricultor por não possuir mecanismos de financiamentos necessários para produção com alta tecnologia, levando-os a continuar utilizando o conhecimento adquirido com a experiência.

Em São José do Rio Claro o PROBOR possibilitou a produção agrícola com técnica e financiamento, na sua ausência, despertou os colonos para iniciativas próprias. Essa atividade local permitiu que novos assentamentos agrícolas utilizassem a produção permanente da heveicultura nesse município, algo que acontece como estratégico nos assentamentos agrícolas de Canarana, onde cada lote terá incentivo para produção de cinco hectares da cultura permanente.

Na lógica dos remanescentes da Hevea, a agricultura permanente tem respostas mais positivas para a pequena produção, mesmo considerando o uso de tecnologia e de financiamento para a cultura temporária, aspectos considerados insustentáveis financeiramente para o pequeno agricultor. Sem a devida atenção a questão do solo, do clima e tecnológica para atender a demanda da pequena propriedade, reconhecida pelos pioneiros da década de 1960 e 1970, a continuidade da prática de criar assentamentos agrícolas para reforma agrária, apenas por criá-los, repetirá os fracassos produtivos e de não manutenção do agricultor na terra.

A modernização da agricultura tem trazido algumas questões que são debatidas quanto ao desenvolvimento rural, uma delas é a descaracterização do tradicional e do desenvolvimento endógeno. A teoria econômica que privilegia a inovação tecnológica como variável independente, acaba por minimizar outras variáveis como, o ecológico, os mercados locais, a organização da produção, as questões culturais e sociais. A reconstrução da estrutura, social e cultural dos remanescentes da Hevea na microrregião do Arinos e da continuidade da agricultura cooperativa iniciada em Canarana, está baseada nas conquistas endógenas e das experiências vividas ao longo do tempo e agora considerando o conhecimento da comunidade em busca da consolidação produtiva que valorize o saber local.

O planejamento que não foi estipulado para atender pequenos agricultores no princípio da colonização privada, também se manteve ausente quando se estabeleceu naturalmente o surgimento do conhecimento tácito. As iniciativas empresariais da colonização privada e a experiência do pequeno produtor que relatou sua experiência, se contradizem com a incapacidade institucional de entender as especificidades e preparar a sociedade para um modelo diferente. Se de outra forma, as instituições sociais tem fundamental importância no

processo de socialização, tem como objetivo colaborar para que os pequenos agricultores também se tornem membros da sociedade que produz e que possuem conhecimento suficiente para participar de iniciativas de políticas públicas.

No caso da colonização de São José do Rio Claro e Canarana, a ausência de políticas públicas fez surgir um campo experimental que despertou iniciativas endógenas. O conhecimento tácito dos produtores estabeleceu uma correlação econômica, social, ambiental, cultural e tecnológica, o cultivo gerou percepções reais relativos a uma ecologia única da região amazônica. A subsistência e insistência dos produtores locais continuou através de um processo privado de produção e mercantilização interna. Atividade que perdurou até meados da década de 1990. Dessa época para cá, as iniciativas locais continuaram através de atividades individuais dos produtores. Considerando os recursos localmente disponíveis e que poderiam tornar-se supérfluos, mas que na consideração dos produtores tornaram-se estratégias para a continuação da atividade de cultivo, a criação de alternativas possibilitou expectativas locais.

Na análise sobre a teoria do desenvolvimento endógeno, considera-se esse aspecto como aprendizagem e inovação, onde os atores locais tomam decisões adequadas em investimentos e tecnologias que culminam num entorno inovador. Essa característica está representada na comunidade, onde a questão familiar é marcante e possível através do processo de colonização anterior que privilegiou a produção familiar em pequenas propriedades, daí proporcionando os recursos humanos para parte das atividades endógenas.

O conceito do desenvolvimento endógeno atrelado a razão produtora e sua capacidade reprodutiva proporcionam a percepção da capacidade produtiva e reprodutiva que fica oculta pela hegemonia agroindustrial. Essas forças externas “encobrem” a qualidade natural, a capacidade social e cultural que são aspectos importantes no desenvolvimento endógeno. É o paradoxo entre o desenvolvimento endógeno e o exógeno. Quanto a necessidade de desenvolver políticas calcadas sobre os recursos locais, de caráter endógeno, considerando as características socioculturais e ecológicas das economias locais. Fica evidenciada a interação entre o desenvolvimento e as culturas locais. Deve ser prioridade quando na formulação das políticas de desenvolvimento regional, a fim de otimizar o aproveitamento dos recursos locais sustentavelmente e o excedente dessa produção possa se reverter em benefícios para a comunidade local, preservando a cultura e o equilíbrio ecológico regional. Essa é a busca pelo desenvolvimento que vem sendo firmada após quase meio século passados das investidas da colonização privada promovida por empresas e famílias na Amazônia mato-grossense.

Dessa forma, contextualizar formas de produção agrícola considerando os fatores internos com a visão do conhecimento tácito e da racionalidade territorial, perpassa e sobrepõem os setores de competição que privilegia a quantidade ilimitada de terra para latifúndio. Convertem-se a lógica do modelo agroindustrial exportador, para um processo produtivo endógeno, com características sustentáveis para os recursos naturais, para a economia e as questões sociais, doravante dos processos próprio dos conhecedores e praticantes da atividade nos municípios investigados.

As análises realizadas se apresentam como complemento as estruturas produtivas já instauradas, visto que, não há como desconstruir a lógica de mercado num curto prazo, e que atende as prioridades do sistema político econômico vigente, mas há maneiras de inserir os excluídos desse processo produtivo. Com mais humanidade, equilibrado e prudente, fica aqui a reflexão a respeito da utópica construção do pleno desenvolvimento, o sustentável.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. *Estudos avançados*, São Paulo, v.12, n.32, jan./apr. 1998.
- ABREU, Silvana. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço Mato-grossense, contexto, propósitos e contradições.** Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; USP 2001. Disponível em:<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28022002-232232/publico/tde.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2012.
- ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE CUIABÁ. ADESG. **Cidade Humboldt.** Cuiabá: [s.n.], set. 1975.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **O intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia.** LENA, Phillipe e Oliveira, Adélia E. (Org.) *Amazônia: a fronteira agrícola: 20 anos depois.* Belém: MPEG, 1991.
- _____. **Antropologia dos Archivos da Amazônia.** Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ALMEIDA, Geraldo José de. **O médio Araguaia: igreja e mudança.** Dissertação (Mestrado em História, área de História e política do Brasil), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1983.
- ALVES, Leonice Aparecida de Fátima; VITALE NETO, Joanoni. **O “estatuto da terra” e as políticas agrárias no Mato Grosso: algumas reflexões.** In: *Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (Século XX).* João Carlos Barrozo. (Org.). São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá/MT: EdUFMT, 2010.
- ANTEPROJETO CANARANA, 1972, p. 23 Disponível em:<[http:// camaracarana.mt.gov.br/ site/index.php/sobre-canarana-mt](http://camaracarana.mt.gov.br/site/index.php/sobre-canarana-mt)>. Acesso em 21 jun. 2012.
- BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. 280p.
- BARROZO, J. C. (Org.) et.al. **MATO GROSSO: do sonho à utopia da terra.** 1. ed. CUIABÁ - MT: EdUFMT, 2008. v. 1. 335 p.
- BARROZO, J. C. A mineração em Diamantino: dois séculos de Riqueza e Pobreza. In: _____. **Diamantino: do extrativismo à agricultura moderna.** Cuiabá: NERU; CNPq; SEMEC de Diamantino, 2002. 198.p. 170. (Cadernos do NERU, número especial)
- _____. **A questão agrária em Mato Grosso: a persistência da grande propriedade.** In: _____. *Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (Século XX)* . São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá/MT: EdUFMT, 2010.
- _____. **Exploração e escravidão nas agropecuárias da Amazônia mato-grossense.** 1992. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1992.

BINI, D. L. de Camargo. Formação sócio espacial da região de Araçatuba na primeira metade do século XX. **GEOUSP. Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 28, p. 125 - 150, 2010. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/viewArticle/58>> Acesso em: 26 jan. 2011.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Do extrativismo à pecuária**: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930). São Paulo, Scortecci, 2001.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **O sonho da cidade científica de Humboldt da Uni-Selva Amazônica**. In: *Sonhos e Pesadelos na História*. Fernando Tadeu de Miranda Borges e Maria Adenir Peraro, Cuiabá-MT. Carlini&Caniato :EdUFMT, 2006.

BORGES, Fernando. T. de M. et al. Apontamentos para estudos sobre a produção historiográficas em Mato Grosso (1970 – 2010). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, ano 173, n. 456, jul./set. 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <[Lhttp://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1972/pdf/res_0224_v4_L.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1972/pdf/res_0224_v4_L.pdf)> BRITO 2001, p. 136)>. Acesso em: 20 nov. 2012.

BRASIL. **Lei n. 1.806, de 6 de Janeiro de 1953**. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. **Diário Oficial da União [da] Republica Federativa do Brasil**, 7 jan. 1953. p. 276. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 18 set. 2012.

_____. Planalto. **Lei n. 4.504 de 1964**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>>. Acesso em 24 maio 2012.

_____. Câmara dos deputados. **Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966**. Disponível em: <www2.camara.leg.br/.../decreto-59428-27-outubro-1966-400122-norma...>. Acesso em: 14 jul. 2012.

_____. **Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59428.htm> . Acesso em 3 jan. 2012.

_____. Presidência da República. Casa Civil - Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de Setembro de 1946). Disponível em; <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em: 20 nov. 2012.

_____. **Lei 5.969/1973 e regido pela Lei Agrícola 8.171/1991**. Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000852350>. Acesso em 25 maio, 2012

_____. Senado Federal. Subsecretaria de informação. **Lei N. 5.727 - de 4 de Novembro de 1971**. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento –PND. Para o período de 1972 a 1974. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=120837>>. Acesso em: 21 maio 2012.

_____. **Lei Complementar nº 31, de 11 de Outubro de 1977.** Criação do Estado do Mato Grosso do Sul e de outras providências. Estratégias Regionais Capítulo VII – Disposições gerais e transitórias – PIN e PROTERRA. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/leicom/1970-1979/leicomplementar-31-11-outubro-1977-363968-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa de 1981.** João Figueiredo. Disponível.<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1981/view?searchterm=PROMAT%201976>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

_____. **Lei n.5.764 de 16 de Dezembro de 1971,** sobre sociedades cooperativas, Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm>. Acesso em: 6 maio 2013.

BRASILESCOLA. Disponível em:<<http://www.brasilescola.com/brasil/as-regioes-goeconomicas-brasil.htm>>. Acesso em: 22 maio 2012.

BRITO, Daniel Chaves de, **A modernização da superfície.** Belém: UFPA; NAEA, 2001.

CAMARA. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/leicom/1970-1979/leicomplementar-31-11-outubro-1977-363968-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 21 maio, 2012.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** 4. ed. Campinas: IE; UNICAMP, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro: [s.n.],1970.

CARVALHO. E. F.; FARIA. A. M. M.; DALLEMOLE. D. Estimativa da dinâmica dos fluxos energéticos da produção de soja em primavera do Leste (M.T.) In: ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO, 10., 2011. Brasília DF. **Anais...** Brasília, DF, out. 2011.

CASTRO, Edna. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 2, p. 5-39, 2005.

_____. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira. **Novos Cadernos NAEA** v.10, n.2, p. 105-126. 2007.

CAVALCANTE, Fábio Robson Casara. **Análise da desigualdade regional no estado de Rondônia à luz da teoria institucionalista de DouglasNorth.**2011.Tese (Doutorado)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

CODEMAT – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. **Aripuanã – uma estratégia de ocupação.** (Licitação de 2.000.000 de hectares) setor de planejamento 1974.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ.–CMNP. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná.** Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. 2.ed. [s.I.: s.n.] 1977.

CONCEIÇÃO, Otávio. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de economia contemporânea**. Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.119;146, jul-dez 2002. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/.../000369565.pdf?...1>. Acesso em: 25 jul. 2012.

COOPERCOL, Cooperativa 31 de Março Ltda. **Projeto de colonização Canarana**. Barra do Garças, MT, 1972.

COSTA, F. de A. O investimento camponês: considerações teóricas. **Revista de Economia Política**, v. 15, n.1, jan./mar. 1995.

_____. **Teorias do desenvolvimento e estratégias do desenvolvimento sustentável**. Belém, jun. 2006. Texto didático para o PDTU

_____. Dinâmica de concentração e ciclo de vida na agricultura dos Estados Unidos. **Estudos Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, CPDA; UFRJ, v. 13, n. 2. 2005.

COY, M; KOHLHEPP, G. (Coord.) **Amazônia Sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais**. Rio de Janeiro, Garamond; Tubinger, Alemanha; Geographischen Instituts der UniversitatTubingen, 2005.

DALBERTO, Anelise Guadagnin. **O desenho da cidade e a identidade urbana: o caso da expansão de Cianorte – PR.2009**. Dissertação. (Mestrado em Engenharia Urbana), Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2009. Disponível em:<<http://www.peu.uem.br/Discertacoes/Anelise.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2010.

DINIZ, Mônica. **Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira**. Jun. 2005. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao02/materia03/http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37774.pdf>. Acesso em: 26 set.2012.

CAMARA FEDERAL, **Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953**. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 25ago. 2012.

DOMT – Diário Oficial de Mato Grosso. Disponível em:<<http://universoverde.com.br/indices/legislacao/estadual/matogrosso/leis/legestmtleitdevoluta330772.htm>>. Acesso em: 25 set. 2012.

DORILEO, Benedito Pedro. **Universidade, o fazejamento**. Cuiabá: EDMT,1977.

DUNCK, Ernesto M. S. **CANARANA um projeto de colonização cooperativa**. 1997. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário)- Faculdade de Direito, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

ELIAS, Denise. Redes Agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. In: **Panorama da geografia brasileira**. SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise. (Org.) São Paulo: Annablume 2006.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria**: estados e transformação industrial. Tradução de Christina Bastos Tigre. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

FAJARDO, S. Colonização e a formação econômica do município de Mandaguari-PR. **Rev. Ciên. Empresariais da UNIPAR**, Umuarama-PR, v.7, n.1, jan./jun. 2006. Disponível em <<http://revistas.unipar.br/empresarial/article/viewFile/513/468>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

FARIA, Alexandre M. M. **Formação socioeconômica e economia regional da Amazônia**. II congresso amazônico de desenvolvimento sustentável- Universidade Federal do Tocantins, Palmas de 24 a 26 de outubro de 2012.

FERNANDES, L. S; ACEVEDO MARIN, R. Trabalho Escravo nas fazendas do estado do Pará. **Novos cadernos NAEA**. v. 10, n. 1, p. 71-99, jun. 2007.

FERREIRA, Eudson de Castro. **Posse e Propriedade Territorial** : a luta pela terra em Mato Grosso. Campinas: UNICAMP, 1986. p. 52.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE – FUNASA. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/site/museu-da-funasa/sucam/>>. Acesso em: 25 set. 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Programas especiais de desenvolvimento dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul**. Belo Horizonte: [s.n.], 1979. 12 v.

FURLANETTO, Egídio. Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do Capital Social. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 16,p. 55-67, ago. 2008. Suplemento

FURTADO, Celso. **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII**: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. São Paulo: Hucitec, 2001.

GODELIER, M. **Godelier**:antropologia. CARVALHO, Edgard de Assis (Org.).Tradução de Evaldo Sintoni.et al. São Paulo: Ática, 1981.

GOMES, Fábio Guedes. **A nova economia institucional (NEI) e o (Sub) Desenvolvimento Econômico Brasileiro**: os limites da interpretação do Neoclassicismo “Reformulado. [s. I.: s.n.], [199-?]. p 39 – 68

GOODMAN, D. e SORJ, B. e WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias. Agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. cap. 3 - 4.

_____. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 4, out./ dez. 1985.

GOVERNO DO PARANÁ. 1995-2009. Disponível em: <<http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=73>>. Acesso em: 29 maio, 2010.

GRASEL, Dirceu; SOUZA, Antônio Ricardo de. **Gestão pública e desenvolvimento econômico no Brasil**: perspectivas nacional e regional. Cuiabá: EDUFMT, 2005. 39-68 p.

GUIMARÃES NETO, **Revista de História**, João Pessoa, v.23, jul./ dez. 2010

GUIMARÃES. Marcelo Duncan Alencar. **Os colonos de Rio Claro**: uma colonização no norte de Mato Grosso. 1988. 208 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências do Desenvolvimento), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Itaguaí, RJ, 1988.

HÉBETTE, J; ACEVEDO MARIN, R. **Colonização para quem?** Belém, UFPA; NAEA 1979. 173 p.

HEINST, Andréia de Cássia. Mato Grosso e a comercialização dos seus “Espaços Vazios” durante as décadas de 1959 e 1960. In: **Mato Grosso**: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (Século XX). BARROZO, João Carlos. (Org.).São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá/MT: EdUFMT,2010.

HISTÓRIA da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://genealogia.prati.com.br/genealogia/imigracao2.htm>>. Acesso em: 12 mar.2012.

HOLANDA. Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 13.ed.Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

HUERTAS, Daniel M. **Da fachada atlântica à imensidão amazônica**: fronteira agrícola e integração territorial. São Paulo: Annablume, 2009.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979. 140 p. (Coleção Sociologia brasileira; v. 11).

IANNI, O. **Ditadura e agricultura. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia**: 1964- 1978. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IMEA – Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária. Conhecimento em Conjuntura e estrutura do Agronegócio de Mato Grosso. 2013. Disponível em <http://www.imea.com.br/> acesso em Agosto de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:<www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 maio, 2010.

_____. Contas Nacionais Trimestrais Indicadores de Volume e Valores Correntes. 1.Trimestre de 2013.Coordenação de Contas Nacionais.29 de maio de 2013. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000013194505112013451229740758.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

JUSBRASIL. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/115299/decreto-67527>. Acesso em: 21 abr. 2012.

LARANJEIRA, R. **Colonização e reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no Oeste brasileiro nos anos 50. **Revista brasileira de história**. “terra e poder”, São Paulo, v.6,n. 12,

1986. Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3626>. Acesso em: 21 ago. 2012.

LENHARO, Alcir. **Crise e mudança na frente oeste de colonização**. Cuiabá: UFMT: Imprensa Universitária: PRODEI, 1982. 91 p.

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste**. Campinas: Unicamp, 1985.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento econômico na Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1978.

MAIA, João Marcelo Ehlert. As Ideias que fazem o Estado andar: imaginação e Espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil central. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, no 3, 2010, pp. 621 a 655. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582010000300004>. Acesso em: 12 jul. 2012.

MANTZAVINOS; DOUGLASS C. NORTH; SYED SHARIQ. Learning, institutions, and economic performance. **Perspectives on Politics**, v. 2, Mar. 2004.

MARTA, José Manoel C; VIANNA FILHA, Anésia R. Dimensões econômicas do Desenvolvimento. In: Grasel, Marta; RIBEIRO (Org.). **Desenvolvimento e gestão ambiental**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2012.

MATO GROSSO. Governo. **Assessoria de Informações Técnicas – AIT**. 1984.

MARX, Karl, **O capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro. O processo de produção do Capital. 12. ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro; [s.n], 1989.v.2.

MEIRELLES FILHO, João Carlos. **O livro de ouro da Amazônia: mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MENDONÇA, Rubens. **História de Mato Grosso**. Cuiabá, Instituto Histórico de Mato Grosso, 1981.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec; Polis, 1984.

MONTEIRO, R. Associativismo e fronteira: a Amazônia como espaço de reprodução social da agricultura do Sul. In: CASTRO, Edna (Org.) **Sociedade, território e conflitos: BR 163 em questão**. Belém: NAEA, 2008.

MORELLI. A. J. **Memória de infância em Maringá: transformações urbanas e permanências rurais (1970/1990)**. 240 f. Tese (Doutor em História Econômica). Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-25082010-222316/pt-br.php>>. Acesso em: 25jan. 2010.

MORENO, Geslaene. **Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismo de Burla : 1892-1992**. Cuiabá, MT :EdUFMT, 2007.

MORIN, E. Por um pensamento ecologizado. In: CASTRO, Edna, PINTON, Florence. **Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente.**(Org.).Belém: CEJUP : UFPA; NAEA, 1997. p. 56.

MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
MULHERES. Disponível em: <http://www.mulheres.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2012/08/30-08-premio-internacional-reconhece-cientista-ana-primavesi-por-estudos-pioneiros-em-agricultura-organica>. Acesso em: 13 abr. 2012.

MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO. São José do Rio Claro. **Mato Grosso tem História**. Projeto Memória Viva. Várzea Grande, MT: Fundação Júlio Campos, 1992.

NÉSPOLI, Marisol. A questão agrária no município de Diamantino. In: BARROZO, João Carlos. **Diamantino: do extrativismo à agricultura moderna**. Cuiabá: NERU; CNPq; SEMEC de Diamantino, 2002. p.198. (Cadernos do NERU, número especial).

NOGUEIRA, A. P. A utilização dos recursos naturais renováveis no Estado de Mato Grosso. **Revista Panorama Multidisciplinar**, n.7. Cuiabá: EdUFMT, 2007- 2008. 146p.

NORTH, Douglas C. **Institutions, institutional change and economic performance**. [s.l.]: Cambridge University Press, 1993.

_____. **Journal of Economic Perspectives**, v. 3, n. 1, 1991. p. 97-112.

_____. **Custo de transação, instituições, desempenho econômico**. Ri de Janeiro: Instituto Liberal, 1988.

OLIVEIRA, Luiz Roberto Cardoso de. **Colonização e diferenciação: os colonos de Canarana**. Rio de Janeiro, 1991.

OLIVEIRA. Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

OLKOSKI, Wilson. Aspectos da história agrária dos Kaingang do médio Alto Uruguai, RS. **Revista de Ciências Humanas**, ano 4, n. 4, 2003. Disponível em:<http://www.sicoda.fw.uri.br/revistas/cienciashumanas/index.php?cod_edi=5>. Acesso em:31 maio 2012.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL-PAM. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **Geopolítica, agricultores e madeireiros na frente oeste de colonização**. Campo Grande, MS: UCDB, 2002.

PERROUX, F. Note SurlaNotion de Pole de Croissance. **Economie Appliquee**, v. 7, 1955.

PESSÔA, Paulo César Moreira. **Sonhos, esperanças e decepções: o imaginário e o cotidiano na política de colonização em Brasnorte (1978-1989)**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História)- Departamento de História, Universidade do Estado de Mato Grosso Tangará da Serra, MT. 2007.

PLANALTO. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>>. Acesso em: 2 jun. 2010.

PRIMAVESI, O.; PRIMAVESI, A. C. **Fundamentos ecológicos para o manejo efetivo do ambiente rural nos trópicos: educação ambiental e produtividade com qualidade ambiental**. Documentos, 33. São Carlos: EMBRAPA Pecuária Sudeste, 2003.

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - PND. Ocupação produtiva na Amazônia e Centro-Oeste. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF>. Acesso em: 24 abr. 2012.

PROGRAMA mato-grossense de regularização ambiental rural, chamado popularmente de MT Legal. Disponível em: <http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/palestra_19_MT_legal.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2012.

REDAÇÃO 24 Horas News “Morre o espeleólogo cuiabano Ramis Bucair” 20 dez. 2011.. Disponível em: Disponível em: <<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=397426>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

RIBEIRO, A. R. **A exploração da seringueira no Brasil e Mato Grosso: um resgate dos aspectos econômicos, das políticas nacionais, das relações de trabalho e dos processos tecnológicos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), Universidade Federal de Mato Grosso, 1997.

RIBEIRO, Iselda Corrêa. **A reprodução ampliada no processo de colonização: o projeto Canarana: pioneiros Gaúchos no Norte Mato-grossense**. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 1986.

ROCHA, Gisélia Silva. O seringal e o seringueiro. In: BARROZO, João Carlos. **Diamantino: do extrativismo à agricultura moderna**. Cuiabá: NERU; CNPq; SEMEC de Diamantino, 2002. p.198. (Cadernos do NERU, número especial).

SANT’ANA, Daniela Alves Braga. Alianças multifacetadas: colonização de Juara. In: **Mato Grosso: A (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)**. BARROZO, João Carlos, (Org.). São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2010.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos: exclusão e luta do Sul para a Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura. Belém: EDUFPA, 2012.

SCHNEIDER, Sergio. A atualidade da contribuição Leo Waibel ao estudo da agricultura familiar. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 25-41, 2002.

SCHRODER, Ferdinand. **A imigração alemã para o Sul do Brasil até 1859**. 2. ed. Tradução de de Martin N. Dreher. Porto Alegre: Unisinos: Edipucrs. 2003. (Tese defendida em Berlim 1931).

SCHWANTES, Norberto. **Uma cruz em terra nova**. 2. ed. Brasília, DF: Edição do Autor, 2008.

SCHWARTZ, Widson. Pérolas: claras e obscuras: da cidade de Londrina. In: BONI, Paulo César. **Certidões de nascimento da história: o surgimento de municípios no eixo Londrina**. Maringá. (Org.). Londrina: Planográfica, 2009.272p.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. Disponível em: <n www.seplan.mt.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2010.

SENADO FEDERAL. Disponível em:<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListasPublicacoes.action?id=117830>
http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=70999&tipo_norma=DEC&data=19720817&link=s. Acesso em: 21 maio 2012.

SENNI, Franco. **Italianos no Brasil**. 2. ed. São Paulo;Rio de Janeiro: Martins. 1975. 438 p.

_____. **Italianos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

SILVA, Jovam Vilela da. **A divisão do Estado de Mato Grosso: uma visão histórica – 1892-1977**. Cuiabá: EdUFMT, 1996.

SILVA, Fabio Carlos. A companhia de terras da mata geral e a privatização da floresta Amazônica no Sul do Pará. **Papers do NAEA**, Belém, PA, n. 251, 2009.

SILVA, Darcy da, Colonização e zonas pioneiras. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS., 1973, São Paulo. **Anais...**São Paulo, 1973, p. 197 e 198.v. 18.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá, Entrelinhas, 2002.

_____. **O processo histórico de Mato Grosso**. Cuiabá: UFMT, 1990.

SOARES, Luiz Antonio Barbosa. **Trilhas ecaminhos: povoamento não-indigenano vale do Araguaia-MT, na primeira metade do Séc. XX**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Mato Grosso, 2004.

SOBRINHO, Rosangela Alves. **Novas territorialidades advindas da expansão da soja no médio-norte-mato-grossense**. 2006. 117 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de mato grosso, Cuiabá, 2006.

STAEVIE, Pedro Marcelo. **O papel das redes sociais na migração contemporânea de gaúchos em Roraima**. 2012. 234 f. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SOUZA, Antônio Ricardo de. **Gestão pública e desenvolvimento econômico no Brasil: perspectivas nacional e regional**. Cuiabá: EDUFMT, 2005. 286p.

SUDAM. Disponível em: <Mhttp://www.sudam.gov.br/amazonia-legal>. Acesso em: 21 jun. 2012.

SWAIN, Tânia Navarro. **FRONTEIRAS DO PARANÁ: da colonização à migração**. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37774.pdf>. Acesso em: 10 maio 2013.

TERRAGAUCHA. Disponível em: <http://www.terragaucha.com.br/revolucao_farroupilha.htm>. Acesso em: 21 jun. 2012.

THEODORO, S. H. ; LEONARDOS, O. H.; DUARTE, L. M. G. Cerrado: o celeiro saqueado. In: **Dilemas do cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo**. Duarte e Theodoro (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TRANSPORTES. Disponível em: <www.transportes.gov.br>. Acesso em: 2 jun. 2010.

VALDONVARJAO. disponível em: <<http://valdonvarjao.com.br/?Pg=Textos&Cat=6>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

VARJÃO, Valdon. “A história em prosa e verso” disponível em <http://valdonvarjao.com.br/?Pg=Textos&Cat=6> Acesso em setembro de 2012.

VELHO, Octávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo, Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

_____. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VIDAL, J. Os atores coletivos como agentes de mudança social na Amazônia. **Papers do NAEA**, Belém, 2006.

VIOLA, A. La crisis do desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo. In: _____. (Org.). **Antropología del desarrollo**. Barcelona: Paidós, 2000. p. 9-64.

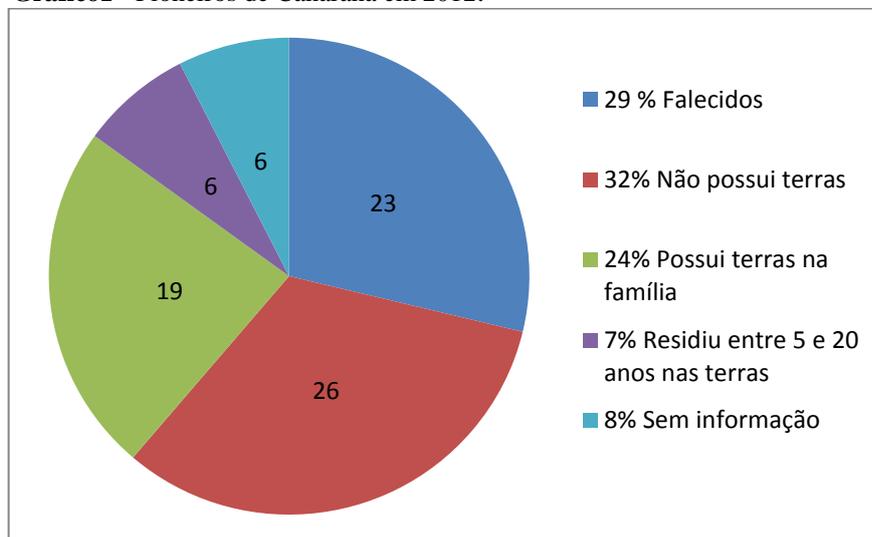
WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: Hucitec, 1993.

WITT, Osmar Luiz. **Igreja na migração e colonização**. São Leopoldo, 1996 148 p.(série Teses e Dissertações, 8).

APENDICES

APENDICE A - As imagens no tempo.

Grafico1 - Pioneiros de Canarana em 2012.



Fonte: Elaborado pelo autor (2012).

Tabela 1 – Produto Interno Bruto de São José do Rio Claro (2010).

Valor Adicionado Bruto (VAB) - em R\$	2010	%
Agropecuária	98.709.000,00	35,61%
Indústria	36.867.000,00	13,30%
Comércio e Serviços	118.789.000,00	42,86%
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios	22.821.000,00	8,23%
PIB a preços correntes	277.186.000,00	100%
População (2010)	17.124	
PIB per capita	16.186,98	

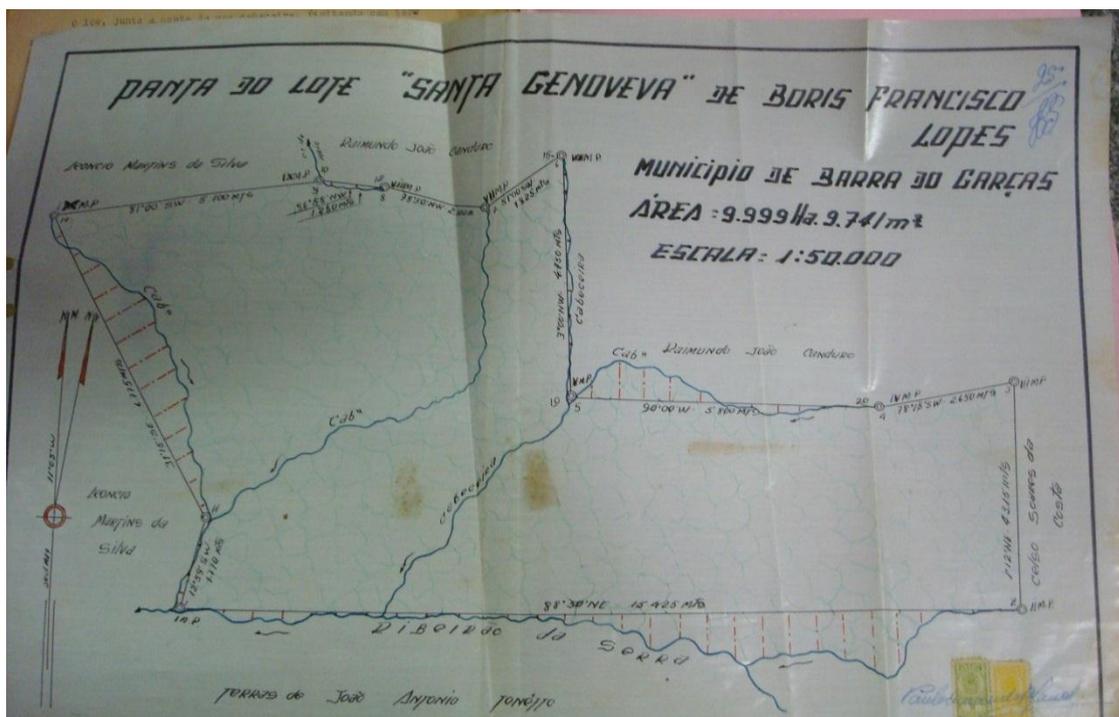
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE- cidades (2010).

Tabela 2 – Produto Interno Bruto de Canarana (2010).

Valor Adicionado Bruto (VAB) - em R\$	2010	%
Agropecuária	93.565.000,00	25,49%
Indústria	22.847.000,00	6,22%
Comércio e Serviços	207.302.000,00	56,48%
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios	43.345.000,00	11,81%
PIB a preços correntes	367.059.000,00	100,0%
População (2010)	18.754	
PIB per capita	19.572,30	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do IBGE- cidades (2010).

Fotografia 1 – Um dos lotes que formaram Canarana: Limite vizinho em nome de João Antônio Tonetto.



Fonte: INTERMAT (2012)

Fotografia 2 – Resumo das principais fases do processo para aquisição das terras junto ao INTERMAT

RESUMO DAS PRINCIPAIS FASES DO PROCESSO
(De acordo com o Dec. 1260/78)

<p>1 Parecer Jurídico</p> <p>Data - Fls.</p>	<p>2 Parecer Técnico</p> <p>Data - Fls.</p>
<p>3 Edital de Ultimação (30 dias)</p> <p>Autorização para ultimação</p> <p>Data - Fls.</p> <p>Expedição do Edital</p> <p>Data - Fls.</p> <p>Publicação do Edital</p> <p>Data - Fls.</p>	<p>4 Juntada de Documentos</p> <p>Diário Oficial da Publicação</p> <p>Data - Fls.</p> <p>Certidões (Cartório/Exatoria)</p> <p>Data - Fls.</p> <p>Laudo da Vistoria Preliminar</p> <p>Data - Fls.</p>
<p>5 Apreciação da Vistoria</p> <p>Data - Fls.</p>	<p>7 Edital de Medição (30 dias)</p> <p>Autorização para medição</p> <p>Data - Fls.</p> <p>Expedição do Edital</p> <p>Data - Fls.</p> <p>Publicação do Edital</p> <p>Data - Fls.</p>
<p>6 Edital de Retificação de Limites (in loco)</p> <p>Expedição do Edital</p> <p>Data - Fls.</p> <p>Publicação do Edital</p> <p>Data - Fls.</p>	<p>9 Edital para Conhecimento de Terceiros (Prazo de 30 dias)</p> <p>Expedição do Edital</p> <p>Data - Fls.</p> <p>Publicação do Edital</p> <p>Data - Fls.</p>
<p>8 Parecer Técnico</p> <p>Aprovação dos Autos de Medição</p> <p>Data - Fls.</p> <p>Cálculo do "Quantum" a receber</p> <p>Data - Fls.</p>	<p>11 Despacho de Aprovação da Residência</p> <p>Data - Fls.</p>
<p>10 Parecer Jurídico (Final)</p> <p>Data - Fls.</p>	<p>13 Registro do Título Definitivo</p> <p>Livro n.º - Fls.</p> <p>Data</p>
<p>12 Expedição do Título Definitivo</p> <p>Data - Fls.</p>	

Fonte: INTERMAT (2012).

Fotografia 3 – Canarana, Maio de 1975, ano da entrega das escrituras. Financiamento para máquinas e equipamentos.



Fonte: Fundação Pró-memória de Canarana (2011)

Fotografia 4 – Experimento com a Soja em 1979: Família Scapini



Fonte: Fundação Pró-memória de Canarana (2011)

Fotografia 5 – A biblioteca Castro Alves foi retirada do local após uma modernização na praça central de Canarana: seria a “modernização” “versus” o conhecimento?



Fonte: Fundação Pró-memória de Canarana (2011)

Fotografia 6 – Os primeiros barracos de lona e Sapé na vila Sucuri.



Fonte: Fundação Pró-memória de Canarana (2011)

Fotografia 7 – Colheitadeira da família Mayer e o galpão para armazenamento: produção antes da crise do preço do arroz e do conhecimento real da produtividade da terra.



Fonte: Fundação Pró-memória de Canarana (2011)

Fotografia 8 – Afonso Fraveto no Rio Grande do Sul com animais e arados, em Mato Grosso com máquinas agrícolas e equipamentos.



Fonte: Fundação Pró-memória de Canarana (2011)

Fotografia 9 – A presença institucional do Banco do Brasil no início da colonização. Na crise, protesto.



Fonte: Fundação Pró-memória de Canarana (2011)

Fotografia 10 – Avião da Viação Aérea Canarana - VACA - adquirido pela Coopercol. Símbolo da prosperidade da colonização virou monumento na praça central da Cidade de Canarana.



Fonte: Fundação Pró-memória de Canarana (2011)

Fotografia 11 – Assembleia da Coopercol no ano de 1980, número bem inferior aos primeiros 400 associados que iniciaram a cooperativa em Tenente Portela no Rio Grande do Sul na década de 1970.



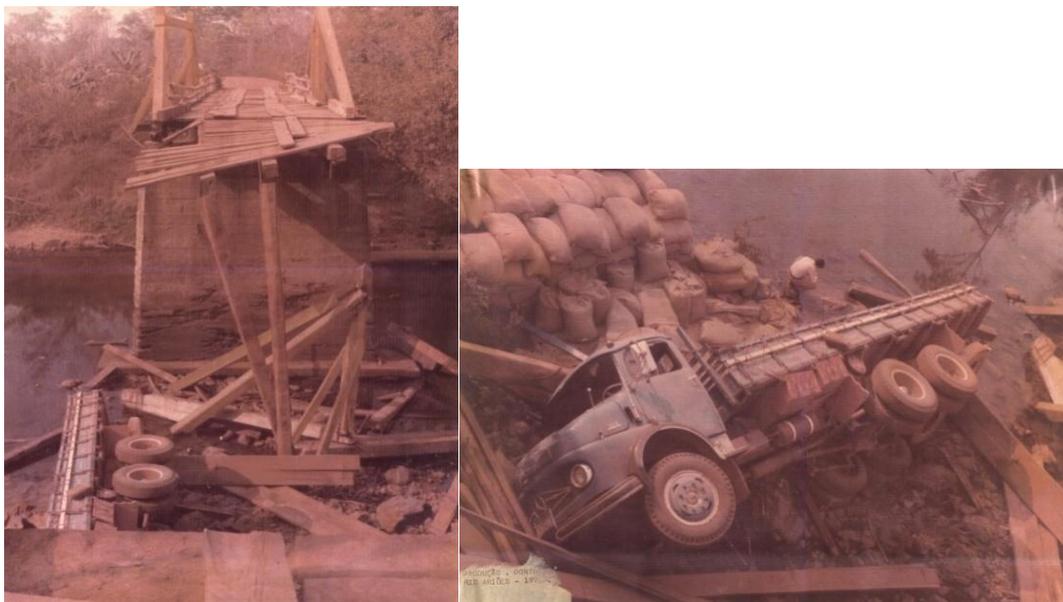
Fonte: Fundação Pró-memória de Canarana (2011)

Fotografia 12 – Armazenamento de arroz nas primeiras safras de Canarana



Fonte: Fundação Pró-memória de Canarana (2011)

Fotografia 13 – Ausência da infraestrutura foi um fator marcante para os pioneiros. Tanto para armazenamento, quanto para transporte.



Fonte: Fundação Pró-memória de Canarana (2011)

Fotografia 14 – O pioneiro da Heveicultura em São José do Rio Claro (José Euzébio da Cruz – Zéinha) exhibe a primeira ferramenta agrícola financiada pelo PROBOR em 1974, seis anos após sua chegada à Amazônia mato-grossense: “o governo nunca vem na frente”¹⁰⁷. Ao lado, curral para tentativa endógena própria. Conhecimento tecnológico via televisão.



Fonte: Pesquisa de Campo (2012).

¹⁰⁷ Relato dado pelo próprio agricultor na pesquisa de campo realizada em 2012 em sua propriedade.

Fotografia 15 – O pioneiro José Berto Sobrinho (à direita) e o pesquisador Alexandro Rodrigues Ribeiro; A primeira árvore plantada em 1974, a que se segura é um novo clone, novas tentativas. Ao lado, a derrubada do primeiro plantio do PROBOR I: falta de produtividade e de preço.



Fonte: Pesquisa de Campo (2012).

Fotografia 16 – “Angelin” Sambugari (ao fundo): Tentativas endógenas com viveiros de novos clones de seringueira.



Fonte: Pesquisa de Campo (2008).

Fotografia 17 – Multinacionais na fronteira agrícola da Amazônia mato-grossense: tecnologia e modelo produtivo agroexportador.



Fonte: próprio autor (2008).

Fotografia 18 – Árvores de seringueira substituída por soja: questões políticas, econômicas e edafoclimáticas.



Fonte: próprio autor em pesquisa de campo (2005).

APENDICE B – Das Iniciativas Pioneiras na Transformação da Amazônia Mato-Grossense à Produtividade sem Fronteiras.

Diante da escassez de terras, os pequenos agricultores do Paraná e do Rio Grande do Sul, buscaram novas alternativas para aumentar sua produção e para dar sustento aos seus descendentes. Daí, por que migraram para Mato Grosso. No caminho, a realidade dos migrantes foi a de encontrar uma nova cultura, uma nova relação social e edafoclimática, num ambiente totalmente oposto ao do Sul do país. Isso fez com que ao descobrirem que as terras não tinham a mesma fertilidade como no Sul, partiram para novas tentativas produtivistas.

Em Canarana o acesso ao crédito e a máquinas agrícolas, despertou nos primeiros anos iniciativas individualizadas que levaram os agricultores a desistirem do processo cooperativo, esse aspecto se confirmou mais como estratégia para aquisição das terras e menos para desenvolver a cooperação na produção. Sem técnica de correção do solo, a produtividade do arroz caiu, a crise econômica que aportou o país na década de 1970 ajudou a diminuir o preço desse produto, diminuindo sua comercialização. Entre a fragilidade da cooperação e as iniciativas individuais, prevaleceram mais a razão do agricultor ao buscar superar as dificuldades para produzir. Sem conhecimento imediato para reposição dos componentes que dariam fertilidade ao solo, os agricultores realizaram experimentos com o próprio arroz e a soja, por conta própria, tanto dos custos quanto das técnicas, impossíveis de pagar via financiamento oferecido pelo setor bancário.

A EMBRAPA buscou o conhecimento dos experimentos dos agricultores, através dessa troca de informação é que fortaleceu a produção futura, isso, passado quase uma década de suas chegadas, quando a sua maioria não estava mais com as terras. Os melhoramentos das

técnicas, que hoje são utilizados na produção de grãos em grandes propriedades, desapropriou o pequeno agricultor por não possuir mecanismos de financiamentos adequados a sua realidade. Sem acesso a produção com alta tecnologia, o pequeno agricultor continuou utilizando o conhecimento adquirido com a experiência.

Em São José do Rio Claro, sem máquinas e equipamentos a situação foi mais difícil, pois os agricultores produziam para a subsistência esperando o excedente para comercialização. Não conseguiram produção para além do consumo familiar. A cultura permanente do café ficou limitada por falta de conhecimento técnico e de mercado, pois, não foi considerado o processo de comercialização do produto na região amazônica. A produção perene da Heveicultura foi outra tentativa dos pequenos produtores. A iniciativa do governo federal com o programa da borracha – PROBOR, lançado em 1972, levou crédito e assistência técnica para os produtores no ano de 1974, quando realizaram os primeiros plantios. Até aquele momento, não contavam com apoio externo. Com o fim do programa faltou assistência técnica e financiamento, a produção diminuiu levando os primeiros produtores a desistirem do cultivo.

Em virtude das dificuldades enfrentadas, a experiência advinda com tentativas de acerto fomentou a geração do conhecimento tácito. Primeiro individualmente pelos agricultores, num segundo momento passando suas experiências para os órgãos públicos que chegaram posteriormente aos experimentos dos agricultores.

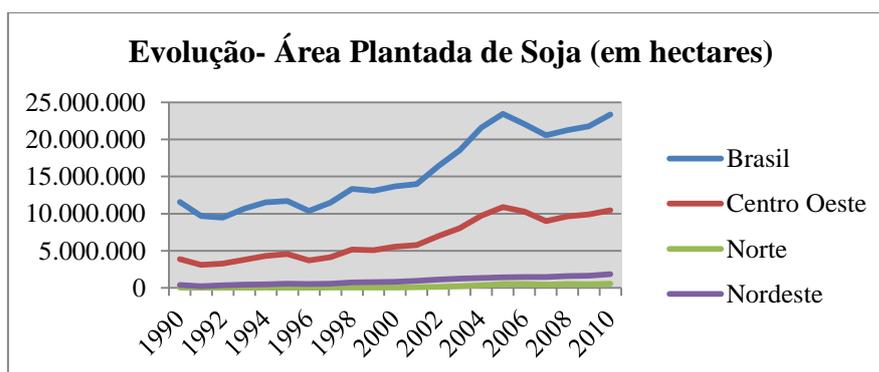
Essa realidade levou a um caminho que hoje é possível saber aonde chegou. Os pioneiros foram desbravadores que enfrentaram todas as dificuldades naturais, institucionais, sociais e econômicas. A maioria não obteve prosperação econômica, muitos ficaram sem as terras, mas deixaram um legado para o estado de Mato Grosso, que no início do século XXI é referência econômica na produção agrícola do país, mas que deixa resquícios de impactos negativos no meio ambiente, nos aspectos sociais e culturais. Nesse caminho, ao perceber que a maioria ficou sem terras, ou que não conseguem ser autossuficientes economicamente, nos remete a uma pergunta: De quem é a culpa pelo fracasso do pioneiro? Isso ficou ao acaso, ele é a própria vítima. A presença do indivíduo e da sua tentativa de produção inicial ficou ignorada no sistema produtivo atual. Por outro lado, possuem conhecimento, experiência e entendimento que foram em verdades, os que abriram caminhos para o processo de produção atual. No entanto, assim como chegaram, os relatos mostraram que eles se sentem “invisíveis” num processo expropriador a quem não atende as demandas da economia que aporta na realidade produtiva agroexportadora.

APENDICE C- O crescimento agrícola e a área ocupada para produção em Mato Grosso

A população de Mato Grosso em 2010 foi de 3,034 milhões, com uma renda per capita de R\$19,6 mil. A densidade demográfica estadual é de 3,4 habitantes por Km², parte dessa população e da produção concentra-se nos municípios essencialmente agropecuários que utilizam o bioma Cerrado como suporte. Para chegar a esses números, dadas as iniciativas migratórias do final dos anos de 1960, as duas décadas seguintes foram para a transição da cultura de produção do Sul, para o enfrentamento edafoclimático da região Central do país.

A partir da década de 1990 é possível verificar a ascensão da produção. Os números sobre a exploração da região Centro-Oeste, parte da região Norte e Sul da região nordeste do país, deram destaques principalmente para o Centro-Oeste, onde foram os primeiros experimentos para a agricultura mecanizada e de alta tecnologia. Nessa região, Mato Grosso tem se tornado referência produtiva. Segue os números da área plantada nas referidas regiões.

Gráfico 2 – Evolução da área plantada para agricultura.



Fonte: Sidra/IBGE (2010).

No Centro-Oeste, Mato Grosso é responsável atualmente por 22% da produção nacional de grãos, isso acontece pela exploração de novas áreas, bem como pela evolução da produção, dados os incrementos tecnológicos e financeiros no setor.

Tabela 3 – Evolução da área plantada e da produção – Mato Grosso

	1990	2000	2013
Área Plantada	2,3 (6%)	4,3 (12%)	10,8 (21%)
Produção	4,1 (7%)	12,3 (15%)	40,2 (22%)

Fonte: adaptado da CONAB; IMEA (2013)

No aumento da área plantada e da produtividade, o crescimento econômico teve repercussão na economia local e nacional. O produto Interno Bruto – PIB, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Engenharia e Estatística – IBGE, entre a década de 1980 e o ano 2005, o estado foi destaque no Brasil com um aumento nominal em torno de 275%, tornando nesse período o maior aumento nominal. Embora esses números não tivessem continuado nos anos seguintes, mesmo assim permaneceu acompanhando as demais unidades da federação no seguimento agropecuário.

Entre os números da produção e ocupação, o seu PIB obteve uma taxa de crescimento de 8% entre 2009 e 2012, chegando a 59,6 bilhões em 2010, representando 1,6% do PIB do Brasil, IMEA (2013). Esse PIB de 2010, teve especificamente 58% do seu valor gerado em treze municípios, locais aonde a economia superou a cifra de R\$1,000 bilhão. Destes treze municípios, doze estão localizados em regiões em que o bioma Cerrado está presente de forma isolada ou principal, a supressão desse recurso natural transformou a área natural e fez com que o estado se tornasse responsável por 22% da produção de grãos do país, sendo o primeiro colocado na criação de gado e na produção de soja, milho de segunda safra e girassol.

A produção de grãos no estado de Mato Grosso impulsionou a economia nacional no primeiro trimestre de 2012. Os 40,35 milhões de toneladas de grãos produzidos representou uma participação de 24% na safra nacional de 165,8 milhões de toneladas. No primeiro trimestre de 2013, o setor que mais cresceu foi da agropecuária com 9,7 %, uma variação de 17% com relação a 2012, conforme os dados do IBGE (2013). Esses números demonstram a força do crescimento econômico do setor e sua importância na economia. No estado de Mato Grosso, esses números são divulgados estrategicamente na mídia, demonstrando a superioridade dos números do setor da agricultura mecanizada.

Quadro 1 – Mato Grosso encerrou os primeiros cinco meses de 2013 no segundo lugar do ranking. Setor respondeu por 98,2%

MARIANNA PERES Edição nº 13628 21/06/2013 do Diário de Cuiabá.
Da Editoria

Enquanto Mato Grosso ocupa a quinta colocação entre os maiores exportadores do país, no segmento agropecuário o Estado ocupa o segundo lugar, atrás apenas de São Paulo. Com números consolidados de janeiro a maio, o agronegócio estadual se mostra responsável por 98,2% de tudo que foi comercializado pela pauta no acumulado dos cinco primeiros meses de 2013. De uma receita global de US\$ 7,01 bilhões em exportações, US\$ 6,88 bilhões foram originados com as vendas de produtos do agronegócio. De todo volume embarcado soja e milho juntos, representaram mais de 82%. Ao acrescentar o complexo carnes, são mais 10% em favor do saldo do agronegócio. A variação anual do saldo mato-grossense de vendas do agronegócio, comparação com igual acumulado do ano passado, mostra que os negócios evoluíram acima do registrado na média nacional. No Brasil, as exportações cresceram 10%, de US\$ 36,70 bilhões para US\$ 40,39 bilhões. No Estado, o acumulado passou de US\$ 5,82 bilhões para US\$ 6,88 bilhões, avanço de 18,1%. Conforme dados do levantamento mensal

elaborado pela Assessoria Econômica da Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso (Fiemt), da pauta do agronegócio, apenas o milho e o complexo carnes (aves, suínos e bovinos) apresentam performance superiores às registradas de janeiro a maio do ano passado, no caso. O milho atingiu receita inédita de US\$ 1,24 bilhão, crescimento de 621,34% acima do acumulado em igual período de 2012, US\$ 172,77 milhões. Em volume embarcado, a expansão anual foi de 573,50%. O complexo carne traz como destaque a movimentação dos cortes bovinos que seguem com resultados positivos em cifras e quantum físico (toneladas embarcadas). Até maio deste ano foram faturados US\$ 423,41 milhões, cifras 28,8% acima dos US\$ 328,74 milhões consolidados em igual momento do ano passado. Em toneladas o crescimento foi de 33,20%. O complexo todo revela expansão de 27,39% em cifras e de 25,92% em volume físico, único item da pauta a registrar ganho em moeda e toneladas, o que indica valorização do preço internacional e incremento da demanda. No período, o segmento faturou US\$ 650,58 milhões ante US\$ 510,68 milhões. O complexo soja (grão, farelo e óleo) – carro-chefe da pauta estadual – encolheu a participação neste ano, ao passar de 81,1% no acumulado de janeiro a maio do ano passado para 65,97%. Todos esses subprodutos da oleaginosa apresentam evoluções inferiores ao ano passado, como destaca o levantamento da Fiemt. O complexo exibe reduções de receita e volume embarcado, -3,20% e -10,70%, respectivamente. Os negócios passaram de US\$ 4,78 bilhões para US\$ 4,63 bilhões. O pior resultado é observado no óleo, cuja receita reduziu 57,30% e os embarques 54,83%.

Essa consolidação produtiva, que se apresenta no quadro acima, possui fatores externos e internos. A importação de máquinas, equipamentos e insumos para agricultura e a exportação primária dessa produção, retrata a presença externa. Em 2012, 50% da produção foi exportada, fator que desencadeia um enclave na região, pois há a presença maciça das multinacionais do agronegócio, incentivos fiscais e envio do lucro para o exterior, alimentando o PNB dos países estrangeiros. Internamente, a concentração fundiária e a ocupação desordenada do território, predominam nesse processo, aniquilando as questões sociais, ambientais e culturais endógenas. Especificamente, isso retrata o crescimento econômico em detrimento do processo de desenvolvimento, refletindo na desigualdade social e regional. Em face das especificidades do bioma amazônico e do Cerrado, dada a consideração a seus serviços prestados a humanidade, há uma demanda para que os valores econômicos dessa produção revertam para o processo do desenvolvimento socioambiental de Mato Grosso.

As inovações tecnológicas que propiciam a produtividade e provoca a elevação da produção interna, tem referência na geração de produtos que atendem o modelo primário-exportador, fator que interfere na balança comercial brasileira por ser uma commodity, internamente repercute diretamente nos indicadores socioambientais, pois pauta-se em técnica exógena numa região de cultura e clima específicos.

As técnicas de produção que se adaptaram e moldaram às condições edafoclimáticas do Centro-Oeste e especificamente de Mato Grosso, propiciaram esse volume de produção, utilizando principalmente o Cerrado e as bordas da floresta amazônica. Para compreender essa relação produtiva e a ocupação da região para a produção industrializada, alguns indicadores mostram a necessidade de políticas públicas que permitam minimizar os impactos negativos da mudança cultural, das exclusões sociais e das questões ambientais. O quadro a seguir

mostra dados das dimensões institucionais, econômicas e ambientais nos dois municípios estudados.

Tabela 4 – Dimensão político-institucional, econômica e ambiental de São José do Rio Claro e Canarana.

Município	Dimensão Político Institucional	Dimensão Econômica	Dimensão Ambiental	Índice de Sustentabilidade dos Municípios
Canarana	0,1239	0,1057	0,20907	0,4386
São José do Rio Claro	0,0992	0,0815	0,2265	0,4072

Fonte: Adaptado dos dados da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia – IPPA, do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia – NAEA/UFPA (2013).

Os indicadores acima partem de uma metodologia específica para conhecimento da realidade na Amazônia, denominado de Índice de Sustentabilidade dos Municípios da Amazônia – ISMA. Considerando que o valor que aproxima de 1,00 é considerado o mais alto indicador, os dois municípios estudados apresentam indicadores abaixo da média, dado, 0,4072 para São José do Rio Claro e 0,4386 para Canarana.

Conforme os dados apresentados, o caminho do desenvolvimento que atenda as questões econômicas, político-institucional e ambiental na Amazônia de Mato Grosso, necessitam de uma interação entre o setor produtivo agroexportador e a sociedade civil. Essa interação permitirá determinar políticas-públicas proativas para a sustentabilidade econômica, social e ambiental na Amazônia, pois ambos os envolvidos são atores desse processo de ocupação e produção.

Entretanto, a alta produção que faz parte da realidade econômica do Estado, gera divisa econômica para o país ao considerar que os bens de sua produção estão voltados à exportação, por outro lado, impacta negativamente as questões que sustentam o desenvolvimento interno, pois o produtivismo em si minimiza as condições que difundem os ganhos econômicos no meio socioambiental.